

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CATARINA GORDIANO PAES HENRIQUES

**VIOLÊNCIA EMOCIONAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO
CONTEXTO FAMILIAR: AS DIFERENTES EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA E
SUAS REPERCUSSÕES**

VITÓRIA

2021

CATARINA GORDIANO PAES HENRIQUES

**VIOLÊNCIA EMOCIONAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO
CONTEXTO FAMILIAR: AS DIFERENTES EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA E
SUAS REPERCUSSÕES**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Psicologia, sob orientação da Prof^ª. Dr^ª Edinete Maria Rosa.

UFES

Vitória, julho de 2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

H518v Henriques, Catarina Gordiano Paes, 1988-
Violência emocional contra crianças e adolescentes no
contexto familiar : as diferentes expressões da violência e suas
repercussões / Catarina Gordiano Paes Henriques. - 2021.
238 f. : il.

Orientadora: Edinete Maria Rosa.
Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. violência. 2. violência emocional. 3. crianças. 4.
adolescentes. 5. família. 6. Teoria Bioecológica. I. Rosa, Edinete
Maria. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGP**

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE TESE DO CURSO DE DOUTORADO
EM PSICOLOGIA DA ALUNA CATARINA GORDIANO PAES HENRIQUES**

Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, com participação remota da doutoranda e de todos os membros da Banca por meio de webconferência, nos termos da Portaria Normativa PRPPG/UFES nº 08, de 1º de julho de 2021, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos professores Dra. Edinete Maria Rosa (orientadora, PPGP/UFES), Dra. Maria Cristina Smith Menandro (PPGP/UFES), Drª. Célia Regina Rangel Nascimento (PPGP/UFES), Dr. Sandro José da Silva (UFES) e Drª Elisa Avellar Merçon de Vargas (University of North Carolina at Greensboro), sob a presidência da Professora Orientadora, para a sessão pública de defesa da Tese de Doutorado em Psicologia de Catarina Gordiano Paes Henriques, intitulada “**Violência Emocional contra Crianças e Adolescentes no Contexto Familiar: As Diferentes Expressões da Violência e Suas Repercussões**”. A presidente da sessão declarou abertos os trabalhos, anunciando que a candidata dispunha de trinta minutos para a exposição das ideias centrais da tese, cabendo a cada examinador igual tempo para arguição e, da mesma forma, para a resposta da doutoranda. Seguiram-se as arguições de cada examinador, com as respostas de todas as questões por parte da aluna. Encerrados os debates, a Banca Examinadora recolheu-se por dez minutos, a fim de deliberar sobre o resultado. Os membros da Banca, reunidos, decidiram pela **APROVAÇÃO** da referida Tese e a presidente da sessão alertou que a aluna somente terá direito ao título de Doutora após entrega da versão final de sua tese, em papel e meio digital, à Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Nada mais havendo a acrescentar, eu, Profa. Dra. Edinete Maria Rosa, presidente da Comissão Examinadora, lavrei a presente ata que vai assinada digitalmente por mim e pelos demais componentes da Comissão.

Profa. Dra. Edinete Maria Rosa
(Orientadora e Presidente da Sessão - PPGP/UFES)

Profa. Dra. Maria Cristina Smith Menandro (Membro Interno - PPGP/UFES)

Profa. Dra. Célia Regina Rangel Nascimento (Membro Interno - PPGP/UFES)

Prof. Dr. Sandro José da Silva (Membro Externo - UFES)

Profa. Dra. Edinete Maria Rosa (Presidente da Sessão - PPGP/UFES)
Por **Profa. Dra. Elisa Avellar Merçon de Vargas** (Membro Externo - University of North Carolina at Greensboro)

Av. Fernando Ferrari, 514. Vitória/ES –Ed. Prof. Lídio de Souza
Campus de Goiaberas - CEP: 29075-910 - E-mail: ppgp.ufes@gmail.com.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
EDINETE MARIA ROSA - SIAPE 2279448
Departamento de Psicologia Social e Desenvolvimento - DPSD/CCHN
Em 04/08/2021 às 14:31

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/242836?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por SANDRO JOSE DA SILVA - SIAPE 1489343 Departamento de Ciências Sociais - DCS/CCHN Em 05/08/2021 às 13:00

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/243551?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
CELIA REGINA RANGEL NASCIMENTO - SIAPE 2308045
Departamento de Psicologia Social e Desenvolvimento - DPSD/CCHN
Em 26/08/2021 às 08:42

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/256531?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por MARIA CRISTINA SMITH MENANDRO - SIAPE 1188489 Departamento de Psicologia Social e Desenvolvimento - DPSD/CCHN Em 26/08/2021 às 09:45

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/256589?tipoArquivo=O>

Dedico esta tese à minha mãe, Marta.

Também à minha irmã, Thaís, aos meus filhos, Bernardo e Marina, e à todas as crianças e adolescentes, que merecem viver num mundo cada vez mais emancipatório, livre e igualitário.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Universidade Federal do Espírito Santo, por ser uma referência de ensino público e de qualidade e por me acolher desde 2013. Obrigada também a Capes, pela bolsa que financiou esta pesquisa.

Agradeço meu marido Rafael pelos 10 anos de companheirismo e parceria e pelo suporte incansável durante o doutorado. Obrigada por ser tão atencioso e compreensivo com as minhas escolhas e por somar comigo no carinho e nas demandas dos nossos filhos.

Obrigada aos funcionários e ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFES, um programa de excelência que merece ser homenageado por todos aqueles que por lá passaram. Meus agradecimentos saudosos aos meus queridos amigos e às minhas queridas amigas do NECRIAD (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Intervenção com Crianças, Adolescentes e Famílias), pessoas que levarei para toda minha vida.

Agradeço a Luciana Dutra-Thomé, supervisora do doutorado sanduíche- UFBA, e aos colegas do grupo de pesquisa LaProa: Laboratório de Estudos de Processos Psicossociais da Adolescência, Adulterez Emergente e Adulterez.

Agradeço os voluntários que participaram da pesquisa. Aos que narraram suas vivências, registro aqui meu agradecimento e meu respeito pelas suas histórias.

Fico honrada de ter na banca de avaliação as professoras Maria Cristina Menandro, Célia Nascimento, Elisa Avellar e o professor Sandro Silva.

Agradeço a minha orientadora, Edinete Maria Rosa, por me ajudar a construir um projeto de pesquisa comprometido com a ética, com a Ciência e com respeito ao outro. Até hoje eu lembro da primeira vez que vi Edinete, chegando para minha banca de qualificação de mestrado no PPGDIR. Nossas primeiras palavras: ela me disse que perguntaram se ela era minha mãe na entrada do prédio; eu disse pra ela que eu estava grávida. Seis anos depois de conhecer Edinete, muita coisa mudou, mas minha admiração é a mesma: sempre soube que Edinete era uma educadora, uma pesquisadora de referência que merece ser homenageada pela UFES e pela Ciência, e isso nunca vai mudar. É com muito orgulho que termino esta etapa da minha vida tendo sido orientada pela pessoa que tem o coração do tamanho do mundo.

Resumo

O objetivo geral desta tese foi estudar a violência emocional no contexto familiar a partir da perspectiva de pessoas que tenham vivenciado este tipo de violência na infância ou adolescência, conhecendo também as diferentes expressões da violência contra crianças e adolescentes naquele contexto. Foram desenvolvidos três estudos a fim de se compreender as nuances da violência emocional na vida cotidiana das pessoas. O objetivo geral do primeiro estudo foi identificar as repercussões da violência emocional intrafamiliar vivenciada na infância e na adolescência em artigos científicos, por meio de uma revisão sistemática de literatura e teve por objetivos específicos (1) examinar a violência emocional a partir de estudos realizados com diferentes populações; (2) identificar os atos de violência emocional comumente praticados contra crianças e adolescentes e (3) verificar os impactos da violência emocional vivenciada na infância e na adolescência em diferentes fases do curso de vida. O segundo estudo pretendeu traçar um panorama das violências vivenciadas no contexto familiar pelos alunos da Universidade Federal do Espírito Santo (n= 600), com os seguintes objetivos específicos: (1) identificar a frequência de violências intrafamiliares (física, emocional e sexual) vivenciadas na infância e adolescência por alunos da UFES; (2) mapear os diferentes indicadores de cada tipo de violência e compreender a vivência dessas violências em geral; (3) investigar os agressores, se houve denúncia, os motivos para não denunciar, a procura por apoio e crenças sobre a violência e (4) identificar se as vivências dos diferentes tipos de violência estão associadas. O terceiro estudo pretendeu relatar histórias de vida de 12 pessoas que passaram por alguma experiência de violência emocional contra crianças e adolescentes no contexto familiar e seus objetivos específicos foram (1) conhecer as diferentes expressões da violência contra crianças e adolescentes no contexto familiar, em especial, da violência emocional; (2) identificar os atos de violência emocional sofridos e praticados e compreender as suas nuances a partir da perspectiva dos indivíduos que vivenciaram este tipo de violência; (3) conhecer as repercussões dos atos de violência emocional na vida dos membros da família que praticaram e sofreram esta violência e (4) verificar as estratégias de enfrentamento e a presença de rede de apoio das pessoas que vivenciaram a violência emocional contra crianças no contexto familiar. Quanto aos procedimentos de coleta e análise dos dados, o primeiro estudo, uma revisão sistemática de literatura, os artigos selecionados foram obtidos a partir dos descritores “*emotional violence*” OR “*psychological violence*” AND “*child OR adolescent*”, bem como “*violência emocional*” OR “*violência psicológica*” AND “*criança*” OR “*adolescente*”, todos no título e/ou resumo. As bases de dados foram BVS-PSI, PsycInfo, PubMed, Redalyc e SciELO. Para a organização dos dados, utilizou-se o software Zotero; para a sistematização e auxílio nas análises, o software SPSS (versão 2.3). Os dados do segundo estudo foram obtidos por meio de

questionário online e sistematizados com o auxílio do software SPSS (versão 2.3). Utilizou-se análises descritivas de frequência, média, desvio padrão, quartis e teste-t. No terceiro estudo, foram realizados estudos de casos múltiplos com as pessoas que vivenciaram a violência emocional no contexto familiar, por meio de entrevistas narrativas com roteiro semiestruturado, contendo perguntas disparadoras a fim de se conhecer as relações familiares do passado e do presente dos participantes. Os dados foram sistematizados a partir da análise fenomenológica, que buscou significar os fenômenos particulares das experiências vivenciadas pelos indivíduos, e analisados segundo a Teoria Bioecológica. A compreensão da violência se mostrou contextual e intergeracional; uma forma de comunicação familiar naturalizada de por meio de castigos e agressões físicas e emocionais, passados de geração a geração. Percebeu-se que as experiências de violência na infância e na adolescência influenciaram o desenvolvimento dos indivíduos ao longo do curso de vida. Foram identificados processos proximais inversos, ou seja, os relacionamentos entre pais/cuidadores se deram de forma negligente, abusiva e violenta, permeados pela construção de estereótipos, humilhações e conflitos intrafamiliares.

Palavras-chave: violência emocional; violência intrafamiliar; Teoria Bioecológica; criança; adolescente.

Abstract

The general objective of this thesis was to study the emotional violence in a family context from the perspective of the people that experienced this kind of violence when they were children or teenagers, as well as to know the different expressions of violence against children and teenagers in that context. We developed three studies in order to understand the nuances of the emotional violence in daily life. The general objective of the first study was to identify the repercussions of intra-family emotional violence experienced by children and teenagers in scientific articles, through a systematic literature review. The specific objectives of this study were: (1) to exam the transcultural aspect of emotional violence in studies carried on with different populations; (2) to identify the emotional violence acts commonly made against children and teenagers; and (3) to verify the impacts of emotional violence experienced as a child or teenager in different phases of life. The second study aimed to provide an overview of the experienced violence in a family context by the students of the Federal University of Espírito Santo (n=600). The specific objectives were: (1) to identify the frequency of intra-family violence (physical, emotional and sexual) experienced as a child or a teenager by UFES students; (2) to map the different indicators for each type of violence and to understand how they experienced this violence in general; (3) to investigate the aggressors, if they were exposed, the reasons to not report the violence, the search for support and the beliefs about violence; and (4) to identify if the different types of violence experienced are associated. The third study aimed to report the life stories of 12 people that suffered from emotional violence as a child or a teenager in a family context. The specific goals of this study were: (1) to acknowledge the different expressions of violence against children or teenagers in a family context, especially the emotional violence; (2) to identify the emotional violence acts, suffered and committed, and to understand their nuances from the perspective of the people that suffered the violence; and (4) to verify the confrontation strategy and the presence of a support network for the people that suffered emotional violence in this context. Regarding the data collection and analysis procedures, to the first study, the systematic literature review, the selected articles were obtained using the descriptors “*emotional violence*” OR “*psychological violence*” AND “*child* OR *adolescent*”, as well as “*violência emocional*” OR “*violência psicológica*” AND “*criança*” OR “*adolescente*”, in the title and/or the abstract. The data bases used were BVS-PSI, PsycInfo, PubMed, Redalyc e SciELO. Concerning the data organization, we used the software Zotero; and for the systematization and to help the analysis, the software SPSS (version 2.3). The data for the second study were obtained through an online survey, systematized with the software SPSS (version 2.3). We used descriptive analysis of frequency, average, standard deviation, quartiles and t-Student test. In the third study, multiple study cases were carried out with people that have experienced emotional violence in a family context, through narrative interviews using a semi-structured questionnaire with trigger questions, in order to know the family past

and present relations. We used the interpretative phenomenological analysis to systematize the data, aiming to significate the particular phenomena experience by these individuals, and we analyzed them using the Bioecological Theory of human development. The violence was reveled contextual and intra-generations; a family way of communication naturalized by means of punishment and emotional and physical aggressions, throughout generations. We observed that the violence experienced as a child or a teenager have an influence on the individual's development in the course of their life. We identified inverse proximal processes, that is to say, the relation between parents/guardians were negligent, abusive and violent, permeated by stereotype construction, humiliations and intra-family conflicts.

Key-words: emotional violence; intra-family violence; Bioecological Theory; child, teenager.

Résumé

L'objectif général de cette thèse est l'étude de la violence émotionnelle dans le contexte familial à partir de la perspective des personnes qui ont vécu ce type de violence pendant l'enfance ou l'adolescence, bien que de connaître les différents types d'expression de la violence contre les enfants et les adolescents dans ce contexte. On a développé trois études à fin de comprendre les nuances de la violence émotionnelle dans la vie quotidienne des personnes. L'objectif général de la première étude était d'identifier les répercussions, dans des articles scientifiques, de la violence émotionnelle intrafamiliale vécue pendant l'enfance et l'adolescence. Les objectifs spécifiques étaient : (1) examiner la transculturalité de la violence émotionnelle chez des études conduites avec des différentes populations ; (2) identifier les actes de violence émotionnelle généralement commis contre les enfants et les adolescents et (3) vérifier les impacts de la violence émotionnelle vécue pendant l'enfance et l'adolescence dans des différentes étapes de la vie. Le but de la deuxième étude était tracer un panorama des violences vécues dans le contexte familial par les étudiants de l'Université Fédérale de Espírito Santo (n=600). Les objectifs spécifiques étaient : (1) identifier la fréquence des violences intrafamiliales (physique, émotionnelle et sexuelle) vécues pendant l'enfance et l'adolescence par les étudiants de l'UFES ; (2) établir des différents indicateurs pour chaque type de violence et comprendre comment sont-elles vécues en générale ; (3) examiner les agresseurs, si les victimes ont porté plainte, les raisons pour ne pas porter plainte, s'ils ont cherché un support et les croyances à propos de la violence et (4) identifier si les expériences des différents types de violence sont associées. L'objectif de la troisième étude était rapporter les histoires de vie de 12 personnes qui ont vécu une expérience de violence émotionnelle dans l'enfance ou l'adolescence dans un contexte familial. Les objectifs spécifiques étaient : (1) connaître les différentes expressions de la violence contre des enfants et des adolescents dans un contexte familiale, spécialement de la violence émotionnelle ; (2) identifier les actes de violence émotionnelle soufferts et commis et comprendre leurs nuances à partir de la perspective des individus qui ont vécu ce type de violence ; (3) connaître les répercussions des actes de violence émotionnelle dans la vie des membres de la famille qui ont commis et qui ont souffert cette violence et (4) vérifier les stratégies pour y faire face et la présence d'un réseau de soutien pour les personnes qui ont vécu la violence. Concernant les procédures de collecte et analyse de données, pour la première étude, une révision systématique de la littérature, les articles sélectionnés ont été obtenus à partir des descripteurs "*emotional violence*" OR "*psychological violence*" AND "*child* OR *adolescent*", bien que "*violência emocional*" OR "*violência psicológica*" AND "*criança*" OR "*adolescente*", dans le titre et/ou résumé. Les bases de données utilisées étaient BVS-PSI, PsycInfo, PubMed, Redalyc et SciELO. Pour l'organisation des données, on a utilisé le logiciel Zotero ; pour la systématisation et aide aux analyses, le logiciel SPSS (version 2.3). Les données de la deuxième étude ont été obtenus par moyen d'un

questionnaire en ligne et systématisés en utilisant le logiciel SPSS (version 2.3). On a utilisé des analyses descriptives de fréquence, moyenne, écart type, quartiles et test-t. Dans la troisième étude, on a réalisé des études de cas multiples avec des personnes qui ont vécu de la violence émotionnelle dans le contexte familial, par des interviews narratives avec un questionnaire semi-structuré ayant des questions-déclencheurs, à fin de connaître les relations familiales du passé et du présent des participants. On a systématisé les données à partir de l'analyse phénoménologique, dans le but de signifier les phénomènes particuliers des expériences vécues par les individus, et les analyser selon la Théorie Bioécologique du développement humain. La violence s'est révélée contextuelle et intergénérationnelle ; une forme de communication familiale naturalisée par le moyen de punitions et agressions physiques et émotionnelles, passé de génération en génération. On a remarqué que les expériences de violence dans l'enfance et l'adolescence ont influencé le développement des individus tout au long de leur vie. On a identifié des processus proximaux inverses, c'est-à-dire, les relations entre parents/gardiens se sont passés de manière négligente, abusive et violente, entourés par la construction de stéréotypes, humiliations et conflits intrafamiliales.

Mots-clés : violence émotionnelle ; violence intrafamiliale ; Théorie Bioécologique ; enfant ; adolescent.

Lista de Figuras

Figura 1: Seleção da amostra dos artigos da Revisão Sistemática	57
Figura 2: Atos de violência emocional relatados pelos participantes.....	61
Figura 3: Repercussões da VE na infância e adolescência.....	63
Figura 4: Repercussões da VE na idade adulta.....	65
Figura 5: Média dos atos de violência física (média geral = 1,76).....	76
Figura 6: Média dos atos de violência emocional (média geral = 1,9).....	79
Figura 7: Média dos atos de violência sexual (média geral = 1,26).....	82

Lista de Tabelas

Tabela 1: Frequência (porcentagem e número de participantes) de cada indicador de violência física	223
Tabela 2: Frequência (porcentagem e número de participantes) de cada indicador de violência emocional	224
Tabela 3: Frequência (porcentagem e número de participantes) de cada indicador de violência sexual	225
Tabela 4: Correlação entre violência física, emocional, sexual, idade e renda	226

Sumário

Apresentação da pesquisa.....	21
Introdução.....	24
Violência contra crianças e adolescentes	24
As diferentes expressões da violência contra crianças e adolescentes e as repercussões da violência emocional	26
Contextos ecológicos: a Teoria Bioecológica, estilos parentais, violência intrafamiliar como fator de risco	41
A evolução da Teoria Bioecológica e os processos proximais inversos	49
Objetivos.....	53
Objetivo Geral	53
Objetivos Específicos	53
Questões Éticas.....	53
Estudo 1 – Revisão Sistemática de Literatura sobre as repercussões da violência emocional no contexto familiar.....	55
Objetivos	55
Objetivo geral	55
Objetivos específicos	55
Método	55
Resultados	58
Discussão	65
Conclusão	70
Estudo 2 – Estudo quantitativo sobre as vivências de violência física, emocional e sexual durante a infância e adolescência entre estudantes universitários.....	71
Objetivos	71
Objetivo Geral	71
Objetivos Específicos	71
Método	72
Participantes	72
Instrumentos e Procedimentos	72
Procedimento de Análise de Dados	74
Resultados	75
Violência Física	75
Violência Emocional	78
Violência Sexual	81
Denúncia, Busca de Apoio e Crenças sobre a Violência	83
Correlação entre Violências, Idade, Renda e Crenças sobre Motivações para Violência	84
Discussão	86
Conclusão	92

Estudo 3 – Violência contra crianças e adolescentes: Histórias de vida atravessadas pela violência emocional intrafamiliar	94
Objetivos	94
Objetivo Geral	94
Objetivos Específicos	94
Método	94
Participantes	95
Instrumento e procedimentos de coleta	96
Procedimentos de Análise	98
Resultados	102
Estruturas individuais	102
Discussão	172
Conceito de Violência Emocional	172
Vivências de violência	174
Motivações da violência	179
Redes de apoio e estratégias de enfrentamento	181
Repercussões	184
Experiência da entrevista	196
Conclusão	197
Considerações Finais	200
Referências Bibliográficas.....	207
Apêndice A.....	227
Apêndice B	229
Apêndice C	231
Apêndice D.....	237
Apêndice E	238

Apresentação da pesquisa

Esta tese pretende mostrar como a violência emocional (VE) se revela no contexto familiar, e a sua interface com outros tipos de violência, uma vez que não há como estudar a violência emocional distante das violências física e a sexual. Não se sabe, todavia, se ela carrega ou se é carregada por essas outras violências. A violência emocional ocupa dois espaços, de forma e de conteúdo, dentro do universo de violências.

Na forma, há que se verificar como a VE se apresenta: um adulto contra uma criança; o cenário que temos é de uma infância que tem que ser monitorada, vigiada e punida por um adulto. O conteúdo indica o que a violência transporta e quais significados que a VE traz consigo. Do ponto de vista simbólico e semântico, a violência emocional é o que se faz ou se fala, nessa ou naquela intensidade, dentro desse ou daquele espaço, em arranjos familiares distintos. É isso que faz com que a VE seja menos visível, porque ela fica mais nos fatos do que nas marcas do corpo. Há também outra construção que fica mais esquecida, que mostra o lugar da infância, tanto na relação de força adulto-criança quanto no lugar do sujeito enquanto participante de uma sociedade. Nesse aspecto, a formação da criança é permeada por machismo, diferenças sociais e autoridades paterna e materna, que encobrem a violência emocional.

A tese vai justamente mostrar o encoberto, que são as tramas familiares privadas, porque a família é um lugar que, entre de outras coisas, também produz violência. Mas a família é um contexto pouco visível em termos de produção de violência se considerarmos as demandas judiciais em relação às violências praticadas em outros contextos. Isso porque há um acobertamento que naturaliza palavras e insultos, mas que também permite outros tipos de violência que não são tão aceitos nos demais ambientes.

A permissividade da violência familiar existe em virtude das amarras e das barreiras da família, instituição privada, mas também tem ancoragem na produção ideológica de certos grupos religiosos, além de estar entrelaçada com outras categorias de violência presentes na sociedade, como a violência contra idosos, obesos, mulheres, quilombolas, índios, negros, LGBTQIA+. Dessa forma, quem dá sentido às violências domésticas, por estarem

embarreiradas por essas amarras da instituição privada, são os sujeitos que as vivenciam enquanto vítimas; caso não denunciem, as consequências são tratadas como inerentes à vida privada, um problema de saúde individual que, se muito, são levadas ao psicólogo na adultez.

Acerca da terminologia, esta tese pretende trazer a reflexão sobre a que se referem à violência emocional e à violência psicológica, se são duas variações possíveis para se nomear um mesmo fenômeno ou se se tratam de conceitos distintos. A literatura especializada comumente utiliza a expressão violência psicológica, inclusive para abarcar a VE, que seria um desdobramento da primeira. Entretanto, conforme será abordado nos resultados dos estudos desta tese, entende-se que a violência emocional é mais abrangente do que a violência psicológica.

A violência psicológica tem origem no substrato psíquico, uma vez que a finalidade é se atingir o psíquico da vítima. Diferentemente, a violência emocional não é endereçada necessariamente aos danos à identidade, valores e princípios, pois está diluída nas várias formas de violência existentes, ou seja, é uma violência-resultado de outros tipos de violência que a carregam, inclusive da violência psicológica.

Violência emocional são atos que podem derivar de ofensas, mas também de ações físicas e sexuais que causem mais constrangimentos do que marcas ou mesmo dor física. A opção desta tese pelo uso da terminologia violência emocional se deve ao fato de que esta nomenclatura sugere maior abrangência dos fatos violentos vivenciados, abarcando-se as ações nocivas que influenciam os aspectos cognitivo-comportamentais e psicológicos em geral das vítimas e dos agressores, assim como aqueles atos que abalam as emoções e os sentimentos mais profundos e individuais das pessoas, ultrapassando, entretanto, conteúdo eminentemente emotivo.

O estudo 1 tem por objetivo identificar as repercussões na infância, na adolescência e na vida adulta da violência emocional intrafamiliar vivenciada no período infanto-juvenil. Para tanto, desenvolvemos uma revisão sistemática de literatura de artigos publicados entre 2009 e 2019, considerando-se, na organização dos dados, os itens: idioma de publicação, país da coleta de dados, ano de publicação, quantidade e faixa etária dos participantes, tipos e atos de violência

e, principalmente, as consequências da violência de acordo com a faixa etária dos participantes das pesquisas analisadas.

No estudo 2, vivências de violência entre estudantes universitários, objetivou-se investigar a frequência de violências intrafamiliares (física, emocional e sexual) vivenciadas na infância e adolescência por alunos da Universidade Federal Espírito Santo (UFES). Trata-se de contribuir com a instituição, fornecendo-lhe o panorama das violências vivenciadas pelos seus alunos, para que seja dada maior visibilidade e importância a este fenômeno e, porventura, também dar suporte na elaboração de estratégias de ação da Universidade.

Buscamos mapear diferentes indicadores de cada tipo de violência, bem como compreender a vivência dessas violências em geral. Foram investigados ainda, nos casos de vivência da violência, quem eram os agressores, se houve denúncia, os motivos para não denunciar, a procura por apoio e crenças sobre a violência. Por fim, buscamos explorar se as vivências dos diferentes tipos de violência estavam associadas.

O estudo 3, violência emocional intrafamiliar contra crianças e adolescentes, tem por objetivo conhecer as trajetórias de vida marcadas pela violência emocional, por meio das percepções e vivências dos sujeitos. A coleta dos dados ocorreu mediante entrevistas narrativas com roteiro semiestruturado, contendo perguntas disparadoras, que buscaram conhecer as relações familiares do passado e do presente dos participantes. Os núcleos de informação foram os seguintes: o conceito de violência emocional, as vivências dos participantes, as motivações dos agressores, as redes de apoio e estratégias de enfrentamento e as repercussões da violência nas suas vidas.

Introdução

Violência contra crianças e adolescentes

As diversas modalidades de violência contra crianças e adolescentes acompanham a trajetória humana desde os acontecimentos mais primitivos e estão inseridas em diversas culturas (Minayo, 2001). Este tipo de violência está atrelado à família, instituição de controle da vida humana a serviço da legitimação dos interesses sociais e serve hoje para sustentar uma aparente organização social baseada em princípios do bem comum (Rosa, 2004).

A referência atual do que é família passou por diversas transformações ao longo dos tempos, a depender do contexto sócio-histórico. A violência contra crianças e adolescentes, além do caráter arbitrário de decisão dos pais, está vinculada ao processo educativo. Ela tem sido considerada, em todos os tempos, um instrumento de socialização e, portanto, de resposta automática a desobediências e rebeldias (Minayo, 2001). Era comum a prática de infanticídio, espancamentos e incestos em algumas sociedades, assim como a de mutilações e sacrifícios de crianças para aliviar a culpa dos adultos (Guerra, 1996).

Atos atentatórios contra a integridade física e psíquica das crianças e dos adolescentes por muito tempo não foram considerados violentos até a concepção destes sujeitos como sujeitos de direitos e não mais como meros objetos do poder dos pais e do Estado. Esta alteração de patamar socialmente construído também vem sendo galgada por meio de movimentos sociais em defesa dos direitos de idosos, mulheres, negros, deficientes, indígenas e outras categorias socialmente consideradas “vulneráveis”.

Até chegarmos à proteção integral, já citado no primeiro artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente, e ao princípio do melhor interesse das crianças e dos adolescentes, a concepção de que poder e violência estão atrelados um ao outro delineou o tratamento do grupo socialmente reconhecido por “menores”, cuja história foi marcada por humilhação e sofrimento (Rosa, 2004).

O Código de Mello Matos, decreto de 1927, primeira reunião autônoma de leis direcionadas à infância e à adolescência, fundiu as ideias de Justiça e de assistência estatal, intervindo quase que exclusivamente na população pobre, por meio dos Juízes de Menores, evidenciando o exercício de poder. Em 1979, o novo Código de Menores, influenciado pela instituição da imputabilidade penal em 18 anos (Código Penal de 1940), instaurou a perseguição pelos “menores” em situação irregular, sem qualquer distinção entre os abandonados e “delinquentes”, que se tornaram alvos de internação pelos então Juízes de Menores.

As normas direcionadas ao grupo de crianças e adolescentes, em verdade, eram destinadas aos “menores”, ou seja, delinquentes, abandonados, ilegítimos e órfãos, fazendo com que a imagem do “menor” fosse associada à vulnerabilidade e à necessidade de intervenção estatal, ao passo que também balizavam a atuação do Estado e dos pais sobre os filhos. O termo “menor” não é apenas um substantivo, mas sim, um termo que dá ideia de apequenamento; um nome que se autoqualifica e se autoatribui significados antes mesmo de ser qualificado.

A história humana, dessa forma, foi fundada sob uma política de violência contra as crianças, mas esse comportamento passou a suscitar sanções da sociedade (De Mause, 1975) em diferentes momentos históricos e de espaço. No Brasil, novos moldes de organização jurídica e política foram ganhando espaço, com a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989), tendo sido publicado em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Neste momento, o termo “menor” foi alterado para “criança e adolescente”, porém as velhas práticas fizeram surgir uma diferença de tratamento entre os jovens, porque uns mereciam essa nova denominação e outros, não.

Qualquer pessoa com menos de 18 anos que se encaixasse moral ou socialmente nas situações apresentadas pelo Código de Menores não teve direito ao *upgrade* conceitual, restando-lhe a denominação “menor”. Aos “menores” foram destinadas medidas que

protegessem a sociedade, tendo em vista o potencial ofensivo de que são capazes, ou então qualquer migalha protetiva que os tirassem de situação de risco.

Na atualidade, no Brasil, os direitos das crianças e dos adolescentes encontram-se previstos na Constituição Federal e regulamentados pelo ECA (Brasil, 1990). Conforme o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, é dever de todos – família, sociedade e Estado – assegurar às crianças e aos adolescentes direitos básicos como: vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária. Sendo assim, também é dever daqueles segmentos, colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão; ao contrário, haverá punição, “na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (Brasil, 1990).

A violência contra a infância e a adolescência é, pois, uma forma secular de relacionamento das sociedades, ser violento com aquele público é natural e legítimo e a superação dessa naturalização é uma condição que se constrói ao mesmo tempo da “pacificação da sociedade” e seu grau de civilização. Ou seja, é preciso superar a violência contra o público infanto-juvenil por meio da pacificação da sociedade e de seu grau de civilização. O respeito aos sujeitos sociais crianças e adolescentes é fundamental para que a sociedade adulta amadureça seu código de direitos humanos e direitos sociais em todas as instâncias e instituições (Minayo, 1999).

As diferentes expressões da violência contra crianças e adolescentes e as repercussões da violência emocional

A violência contra crianças e adolescentes é sustentada em normas culturais e transgeracionais, o que está associado a fatores como a tolerância social que tem este tipo de violência. Tendo em vista o caráter multiplicador, expansivo e multifatorial da violência (Alfaro, 2019), seu impacto na vida de crianças e adolescentes se torna difícil de mensurar

quando pensado fora de um contexto dinâmico e em constante movimento. Não há como afirmar que tal repercussão é derivada de um ato específico, tendo em vista a multiplicidade de atos violentos, suas significações, normas, contextos sociais e históricos (Abramovay, 2002).

Estima-se que, a cada 7 minutos, 1 criança ou adolescente é morto pela violência no mundo, sendo que a taxa média de homicídios entre adolescentes na América Latina e Caribe – 22,1 para cada grupo de 100 mil adolescentes – é quatro vezes maior do que a média mundial. Cerca de 300 milhões de crianças (3 a cada 4 crianças) entre 2 e 4 anos experimentam disciplina violenta por seus cuidadores regularmente e 1 a cada 4 crianças tem mãe vítima de violência conjugal (UNICEF, 2017).

Com base em dados de 30 países, uma pesquisa da UNICEF revelou que 6 a cada 10 crianças de 12 a 23 meses são submetidas a métodos disciplinares violentos. Entre as crianças dessa idade, quase metade sofre punição física e uma proporção semelhante é exposta a violência verbal, que pode ser considerada violência emocional. Do ponto de vista mundial, apenas 60 países adotaram legislação que proíbe totalmente o uso de castigos corporais contra crianças no contexto familiar, de forma que mais de 600 milhões de crianças menores de 5 anos se encontram sem proteção legal completa (UNICEF, 2017).

O perfil da violência intrafamiliar vivenciada por crianças e adolescentes no Brasil já foi mapeado por estudos recentes (Costa et al., 2015; Rates et al., 2015; Silva et al., 2017; Maia et al., 2017), sobretudo junto a órgãos que recepcionam crianças e adolescentes vítimas de violência. Os referidos trabalhos apontaram maior predominância de ocorrências de violência para o sexo feminino, sendo que os principais agressores são os cuidadores e responsáveis, tendo a mãe papel de destaque neste cenário como a maior responsável pelas agressões. Houve o predomínio da violência física, emocional e sexual, pelas vias da ação e omissão.

No que se refere às redes de apoio, entendida aqui como “o conjunto de sistemas de pessoas significativas que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do

indivíduo” (Brito & Koller, 1999), as vítimas muitas vezes não contam com rede de apoio para o enfrentamento das violências vivenciadas, bem como não denunciam o agressor (Nascimento, Rosa & Alencar, 2016). De outra parte, psicólogos, amigos e familiares são apontados como principais suportes para o enfrentamento da violência, estes últimos já identificados como tendo papéis importantes para o desenvolvimento socioemocional dos seus membros (Rosa & Lira, 2012). Em se tratando de crianças, é esperado que cuidadores desempenhem o papel de apoio, inclusive, denunciando o agressor, entretanto, como geralmente esses cuidadores são os perpetradores da violência, apoio e denúncia restam prejudicados.

Contextos de violência são objetos de estudo por pesquisadores da área e estão presentes nas pautas de organizações de Direitos Humanos, uma vez que viver sem sofrer violência é um direito humano básico (Morrison & Biehl, 2000). A violência é um fator de risco e um problema de saúde pública que pode repercutir negativamente nas esferas social e individual, desde em gastos com programas de proteção e sistema prisional, passando pelo comprometimento na qualidade de vida, no desenvolvimento, e pelo óbito (Macedo et al., 2019).

Violência contra crianças e adolescentes é todo ato ou omissão cometidos por genitores, familiares, outras pessoas e instituições, capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico às vítimas. É uma falha no poder-dever de cuidado e proteção do adulto e da sociedade para com a criança, bem como é o retrato da coisificação da infância (Minayo, 2001).

A violência contra crianças e adolescentes no contexto familiar é exercida dentro da família, esfera privada (Calheiros, 2006) e é um fenômeno social presente nas mais diversas culturas, sustentado pelo Poder Familiar – antes Pátrio Poder – uma das mais antigas normas sociais. Este tipo de violência é entendido como forma de comunicação e de relação interpessoal que perpassa todos os coabitantes, embora com diferenciações hierárquicas, mas as crianças são as maiores vítimas, pois emoções negativas como raiva, ressentimentos e impaciências dos

outros membros da família as atingem como se elas fossem uma válvula de escape (Sanchez & Minayo, 2006). Essas ações baseadas na raiva, ressentimento e impaciência que balizam, então, a interação entre adulto e criança, influenciando os processos proximais que se formarão.

As análises sobre o fenômeno da violência intrafamiliar nos levam a concluir que os lares não são tão sagrados quanto pretendem parecer, embora várias experiências mostrem que são espaços passíveis de intervenção para mudanças. Sobretudo porque a violência contra a infância e a adolescência é reconhecida como componente importante da violência social e como elemento propulsor e reproduzidor de suas expressões, o campo das intervenções tem que contemplar o âmbito cultural, da prevenção e também, por vezes, a repressão e o castigo de pais que mutilam ou até matam seus filhos (Minayo, 2001).

A literatura varia quanto às classificações, mas, apesar de algumas diferenças, sintonizam-se e geralmente são classificadas em violência física, violência psicológica, negligência física, negligência psicológica e abuso sexual (Calheiros, 2006). A Organização Mundial de Saúde (OMS) classifica a violência contra crianças de acordo com os danos causados, em quatro tipos: danos físicos, sexuais, emocionais/psicológicos e negligência; atos desses tipos resultariam em danos físicos e psicológicos; danos ao crescimento, desenvolvimento e maturação das crianças (OMS, 2006).

Em resumo, da perspectiva do ato praticado, a violência contra crianças e adolescentes é classificada pela literatura como: a) física – uso da força física com a intenção de prejudicar outrem; b) psicológica – violência verbal ou gestual, com a intenção de humilhar, ameaçar ou causar danos à autoestima de alguém; c) sexual – a imposição da prática sexual contra a vontade da vítima e d) de privação ou negligência – falta ou negação de cuidados (Minayo, 2005).

A classificação das violências contra crianças e adolescentes também pode ser desenvolvida a partir das repercussões das vivências, conforme propomos a seguir¹: a) física, ou seja, os maus-tratos físicos e os atos de negligência que causem dano físico; b) emocional, computando-se os maus-tratos comumente chamados de psicológicos, violência verbal, os atos de negligência que gerem danos psicológicos e qualquer dano físico que gerem prioritariamente danos psicológicos e c) sexual, que abarca todos os tipos de violência contra a liberdade e dignidade sexual, como a manipulação de órgãos genitais, exibição de imagens de sexo e o estupro.

A violência física é o uso da força física contra a população infanto-juvenil, causando-lhe desde uma leve dor, danos e ferimentos de média gravidade e até o homicídio, tentado ou consumado. Preocupação com a segurança, educação e a hostilidade intensa são as justificativas e o lar é o local privilegiado para tal prática, embora as crianças que vivem nas ruas ou as institucionalizadas sejam também vítimas frequentes (Minayo, 2001).

As consequências mais frequentes de violência física são lesões abdominais, fraturas de membros, mutilações, traumatismos cranianos, queimaduras, lesões oculares e auditivas, muitas delas levando a invalidez permanente, ou temporária, ou até à morte (Minayo, 2001). Entretanto, muitas das definições de abuso físico incluem consequências diversas do ferimento, como sequelas emocionais, desde que originadas de um mau-trato físico (Calheiros, 2006), entendimento que se coaduna com o nosso, conforme analisaremos nos estudos desta tese.

A violência sexual está bem especificada na legislação criminal, apesar de existir pouco consenso sobre a identificação de atos sexualmente abusivos (Calheiros, 2006). A maioria dos atos relacionados ao abuso sexual estão tipificados no Código Penal (Brasil, 1940), alguns

¹ Esta classificação inédita foi proposta em capítulo de livro: Henriques, C.G.P, Merçon-Vargas, E. A., & Rosa, E. (2021). Violência física, emocional e sexual intrafamiliar durante a infância e adolescência entre estudantes universitários. Em: *Múltiplas facetas de la violencia en Latinoamérica*.

incluídos pela lei 12.015 de 2009, e também no título VII do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A quantificação da violência sexual é difícil porque, envolvido em tabus culturais, relações de poder nos lares e discriminação das vítimas como culpadas, esse fenômeno aparece subestimado nas estatísticas do sistema de saúde e das secretarias de polícia. Porém alguns exemplos localizados podem ilustrar a sua ocorrência (Minayo, 2001).

Este tipo de violência se configura como todo ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual entre um adulto (ou mais) em uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimulá-los sexualmente ou obter estímulo para si ou outrem. Os principais agressores são o pai, o padrasto e pessoas conhecidas da família (Minayo, 2001). Considera-se, em resumo, violência sexual atos com e sem contato físico, desde conversas de cunho sexual até o estupro propriamente dito.

No que se refere à violência emocional, comumente tratada por violência psicológica pela literatura especializada, na década de 70, foi demonstrada ao mundo a gravidade dos abusos na infância através da “síndrome da criança espancada”, impulsionando estudos sobre violência física e violência sexual e seus impactos na saúde de crianças, adolescentes e adultos. E foi por meio desses estudos e experiências que se identificou que violência psicológica, pouco estudada até então, era mais difícil de ser identificada, porém poderia causar sérios danos às vítimas (Abranches & Assis, 2009).

Com o passar do tempo, novos estudos surgiram nas décadas de 70, 80 e 90, que apontaram para a grande preocupação em se conceituar e definir a violência psicológica. Diferentemente das outras violências, que já possuíam definição e conceitos mais nítidos, possibilitando melhor detecção e consequente intervenção, a violência psicológica era pouco diagnosticada apesar de recorrente, justamente pela falta de conceito.

Segundo as autoras (Abranches & Assis, 2009), estudiosos do desenvolvimento psicológico infantil mostraram que a violência psicológica acarretava ataques ao ego da criança, com sérios danos e distorções introduzidas em seu mapa psicológico sobre o mundo, através de cinco comportamentos parentais tóxicos: rejeitar, isolar, aterrorizar, ignorar e corromper a criança ou o adolescente. Esses comportamentos seriam um auxílio na detecção do abuso, sendo que o reconhecimento dependeria do contexto da vítima está inserida. Dessa forma, haveria reconhecimento de maus-tratos diante da incidência de uma mensagem cultural específica de rejeição ou quando prejudicasse o processo de socialização e desenvolvimento psicológico.

A violência emocional, também conhecida pela literatura como crueldade mental, mau-trato moral ou violência psicológica, atualmente, tem sido mais evidenciada em estudos, diferentemente do que ocorria no passado (Calheiros, 2006). E atos difíceis de se nomear, comumente são classificados como violência psicológica de forma genérica, mas a negligência, por ter conceito mais facilitado, é separada desta. Entretanto, entendemos se tratar do mesmo construto, uma vez que ambos podem ter consequências muito próximas.

A violência psicológica, também denominada tortura psicológica, está relacionada às práticas sistemáticas dos adultos que depreciam as crianças, bloqueiam seus esforços de autoestima e realização, ou as ameaçam de abandono e crueldade (Minayo, 2001). Segundo Day et al. (2003), violência psicológica é toda ação ou omissão que causa ou pretende causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Trata-se da forma mais subjetiva da violência, embora seja muito recorrente sua associação com agressões físicas. A violência psicológica ocasiona marcas no desenvolvimento e pode comprometer toda a vida mental de quem a vivencia.

Segundo Day et al. (2003), os danos imediatos da violência psicológica são pesadelos repetitivos, ansiedade, raiva, culpa, vergonha, medo do agressor e de pessoa do mesmo sexo, quadros fóbico-ansiosos e depressivos agudos, queixas psicossomáticas, isolamento social e

sentimentos de estigmatização. Na mesma linha, são classificados como danos tardios: aumento significativo na incidência de transtornos psiquiátricos; dissociação afetiva, pensamentos invasivos, ideação suicida e fobias mais agudas; níveis intensos de ansiedade, medo, depressão, isolamento, raiva, hostilidade e culpa; cognição distorcida, tais como sensação crônica de perigo e confusão, pensamento ilógico, imagens distorcidas do mundo e dificuldade de perceber realidade; redução na compreensão de papéis complexos e dificuldade para resolver problemas interpessoais.

A literatura especializada geralmente utiliza a expressão violência psicológica, inclusive para abarcar a VE, que seria um desdobramento da primeira. A violência psicológica tem origem no substrato psíquico e tem conteúdo de origem psicológica, uma vez que a finalidade é se atingir o psíquico da vítima, por meios de danos à sua identidade, seus valores e seus princípios. Diferentemente, a violência emocional está diluída nas várias formas de violência existentes, ou seja, é uma violência-resultado que caminha junto com os outros tipos de violência, inclusive com a violência psicológica, conforme será evidenciado no decorrer desta pesquisa.

Nesta tese, vamos usar a expressão violência emocional e propor a sua utilização para os casos em que a violência ultrapasse os sentidos estritamente psicológicos. Entendemos que VE sugere maior abrangência dos fatos violentos vivenciados, abarcando-se as ações nocivas que influenciam os aspectos cognitivo-comportamentais e psicológicos em geral das vítimas e dos agressores, assim como aqueles atos que abalam as emoções e os sentimentos mais profundos e individuais das pessoas, ultrapassando, entretanto, o conteúdo eminentemente emotivo.

A violência psicológica ocupa um espaço privilegiado no desdobramento da violência emocional, ou seja, na maioria das vezes a primeira violência endereçada à vítima é a psicológica, que acaba ocasionando a emocional, mas não é uma situação exclusiva. Isso porque

VE são atos que podem derivar da violência psicológica, mas também de ações físicas e sexuais que causem mais constrangimentos do que marcas ou mesmo dor física.

Podemos citar alguns exemplos. Um tapa no rosto de uma criança inicialmente se trata de uma violência física, com consequências físicas como dor ou hematomas, mas, se realizado na frente de outras pessoas, mesmo que não cause dor alguma (uma simulação de tapa que só encoste no rosto ou um tapa muito leve), pode ser considerado uma violência emocional. Mesmo em se causando dor, a vítima pode se ater tão somente à humilhação que sofreu na frente dos outros (colegas da escola, por exemplo). O ato de quebrar ou ameaçar quebrar o brinquedo preferido de uma criança, que aparentemente não se encaixa em nenhum tipo de violência, pode ocasionar grandes consequências do ponto de vista emocional. Exemplos hipotéticos como esses ilustram como a VE pode ser pensada para além de um mero desdobramento da violência psicológica e é justamente isso que os estudos discutirão ao longo da tese, sobretudo a partir dos relatos de vivências de violência.

A violência emocional é um fenômeno transgeracional que “está envolto por um pacto de silêncio, principal responsável pelo ainda tímido diagnóstico e pelo reduzido número de notificações” (Abranches & Assis, 2009, p. 851). O pacto de silêncio se intensifica na infância, dificultando a coleta de dados com crianças e adolescentes, havendo diversos fatores envolvidos que se entrelaçam. A maioria das violências sofridas por esses sujeitos é doméstica e dificilmente os pais viabilizariam a consecução das pesquisas, precisando-se, então, de mediadores como os órgãos de atendimento. Mas, como há o pacto de silêncio e baixo número de notificações, também não se torna fácil o acesso a esses sujeitos, o que justifica a busca por sujeitos adultos como participantes para o terceiro estudo desta tese.

O pacto ou muro de silêncio atrapalha, pois, o diagnóstico, os relatos, as notificações e as orientações às vítimas e suas famílias e já foi evidenciado por estudos como o de Nascimento, Rosa e Alencar (2016). Naquele trabalho, as autoras defendem que o estágio

heterônomo proposto por Piaget (1932/1994) ou os primeiros dois níveis de desenvolvimento moral considerados por Kohlberg (1992) podem contribuir consideravelmente na manutenção do silêncio sobre o abuso sexual perpetrado contra crianças. Entendemos que a violência emocional também pode ser analisada segundo os critérios propostos.

Em Piaget, a partir do pensamento heterônomo da criança no realismo moral, pode-se compreender os motivos que as levam a não denunciarem o agressor. As regras são imutáveis, quando as crianças não as avaliam ou as questionam, por falta da consciência necessária para tal, ou seja, o pensamento heterônomo é originário da coação dos adultos e as regras impostas por eles são de grande valor. A criança tende, então, a manter fidelidade às regras impostas e manterá o segredo (que tem a mesma estrutura psicológica da mentira) sobre pais ou responsáveis que praticaram a violência (Nascimento, Rosa & Alencar, 2016).

O silêncio da criança sobre a violência é sustentado por dois fatores: 1) a criança orienta suas atitudes pelo medo ou pelo temor de perder o amor das pessoas adultas consideradas importantes e 2) o respeito unilateral faz com que a criança se cale. O medo das consequências da revelação pode impedi-la de falar sobre a violência.

No mesmo sentido, de acordo com os estágios do desenvolvimento moral de Kohlberg, a criança também poderia manter segredo sendo obediente ao adulto para não ser castigada (fase pré-convencional), para obter uma consequência vantajosa para si (segundo estágio), para obter a aprovação social, uma vez que sabe que o abuso seria uma atividade errada (terceiro estágio) e para a manutenção da sociedade, por meio da manutenção da ordem (quarto estágio) (Nascimento, Rosa & Alencar, 2016).

A maior parte das pessoas adultas não ultrapassa o nível convencional de Kohlberg ou não atinge o estágio autônomo de Piaget, o que corroboraria o fato de, em muitos casos, as pessoas não revelarem o abuso sofrido por uma criança próxima. Referindo-se à prevalência da manutenção da ordem e das instituições, as autoras concluem que o silêncio mantido por essas

pessoas próximas objetivaria a manutenção da instituição familiar, instituição privada e sagrada. Afirmar a existência do abuso poderia representar uma ameaça à sua conservação (Nascimento, Rosa & Alencar, 2016).

Outras situações podem contribuir para a não denúncia do abusador por parte da criança, como a vergonha e a humilhação sentidas, a baixa autoestima, ameaça de morte do abusador, a dependência que a vítima acredita ter da família e o medo de “trair” a família. Todo um ambiente de coação pode contribuir para a existência do respeito unilateral e para a permanência das crianças na heteronomia de Piaget e nos estágios iniciais propostos por Kohlberg. Assim, como a moralidade na criança e no adolescente passa por um processo que depende de sua experiência social, se na forma de interação com os adultos está inclusa a violência, as regras de silêncio possuem grandes chances de serem obedecidas, sobretudo durante o início do desenvolvimento moral (Nascimento, Rosa & Alencar, 2016).

A violência emocional geralmente é praticada em conjunto com outras formas de violência, e crianças e adolescentes são frequentemente expostos a múltiplas formas de vitimização na família (Finkelhor et al., 2007). E quanto maior o número de categorias e a gravidade da violência vivenciada, maior também será a probabilidade de ocorrerem repercussões, como a revitimização (Thoresen et al., 2015). Os agressores mais apontados são genitores, responsáveis e coabitantes (Silva et al., 2017; Costa et al., 2015; Rocha & Moraes, 2011; Greenfield & Marks, 2009; Nunes & Sales, 2016; Lourenço et al., 2013).

As violências emocionais são comumente praticadas por meio de ações ou omissões como violência interparental, alienação parental, negligência, desvalorização/xingamentos, humilhação, abandono, ameaça, desdém, isolamento ou rejeição, falta de afeto, falta de diálogo, atos antissociais ou delitivos e ameaça de morte. Além disso, podem ser desdobramentos de outros tipos de violência.

Entende-se por violência interparental viver em ambiente conflituoso, presenciar violência entre os familiares, inclusive a conjugal, sob a formas de gritos entre o casal e trocas de nomes pejorativos entre eles (Shen et al., 2016) e violência de gênero.

Alienação Parental é a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, geralmente promovida ou induzida por um dos genitores para que repudie o outro genitor, causando prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este. Também podem cometer alienação parental, avós ou aqueles que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância, assim como previsto na Lei 12.318/2010.

Negligência refere-se a privações de direitos fundamentais para o crescimento e desenvolvimento, bem como a ausência de atenção às necessidades físicas, emocionais (Magalhães et al., 2017), como alimentação, vestimenta, estimulação, aprendizagem e crescimento (Calheiros, 2006), ou falha em fornecer supervisão que garanta a segurança das crianças e dos adolescentes (Malta et al., 2016). Trata-se de um tipo de ação difícil de ser quantificado e qualificado, sobretudo quando as famílias estão em situação de risco (Minayo, 2001).

Desvalorização/xingamentos são nomes pejorativos dados à criança e ao adolescente, quando eles se sentem insuficientes, bem como atos que menosprezem suas capacidades de fazer algo. Humilhações são tanto demonstrações públicas de menosprezo, quanto secretas, por meio de olhares (Silva et al., 2017). Amedrontamento/disciplina severa refere-se a castigos desproporcionais, como punição das condutas dos participantes. Abandono é o desamparo, total ou parcial, como deixar os adolescentes sozinhos em casa e se negar a cuidar deles (Costa et al., 2015).

Ameaça refere-se às intimidações para que se faça ou se deixe de fazer algo, sob pena de castigo iminente. Desdém, isolamento ou rejeição são falas diretas como “você nunca deveria ter nascido” (Shen et al., 2016), bem como ações indiretas de falta de interesse pelos

sentimentos dos adolescentes. Falta de afeto pode ser compreendido como ausência de amor (Lírio et al., 2018) e carinho dos pais/familiares.

Falta de diálogo é a recusa em falar com os jovens (Greenfield & Marks, 2009), bem como a desconsideração das suas opiniões. Cárcere privado ou ambiente fechado está associado ao ato de trancafiar crianças e adolescentes em cômodos da casa (Lírio et al., 2018) a fim de amedrontá-los ou aplicar-lhes punição. Atos antissociais ou delitivos são aqueles em desacordo com as normas jurídicas ou incompatíveis com a idade, como beber ou usar drogas (Melançon & Gagné, 2011), mas que são encorajados pelos perpetradores. Ameaça de morte é um tipo de ameaça grave em que se faz referência a tirar a vida dos participantes (Costa et al., 2015).

A violência contra crianças e adolescentes, em todas as suas formas, é um fator de risco para o desenvolvimento de repercussões diversas, em vários momentos do ciclo de vida (Thoresen et al., 2015). A exposição à violência pode impactar diretamente no desenvolvimento de crianças, adolescentes e adultos. As principais consequências e de maior impacto na saúde das crianças identificadas por Lourenço et al. (2013), em revisão de literatura sobre as consequências da exposição à violência doméstica – física, emocional e sexual – foram stress pós-traumático e insegurança. Também em revisão de literatura, Abranches e Assis (2009) relataram que a vivência da violência psicológica em crianças pode influenciar em searas como aprendizagem, relações interpessoais, comportamento e sentimentos.

Mesmo sendo tratada pelas autoras como violência psicológica, percebemos aqui a influência da violência emocional nos sentimentos, comportamento, aprendizagem e relações interpessoais, que podem estar associados a diversos tipos de violência, muitas vezes correlacionados entre eles. O diferencial da VE em relação às outras naturezas de violência é muito sutil, porém substancial, conforme veremos ao longo deste trabalho.

Pouliot-Lapointe et al. (2014), em estudo com 143 díades de pais e filhos, constataram que práticas parentais psicologicamente violentas estão associadas a sintomas de ansiedade e

depressão em pré-adolescentes e a comportamentos agressivos em crianças. Em se tratando de repercussão na vida adulta, a violência parental, anteriormente experimentada, pode ser considerada o mais importante fator de risco para também se exercer violência parental na adultez (Hellmann et al., 2018).

Ademais, a exposição à violência interparental também foi identificada como um fator de risco para se sofrer violência por parceiro íntimo. Presenciar violência no ambiente doméstico pode ser considerado forma de violência; envolve a percepção de crianças e adolescentes que testemunham esta violência e traz consequências para estes jovens em desenvolvimento. Em pesquisa com 19.925 mulheres na Nigéria, concluiu-se que exposição à violência interparental aumenta o risco das mulheres sofrerem na vida adulta pelo menos um tipo de violência íntima – física, sexual ou emocional – de parceiro (Solanke, 2018).

Dessa forma, a violência é transgeracional porque perpassa as gerações (Keiski et al., 2018; Neppel et al., 2017; Yaghoubi-Doust, 2013) à medida que também se revela uma forma de resolução de conflitos passada de pais para filhos (Bandura, Ross & Ross, 1961). A violência induz a sua reprodução no que diz respeito até mesmo ao tipo de ato praticado; pessoas que sofreram abuso emocional e/ou físico na infância, por seus pais, têm maior probabilidade de seguir o modelo de violência em seus filhos. Assim, as crianças sofrem violência emocional em famílias de pais que, por sua vez, sofreram violência emocional na infância por parte de seus pais (Rikić et al., 2017).

Ainda, quanto maior número de membros de uma família, maior é o fator de risco para a manutenção de práticas violentas e de sofrimento de violência por parte das crianças (Rikić et al., 2017). Em comparação univariada, violência psicológica de avó, em relação aos pais, mostrou ser um risco de violência física contra crianças da próxima geração. Em relação à violência psicológica, sofrer este tipo de violência de avô e avó eram o risco para as crianças na geração seguinte. Outros resultados também mostraram que um terço das vítimas

entrevistadas continuou o padrão de parentalidade negligente ou abusiva; outro terço permaneceu vulnerável aos efeitos da pressão sobre a probabilidade de se tornarem pais abusivos (Fowler, Tompsett, Braciszewski, Jacques-Tiura & Baltes, 2009).

O ambiente doméstico influencia no crescimento da criança e na criação da imagem sobre a vida e o comportamento. Crescer em um ambiente familiar abusivo pode ensinar a criança que o uso de violência e agressão é uma forma viável para lidar com o conflito interpessoal, o que pode aumentar a probabilidade de que o ciclo de violência continue quando a criança atingir a idade adulta (Kwong, Bartholomew, Henderson & Trinke, 2003).

As repercussões da violência emocional podem ser agrupadas didaticamente de acordo com características que as tornam pertencentes ao mesmo grupo temático. No que se refere às consequências na infância e adolescência, a violência emocional está associada à manifestação de sintomas internalizantes, como ansiedade, depressão, problemas psicossomáticos, transtorno de estresse pós-traumático, insegurança, autoimagem negativa, medo e vergonha (Benavente et al., 2012; Fonseca et al., 2017; Lírio et al., 2018; Pouliot-Lapointe et al., 2014; Turner et al., 2012; Zarling et al., 2013). Em se tratando das consequências na vida adulta, as principais repercussões da violência referem-se aos sintomas externalizantes relativos à agressividade (Edwards et al., 2014; Lange et al., 2016).

A violência emocional vivenciada na infância é um fenômeno vivenciado por populações distintas, é transgeracional e um fator de risco para o desenvolvimento, podendo ocasionar depressão, insegurança, prejuízos cognitivo-comportamentais e interferir nos relacionamentos interpessoais ao longo do ciclo de vida. Tornar visível este tipo de violência contribui para o enfrentamento e a minimização dos efeitos negativos da violência.

Contextos ecológicos: a Teoria Bioecológica, estilos parentais, violência intrafamiliar como fator de risco

A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes é um fenômeno complexo, que precisa ser analisado a partir das variadas percepções do que seja violência e das suas múltiplas significações e diferentes contextos sociais, históricos e familiares. O relacionamento dos pais com os filhos pode favorecer ou desfavorecer as relações afetivas entre os membros, o que seria crucial para propiciar, ou não, processos de desenvolvimento recíprocos e afetivos (Bronfenbrenner, 1996). Desta parte, entende-se que é possível utilizar a Teoria Bioecológica de desenvolvimento humano para analisar e discutir dados em pesquisas empíricas sobre o fenômeno violência contra crianças e adolescentes dentro de contextos familiares (De Antoni & Koller, 2010; Poletto & Koller, 2008; Cecconello, De Antoni & Koller, 2003; Merçon-Vargas, Lima, Rosa & Tudge, 2020).

Segundo a Teoria Bioecológica, a família é caracterizada como o primeiro ambiente da criança, constituindo-se, pois, num importante microssistema. Inicialmente as interações ocorrem de forma diádica, como, por exemplo, pela relação da mãe com a criança, mas, aos poucos, as relações vão se expandindo dentro do grupo familiar, formando vários subsistemas, como a relação pai-criança e a relação entre irmãos (Cecconello, De Antoni & Koller, 2003). Espera-se que, neste ambiente, ocorram interações contínuas e regulares, com reciprocidade e afeto, pois os processos proximais com a família na infância (principalmente com os pais) propiciam o desenvolvimento de habilidades nas interações da criança, que se tornará cada vez mais ativa no seu próprio desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 2006; Rosa & Tudge, 2016).

O microssistema família, ambiente de interação imediato da criança, tem a potencialidade de ser a maior fonte de segurança, proteção, afeto, bem-estar e apoio, onde exercitam-se papéis e experimentam-se situações, sentimentos e atividades. Aqui a criança

desenvolve o senso de permanência e o de estabilidade (Cecconello, De Antoni & Koller, 2003), considerados pontos importantíssimos por Bronfenbrenner.

A permanência está relacionada com a percepção de que elementos centrais da experiência de vida são estáveis e se mantêm organizados, através de rotinas e rituais familiares. A estabilidade é fornecida através do sentimento de segurança dos pais aos filhos, de que não haverá rupturas ou rompimentos, mesmo diante de situações de estresse. A garantia de permanência e estabilidade faz a família funcionar como um sistema integrado, cujo objetivo principal é o de promover o bem-estar de seus membros (De Antoni, Medeiros, Hoppe & Koller, 1999).

Cecconello, De Antoni e Koller (2003) trazem três características importantes da Teoria Bioecológica que se estabelecem nas relações dentro da família, quais sejam, a reciprocidade, o equilíbrio de poder e o afeto: (1) a reciprocidade é a influência de via dupla entre duas pessoas, numa relação, podendo um dos participantes ser mais influente do que o outro. Nesses casos, se a situação é saudável e confortavelmente aceita, é definida como (2) equilíbrio de poder. Não obstante, é importante a alteração gradual do equilíbrio de poder em favor da pessoa em desenvolvimento, promovendo o desenvolvimento da autonomia. (3) O afeto é outra característica que desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento; quanto mais positivas e calorosas forem as relações numa díade, maior a probabilidade de ocorrerem processos evolutivos de forma adaptada.

As relações familiares baseadas em violência, onde os processos proximais (que mais adiante chamaremos de inversos) são construídos inversamente ao que propôs Bronfenbrenner, podem influenciar o desenvolvimento da criança ou do adolescente. Estaríamos falando na família como fator de risco, e não de proteção.

Fatores de risco estão relacionados com os eventos negativos de vida que podem aumentar a probabilidade de problemas físicos, sociais ou emocionais; são experiências

estressoras no desenvolvimento infantil, como divórcio dos pais, violência, pobreza e empobrecimento, desastres, catástrofes naturais, guerras e outras formas de trauma. Atualmente, interpretam-se esses estressores de forma não estática, ou seja, devem ser levados em consideração elementos como intensidade, frequência, duração, severidade, bem como a forma como esses eventos estressores são percebidos pela criança ou adolescente (Poletto & Koller, 2008). Dessa forma, no caso de uma criança sofrer violência emocional, para avaliarmos os impactos desse evento estressor, devemos analisar o contexto familiar, se a violência era a única forma de comunicação entre vítima e agressor, se a criança frequentava outros ambientes, se teve rede de apoio e outras características individuais.

Os fatores de proteção referem-se às influências que modificam, melhoram ou alteram respostas pessoais a determinados riscos de desadaptação, tendo por característica essencial a modificação catalítica da resposta da pessoa à situação de risco. Esses fatores podem não apresentar efeito na ausência de um estressor, pois seu papel é o de modificar a resposta em situações adversas, mais do que favorecer diretamente o desenvolvimento. Proteção não é uma “química de momento”, mas o modo como a pessoa lida com as transições e mudanças de sua vida, o sentido que ela dá às suas experiências, seu sentimento de bem-estar, autoeficácia e esperança, e a maneira como ela atua diante de circunstâncias adversas (Poletto & Koller, 2008). A título de exemplo, alguns fatores de proteção que são considerados fundamentais para o desenvolvimento (Masten & Garmezy, 1985): autonomia, autoestima, rede de apoio social, coesão familiar, presença de pelo menos um adulto com interesse pela criança, laços afetivos no sistema familiar.

Segundo Poletto e Koller (2008), a família pode ser considerada um fator protetivo e um fator de risco, uma vez que as relações entre pais e filhos são complexas. A promoção ou não, por parte dos cuidadores, de um ambiente incentivador, protetivo e seguro, no qual as pessoas possam aprender e se desenvolver seria crucial para falarmos em família como fator de

risco ou de proteção. A família protetiva proporciona o alicerce necessário para a socialização, vínculo positivo entre a criança e seus pais (ou cuidadores), a ausência de discórdia conjugal severa e o enfrentamento positivo de problemas. Famílias protetivas também tendem a apresentar coesão, acolhimento, continuidade e estabilidade, com afeto, equilíbrio de poder, cuidados adequados, senso de pertencimento e disciplina consistente.

Por outro lado, falar em família não protetiva, ou seja, aquela que funciona como fator de risco, seria falar, entre outras possibilidades, nas modalidades de violência doméstica, como a violência física, a sexual, a negligência e a violência psicológica/emocional (Deslandes, 1994). E como fatores de risco para a ocorrência da violência emocional associados aos pais, destacam-se: habilidades parentais, abuso de substâncias, depressão, tentativas de suicídio ou outros problemas psicológicos, baixa autoestima, poucas habilidades sociais, pais autoritários, violência doméstica e exposição à violência conjugal (Maia & Williams, 2005).

Em relação às peculiaridades intrafamiliares, os estilos parentais também são um fator relacionado às práticas do microsistema que podem influenciar o desenvolvimento de crianças e adolescentes. O estilo parental refere-se ao padrão global de características da interação dos pais com os filhos em diversas situações, que geram um clima emocional (Darling & Steinberg, 1993). Os comportamentos parentais foram inicialmente classificados de três formas: estilo permissivo, estilo autoritário e estilo autoritativo. De acordo com o estilo permissivo, os pais suscitam excesso de autoregulação na criança, não cobram suficientemente responsabilidades dela, pois trabalham basicamente com o reforço positivo. O estilo autoritário é praticado por pais que controlam o comportamento dos filhos por meio de padrões, restringindo-lhes a autonomia e não considerando o ponto de vista das crianças e usando punições e reforço negativo. O estilo autoritativo, por sua vez, é desempenhado pelos pais que, apesar de utilizarem o reforço positivo e de considerarem o ponto de vista das crianças, também exigem o cumprimento de regras (Baumrind, 1966, 1971).

O modelo de estilos parentais de Baumrind foi reformulado por Maccoby e Martin (1983), que separaram o estilo permissivo em dois: o indulgente e o negligente. Esta diferenciação permitiu distinguir, nas famílias que fazem poucas demandas de controle, uma variação no seu nível de responsividade. Os quatro estilos parentais emergentes deste modelo são então: o autoritativo, o autoritário, o indulgente e o negligente. Ceconello, De Antoni e Koller (2003) descrevem, em revisão de literatura, os quatro estilos parentais com base em Baumrind, (1966) e Glasgow, Dornbusch, Troyler, Steinberg e Ritter, (1997), que será exposto a seguir.

O estilo **autoritativo** resulta da combinação entre exigência e responsividade em altos níveis. Pais autoritativos estabelecem regras para o comportamento de seus filhos, que são consistentemente enfatizadas, monitorando suas condutas, corrigindo atitudes negativas e gratificando atitudes positivas. A disciplina é imposta de forma indutiva e a comunicação entre pais e filhos é clara e aberta, baseada no respeito mútuo. Aqui há afeto, possibilidade de desenvolvimento de habilidades, por meio de solicitação das opiniões quando conveniente.

Pais **autoritários** mantêm altos níveis de controle e baixa responsividade e são rígidos e autocráticos. Eles impõem altos níveis de exigência, estabelecendo regras estritas, independentemente de qualquer participação da criança, pois tendem a supervalorizar a obediência por meio do respeito à autoridade e à ordem. Alguns utilizam a punição como forma de controle do comportamento e não valorizam o diálogo e a autonomia, reagindo com rejeição e baixa responsividade aos questionamentos e opiniões da criança.

O estilo parental **indulgente** resulta da combinação entre baixo controle e alta responsividade. Pais indulgentes não estabelecem regras ou limites para a criança, com poucas demandas de responsabilidade e maturidade. Há excesso de tolerância, quando a criança monitora seu próprio comportamento. Esses pais são afetivos, comunicativos e receptivos com os filhos e tendem a satisfazer todas as demandas que a criança apresente.

Pais negligentes mantêm combinação entre controle e responsividade em baixos níveis e não são nem afetivos nem exigentes. Costumam demonstrar pouco envolvimento com a tarefa de socialização da criança e não monitoram seu comportamento. Tendem a manter seus filhos à distância, respondendo somente às suas necessidades básicas, pois estão frequentemente centrados em seus próprios interesses.

O tipo de relação desenvolvida entre pais e filhos dentro da família pode interferir no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, positivamente ou negativamente. Os processos proximais podem ser positivos ou negativos para o desenvolvimento, e o estilo parental tem forte influência nesta questão. Se a forma de comunicação familiar se manifesta com base na violência, sem afeto, reciprocidade e equilíbrio de poder (Bronfenbrenner, 1979/1996), possivelmente estaremos diante de pais autoritários cujas ações podem ocasionar prejuízo ao desenvolvimento da criança em todo seu ciclo de vida. Assim como os estilos negligente e indulgente, cuja falta de regras e limites e exigências podem configurar abandono emocional, também ocasionando prejuízos ao desenvolvimento.

Dessa forma, torna-se importante uma abordagem sistêmica para se compreender a contextualização, as particularidades e a intergeracionalidade da violência, que influenciam diretamente no desenvolvimento humano e que são influenciados por diversos fatores. Esta abordagem foi proposta por Urie Bronfenbrenner (1979/1996, 2004) e encontra-se em constante evolução, conforme veremos mais adiante. Quatro núcleos básicos, que se influenciam reciprocamente, integram e estruturam a Teoria Bioecológica: Pessoa, Processos Proximais, Contexto e Tempo (Modelo PPCT). Este modelo teórico-metodológico abrange as dimensões individuais do desenvolvimento humano, as características biopsicológicas, grupais e sociais, que interagem entre si.

O núcleo pessoa se refere às características do eu ecológico, às características biológicas, psicológicas, sociais e suas interações, bem como o sistema de crenças e sua

interação com o ambiente. O desenvolvimento estaria relacionado com estabilidade e mudança nas características da pessoa durante todo o ciclo de vida (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Segundo Bronfenbrenner (1995) e Bronfenbrenner e Morris (2006), há grupos de características importantes a serem analisadas: o primeiro grupo são as características de demanda, as mais salientes nos indivíduos, e que são um estímulo imediato para outra pessoa, como idade, gênero, cor da pele, estatura, aparência física. O segundo grupo refere-se às características de recurso, que podem ser identificadas a partir das características de demanda percebidas, ou seja, não são tão imediatas, mas são construídas e internalizadas durante as trocas entre pessoa em desenvolvimento e ambiente. Trata-se de recursos cognitivos, emocionais e recursos sociais e materiais, ou seja, desde as experiências e habilidades desenvolvidas (até mesmo acesso a recursos financeiros) passando pelo cuidado parental, lazer e vivências relativas à educação. Por último, as características de força, desenvolvidas a partir de estímulos e incentivos recebidos pelo indivíduo, que estariam relacionadas à persistência e ao temperamento.

Os processos proximais, motor do desenvolvimento (Bronfenbrenner, 2001/2005), são as interações do sujeito com pessoas, objetos ou símbolos, no seu ambiente imediato (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Este núcleo é definido a partir de duas proposições; primeiro, o desenvolvimento ocorre a partir de processos cada vez mais complexos de interações recíprocas entre um organismo humano biopsicológico ativo, em evolução, e as pessoas, objetos e símbolos em seu ambiente. Para haver eficácia, essas interações denominadas processos proximais devem ser regulares durante períodos extensos, ou seja, perduráveis.

A segunda proposição refere-se à forma, ao poder, ao conteúdo e à direção dos processos proximais. Assim, esses fatores variam sistematicamente como uma função conjunta das características da pessoa, do ambiente e das permanências e mudanças sociais que se

desdobram durante o ciclo de vida e também no período histórico (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

O núcleo contexto é o ambiente ecológico no qual as pessoas se desenvolvem e compreende quatro subsistemas interconectados: microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema (Bronfenbrenner, 1979/1996). O microssistema é o ambiente imediato que compreende as vivências daquele grupo específico, por exemplo, a família, que é o primeiro microssistema de uma pessoa. O microssistema representa um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciadas pela pessoa em desenvolvimento nos contextos nos quais ela estabelece relações face a face com suas características físicas e materiais. Neste contexto, as características das pessoas com as quais se compartilha o ambiente também podem influenciar a pessoa em desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

O mesossistema é o conjunto formado por microssistemas; são as relações entre os ambientes imediatos, como a escola, trabalho e instituição religiosa. Nesse nível, podemos falar de transição ecológica, que seria a passagem da pessoa em desenvolvimento de um contexto ecológico para outro e que pode ocorrer ao longo de todo o ciclo de vida, como, por exemplo, terminar a escola e entrar numa empresa, casar-se, mudar de cidade. Essas transições influenciam no desenvolvimento das pessoas porque podem alterar a forma como elas pensam, sentem e agem (Bronfenbrenner, 1977).

O exossistema é o ambiente no qual a pessoa em desenvolvimento não está presente fisicamente, mas cujos eventos lá ocorridos têm alguma influência sobre seu desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1977). Importante salientar, então, que as influências do exossistema que recaem sobre o ambiente da pessoa em desenvolvimento são indiretas (Tudge, 2008).

O macrossistema compreende a cultura, subcultura ou estrutura social mais ampla, cujos membros compartilham valores, crenças, estilos de vida, escolhas e padrões de intercâmbio social (Bronfenbrenner, 1979/1996, 1977; Tudge, 2008). Ainda que num plano

mais amplo, o macrossistema é refletido no funcionamento, nos valores e nas tradições da família (Garbarino & Eckenrode, 1997) e está em constante mudança através das gerações.

O núcleo Tempo refere-se os acontecimentos históricos e aos episódios da vida cotidiana, ou seja, às influências culturais que recaem sobre a pessoa em desenvolvimento, bem como as rotinas e os eventos da história daquela pessoa. Esse cronossistema refere-se aos grandes acontecimentos históricos (guerras, mudanças de governo, desastres ambientais), ao desenvolvimento pessoal pontual da pessoa em desenvolvimento e também às continuidades e mudanças que podem ocorrer durante o ciclo de vida (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

A evolução da Teoria Bioecológica e os processos proximais inversos

Rosa e Tudge (2013) descrevem a evolução da teoria de Bronfenbrenner, expondo as três fases que proporcionaram a transição de uma teoria ecológica para uma teoria bioecológica. Em resumo, a fase 1 culminou na publicação de *The Ecology of Human Development*, em 1979; na fase 2 foram realizadas modificações na teoria, com mais atenção ao papel do indivíduo e maior preocupação com os processos de desenvolvimento; na Fase 3, os processos proximais foram definidos e colocados no coração da Teoria Bioecológica e, a partir de 1998, foi proposto o modelo Processo-Pessoa-Contexto-Tempo (PPCT).

Como explicam os autores, a primeira fase da Teoria Bioecológica (1973-1979) foi caracterizada por uma descrição de contextos ecológicos deixando evidente a natureza social do processo de desenvolvimento humano. Nesta fase, pode-se encontrar a descrição mais completa dos diferentes níveis do ambiente ecológico em que os seres humanos se desenvolvem. Seres humanos são descritos não apenas como o produto, mas também o produtor de seu próprio desenvolvimento, mas pouca atenção foi dada ao papel do indivíduo. Na segunda fase (1980-1993), Bronfenbrenner fez modificações importantes na teoria, em relação ao papel desempenhado pela pessoa em desenvolvimento, aos processos do desenvolvimento, à cultura e subcultura como partes importantes do macrossistema e do cronossistema.

Na terceira fase (1993-2006), surgem os processos proximais, que são considerados a principal força motriz do desenvolvimento. Nesta fase, é dado maior peso às características da pessoa, encaradas como um dos dois principais fatores (assim como o meio ambiente) que podem influenciar o funcionamento dos processos proximais. Também foi dada atenção às maneiras pelas quais os processos proximais são influenciados pelas características das pessoas envolvidas naqueles processos e os contextos (microsistemas) nos quais os processos ocorrem.

O macrossistema, conjuntos culturais e subculturais de valores e práticas, e as formas que influenciam os processos de desenvolvimento não foram mencionados na terceira e última fase. Em relação ao nome da teoria, a mudança de ecologia para a bioecologia foi resultado de uma estratégia para tornar ainda mais explícita a participação da pessoa em seu próprio desenvolvimento (Rosa & Tudge, 2013).

Partindo-se do pressuposto de que os processos proximais são o aspecto central da teoria, torna-se importante a averiguação de como as características da pessoa, contexto, tempo histórico e atividades do cotidiano influenciam mutuamente esses processos (Tudge, Mokrova, Hatfield & Karnik, 2009). E em se tratando de continuidade no tempo, mesmo com a morte de Bronfenbrenner, em 2005, a teoria continuou em constante evolução, sobretudo em relação ao seu aspecto central.

Merçon-Vargas, Lima, Rosa e Tudge (2020) questionam-se sobre as relações entre os processos proximais e os resultados de desenvolvimentais de competência e disfunção, uma vez que, para Bronfenbrenner, mais processos proximais ocasionava em competência e menos, em disfunção. Dessa forma, os processos proximais eram vistos como positivos, quando a sua ausência era problemática.

Por esse viés, poderíamos pensar a violência como a base de processos proximais e como forma de comunicação intrafamiliar, exercendo papel negativo no desenvolvimento das pessoas. Reforçamos que os processos proximais precisam ser bidirecionais e se prolongar por

um período de tempo, se tornando cada vez mais complexos, logo, as relações prejudiciais não poderiam ser consideradas processos proximais, se pensadas fora de um contexto reflexivo. Porque, mesmo quando falamos sobre disfunção do desenvolvimento, processos proximais parecem minimizar as influências negativas.

Os processos proximais podem não funcionar bem em ambientes que são instáveis e imprevisíveis no espaço e no tempo, mas isso não explica a possibilidade de ocorrência de interações com continuidade que, mesmo em ambientes favoráveis, não produzem competências e, em ambientes desfavoráveis, não diminuem disfunções. Existem ambientes previsíveis no tempo e no espaço, nos quais as interações entre os membros da família são negativas e, mais do que isso, se tornam cada vez mais complexas em sua negatividade. Assim, altos níveis de padrões de comportamento parental abusivo, como negligência e violência, podem servir como mecanismos de interferência negativa nos processos proximais, comprometendo o desenvolvimento da criança ou do adolescente (Merçon-Vargas, Lima, Rosa & Tudge, 2020).

Dessa forma, a teoria de Bronfenbrenner também pode servir de base para estudar o impacto de interações recíprocas prejudiciais, que se tornam mais complexas com o tempo, incluindo as que ocorrem dentro de famílias, como, por exemplo, as relações abusivas entre pais e filhos e relações agressivas entre casais. Então, padrões complexos de interações recíprocas de todos os tipos (e não apenas aqueles que produzem resultados positivos) devem ser mais explicitamente reconhecidos na perspectiva bioecológica.

Em resumo, devido ao caráter positivo dos processos proximais, em ambientes favoráveis, esses processos impactam o desenvolvimento com a potencialização de competências e, em ambientes desfavoráveis, com a diminuição de disfunções. Em se tratando de processos proximais inversos, as relações sinérgicas entre os processos, contexto e pessoa funcionariam opostamente, de forma espelhada, ao que o Bronfenbrenner e Morris (1998)

propuseram. Sendo assim, em ambientes favoráveis, níveis mais altos desse tipo de interação (negativa) produziriam níveis mais baixos de competência e, em ambientes desfavoráveis, níveis mais altos de disfunção (Merçon-Vargas, Lima, Rosa & Tudge, 2020).

A este tipo de interação, os autores chamaram de processos proximais inversos, que seriam, então, formas duradouras de interações prejudiciais em um ambiente imediato, que ocorrem em longos períodos de tempo e de forma regular, tornando-se cada vez mais complexas em sua negatividade. Exemplos de processos proximais inversos estariam relacionadas a relacionamentos agressivos e interações violentas, hostilidade e conflitos de comunicação entre pessoas.

A constante evolução da Teoria Bioecológica permite que mais estudos na área sejam realizados e o entendimento explícito da existência de processos proximais inversos pode facilitar o uso mais abrangente da teoria, pois envolve o estudo das relações em que ocorrem violações de direitos. Inclui-se aqui, as relações violentas dentro das famílias, a exemplo desta tese, que vai justamente analisar as tais relações familiares de forma contextual e sistêmica.

Objetivos

Objetivo Geral

O objetivo geral desta tese foi estudar a violência emocional no contexto familiar a partir da perspectiva de pessoas adultas que tenham vivenciado este tipo de violência na infância ou adolescência conhecendo também as diferentes expressões da violência contra crianças e adolescentes naquele contexto.

Objetivos Específicos

- Identificar a contribuição da literatura especializada sobre as repercussões na infância, na adolescência e na vida adulta da violência emocional intrafamiliar vivenciada no período infanto-juvenil;
- Traçar o panorama das violências vivenciadas na infância e adolescência, no contexto familiar, pelos alunos da Universidade Federal do Espírito Santo;
- Relatar histórias de vida de pessoas que passaram por alguma experiência de violência emocional contra crianças, no contexto familiar, enquanto agressores ou vítimas.

Questões Éticas

Todas as etapas desta pesquisa foram desenvolvidas em observância às normas exigidas pela legislação nacional, respeitando-se os critérios éticos estabelecidos para estudos com seres humanos constantes na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (atualização da resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde) e na Resolução n.º 016/2000, do Conselho Federal de Psicologia. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, através da Plataforma Brasil, base nacional e unificada de registro de pesquisas com seres humanos. (CAAE: 56619516.0.0000.5542/ Número do Parecer: 1.629.356).

O consentimento dos participantes do Estudo 2 se deu por meio de termo de consentimento (apêndice A) anexado ao questionário online, que teve seu preenchimento

vinculado à leitura e à concordância com os termos éticos explicitados. Os participantes foram informados sobre a voluntariedade da participação, garantia de sigilo das informações pessoais, e possibilidade de desistência a qualquer momento.

Foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – apêndice B) aos participantes que se dispuserem a participar das entrevistas do estudo 3, quando foram informados sobre a voluntariedade da participação, garantia de sigilo das informações pessoais, e possibilidade de desistência a qualquer momento.

Estudo 1 – Revisão Sistemática de Literatura sobre as repercussões da violência emocional no contexto familiar

Objetivos

Objetivo geral

Este estudo buscou identificar as repercussões da violência emocional intrafamiliar vivenciada na infância e na adolescência, descritas em artigos publicados entre os anos de 2009 e 2019, por meio de uma revisão sistemática de literatura.

Objetivos específicos

- Examinar a violência emocional a partir de estudos realizados com diferentes populações;
- Identificar os atos de violência emocional comumente praticados contra crianças e adolescentes e os autores dessas agressões;
- Verificar os impactos da violência emocional vivenciada na infância e na adolescência em diferentes fases do ciclo de vida.

Método

Realizou-se uma revisão sistemática de literatura, que tem por características principais a aplicação de estratégias de busca, análise crítica e a síntese da literatura de forma organizada, com minimização de vieses (Zoltowski et al., 2014). Este trabalho tem o escopo de organizar, analisar criticamente e levantar evidências mais sólidas, ou seja, integrar o número cada vez maior de peças do complexo quebra-cabeça da produção científica (Costa & Zoltowski, 2014) sobre as repercussões da violência emocional intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

As oito etapas de desenvolvimento desta revisão foram descritas por Costa e Zoltowski (2014), a saber: delimitação da questão; escolha das fontes de dados; eleição das palavras-chave; busca e armazenamento dos resultados; seleção de artigos, de acordo com critérios de inclusão e exclusão; extração dos dados; avaliação dos artigos; síntese e interpretação dos dados.

1. Delimitação da questão

Buscou-se compreender as repercussões da violência emocional no contexto familiar elencadas por pesquisas empíricas. Pretendeu-se identificar os autores das agressões e outras possíveis formas de violência associadas à violência emocional.

2. Escolha das fontes de dados

As bases de dados eletrônicas selecionadas foram: BVS-PSI, PsycInfo, PubMed, Redalyc e SciELO. Justifica-se tal escolha pela gama de materiais que essas bases de dados apresentaram numa primeira verificação de busca, sem, contudo, trazerem muitos artigos em total desconformidade com o tema deste estudo.

3. Eleição das palavras-chave

Os dois descritores utilizados foram “*emotional violence*” OR “*psychological violence*” AND “*child OR adolescent*”, bem como “*violência emocional*” OR “*violência psicológica*” AND “*criança*” OR “*adolescente*”, todos no título e/ou resumo. Optou-se pelas palavras-chave “*violência emocional*” e “*violência psicológica*”, excluindo-se variações como maus-tratos e abuso, uma vez que se pretendeu conhecer como os artigos científicos usam estas duas denominações – as quais vêm sendo utilizadas tanto na ciência como na vida cotidiana.

4. Busca e armazenamento dos resultados

Dois juízes independentes buscaram por artigos publicados entre 2009 e 2019 nas bases de dados citadas anteriormente durante os meses de maio e junho de 2019. Os artigos foram armazenados e posteriormente organizados com auxílio do software Zotero.

5. Seleção de artigos de acordo com critérios de inclusão e exclusão

A seleção dos artigos teve como critérios de inclusão a referência à violência emocional intrafamiliar contra criança ou adolescente, no título ou no resumo, não excluindo a coocorrência de outros tipos de violência. Os critérios de exclusão foram artigos (a) sobre exclusivamente outros tipos de violência doméstica; (b) sobre violência emocional/psicológica de gênero, no trabalho e contra idosos e gestantes; (c) fora do lapso temporal – 2009 a 2019 ou (d) publicados em outros idiomas que não o Português, Inglês, Francês, Espanhol e Alemão.

Com as buscas, 457 artigos foram encontrados e posteriormente organizados com auxílio do software Zotero. Após a exclusão dos textos duplicados e a leitura do título, o corpus foi reduzido a 378 artigos. Por meio da leitura criteriosa dos resumos, observando-se os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 94 artigos, dos quais 2 não estavam disponíveis na internet e 30 tratavam de estudo eminentemente teórico (em sua maioria, revisões de literatura), totalizando 62 artigos.

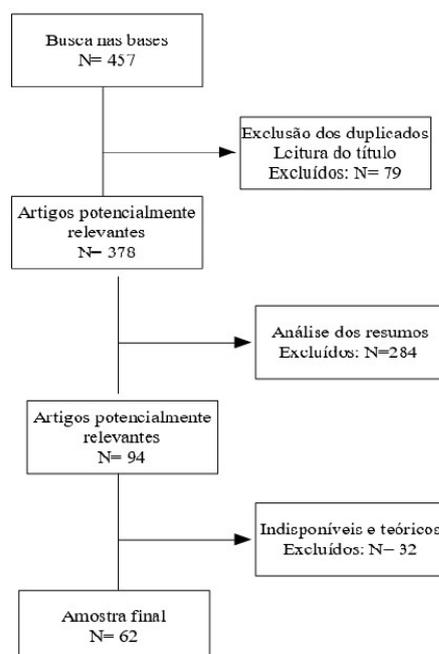


Figura 1: Seleção da amostra dos artigos da Revisão Sistemática

6. Extração dos dados

Os artigos foram armazenados no software Zotero, um instrumento que auxilia pesquisadores a obter facilmente informações dos documentos, sem a necessidade de alimentar planilhas ou pastas tradicionais de arquivos do computador. Este software permite que dados gerais dos artigos – nome do estudo, resumo, data, autores, informações da revista e principais achados – sejam prontamente acessados. Além disso, possibilita o acesso rápido ao texto em pdf, a criação de etiquetas e observações pelo próprio pesquisador ou pesquisadora.

Para análise dos dados, optou-se por análises descritivas de frequência do software SPSS (versão 2.3). Dessa forma, pôde-se descrever a frequência dos indicadores, tais como, idioma de publicação, país da coleta, país da publicação e ano da publicação. No mesmo sentido, identificou-se o número de participantes dos estudos, o tempo da coleta – se ocorreu na infância, adolescência ou idade adulta. Tais análises também objetivaram descrever a frequência de vivências das violências associadas à violência emocional, se física e/ou sexual, ou se apenas emocional, bem como quem eram os agressores relatados pelos estudos. Ainda, descreveu-se a frequência das consequências relatadas pelos trabalhos – ocorridas na infância/adolescência e na idade adulta. A avaliação dos artigos e a síntese e interpretação dos dados (etapas 7 e 8; Costa & Zoltowski, 2014) serão realizadas na seção dos resultados.

Resultados

O perfil dos estudos, encontrados sobre violência emocional contra crianças e adolescentes, no contexto familiar, foi descrito a partir dos indicadores: idioma de publicação; país de coleta dos dados; ano da publicação; quantidade de participantes dos estudos; faixa etária dos participantes (crianças/adolescentes ou adultos); tipos de violência relatadas (emocional, física e/ou sexual); atos de violência emocional vivenciados pelos participantes; agressores; consequências da violência na infância/ adolescência e na idade adulta.

Idioma de publicação e país de coleta dos dados

Do total dos artigos analisados, a maioria estava escrito em Inglês (58,1%) ou Português (24%), seguido de Espanhol (12,9%), Francês (3,2%) e Alemão (1,6%). Os dados dos estudos foram coletados em 26 países, principalmente no Brasil (30,6%), nos Estados Unidos (14,5%), seguidos de Espanha (6,5%) e Paraguai (4,8%). Portugal, Peru, Uganda, Quebec (Canadá) e Noruega, juntos, somaram 16% quanto à sede de coleta de dados. Em relação aos outros estudos (26%), cada uma das investigações coletou dados em um país diferente e também diverso dos supracitados, à exceção de uma publicação (1,6%) que coletou dados em dois países.

Ano da publicação

Dos 62 artigos, a maior concentração de publicação por ano ocorreu entre 2015 e 2017, com 31 artigos. Entre 2010 e 2013 houve curva crescente e entre 2018 e 2019, curva decrescente. Esses números não confirmam, entretanto, que a publicação de trabalhos do tema está diminuindo. É importante lembrar que a busca pelos artigos se encerrou em junho de 2019.

Quantidade de participantes dos estudos

A maioria dos artigos se mostrou com perfil quantitativo, liderados pelos estudos com mais de 1.000 participantes (41,9%) e, em seguida, pelos estudos com participantes que variaram entre 101 e 500 (29%). Na sequência, estavam os estudos com participantes entre 501 e 1.000 (12,9%), bem como os com até 50 participantes (14,5%); por fim, os estudos que coletaram dados com 51 a 100 participantes (1,6%). Entre os estudos de até 50 participantes, houve 1 caso clínico apenas, por exemplo e entre os estudos com mais de 1.000 participantes, em alguns poucos casos, este número chegava a 20 mil ou 40 mil pessoas.

Faixa etária dos participantes

Crianças e adolescentes foram participantes de 73,4% dos estudos, enquanto os adultos participaram de 25% deles; houve apenas 1 estudo considerado longitudinal. O critério de corte

utilizado para determinar infância/adolescência e idade adulta foi o indicado pelos próprios artigos.

Agressores e tipos de violência

Os agressores mais apontados pelos artigos foram os genitores, pai (51,6%) e mãe (50%), com quase a mesma quantidade de indicações. Alguns artigos, entretanto, utilizaram a expressão responsáveis (24,2%) e outros, coabitantes (21%), casos que podem abranger novamente os genitores, além de pessoas como avós (4,8%), irmãos, (3,2%), tio/primos (1,6%), madrasta (1,6%) e padrasto (1,6%), que também foram indicados isoladamente. Os artigos relataram mais de um tipo de violência, sendo que a combinação mais recorrente foi violência emocional, sexual e física (48,4%), seguida de violência emocional e física (35,5%). Somente em 16,1% dos estudos, os participantes relataram ter vivenciado apenas violência emocional. Esses achados sobre o perfil da violência, no que tange aos atos praticados e agressores, corroboram dados de outros estudos no mesmo sentido (Silva et al., 2017; Costa et al., 2015; Rocha & Moraes, 2011; Greenfield & Marks, 2009; Nunes & Sales, 2016; Lourenço et al., 2013).

Crianças e adolescentes se mostraram como frequentemente expostos a múltiplas formas correlacionadas de vitimização na família (Finkelhor et al., 2007). E quanto maior o número de categorias e a gravidade da violência vivenciada, maior também será a probabilidade de ocorrerem repercussões, como a revitimização (Thoresen et al., 2015), conforme será analisado.

Atos de violência emocional relatados pelos participantes

As vivências de violência emocional foram relatadas nos artigos principalmente por meio das expressões “violência psicológica” e “violência emocional” (40,3%). Os atos mais recorrentes nos artigos, quando traziam especificados esses atos, foram agrupados em 13 classes, distribuídas conforme a Figura 2.



Figura 2: Atos de violência emocional relatados pelos participantes.

Violência interparental (33,8%) e negligência (30,6%) foram os atos de violência com maior frequência. O indicador *violência interparental* engloba viver em ambiente conflituoso, com gritos e violência entre as pessoas da família, além de presenciar violência conjugal. Este último, sob a formas de gritos entre o casal e trocas de nomes pejorativos entre eles (Shen et al., 2016), bem como violência de gênero, comumente praticada pelo homem contra a mulher. *Negligência* foi um indicador representativo de privações de direitos fundamentais para o crescimento e desenvolvimento, bem como a ausência de atenção às necessidades físicas, emocionais (Magalhães et al., 2017) ou falha em fornecer supervisão que garanta a segurança das crianças e dos adolescentes (Malta et al., 2016).

Com frequência um pouco menor que os indicadores anteriores, o indicador desvalorização/xingamentos (20,9%) também foi bastante relatado pelos estudos e englobou ações de dar nomes pejorativos à criança e ao adolescente, de fazer com que eles se sentissem insuficientes, bem como atos que menosprezassem suas capacidades de fazer algo.

Humilhação (16,1%), amedrontamento/disciplina severa (14,5%) e abandono (14,5%) tiveram frequências similares. *Humilhação* passou tanto por demonstrações públicas de

menosprezo, quanto secretas, por meio de olhares (Silva et al., 2017). Amedrontamento/disciplina severa foi um indicador que abrangeu castigos desproporcionais, como punição das condutas dos participantes. Abandono versou sobre ações de desamparo, total ou parcial, como deixar os jovens sozinhos em casa e se negar a cuidar deles (Costa et al., 2015).

Na sequência, obteve-se os indicadores ameaças (12,9%), desdém/isolamento/rejeição (11,3%) e falta de afeto (8%). O indicador *ameaças* versou sobre diversos tipos de intimidação para se fazer ou se deixar de fazer algo, sob pena de castigo iminente. *Desdém, isolamento ou rejeição* perpassaram por falas diretas como “você nunca deveria ter nascido” (Shen et al., 2016), bem como ações indiretas nas quais subintendia-se a falta de interesse pelos sentimentos dos jovens. *Falta de afeto* também teve frequência recorrente nos estudos e compreendeu ausência de amor (Lírio et al., 2018) e carinho dos pais/familiares.

Entre os indicadores, que tiveram frequências mais baixas, estão: falta de diálogo (4,8%), cárcere privado/ambiente fechado (3,2%) e atos antissociais ou delitivos (3,2%). *Falta de diálogo* referiu-se à recusa em falar com os participantes (Greenfield & Marks, 2009), bem à desconsideração das suas opiniões. *Cárcere privado ou ambiente fechado* esteve associado ao ato de trancafiar os participantes em cômodos da casa (Lírio et al., 2018) a fim de amedrontá-los ou aplicar-lhes punição. *Atos antissociais ou delitivos* foram aqueles em desacordo com as normas jurídicas ou incompatíveis com a idade, como beber ou usar drogas (Melançon & Gagné, 2011), mas que foram encorajados pelos perpetradores. Por fim, a ameaça de morte (1,6%) foi o indicador com menor frequência; um tipo de ameaça grave que faz referência a tirar a vida dos participantes (Costa et al., 2015).

Repercussões da violência emocional na infância ou adolescência

As repercussões trazidas neste tópico referem-se às conclusões obtidas pelos artigos, a partir dos seus próprios dados empíricos. Foram identificados 9 grupos de repercussões, a

saber: sintomas internalizantes, problemas cognitivo-comportamentais, impacto no rendimento escolar, sintomas externalizantes, relacionamento disfuncional com os pais, uso de drogas ou álcool, ideação suicida, vitimização e psicopatologias em geral, conforme figura 3.



Figura 3: Repercussões da VE na infância e adolescência

Do total (n=62), 32 artigos não apresentaram repercussões expressas da violência na infância ou adolescência porque, em sua maioria, tinham outros escopos. Parte desses artigos analisou o perfil da violência a partir de prontuários e relatórios já existentes, sem contato direto com os participantes, de forma que não puderam avaliar as consequências da violência anteriormente vivida na saúde daquele indivíduo específico. Ainda, outra parte dos artigos analisou as repercussões da violência – vivida na infância – em populações já adultas.

Entre os artigos que se propuseram a analisar consequências da violência a partir dos seus próprios dados (n=30), as repercussões mais significativas associadas à vivência de violência emocional por crianças e adolescentes tiveram impacto na saúde física e psicológica e no cotidiano das vítimas. Os sintomas internalizantes – ansiedade, depressão, problemas psicossomáticos, transtorno de estresse pós-traumático, insegurança, autoimagem negativa, medo e vergonha – foram os mais observados pelos estudos (60%). Em seguida, os problemas cognitivo-comportamentais – hiperatividade, problemas no desenvolvimento cognitivo,

problemas de comportamento em geral –, foram relatados por 30% dos artigos. Ainda, 29% dos estudos indicaram impacto no desempenho escolar – dificuldade em acompanhar a turma, reprovação, dificuldade de concentração, *bullying* –; e 23% de sintomas externalizantes – conduta agressiva.

Em menor proporção, também foram relatadas repercussões como relacionamento disfuncional com os pais – ter medo dos pais, bater nos pais, não conseguir conversar com os pais e manter distanciamento deles – (13,3%). Na sequência, uso de drogas ou álcool (10%), ideação suicida (6,6%), vitimização – tendência a tornar-se vítima de violência em outras relações interpessoais – (6,6%) e psicopatologias em geral (3,3%) também foram relatados.

Repercussões da violência emocional na idade adulta

Entre os artigos que trataram das repercussões na vida adulta da violência sofrida na infância ou adolescência (n=15), observou-se, principalmente, os sintomas externalizantes – conduta agressiva, reprodução da violência em parceiros e filhos – (60%). Em seguida, os sintomas internalizantes – ansiedade, depressão, problemas psicossomáticos, transtorno de estresse pós-traumático, insegurança, autoimagem negativa, medo e vergonha – (46,5%). Vitimização – sofrer violência de parceiro – (26,6%) foi a terceira repercussão mais relatada, seguida de uso de drogas ou álcool (6,6%), problemas cognitivo-comportamentais (6,6%) e autocobrança excessiva (6,6%).

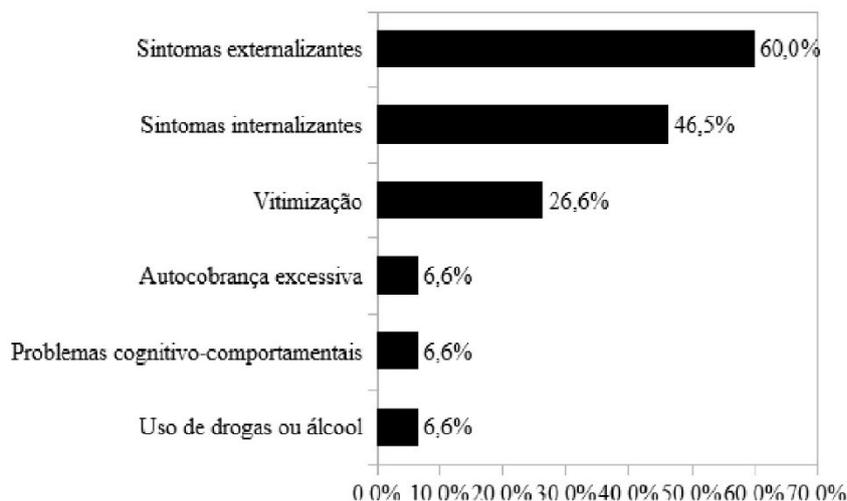


Figura 4: Repercussões da VE na idade adulta

Entre os sintomas externalizantes – conduta agressiva – na idade adulta, vale ressaltar que, dos 9 artigos que relataram esta repercussão, 4 estavam relacionados à reprodução da violência nos filhos e 3, à reprodução da violência em parceiro, sendo 2 relativos à agressividade em geral.

Discussão

Crianças e adolescentes parecem mais reter e internalizar os sintomas, enquanto que os adultos tendem a externalizar condutas agressivas. As principais repercussões da violência na infância e na adolescência referem-se aos sintomas internalizantes, problemas cognitivo-comportamentais e impactos no rendimento escolar; já na idade adulta, a sintomas externalizantes e sintomas internalizantes. A violência emocional vivenciada na infância e na adolescência se mostrou um fator de risco para o desenvolvimento, uma vez que está relacionada ao surgimento de prejuízos cognitivo-comportamentais, além de interferir nos relacionamentos interpessoais ao longo do ciclo de vida e causar impactos na saúde física e psicológica de crianças, adolescentes e adultos. Tornar visível este tipo de violência pode contribuir para o fortalecimento da rede de proteção de crianças e adolescentes e para o enfrentamento da violência.

A prática da violência e a sua reprodução são possibilitadas pela aceitação social da violência como inerente às organizações familiares, sobretudo quando se fala da violência emocional, que não deixa marcas e se manifesta de formas muito sutis. Esta pesquisa sistematizou as consequências que a violência emocional pode ocasionar, a partir de estudos com populações distintas. Ainda que não se tenha elementos que demonstrem que estas culturas entendem da mesma forma o que é violência emocional, ou mesmo que se traçam semelhantes limites para classificar um ato de violência, as consequências foram descritas de forma homogênea, o que pode indicar se tratar de um fenômeno compartilhado por diferentes culturas. Corroborar-se, então, a ideia de que se refere a um fenômeno compartilhado em populações distintas e que está envolto por um pacto de silêncio, principal responsável por tímidos diagnósticos e reduzidos números de notificações (Abranches & Assis, 2011).

Dessa forma, estudos sobre os impactos da violência emocional tornam-se importantes, para melhor a) conceituá-la, b) diagnosticá-la, c) possibilitar o fortalecimento da rede de proteção à criança e ao adolescente e d) assessorar intervenções quando necessárias. Intervenções sociais e educativas são importantes para se intervir nos modelos de educação arraigados socialmente, a partir da reflexão sobre a origem cultural desta prática.

No que se refere às consequências na infância e adolescência, a violência emocional se mostrou associada à manifestação de sintomas internalizantes nessa faixa etária, como ansiedade, depressão, problemas psicossomáticos, transtorno de estresse pós-traumático, insegurança, autoimagem negativa, medo e vergonha (Benavente et al., 2012; Fonseca et al., 2017; Lírio et al., 2018; Pouliot-Lapointe et al., 2014; Turner et al., 2012; Zarling et al., 2013). Tais sintomas, sobretudo a depressão, são recorrentes na adolescência, fase caracterizada por desafios diante da multiplicidade de processos de mudança física, psicológica, sociocultural e cognitiva (Arrom Suhurt et al., 2015). O quadro de sintomas internalizantes seria agravado pela atribuição de culpa aos filhos indiscriminadamente, o que possivelmente lhes causaria

sentimento de vergonha e culpa, levando-os a desenvolver a sensação – de insegurança – de que sempre fazem algo errado; ou não fazem o suficiente (Keiski et al., 2018).

A violência emocional também exerce efeitos deletérios sobre a organização e o funcionamento dos sistemas emocionais das crianças; bem como em sua capacidade de lidar com o sofrimento relacionado aos conflitos, contribuindo para o surgimento de problemas cognitivo-comportamentais (p. ex.: hiperatividade, problemas no desenvolvimento cognitivo e problemas de comportamento em geral; Haber & Toro, 2009; Mariño et al., 2009; Melançon & Gagné, 2011; Salum et al., 2016; Zarling et al., 2013). A exposição à violência conjugal dos pais pode ocasionar dificuldades comportamentais nas crianças, sobretudo para famílias com desvantagens econômicas. A violência de gênero sofrida pela mãe no primeiro ano pós-parto também se mostrou associada a sintomas depressivos maternos quatro anos após o parto, o que, por sua vez, esteve associado às dificuldades de comportamento emocional dos filhos aos 10 anos de idade (Skinner et al., 2019).

Além das repercussões analisadas, a exposição à violência está relacionada aos impactos no desempenho e contexto escolar (Carneiro et al., 2017; Fry et al., 2016; Jiménez & Bernal, 2014; Magalhães et al., 2017; Mariño et al., 2009; Santos et al., 2018; Sherr et al., 2016). Estudos mostram que as chances de o *bullying* ocorrer aumentam conforme frequência e gravidade da violência – inclusive a emocional – sofrida em casa (Lucas et al., 2016). Este tipo de violência no âmbito escolar também é entendido como uma forma de revitimização – ou perpetração –, uma vez que a experiência de violência na infância e adolescência é considerado um fator de risco para se tornar vítima ou perpetrador de violência (Lange et al., 2016).

Sintomas externalizantes – condutas agressivas – estão, outrossim, associados à experiência da violência emocional na infância e na adolescência (Lange et al., 2016; Neppl et al., 2017; Turner et al., 2012; Zarling et al., 2013). A reprodução de um padrão de violência presente nas várias gerações impele os jovens a praticar violência não só no ambiente familiar,

mas também nas suas experimentações sexuais iniciais (Costa et al., 2017) e entre iguais (amigos/colegas), quando apresentam atitudes mais favoráveis à violência. Clima familiar conflituoso, uso de mais castigos corporais e violência psicológica, por parte dos pais, associam-se à agressividade e a maiores dificuldades de comunicação e menor apoio psicossocial (Jiménez & Bernal, 2014). É possível, inclusive, que a violência na juventude também influencie negativamente nos processos proximais parentais, contribuindo para a manutenção de um relacionamento disfuncional com os pais, como ter medo dos pais, bater nos pais, não conseguir conversar com os pais e manter distanciamento deles (Gámez-Guadix & Calvete, 2012; Lírio et al., 2018; Keiski et al., 2018; Weber, 2017). O desenvolvimento da comunicação e da confiança mostrou ser mediado pela presença/ausência e/ou gravidade dos atos de violência doméstica.

Ideação suicida, psicopatologias e uso de drogas ou álcool são outras repercussões da violência vivenciada na infância e na adolescência verificadas pelos estudos. O desenvolvimento de psicopatologias e o comportamento pró-social se apresentaram como negativamente associados (Salum et al., 2016) e a ideação suicida esteve associada a uma combinação de fatores ocorridos na infância e/ou adolescência, como abuso físico, negligência, violência familiar, instabilidade residencial, abuso sexual, maus-tratos psicológicos e violência na comunidade (Thompson et al., 2012). O risco de adolescentes consumirem tabaco, álcool e drogas esteve positivamente associado às vivências de violência na família, consideradas nas suas mais variadas formas (Caballero et al., 2010).

Em se tratando das consequências na vida adulta, as principais repercussões da violência referem-se aos sintomas externalizantes relativos à agressividade (Edwards et al., 2014; Lange et al., 2016). Crianças e adolescentes expostos à violência psicológica dos pais durante a infância e adolescência têm maior dificuldade em desenvolver comportamentos aceitáveis em

seus próprios relacionamentos amorosos ao longo do tempo, além de criar seus próprios filhos reproduzindo os atos de violência antes vivenciados (Neppl et al., 2017).

O trauma da violência na infância pode influenciar as relações interpessoais do adulto, levando-o a aplicar nos filhos o modelo de educação/coerção recebido pelos pais e a manter um relacionamento conjugal abusivo (Lírio et al., 2018; Neppl et al., 2017; Urdániga-Giraldo et al., 2013). A ausência de experiências de construção da segurança, em relação aos pais, influenciaria na educação e no desenvolvimento emocional dos próprios descendentes (Keiski et al., 2018; Neppl et al., 2017; Yaghoubi-Doust, 2013). Alguns estudos sugerem, inclusive, que essa reprodução abrange também a modalidade de violência, ou seja, quem sofreu violência emocional na infância tem maior probabilidade de praticar violência emocional contra seus próprios filhos (Rikić et al., 2017; Ten Have et al., 2014).

De forma semelhante às repercussões em crianças e adolescentes, a vivência de violência emocional na infância ou adolescência influencia no surgimento de sintomas internalizantes como ansiedade, depressão e estresse pós-traumático no adulto (Paquette et al., 2017; Thoresen et al., 2015). Outra repercussão refere-se à revitimização; a violência infantil em todas as suas formas pode ser considerada um fator de risco para que novas violências sejam vivenciadas na idade adulta (Thoresen et al., 2015). A exposição à violência interparental, por exemplo, esteve diretamente relacionada ao sofrimento de nova violência, dessa vez, na adultez, por parceiro íntimo (Solanke, 2018).

Saúde, bem-estar e comportamento também são impactados pela vivência da violência na infância ou adolescência (Greenfield & Marks, 2009; Keiski et al., 2018; Sheikh et al., 2016). A ocorrência frequente de violência emocional, combinada com física, se mostra como um fator de risco para piorar estado de saúde do adulto e contribuir com declínios da sua saúde ao longo da vida adulta, no que se refere à autoavaliação da saúde, a limitações funcionais e a doenças crônicas (Greenfield & Marks, 2009).

Conclusão

A prática da violência, e a sua reprodução, são possibilitadas pela aceitação social da violência como inerente às organizações familiares, sobretudo quando se fala da violência emocional, que não deixa marcas e se manifesta de formas muito sutis. Esta pesquisa sistematizou as consequências que a violência emocional pode ocasionar, a partir de estudos com populações distintas.

Apesar de não haver elementos que demonstrem que estas populações entendem da mesma forma o que é violência emocional, nem que traçam semelhantes limites para classificar um ato de violência, as consequências foram descritas de forma homogênea, o que pode indicar que a VE é um fenômeno compartilhado pelas populações pesquisadas, envolto por um pacto de silêncio, principal responsável por tímidos diagnósticos e reduzidos números de notificações (Abranches & Assis, 2011). A pluralidade de contextos em que os dados foram coletados apontou que a violência está inserida nas mais diversas culturas e é uma forma de comunicação familiar passada de geração a geração.

Os efeitos da violência contra crianças e adolescentes são difíceis de se mensurar, quando pensados fora de um contexto dinâmico e em desenvolvimento, inclusive porque os sintomas se apresentaram mais internalizantes. Este estudo contribuiu para a literatura sobre a violência ao sistematizar os artigos de diferentes culturas que abordaram o tema, com enfoque nas repercussões que a exposição à violência pode gerar tanto na infância e adolescência quanto na vida adulta, atentando para a multiplicidade de significações que a violência representa.

A violência emocional, associada ou não a outras formas de violência, se mostrou como um fator de risco para o desenvolvimento, uma vez que pode ocasionar prejuízos cognitivo-comportamentais e interferir nos relacionamentos interpessoais ao longo do ciclo de vida. Na infância e na adolescência, as principais repercussões listadas pela literatura encontrada foram os sintomas internalizantes, como ansiedade, depressão, problemas

psicossomáticos, transtorno de estresse pós-traumático, insegurança, autoimagem negativa, medo e vergonha. Na idade adulta, as principais consequências foram os sintomas externalizantes, como conduta agressiva, reprodução da violência nos filhos e em parceiros.

Sugere-se o desenvolvimento de mais estudos sobre o tema, que possam contribuir para melhor compreensão das repercussões associadas à exposição à violência emocional intrafamiliar na infância e na adolescência. Ao ser mais bem explorada e compreendida, a violência tende a ser mais bem conceituada, resultando em melhores diagnósticos. Por consequência, mais estudos possibilitariam o fortalecimento da rede de proteção à criança e ao adolescente, ao passo que forneceriam amparo científico para o enfrentamento da violência e para as implementações de intervenções quando necessárias, a fim de minimizar os efeitos negativos das vivências pregressas.

Estudo 2 – Estudo quantitativo sobre as vivências de violência física, emocional e sexual durante a infância e adolescência entre estudantes universitários

Objetivos

Objetivo Geral

Traçar um panorama das violências vivenciadas no contexto familiar pelos alunos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Objetivos Específicos

- Identificar a frequência de violências intrafamiliares (física, emocional e sexual) vivenciadas na infância e adolescência por alunos da UFES;
- Mapear os diferentes indicadores de cada tipo de violência e compreender a vivência dessas violências em geral;
- Investigar os agressores, se houve denúncia, os motivos para não denunciar, a procura por apoio e crenças sobre a violência;
- Identificar se as vivências dos diferentes tipos de violência estão associadas.

Método

Participantes

Um total de 975 pessoas acessou o *link* da pesquisa, sendo que 62,87% concluiu o questionário. Desse total, 13 pessoas declararam ter menos de 18 anos e não foram computados na análise. Participaram da pesquisa 600 estudantes de uma Universidade pública no sudeste do Brasil (70,5% mulheres, 28,7% homens, 0,3% transgêneros e 0,5% outro) com idades entre 18 e 66 anos ($M_{idade} = 25,8$, $DP = 8,64$).

A maioria dos participantes era dos cursos de graduação (84,8%), seguidos dos alunos de mestrado (7,7%), doutorado (5,8%) e pós-graduação lato sensu (1,7%). A média salarial dos participantes foi de 3 a 6 salários mínimos ($DP = 1,31$; 76,2% da amostra tinha renda familiar entre 1 a 6 salários-mínimos). Com relação à cor da pele, 48,3% dos participantes se declararam brancos, 33,7% pardos, 15,8% negros, 1,2% amarelos e 1% outro.

Instrumentos e Procedimentos

Para coleta de dados, utilizou-se um questionário *online* (esboço no apêndice C) que abordava os seguintes temas: (a) questões sociodemográficas, (b) vivências de violência (física, emocional, sexual e alienação parental) no ambiente intrafamiliar durante a infância ou adolescência, (c) vivência de violência (física, emocional e sexual) no ambiente universitário, (d) quem eram os agressores (podendo escolher mais de uma pessoa entre: ninguém, pai, mãe, padrasto, madrasta, irmãos, tios/primos, babá e outros), (e) se houve denúncia (em caso de vivência de violência), (f) razões para não denunciar (e.g., “não denunciei porque eu tive medo”), (g) se procurou ajuda e de quem, (h) crenças sobre motivações para violência (e.g., “as pessoas sofrem essas violências porque faltou diálogo”), (i) compreensão do que engloba violência (e.g., “chineladas e beliscões não são violência”), (j) visão geracional da criação dos filhos (e.g., “vou fazer diferente com meus filhos no que tange à educação”) e (j) sentimento de segurança na Universidade.

No presente estudo, utilizaremos os dados sobre violência física, emocional e sexual intrafamiliar vivenciada pelos participantes na infância e na adolescência, bem como os dados sobre quem eram os agressores (em casos de vivência de violência). Além disso, exploraremos de forma descritiva se houve denúncia (1 = nunca sofreu violência, 2 = sim, 3 = não), as razões para não denunciar, a busca de ajuda para quais tipos de violência e de quem, e as crenças sobre motivação e atos de violência. Para as questões sobre razões para não denunciar e crenças sobre violência, uma escala *Likert* de 5 pontos foi utilizada, pedindo aos participantes que indicassem o quanto concordavam com as afirmativas (1 = discordo totalmente, 2 = discordo parcialmente, 3 = nem concordo nem discordo, 4 = concordo parcialmente, 5 = concordo totalmente). A seguir, detalhamos os indicadores dos diferentes tipos de violência; a definição de cada tipo de violência foi oferecida aos participantes antes de cada pergunta.

Violência Física. Os participantes responderam a frequência em que haviam vivenciado 14 indicadores de violência física em uma escala *Likert* de 5 pontos (1 = nunca, 2 = raramente, 3 = às vezes, 4 = frequentemente, 5 = sempre). Os seguintes indicadores foram utilizados: empurrões; beliscões; tapas; chutes ou socos/murros; puxões de cabelo; agarramento/sacudidas; surras; chineladas; surra com fio de telefone ou vara; queimadura; arremesso de objetos; ferimento por arma de fogo; estrangulamento e mordidas.

Violência Emocional. Os participantes responderam a frequência em que haviam vivenciado 14 indicadores de violência emocional em uma escala *Likert* de 5 pontos (1 = nunca, 2 = raramente, 3 = às vezes, 4 = frequentemente, 5 = sempre). Os seguintes indicadores foram utilizados: ameaças; desvalorização/xingamentos; desdém/isolamento/rejeição; abandono; terror psicológico; humilhação; ameaça de morte; impedimento de conviver com um dos pais; impedimento de conviver com outra pessoa da família; engajamento em atos antissociais; ameaça do homem do saco, bicho papão, lobo mau, polícia; discriminação racial; discriminação de gênero ou orientação sexual; chantagem do tipo “nunca mais você vai me ver”.

Violência Sexual. Os participantes responderam a frequência em que haviam vivenciado 5 indicadores de violência sexual em uma escala *Likert* de 5 pontos (1 = nunca, 2 = raramente, 3 = às vezes, 4 = frequentemente, 5 = sempre). Os seguintes indicadores foram utilizados: insinuações/gestos/encenações; toques nas partes íntimas; introdução de objetos no seu corpo; relação sexual forçada; coação para tocar nas partes íntimas do agressor ou de outra pessoa.

O questionário foi digitalizado e aplicado de forma *online* utilizando a plataforma *Qualtrics*. Os participantes foram recrutados por e-mail ou via redes sociais; foi solicitado o suporte da Universidade para o envio do *link*, por e-mail, para os alunos matriculados. O estudo seguiu as diretrizes e procedimentos éticos, tendo sido aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade sob o número 1.629.356.

Ao final do questionário, foi informado o contato da pesquisadora responsável aos participantes, caso precisassem de apoio psicológico em razão de um possível sofrimento ocasionado pela pesquisa. Menos de 1% dos participantes solicitou atendimento. Um acolhimento no núcleo de psicologia da Universidade foi oferecido aos que solicitaram atendimento e uma lista com serviços psicológicos gratuitos ou de baixo custo foi fornecido a estes participantes.

Procedimento de Análise de Dados

As análises de dados foram realizadas no SPSS (versão 2.3) a fim de descrever a frequência de vivências das violências física, emocional e sexual, bem como quem eram os agressores relatados pelos participantes. Para tal, utilizamos análises descritivas de frequência, média, desvio padrão e quartis, tanto das violências físicas, emocionais e sexuais, como um todo (média geral), quanto de cada indicador. Para a média da frequência vivenciada de cada tipo de violência em geral, os indicadores foram somados e divididos pelo número total de

indicadores, a fim de obter uma medida padronizada da vivência desses tipos de violência (dessa forma, uma média de 2,0 indica que a violência foi vivenciada em média raramente).

Uma análise de frequência, média e desvio padrão das respostas também foi utilizada para as questões sobre denúncias, busca de apoio e crenças sobre a violência. Por fim, também foi realizada uma análise de correlação entre os três tipos de violência (física, emocional e sexual), idade, renda e crenças sobre violência.

Resultados

Violência Física

A média geral de frequência da violência física foi de 1,76 ($DP = 0,58$), tendo variado de 1 a 4,36. Em geral, cerca de 75% dos participantes relataram ter vivenciado violência física raramente ou com menos frequência (1º quartil = 1,29, 2º quartil = 1,64, 3º quartil = 2,07). No entanto, observamos que houve variação na vivência dos diferentes indicadores de violência. Os indicadores foram divididos em quatro blocos de acordo com a frequência média: (a) acima de raramente (chineladas, tapas, beliscões e surras), (b) um pouco abaixo de raramente (agarramentos/sacudidas e empurrões), (c) entre nunca e raramente (chutes ou socos/murros, arremesso de objetos, puxões de cabelo e surra com fio de telefone ou vara), e (d) quase nunca (ferimento por arma de fogo, queimadura, estrangulamento e mordidas). A Figura 5 mostra a média de cada indicador e a Tabela 1 mostra a porcentagem de participantes que reportou cada frequência.

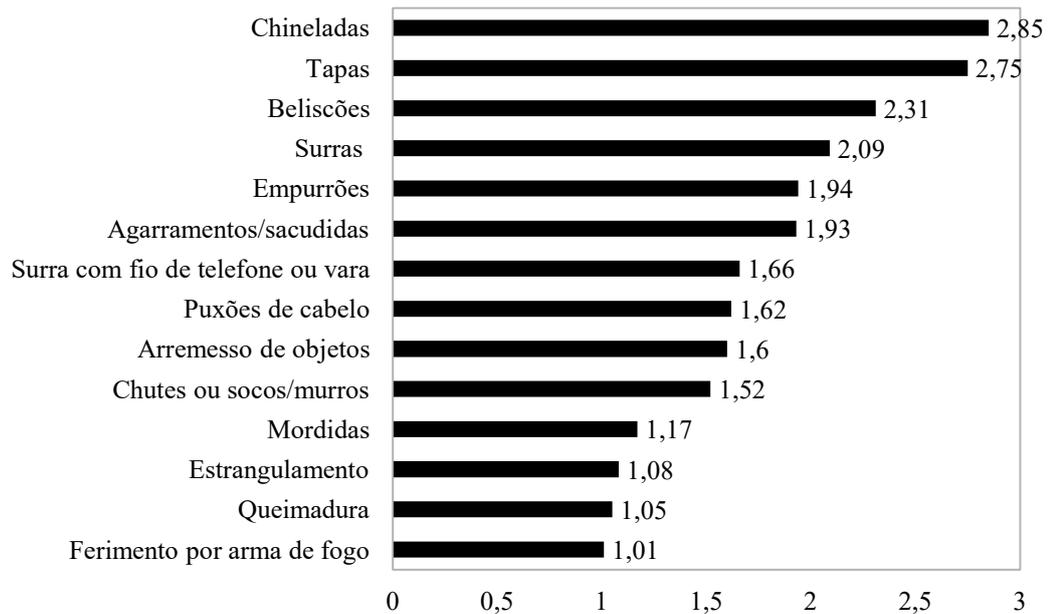


Figura 5: Média dos atos de violência física (média geral = 1,76)

As chineladas foram os atos com maior frequência média ($M = 2,85$, $DP = 1,11$, 1º quartil = 2, 2º quartil = 3, 3º quartil = 4), sendo que 26% da amostra relatou ter vivenciado esse tipo de violência frequentemente ou sempre e apenas 11,7% relatou nunca o ter vivenciado. O relato de tapas foi o segundo com maior frequência média ($M = 2,75$, $DP = 1,12$, 1º quartil = 2, 2º quartil = 3, 3º quartil = 3), sendo que 24,4% dos participantes relataram ter vivenciado esse ato frequentemente ou sempre e 16%, nunca. Beliscões foi o terceiro indicador com maior frequência média ($M = 2,31$, $DP = 1,12$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 2, 3º quartil = 3); 15% disse ter vivenciado beliscões frequentemente ou sempre e 31% relatou nunca os ter vivenciado. As surras também tiveram relativamente maior frequência média ($M = 2,09$, $DP = 1,23$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 2, 3º quartil = 3), sendo que 14,3% disse tê-las vivenciado frequentemente ou sempre e 46,3% relatou nunca ter vivenciado este tipo de violência.

Entre os indicadores que tiveram frequência média um pouco abaixo de raramente estavam os empurrões ($M = 1,94$, $DP = 1,09$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 2, 3º quartil = 3) e os agarramentos/sacudidas ($M = 1,93$, $DP = 1,09$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 2, 3º quartil = 3). Enquanto 8,8% relatou ter vivenciado empurrões frequentemente ou sempre, 48,7% relatou

nunca tê-los vivenciado. Com relação a agarramentos/sacudidas, 9,2% relatou ter vivenciado frequentemente ou sempre e 49,2% disse nunca ter sofrido essa violência.

Quanto aos indicadores com baixa frequência, registramos a surra com fio de telefone ou vara ($M = 1,66$, $DP = 1,09$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 1, 3º quartil = 2), sendo que 9% relatou a vivência dessa violência frequentemente ou sempre e 66%, nunca. Já para puxões de cabelo ($M = 1,62$, $DP = 0,96$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 1, 3º quartil = 2), 5,5% disse ter vivenciado tal violência frequentemente ou sempre e 62,8% relatou nunca a ter vivenciado. Com relação a arremesso de objetos ($M = 1,60$, $DP = 0,94$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 1, 3º quartil = 2), 5,2% relatou esta vivência frequentemente ou sempre e 64% disse não ter vivenciado este tipo de violência. Por último, para chutes ou socos/murros ($M = 1,52$, $DP = 0,91$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 1, 3º quartil = 2), 4% relatou tê-los vivenciado frequentemente ou sempre e 69,2% disse nunca os ter vivenciado.

Entre os atos de violência física com menor frequência média estavam mordidas ($M = 1,17$, $DP = 0,52$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 1, 3º quartil = 1); esse ato foi relatado como vivenciado frequentemente ou sempre por 0,7% dos participantes e nunca por 88% deles. Já para estrangulamento ($M = 1,08$, $DP = 0,38$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 1, 3º quartil = 1), 0,5% disse tê-lo vivenciado frequentemente ou sempre e 94,7% relatou nunca o ter vivenciado. Com relação a queimaduras ($M = 1,05$, $DP = 0,30$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 1, 3º quartil = 1), 0,4% relatou tê-las vivenciado frequentemente ou sempre e 96,2%, nunca. Por último, nenhum participante relatou ter vivenciado frequentemente ou sempre ferimento por arma de fogo ($M = 1,01$, $DP = 0,12$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 1, 3º quartil = 1), ao passo que 99,5% respondeu nunca ter vivenciado tal violência.

No que se refere aos agressores, 47 participantes disseram que não sofreram violência, indicando, portanto, a opção ninguém como agressor. Entre os que afirmaram ter sofrido violência física de alguém ($N = 553$), a mãe (83,2%) foi identificada como a principal agente

das violências físicas citadas anteriormente, seguida do pai (53,2%) e de irmãos (39,2%). A combinação mais frequente de agressores foram os dois genitores, seguido dos mesmos com irmãos e de um genitor com irmãos. Tios ou primos foram apontados como agressores nos casos de haver mais de três agressores, ocupando as 3ª e 4ª posições. Na opção outros (8,7%), foram relatados principalmente avós, quando da oportunidade dos participantes se manifestarem nos comentários ao final do questionário.

Violência Emocional

A média geral de frequência da violência emocional foi de 1,90 ($DP = 0,79$), tendo variado de 1 a 5. Aproximadamente 65% dos participantes relataram ter vivenciado violência emocional raramente ou com menos frequência (1º quartil = 1,29, 2º quartil = 1,64, 3º quartil = 2,36), observando-se variação considerável na vivência dos diferentes indicadores de violência. Os indicadores foram divididos em quatro blocos de acordo com a frequência média: (a) acima de raramente (ameaça de homem do saco, bicho papão, lobo mau, polícia; desvalorização/xingamentos; ameaças;), (b) um pouco acima de raramente (desdém/isolamento/rejeição; terror psicológico; humilhação e chantagem do tipo “você nunca mais vai me ver”), (c) um pouco abaixo de raramente (discriminação de gênero ou orientação sexual, abandono, engajamento em atos antissociais e discriminação racial), e (d) quase nunca (impedimento de conviver com um dos pais, impedimento de conviver com outra pessoa da família e ameaça de morte). A Figura 6 mostra a média de cada indicador e a Tabela 2 mostra a porcentagem de participantes que reportou cada frequência.



Figura 6: Média dos atos de violência emocional (média geral = 1,9).

Com maior média entre os atos de violência emocional, ameaça de homem do saco, bicho papão, lobo mau e polícia foi o indicador com maior frequência média ($M = 2,68$, $DP = 1,32$, 1º quartil = 2, 2º quartil = 3, 3º quartil = 4), sendo que 25,9% da amostra relatou ter vivenciado esse tipo de violência frequentemente ou sempre e apenas 24,8 % relatou nunca tê-lo vivenciado. O relato de desvalorização/xingamentos foi o segundo com maior frequência média ($M = 2,64$, $DP = 1,40$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 3, 3º quartil = 4); 29,5% dos participantes assinalaram esta vivência frequentemente ou sempre e 26%, nunca. Ameaças foi o terceiro indicador com maior frequência média ($M = 2,53$, $DP = 1,35$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 2, 3º quartil = 4), sendo que 26% dos participantes relataram esta vivência frequentemente ou sempre e 31,7% relatou nunca ter vivenciado ameaças.

Apesar de terem frequência média um pouco menor do que os anteriores, os indicadores abaixo mencionados apresentaram frequência acima de raramente. Desdém/isolamento/rejeição tiveram relativamente maior frequência média ($M = 2,25$, $DP = 1,39$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 2, 3º quartil = 3), sendo que 22,2% registrou ter vivenciado tais

violências frequentemente ou sempre e 45,8%, nunca. Terror psicológico também apresentou relativamente maior frequência média ($M = 2,20$, $DP = 1,40$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 2, 3º quartil = 3), quando 21,9% dos participantes disseram ter vivenciado este tipo de violência frequentemente ou sempre e 49% relatou nunca o ter vivenciado. Metade dos participantes disse nunca ter sofrido humilhação ($M = 2,10$, $DP = 1,33$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 1,5, 3º quartil = 3), enquanto 17,5% registrou ter vivenciado esta violência frequentemente ou sempre. O indicador chantagem do tipo “você nunca mais vai me ver” ($M = 2,09$, $DP = 1,33$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 2, 3º quartil = 3), segundo os participantes, foi relatado 16% nas frequências sempre ou raramente e 49,2% na frequência nunca.

Entre os indicadores que tiveram frequência média um pouco abaixo de raramente estavam: discriminação de gênero ou orientação sexual ($M = 1,77$, $DP = 1,29$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 1, 3º quartil = 2), cuja frequência foi de 13,9% para frequentemente ou sempre e de 69,2% para nunca; abandono ($M = 1,64$, $DP = 1,14$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 1, 3º quartil = 2), com 9,9% de participantes que assinalou tê-lo vivenciado frequentemente ou sempre e 69,7%, nunca; engajamento em atos antissociais ($M = 1,57$, $DP = 1,09$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 1, 3º quartil = 2), cujos percentuais foram 9,4% para frequentemente e sempre e 73,8% para nunca e, por fim, discriminação racial ($M = 1,42$, $DP = 0,99$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 1, 3º quartil = 1), que contou com 10,8% da amostra que disse ter sofrido esta violência frequentemente ou sempre e 81,5% que disse nunca ter sofrido este tipo de violência.

Com relação aos atos de violência emocional com menor frequência média, impedimento de conviver com um dos pais ($M = 1,34$, $DP = 0,92$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 1, 3º quartil = 1) foi relatado como vivenciado frequentemente ou sempre por 5,5% dos participantes e 85% registrou nunca ter vivenciado este tipo de violência. Impedimento de conviver com outra pessoa da família ($M = 1,34$, $DP = 0,87$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 1, 3º quartil = 1), segundo os relatos, foi vivenciado por 5,5% dos participantes frequentemente ou sempre

e por 83,3% deles na frequência nunca. Por fim, ameaça de morte ($M = 1,17$, $DP = 0,58$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 1, 3º quartil = 1) foi o tipo de violência emocional menos apontado pelos participantes; 1,5% assinalou que vivenciou ameaça de morte frequentemente ou sempre, enquanto que 89,3% disse nunca ter sofrido este tipo de violência.

No que se refere às pessoas apontadas como agressoras ($n = 530$), assim como na agressão física, os genitores foram apontados como os principais agressores emocionais; a mãe foi indicada em 79,8% dos casos, seguida do pai, com 53,6% das indicações. Em segundo plano, os irmãos (25,7%) e tios/primos (17,9%) também foram apontados como agentes de violência emocional, seguidos de outras pessoas não alcançadas pelo questionário (“outros”, com 16,8%). Especificamente quanto aos irmãos e primos/tios, os primeiros foram mais apontados como agentes de atos violentos físicos (39,2%) do que emocionais (25,7%), ao contrário de tios/primos, que tiveram mais indicações como agentes de atos violentos emocionais (17,9%) do que físicos (9,4%).

Violência Sexual

A média geral de frequência da violência sexual foi de 1,26 ($DP = 0,53$), tendo variado de 1 a 4,6. Cerca de 92% dos participantes relataram ter vivenciado violência sexual raramente ou com menos frequência (1º quartil = 1, 2º quartil = 1, 3º quartil = 1,4). No entanto, observamos que houve variação na vivência dos diferentes indicadores de violência. Os indicadores foram divididos em três blocos de acordo com a frequência média: (a) acima de raramente (insinuações/gestos/encenações e toque em partes íntimas), (b) um pouco abaixo de raramente (coação para tocar em partes íntimas) e (c) quase nunca (relação sexual forçada e introdução de objetos no corpo). A Figura 7 mostra a média de cada indicador e a Tabela 3 mostra a porcentagem de participantes que reportou cada frequência.

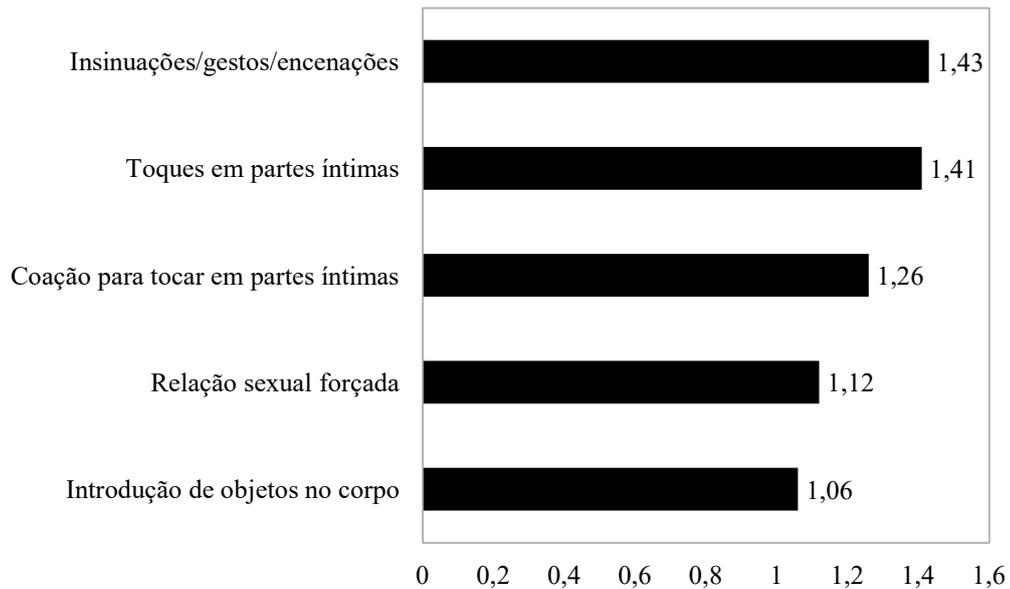


Figura 7: Média dos atos de violência sexual (média geral = 1,26).

O indicador insinuações/gestos/encenações ($M = 1,43$, $DP = 0,88$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 1, 3º quartil = 1) obteve maior média entre os atos de violência sexual, mesmo com a maioria (76,3%) tendo apontado que nunca vivenciou aqueles atos; 4% afirmou ter vivenciado tais violências frequentemente ou sempre. Toques em partes íntimas ($M = 1,41$, $DP = 0,87$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 1, 3º quartil = 1) também teve maior frequência, sendo que 4% relatou frequentemente ou sempre ter vivenciado este tipo de violência, enquanto 77% disse nunca o ter vivenciado.

Na sequência, o indicador coação para tocar em partes íntimas do agressor ou de outras pessoas ($M = 1,26$, $DP = 0,72$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 1, 3º quartil = 1) foi vivenciado frequentemente ou sempre por 2,7% dos participantes e nunca por 85,3% deles. Por fim, e com as menores médias entre os indicadores, encontram-se relação sexual forçada ($M = 1,12$, $DP = 0,51$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 1, 3º quartil = 1), com as porcentagens 1,4% para frequentemente ou sempre e 93,3% para nunca e introdução de objetos no corpo ($M = 1,06$, $DP = 0,33$, 1º quartil = 1, 2º quartil = 1, 3º quartil = 1), com as porcentagens 0,4% para frequentemente ou sempre e 96,5% para nunca.

Em relação aos agressores de violência sexual, 404 participantes apontaram que não sofreram tal violência de ninguém. Entre os participantes que indicaram agressores ($n = 196$), tios/primos (40,8%) foram os mais indicados, seguidos de outros (33,2%), amigos da família (17,9%), vizinhos (11,2%), pai (10,7%) e irmãos (9,2%).

Denúncia, Busca de Apoio e Crenças sobre a Violência

Entre os participantes que consideravam ter sofrido violência, ao perguntarmos sobre denúncias ($n = 353$), apenas 8,8% afirmou ter denunciado o agressor. Com relação às razões para não denunciarem, 49,9% concordou parcialmente ou totalmente que a denúncia “não iria dar em nada” (dos 335 que acreditavam que a questão se aplicava a eles, $M = 3,17$, $DP = 1,67$). Além disso, 42,2% dos participantes concordaram parcialmente ou totalmente que tiveram medo de denunciar o agressor (dos 327 que acreditavam que a questão se aplicava a elas; $M = 2,86$, $DP = 1,65$). Ainda, 41,6% dos participantes concordaram parcialmente ou totalmente que não denunciaram porque não quiseram (dos 332 que acreditavam que a questão se aplicava a eles; $M = 2,90$, $DP = 1,61$).

Outro motivo foi a falta de provas, com 35,5% das pessoas concordando parcialmente ou totalmente que não denunciaram porque não possuíam provas (das 327 que achavam que se aplicava a elas, $M = 2,64$, $DP = 1,62$). Por último, 14,8% dos participantes concordaram parcialmente ou totalmente que não denunciaram porque haviam sido ameaçados (de 310 participantes que achavam que a questão se aplicava a eles; $M = 1,85$, $DP = 1,32$).

Entre as pessoas que não negaram a vivência de violência ($n = 405$), a maioria (64,7%) disse não ter procurado quaisquer tipos de apoio ou suporte em decorrência das violências sofridas na infância ou adolescência. Houve uma tendência maior de se procurar apoio no enfrentamento da violência emocional (32,3%) do que em relação às violências física (5,9%) e sexual (8,1%). Entre os participantes que declararam ter procurado apoio ($n = 160$), a maioria disse ter buscado ajuda de psicólogos (60%), seguido de psiquiatras (18,1%), professores

(6,9%) e profissionais do Serviço Social (1,9%). Amigos (34,4%) e membros da família também foram uma rede de apoio procurada e, entre esses membros, estão mãe (24%), avós (10%), pai (9,4%), tios e primos (9,4%), irmãos (4,4%). Além das categorias citadas, 15% dos participantes indicaram que buscaram outros tipos de ajuda que não constavam no questionário.

Perguntados acerca dos fatores que podem motivar o cometimento de violências contra crianças e adolescentes no ambiente doméstico, a maioria dos participantes (80%) concordou parcialmente ou totalmente que se trata de falta de diálogo entre as partes ($M = 4,18$, $DP = 1,25$). Além disso, 49,2% das pessoas concordaram parcialmente ou totalmente que quem praticou a violência estava estressado ou cansado ($M = 2,99$, $DP = 1,41$). Ainda, 44,8% concordou parcialmente ou totalmente que se trata de uma forma de educar, que se repete ao longo das gerações ($M = 2,74$, $DP = 1,48$). Por último, 16,7% concordou parcialmente ou totalmente que a pessoa que sofreu violência mereceu porque o comportamento dela estava ruim ($M = 1,95$, $DP = 1,20$).

Perguntados sobre o que poderia ser considerado violência, 18,2% dos participantes concordaram parcialmente ou totalmente com a afirmação de que “apanhar não gera consequências graves; eu apanhei e nunca morri” ($M = 1,98$, $DP = 1,28$). Além disso, 15,9% e 15,4% dos estudantes, respectivamente, concordaram com as afirmativas de que “chineladas e beliscões não são violência” ($M = 1,88$, $DP = 1,22$) e que “violência é inevitável, o problema está no excesso” ($M = 1,79$, $DP = 1,23$). Alguns (33,9%) concordaram parcialmente ou totalmente que “atos leves como tapas e chineladas são importantes no processo de educação dos filhos” ($M = 2,50$, $DP = 1,42$), em contrapartida, 90,3% também concordou total ou parcialmente que uma conversa pode ser melhor que castigo físico ($M = 4,57$, $DP = 0,85$).

Correlação entre Violências, Idade, Renda e Crenças sobre Motivações para Violência

Os resultados indicaram uma correlação negativa entre renda e violência física ($r = -0,14$, $p < 0,000$), emocional ($r = -0,15$, $p < 0,000$) e sexual ($r = -0,10$, $p = 0,019$) na infância e

adolescência na família. Ou seja, participantes com menor renda salarial relataram maior frequência de vivência dos três tipos de violência. Em sentido contrário, observamos uma correlação positiva entre idade e violência física ($r = 0,13, p = 0,001$), emocional ($r = 0,09, p = 0,034$) e sexual ($r = 0,08, p = 0,043$); assim, participantes mais velhos relataram maior frequência na vivência dos três tipos de violência.

Ainda, os resultados indicaram uma correlação positiva entre os três tipos de violência. A violência física estava fortemente correlacionada à violência emocional ($r = 0,62, p < 0,000$) e moderadamente correlacionada à violência sexual ($r = 0,33, p < 0,000$). As violências emocional e sexual também estavam moderadamente correlacionadas ($r = 0,33, p < 0,00$). Assim, observamos que participantes, que relataram ter vivenciado algum tipo de violência com maior frequência, também relataram ter vivenciado os outros tipos de violência com maior frequência. A Tabela 4 mostra as correlações entre as variáveis.

Ademais, os resultados indicaram que os participantes, que tinham maior nível de concordância com a ideia de que a violência foi motivada por falta de diálogo, tendiam a reportar ter sofrido violência física ($r = 0,08, p = 0,04$) e emocional ($r = 0,14, p < 0,000$) com mais frequência. As violências emocional e sexual ainda estavam negativamente associadas às crenças de que a violência é uma forma de educar que perpassa gerações; dessa forma, participantes que tinham maior nível de concordância com a frase “as pessoas sofrem essas violências porque se trata de uma forma de educar crianças que tende a se repetir ao longo das gerações” tendiam a reportar menor frequência de violência emocional ($r = -0,20, p < 0,000$) e sexual ($r = -0,10, p = 0,01$). Por sua vez, a violência emocional também estava negativamente correlacionada à crença de que o comportamento da vítima estava ruim e por isso mereceu; assim, aqueles participantes que concordavam que o comportamento da vítima estava ruim, e ela merecia sofrer a violência, tendiam a reportar menor frequência de violência emocional ($r = -0,16, p < 0,000$).

A crença de que atos de violência são uma forma de educação ao longo de gerações estava positivamente correlacionada as crenças de que o agressor estava cansado/estressado ($r = 0,26, p < 0,000$) e de que o comportamento da vítima estava ruim ($r = 0,38, p < 0,000$). A crença de que o agressor estava cansado/estressado também estava positivamente correlacionada às crenças de que o comportamento da vítima era ruim ($r = 0,21, p < 0,000$) e de que faltou diálogo ($r = 0,24, p < 0,000$). Por fim, a crença de que o comportamento da vítima era ruim e de que faltou diálogo estavam negativamente correlacionadas ($r = -0,16, p < 0,000$).

Discussão

Este estudo contribui para a literatura sobre a violência ao explorar a prevalência de vivências não só de diferentes tipos de violência, mas de diferentes indicadores de cada tipo de violência em um contexto não necessariamente de risco – entre estudantes universitários. De forma geral, observamos que a violência emocional foi a mais prevalente, seguida da violência física, e, por último, da violência sexual, apesar da frequência média das violências em geral terem sido baixas.

Entre cada um dos tipos de violência, alguns indicadores foram mais salientes do que outros; os atos de violência física mais vivenciados foram chineladas, tapas, beliscões e surras e os menos vivenciados foram ferimento por arma de fogo, queimadura, estrangulamento e mordidas. No que toca à violência emocional, os mais prevalentes foram ameaça de homem do saco, bicho papão, lobo mau e polícia, desvalorização/xingamentos e ameaças, e os menos prevalentes foram impedimento de conviver com um dos pais, impedimento de conviver com outra pessoa da família e ameaça de morte. Os atos de violência sexual mais relatados foram insinuações/gestos/encenações e toque em partes íntimas, seguidos de coação para tocar em partes íntimas. Os menos vivenciados foram relação sexual forçada e introdução de objetos no corpo.

Resultados semelhantes foram obtidos por Abranches et. al. (2013), em pesquisa com usuários de um hospital pediátrico público terciário – jovens de 11 a 18 anos e seus respectivos responsáveis. Foi identificada a presença de violência emocional reiterada nos relacionamentos intrafamiliares de adolescentes, como culpabilização, críticas, gritos, descrédito e desmerecimento. Foram descritas também por Magalhães et al. (2017) em estudo qualitativo com adolescentes de uma escola pública de Salvador/Bahia, violências emocionais como abandono, humilhações, depreciações, difamações, calúnias, injúrias e situações que geram ansiedade e medo, além de atos de violência física como tapas, socos, empurrões e agressões com cintos, sandálias, pau e/ou faca.

Ainda, em direção semelhante aos nossos achados, Maia et. al. (2017) apontaram “soco e surra” e “ameaça e humilhação” como principais violências sofridas entre os jovens das escolas públicas participantes da pesquisa e, em segundo plano, com menores percentuais, “agressão com objetos” e situações de violência sexual (“mexeu no meu corpo contra minha vontade” e “relação sexual forçada”). Os achados de Dias et. al. (2018) indicaram a relação sexual forçada – estupro propriamente dito –, como principal manifestação de agressão sexual presente em notificações a Conselhos Tutelares de 2014 a 2016, em Feira de Santana/Bahia, em estudo que buscou traçar o perfil dos casos de violência sexual perpetrada em crianças e adolescentes naquela localidade. Dessa maneira, nossos resultados corroboram a prevalência de violências muitas vezes consideradas mais sutis, como a violência emocional.

No que se refere aos agentes, os três maiores perpetradores das violências físicas e emocionais encontrados nesta investigação foram a mãe, o pai e os irmãos, tendo a mãe papel de destaque, à semelhança de estudos que apontaram serem os genitores, em especial a mãe, os maiores responsáveis pelos atos de violência doméstica contra crianças e adolescentes (Silva et al., 2017; Costa et., al, 2015; Rocha & Moraes, 2011; Maia et. al, 2017; Abranches et. al, 2013). Diferentemente, Weber (2017) identificou frequências similares de violência psicológica para

ambos os genitores. Isso demonstra que os genitores, muitas vezes, podem servir como fatores de risco, em vez de cumprirem um papel protetivo.

Os agressores acima apontados têm mais probabilidade de residir com as vítimas e, portanto, de praticar tais ações, já que a grande maioria dos registros de violência contra crianças e adolescentes no Brasil tende a ocorrer no domicílio da vítima (Rates et. al, 2015; Malta et al., 2016). O fato de a figura materna ser a principal agressora pode estar associado ao grande número de famílias chefiadas por mulheres (Maia et. al., 2017), às responsabilidades socialmente impostas que recaem sobre elas, mesmo quando têm companheiros, bem como aos eventos estressores e adversidades, que surgem com a responsabilidade sobre crianças e adolescentes.

Em se tratando dos agressores da violência sexual, foram indicados tios/primos, outros, amigos da família e vizinhos; em segundo plano, pai, irmãos e padrasto e, com poucas indicações, mãe. No mesmo sentido, Dias et. al. (2018) identificaram que os familiares foram os principais perpetradores (destaque pais, padrastos, irmãos, avós, primos e tios), seguidos de conhecidos da família. Nos resultados de Soares et al. (2016), pai e padrasto juntos foram os autores mais prevalentes desse tipo de agressão.

Ainda que familiares estivessem entre os principais agressores, estes também foram indicados como rede de apoio, junto de profissionais da saúde, como psicólogos, e amigos, os quais possuem papéis importantes para o desenvolvimento socioemocional dos seus membros (Rosa & Lira, 2012). Assim, apesar de a mãe, por exemplo, ter sido apontada como a principal autora de violência, ela também foi apontada como rede de apoio, uma vez que sobre a mãe recaem responsabilidades de reestruturar o funcionamento e a organização da família, em situações, por exemplo, onde crianças sofreram abuso sexual (Maia et al., 2017). A maioria dos participantes, entretanto, relatou não ter contado com apoio para o enfrentamento das violências vivenciadas.

No quesito denúncia, o Estatuto da Criança e do Adolescente garante às crianças e aos adolescentes, a promoção da saúde e a prevenção de agravos, tornando obrigatória a identificação e a denúncia de violência. Entretanto, apenas 8,8% dos participantes afirmaram ter denunciado o agressor, sendo que quase a metade concordou parcialmente ou totalmente que a denúncia “não ia dar em nada”. Deve-se levar em consideração que os responsáveis pela criança ou adolescente têm o dever de denunciar, mas também são os maiores perpetradores de alguns tipos de violência, uma possível justificativa do baixo número de notificações aos órgãos responsáveis. No mesmo sentido, à época dos fatos, os participantes poderiam não dispor de discernimento e informações necessárias para, sozinhos, delatarem o agressor. O baixo número de denúncias pode estar relacionado também à inviolabilidade da família, que é vista como instituição sagrada, aliada ao descrédito no atual sistema de justiça (Rosa, 2004).

Nos chamou atenção, ainda, a dissonância entre o número de participantes que disseram nunca ter sofrido violência ao serem perguntados se buscaram ajuda ($n = 195$) e se denunciaram o agressor ($n = 247$), com a frequência dos indicadores de violência (e.g., 530 pessoas relataram ter recebido chineladas; apenas 70 pessoas não relataram esse ato de violência) – ou seja, mais pessoas relataram ter sofrido atos de violência do que consideraram efetivamente ter sofrido violência. Os atos de violência como os relatados neste estudo foram considerados mecanismos de educação, que tendem a se repetir ao longo das gerações, impulsionados pelo comportamento dos filhos e praticados por pais cansados ou estressados, assim como os achados de Assis et. al, (2004), que apontam para aceitabilidade da violência com finalidade educativa por parte dos adolescentes.

A experiência de violência se mostrou, portanto, contextual, variando-se o seu conceito a depender do contexto em que se fala. Assim, os participantes podem considerar genericamente determinados atos como violentos, mas podem não ter considerado os beliscões ou as chineladas que experimentaram como violência. Por outro lado, mesmo que considerassem

esses atos como violência, ao se depararem com perguntas acerca de apoio psicológico e denúncia, pode ser que não tenham considerado os fatos vivenciados como graves a ponto de necessitarem de apoio ou de denúncia. Ainda, é possível que não tenham associado a figura do agente – que em mais de 70% dos casos de violência física e emocional era a mãe – como um agressor de fato.

Corroborado pela permissividade social, a punição corporal como medida disciplinar vem sendo transmitida ao longo de muitas gerações como modelo a ser seguido pelos pais na educação de seus filhos (Rocha & Moraes, 2011), como chineladas, tapas, beliscões e surras, bem como as demais expressões de violência emocional. Uma vez naturalizada, métodos repressivos de punições físicas e emocionais podem ser praticados sem estranhamento pela sociedade, pelo agressor e, em alguns casos, por quem sofre essa violência.

Ademais, a visão do que pode ser considerado violência é influenciada por crenças sociais. No entanto, nossos resultados se mostraram um tanto contraditórios, uma vez que, apesar da dissonância supracitada (menos participantes considerando ter sofrido violência do que relatando ter recebido chineladas), uma grande parte dos participantes concordou que chineladas e beliscões devem ser considerados como atos de violência. Entre outras motivações, destacadas pelos participantes para os motivos da violência, estava a falta de diálogo.

A perpetuação da violência foi justificada pela ação dos atores envolvidos no círculo da violência, uma vez que a crença na violência, como forma de educação, esteve positivamente correlacionada à afirmação de que o agressor estava cansado/estressado e que o comportamento da vítima estava ruim; as últimas duas afirmações também estiveram positivamente correlacionadas à falta de diálogo, sugerindo que o comportamento ruim, aliado ao estresse de uma pessoa e à falta de diálogo justificaria a violência. Neste cenário, a crença de que o comportamento da vítima era ruim e de que faltou diálogo estavam negativamente

correlacionadas, sugerindo também que os participantes que justificam a violência pelo comportamento ruim da vítima não consideram o diálogo como alternativa à violência.

Enquanto a violência emocional estava negativamente associada às crenças de que a violência é uma forma de educar que perpassa gerações, a violência física se associou a esta crença, o que poderia sugerir que a violência física é a mais geracional. De fato, a violência física sempre teve maior visibilidade; é de mais fácil conceituação, detecção e, inclusive, identificação da sua reprodução. A violência emocional, entretanto, acreditamos que também faz parte de um ciclo geracional familiar de reprodução, mas, por ser menos visível, conscientemente não se associou às crenças de educação e reprodução de violência. Inicialmente, a VE não era sequer nomeada e, num segundo momento, mesmo após os primeiros estudos conceituais, ainda não detinha “força” e visibilidade suficientes para ser considerada violência propriamente dita, até por estar atrelada a outras formas de violência já presentes na família.

Observamos que os diferentes tipos de violência normalmente não acontecem de maneira isolada, uma vez que a vivência de violência física, emocional e sexual estavam positivamente correlacionadas. As violências emocional e sexual ainda estavam negativamente associadas às crenças de que a violência é uma forma de educar que perpassa gerações; dessa forma, participantes que tinham maior nível de concordância com a frase “as pessoas sofrem essas violências porque se trata de uma forma de educar crianças que tende a se repetir ao longo das gerações” tendiam a reportar menor frequência de violência emocional e sexual. Dessa forma, supõe-se que os participantes que acreditavam nessa forma de educar ao longo de gerações justifiquem os atos e não os considere violência, reportando assim menor frequência quando perguntado sobre os atos de violência que sofreram.

A violência emocional também estava negativamente correlacionada à crença de que o comportamento da vítima estava ruim e por isso mereceu; assim, aqueles participantes que

concordavam que o comportamento da vítima estava ruim e ela merecia sofrer a violência tendiam a reportar menor frequência de violência emocional. Nesse sentido, os participantes que justificaram a violência pelo comportamento da vítima também reportaram menor frequência de atos de violência; assim, podem não ter considerado graves ou violência propriamente dita os atos pelos quais passaram na infância ou adolescência.

Ainda, observamos que alguns fatores sociodemográficos também estavam relacionados à vivência de violências, com pessoas de menor renda tendo reportado maiores índices de vivência dos três tipos de violência. Poder-se-ia estar diante de um efeito de acumulação de fatores de risco, onde, em contextos mais vulneráveis, o acúmulo de fatores de risco contribui para maior ocorrência de violência.

Observamos também que participantes mais velhos reportaram maior vivência dos três tipos de violência, o que pode estar relacionado às mudanças geracionais no que é considerado aceitável como formas disciplinadoras e o que é considerado violência. De forma alternativa, é possível que participantes mais velhos tenham maior discernimento sobre as violências vivenciadas e, portanto, tendiam a reportar maior frequência dessas violências, tendo reelaborado na idade adulta mais avançada os fatos anteriormente vivenciados.

Conclusão

Existem variadas percepções do que seja violência e as significações da multiplicidade de atos violentos devem ser analisadas a partir das normas, das condições e dos contextos sociais e históricos (Abramovay, 2002). Esta investigação buscou contribuir para o entendimento dessa multiplicidade de significações, trazendo dados sobre violência intrafamiliar vivenciada na infância ou adolescência por estudantes de uma Universidade do sudeste do Brasil. Nesse sentido, a compreensão da violência se mostrou contextual e intergeracional; trata-se de uma forma de comunicação familiar naturalizada, de educação dos

filhos a partir de medidas punitivas e coercivas, por meio de castigos e agressões físicas e psicológicas.

Os resultados revelam um contexto familiar permeado pelas mais variadas formas de violência, cujos mesmos atos foram considerados violentos por uns e não violentos por outros indivíduos. Os participantes relatam experiências de violência física e emocional pelas vias da ação e da omissão, como chineladas, tapas, surras, beliscões, empurrões, ameaças, desvalorização, xingamentos, desdém, terror psicológico, humilhação, chantagens etc. No que tange à violência sexual, encenações, gestos obscenos, relação sexual forçada etc.

Os achados desta investigação podem auxiliar na elaboração de estratégias de ação das Universidades, direcionadas aos seus estudantes que estão inseridos, em sentido macro, no contexto de vulnerabilidades sociais locais e, em sentido micro, nas suas comunidades e organizações familiares. Revela-se também a necessidade da inserção da temática no ambiente acadêmico e o fortalecimento dos órgãos de apoio e direcionamento psicológico das Universidades.

Apesar de este estudo trazer informações relevantes sobre violência intrafamiliar, existem algumas limitações que devem ser abordadas em estudos futuros. Aponta-se para um possível viés na amostra, em razão da quantidade superior de mulheres em relação a homens; além disso, não foram abordadas questões de gênero. Ademais, por se tratar de estudo descritivo exploratório, cujas análises principais foram de frequência, não se pôde inferir relações causais entre as variáveis. Sugerimos, dessa forma, o desenvolvimento de outros estudos a fim de abordar como essas variáveis estão relacionadas, utilizando-se de métodos estatísticos mais avançados.

Estudo 3 – Violência contra crianças e adolescentes: Histórias de vida atravessadas pela violência emocional intrafamiliar

Objetivos

Objetivo Geral

Conhecer relatos de histórias de vida de pessoas que passaram por alguma experiência de violência emocional contra crianças e adolescentes no contexto familiar.

Objetivos Específicos

- Conhecer as diferentes expressões da violência contra crianças e adolescentes no contexto familiar, em especial, da violência emocional;
- Elaborar o conceito de violência emocional a partir da vivência dos participantes;
- Identificar os atos de violência emocional sofridos e praticados pelos participantes, bem como a motivação para a prática;
- Verificar as estratégias de enfrentamento e a presença de rede de apoio das pessoas que vivenciaram a violência emocional contra crianças no contexto familiar;
- Conhecer as repercussões dos atos de violência emocional na vida dos membros da família que praticaram e sofreram esta violência.

Método

Este trabalho conhecerá as trajetórias de vida marcadas pela violência emocional por meio das percepções e vivências dos sujeitos (Flick, 2008), fato possibilitado pelas pesquisas de cunho qualitativo. Deseja-se transcender ao nível puramente descritivo das trajetórias de vida dos membros da família, analisando-se suas nuances com profundidade. Para tanto, optou-se pelo estudo de casos múltiplos, frequente nas pesquisas sociais por oferecer evidências em diversos contextos (Gil, 2002), além de reter as características significativas e holísticas de eventos da vida real e compreender fenômenos sociais complexos (Yin, 2001).

Este estudo pretende contribuir para maior aproximação acadêmica com este fenômeno contemporâneo inserido nos contextos da vida real, a violência emocional intrafamiliar, considerado pouco estudado se comparado às violências física ou sexual (Abranches & Assis, 2011). Não se descartou a generalização, entretanto, o foco do estudo foi a compreensão dos casos para o fornecimento da “descrição densa”. O compromisso com a generalização a qualquer custo ou com a teorização não pode ser maior do que a atenção às características importantes para a compreensão do caso em si (Stake, 2006).

Participantes

Participaram do estudo 12 pessoas, 10 do sexo feminino e 2 do sexo masculino, com idades entre 18 e 38 anos. O estudo foi divulgado na Região Metropolitana de Vitória entre os meses de abril e julho de 2018 em grupos de *Facebook* e em de *Whatsapp*, além da colocação de cartazes em locais como Universidades, praças e condomínios. Em Salvador/Bahia, o estudo foi divulgado por meio das redes sociais entre os meses de setembro e dezembro de 2018, na ocasião do Doutorado Sanduíche, mas não foram realizadas quaisquer entrevistas nesta cidade. Também tentou-se a amostragem em “bola de neve” (Flick, 2008), mas os participantes se voluntariaram em razão do seu próprio interesse em falar e não pelo convite de pessoas próximas.

O critério de inclusão foi ter vivenciado violência emocional intrafamiliar: adultos que sofreram violência emocional na infância e adultos que praticaram violência emocional contra crianças da família. Inicialmente optou-se por duas unidades-caso, mas a similaridade das narrativas fez com que os dados fossem analisados conjuntamente, uma vez que todos os participantes disseram ter sofrido violência emocional na infância/adolescência, considerando-se a prática de violência emocional como repercussão da sua vivência anterior.

Instrumento e procedimentos de coleta

A coleta dos dados ocorreu mediante entrevistas narrativas com roteiro semiestruturado (apêndices D e E), contendo perguntas disparadoras, que buscaram conhecer as relações familiares do passado e do presente dos participantes. Os núcleos de informação foram os seguintes: o conceito de violência emocional, as vivências dos participantes, as motivações dos agressores, as redes de apoio e estratégias de enfrentamento e as repercussões da violência nas suas vidas.

Ao tomarem conhecimento da pesquisa, os participantes entraram em contato com a pesquisadora, que lhes informou os detalhes da coleta e a duração da entrevista. A maioria dos participantes concordou em conceder a entrevista nas dependências da UFES/Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), por ser um ambiente neutro e calmo, sem barulhos ou interferências que pudessem atrapalhar a gravação (Bauer & Gaskell, 2015). Os participantes foram informados que o estudo havia sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, quando também foi-lhes explicado os objetivos e procedimentos da pesquisa por meio da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE, que foi assinado pela pesquisadora e pelos participantes. As entrevistas duraram aproximadamente 50 minutos e foram gravadas com celular.

As narrativas não foram interrompidas nem dificultadas com perguntas ou avaliações, demonstrando-se empatia ao entrevistado, quando o curso da entrevista foi delineado mais pelos discursos dos participantes do que pelo instrumento de pesquisa. Os participantes foram informados que disporm de tempo necessário para falar, uma vez que não haveria limites cronológicos à recordação dos eventos, nem respostas certas ou erradas. Foram utilizadas múltiplas fontes de evidência como a observação da reação dos participantes, gestos e tons de voz (Yin, 2001).

O contexto da coleta de dados

No dia 02 de abril de 2018, tornei público o convite da participação na pesquisa por meio de grupos de *Facebook* e *WhatsApp* e de cartazes e, no mesmo dia, 3 pessoas entraram em contato. Em uma semana, 10 pessoas haviam se manifestado e, em duas semanas, 6 pessoas já haviam sido entrevistadas. Os detalhes do trabalho não foram compreendidos por alguns sujeitos, que quiseram ser entrevistados virtualmente ou que enviaram relatos longos via e-mail acerca das violências emocionais sofridas na infância. Essas pessoas não mais responderam quando foi explicado que se tratava de entrevista presencial.

A primeira entrevista foi marcada para o mesmo dia; a participante ligou e combinamos para dali a algumas horas e isso gerou expectativa, porque a divulgação estava dando certo: eu pensei que nunca mais fosse conhecer uma história tão rica em detalhes e ao mesmo tempo de superação. Três dias depois, entrevistei duas pessoas com idades próximas, mas com vivências totalmente diferentes que tratavam de violência emocional. Daí surgiu o questionamento: “como a violência emocional pode ser tão diferente, mas como pode unir as pessoas no sentido de causar sentimentos semelhantes como culpa e descrédito próprio?”; “e como, ao falar com uma estranha, geralmente essas pessoas se sentiam leves?”.

Também havia a pretensão de se fazer um trabalho plural, com homens, mulheres, com pessoas que praticaram e sofreram violência, com participantes mais jovens e mais velhas, de diferentes classes sociais e foi o que ocorreu, apesar de terem participado poucos homens. Havia a preocupação em não se fazer uma “pesquisa sobre violência emocional para uma categoria específica de pessoas”, uma vez que todas as histórias são reais e relevantes.

Segui entrevistando e percebendo ainda mais nuances nessas histórias de vida diversas; fui refletindo sobre as histórias dessas mulheres (até então somente mulheres haviam sido entrevistadas). Desde o início da pesquisa, queríamos conhecer as histórias de vida de quem praticou violência emocional, mas sabíamos que não seria uma tarefa fácil, e talvez impossível, sendo que todos que conheciam a pesquisa compartilhavam dessa nossa quase-certeza: “como

uma pessoa vai se abrir?”, e mais, “como essa pessoa vai reconhecer que praticou?”. Até então eu achava que nunca conseguiria esses dados, inclusive pela forma como as entrevistadas que sofreram caracterizaram seus agressores, pessoas que jamais reconheceriam que haviam praticado algum tipo de violência.

Participaram jovens na faixa dos 20 anos, assim como pessoas fora do contexto da Universidade, com mais de 30 anos. Pessoas com filhos e sem filhos também participaram, assim como homens e mulheres.

Interessante que apenas 3 pessoas desmarcaram a entrevista mais de uma vez, não sendo possível a sua realização. Nestes casos, possivelmente desistiram, mas preferiram não dizer isso expressamente. A partir da terceira semana, quando 6 pessoas já haviam sido entrevistadas, o contato para participação na pesquisa diminuiu e as demais 6 pessoas relataram suas histórias em dias mais espaçados. No dia 04 de maio de 2018, houve um reforço na divulgação da pesquisa para pessoas que haviam praticado violência, mas não surtiu efeito.

Em dezembro de 2018 decidimos ser suficiente o número de 12 participantes. A consistência científica se apresentou na complexidade de informações derivadas de histórias de vida que se diferem, mas que se unem no tocante ao sofrimento ou prática de um mesmo tipo de violência.

Procedimentos de Análise

Optou-se pelo método fenomenológico de sistematização e organização de dados, que tem foco na experiência como foi vivenciada, proposto por Trindade, Menandro e Gianórdoli-Nascimento (2007), cujas bases são encontradas em Bullington & Karlsson (1985) e Giorgi (1984). Trata-se de método fenomenológico para pesquisa empírica em Psicologia e não da perspectiva teórica de interpretação dos dados, ou seja, a Fenomenologia de Husserl (Trindade, Menandro e Gianórdoli-Nascimento, 2007).

O método fenomenológico de sistematização de dados pode ser combinado aos aportes da Psicologia Social, tendo sido utilizado em larga escala para investigar experiências em diversas temáticas, como a violência. Tendo em vista que o ponto principal do método é chegar à formulação/construção da estrutura do fenômeno, os seguintes questionamentos podem ser úteis para a decisão da utilização deste método, no que tange aos propósitos de pesquisa, conforme extraído de Trindade, Menandro e Gianórdoli-Nascimento (2007): O fenômeno a ser estudado necessita de maior especificidade ou clareza dos aspectos que os constituem? O que existe sobre o tema precisa ser escrito com maior profundidade? A compreensão da experiência vivida de forma compartilhada é a melhor fonte de dados do estudo do fenômeno? Este método é viável em termos de tempo/disponibilidade e de estilo dos pesquisadores?

Decidindo-se pelo método, como foi o caso deste estudo, o próximo passo foi a realização de um roteiro e de um procedimento de entrevista capaz de extrair dos relatos riqueza dos acontecimentos, para que pesquisadores e pesquisadoras identifiquem as unidades de significado e, posteriormente, elaborem a estrutura do fenômeno. As entrevistas foram organizadas segundo as cinco fases descritas por Trindade, Menandro e Gianórdoli-Nascimento (2007).

A primeira fase compreendeu a transcrição integral das entrevistas pela própria pesquisadora, com o objetivo de se obter o “relato bruto” de cada participante. Devem ser evidenciados todos os aspectos emocionais dos participantes, sem ocultação do que inicialmente poderia ser considerado irrelevante.

Para a transcrição, utilizou-se uma ferramenta do *Google* para otimização de tempo: o *Google Docs* dispõe de um mecanismo no qual insere-se a ferramenta “voice typing” ao documento novo de texto, de forma que ele transforme voz em texto. Assim, ouvia-se as entrevistas e ditava-se articuladamente no microfone do *Google Docs*, precedendo-se às necessárias correções posteriores.

A fase segunda correspondeu à leitura da transcrição integral a fim de se identificar as Unidades de Significado dos relatos, que são os temas comuns da experiência dos entrevistados. As unidades podem estar presentes no próprio roteiro e outras, abordadas pelos participantes. No caso deste estudo, todas as unidades de significado pertenciam ao roteiro, pelo que se reafirma a importância de que ele seja parte de um procedimento cuidadoso.

1. Conceito de violência emocional

O conceito de violência emocional foi elaborado pelos participantes tendo como ponto de partida as suas histórias de vida, que foram marcadas por este tipo de violência e, em quase a totalidade dos casos, por outros tipos, como violência física e sexual.

2. Vivências de violência

Contexto dos atos, quais atos que foram vivenciados, os tipos de violência que foram vivenciadas, idade das vivências, histórico pessoal, relações familiares do passado (histórico da família, contexto familiar, quem era o agressor).

3. Motivações do agressor

Influência de aspectos pessoais ou contextuais para que os agressores reportados praticassem violência ou para que os participantes a praticassem.

4. Redes de apoio e estratégias de enfrentamento

Sentimentos vivenciados e estratégias utilizadas pelos participantes: quando e se contou para amigos/familiares sobre as vivências de violência, se teve suporte emocional. A presença ou ausência de acompanhamento psicológico durante as vivências ou posteriormente.

5. Repercussões da violência

Reflexos da violência na autoestima, autoimagem, autoconfiança, desenvolvimento profissional dos participantes; a ocorrência ou não da reprodução da violência; relações interpessoais dos participantes com o agressor e outras pessoas.

6. Experiência da entrevista

Percepção dos participantes sobre a participação no estudo, quando falaram das vivências de violência em uma entrevista narrativa.

Na terceira fase foi realizada a reorganização de cada entrevista de acordo com as Unidades de Significado, cuja distribuição independeu da sequência em que foram verbalizadas as informações. Um mesmo trecho poderia ser incluído em mais de uma unidade de significado, porém este mecanismo não foi considerado necessário. Foram utilizadas tabelas como auxílio de organização, quando o nome da unidade de significado ficava à esquerda e procedia-se a inclusão de todos os trechos relativos a ela, à direita.

Na quarta fase, de organização do conteúdo, os relatos pertinentes foram convertidos em linguagem parcialmente padronizada, focalizando-se no fenômeno observado. Em suma, na quarta fase organiza-se e sintetiza-se o conteúdo, transcrevendo-se o texto na terceira pessoa e identificando-se as transcrições literais autoexplicativas. Posteriormente, procedeu-se a eliminação das repetições.

A última fase correspondeu à transformação das Unidades de Significado em uma estrutura única, a narrativa individual propriamente dita, que contém todos os temas significativos que compõem a experiência do participante. Buscou-se aproximar o leitor da realidade vivenciada pelo entrevistado, a fim de facilitar a compreensão dos resultados, logo, optou-se por nomes fictícios e não letras e números.

A seguir, na seção dos resultados, serão apresentadas as estruturas individuais e, posteriormente, será realizada a discussão dos resultados seguindo-se os eixos temáticos da narrativa geral. A narrativa geral objetivou sistematizar as informações individuais, de modo a verificar semelhanças e diferenças entre os casos, articulando estas informações com aspectos contextuais e situacionais (Stake, 2006).

Resultados

Estruturas individuais

Joana

Joana é uma mulher solteira de 35 anos, estudante e diarista que se considera “*uma confusão de pessoa*”; ela cursa o oitavo período de Serviço Social, ao passo que faz faxinas em residências três vezes por semana. Joana apresenta quadro de depressão, ansiedade e transtorno de comportamento. Ela é “*mãe de útero*” de uma menina de 7 anos, tem um apreço maternal pelo sobrinho. Joana se considera sem religião, porém tem fé em Deus e em Nossa Senhora, lê bastante sobre o “*Espiritismo Kardecista*” e atualmente está curiosa para conhecer o Candomblé.

Joana mora de aluguel com a mãe e essa convivência foi marcada por muitos problemas, que começaram no passado e perduram até os dias de hoje. Em virtude de “*tomar conta de todos*”, da filha, do sobrinho, da mãe e de si, ela acaba se sobrecarregando. “*Se em 10 minutos eu estou linda e maravilhosa, daqui a pouco já estou nervosa e querendo explodir*”. Hoje Joana tem suas convicções e alguns sonhos realizados, mas antes não acreditava em si, “*nunca tive perspectiva*”, muito em razão do rótulo de “*vagabunda*” colocado e reforçado até hoje pela mãe.

Joana definiu o conceito de **violência emocional** como algo relacionado com sofrimento, mas foi precisa em apenas uma palavra, “*ingratidão*”. Para essa tarefa, utilizou a sua própria experiência, refletiu sobre a história da relação com a mãe: “*a minha mãe é uma pessoa que não nasceu pra ser mãe e eu só fui entender isso agora, e tudo na vida dela que aconteceu, ela não soube lidar, e acabou passando pra gente, fazendo a gente sofrer psicologicamente e fisicamente também*”.

O passado de Joana foi marcado por muitas perdas e carências. A mãe de Joana teve cinco filhos; o primeiro adveio de um estupro, e Joana não o conheceu, e os demais são frutos

do relacionamento dos pais de Joana. A mãe de Joana ficou viúva aos 28 anos, quando Joana tinha 5 anos, e sem apoio da família do marido, por considerarem-na promíscua, e sem contato com a própria família, a mãe de Joana foi aconselhada a doar os filhos, porque se tratava de *“analfabeta, morando na cidade, sem casa pra morar”*. *“Mas ela não quis, não sei se ela não quis ou se foi a sociedade que não deixou ela fazer isso, pra não julgarem mais do que ela já era julgada”*.

Joana teve um padrasto, *“um homem muito bom”* que deu suporte emocional à família: *“acredito que ele não deixava [a mãe bater nas crianças], porque não era do perfil dele, ele era extremamente carinhoso, um pai perfeito, mesmo da gente, que podia quebrar a casa e ele só conversava, falava que gastava dinheiro”*. Ele morreu quando Joana tinha 8 anos, situação que fez toda a família sofrer, sobretudo a mãe, *“foi quando ela afundou”*: instalaram-se numa barraca de lona e vivenciaram tempos de muitas privações e tumultos emocionais. Ela recorda que *“a lona ressecava, aquela lona preta que ressecava e aí nego ia lá e comprava outra, eu acredito que dali que começou a violência, que começou, tipo, toda aquela merda”*.

As **vivências de violência** de Joana, que começaram após a morte do padrasto, envolvem violência física, emocional e sexual. Ela sofreu violência física da mãe, da madrinha, de colegas da escola e de pessoas desconhecidas da rua; violência sexual de amigos da mãe e violência emocional da mãe.

A mãe de Joana era alcoólatra *“e a cachaça era a única bebida que ela tomava, aí era muita agressão física, muita agressão verbal, muita pressão psicológica, muita humilhação, muita violência física e muito joga na cara”*. Segundo Joana, *“ela estava sempre fazendo de tudo pra nos prejudicar mentalmente, humilhava demais, falava que a gente não era o que ela queria que a gente fosse, nem o que ela queria ser”*. Ela frisava que os filhos sempre estariam dependendo de outras pessoas e dizia de forma recorrente: *“puta, eu não vejo a hora de morar sozinha, de ter minha casa, eu não sei por que fui ter vocês, dizia que meio que a gente se*

prostituída”. Joana passou a adolescência ouvindo essas palavras e resolveu ter a primeira relação sexual aos 17 anos apenas para *“falar com ela, ‘transei, sou puta agora’, fiz isso pra meio que falar com ela, ‘não tá dizendo que eu sou? Então eu sou’”*.

Além das agressões psicológicas, Joana também costumava sofrer agressões físicas que, inclusive, já foram motivos de intervenção do Conselho Tutelar. As agressões eram *“violências extremas e tensas, mas ela não batia de chinelo porque chinelo deixa a criança sem vergonha na cara”*. A mãe de Joana já provocou lesões no seu corpo com fio de telefone, ferro quente e já atirou cabo de vassoura em seu olho *“de eu ficar uma semana com olho fechado, ficou um hematoma muito grave”*. Em decorrência de uma queimadura de ferro para *“mostrar que não se pode roubar”* Joana foi *“sozinha no PA e aí lá eles acionaram o Conselho Tutelar e eu fui parar na Febem”*.

Joana também sofreu abusos sexuais na infância, nas ocasiões em que a mãe deixava os filhos com amigos íntimos para poder trabalhar e *“esses caras, tanto a mulher quanto o homem, eram pedófilos; nunca fizeram penetração comigo nem com a minha irmã, mas antes deles terem o ato sexual, uma criança tinha que tocar neles, e nos dois”*. Posteriormente, ela entendeu que apresentava os sintomas da criança abusada, conforma aprendera na universidade, *eu sentia muita dor de ouvido no dia da gente ir pra lá e só depois que eu fui me tocar disso, que a dor de ouvido não existia, porque o ouvido só doía naquele momento, eu entrava dentro do ônibus de volta pra casa e a dor acabava”*. A experiência do abuso sexual fez com que Joana produzisse um comportamento protetor com as crianças.

Segundo Joana, as **motivações das agressões** da mãe residem na escassez e insuficiência de requisitos de sobrevivência, alcoolismo, violências anteriores, angústias e perdas e também estão relacionadas ao fato da mãe não estar preparada para a maternidade. Posteriormente, a solidão da viuvez e o desespero de não saber o que fazer com as crianças e mais a morte do padrasto, que exercia o papel de suporte emocional, fez com que a família

“afundasse em violência”. Sem companheiro, analfabeta, sem casa, a mãe que um dia não quis dar os filhos, também não soube como lidar com a situação de gerenciar privações, medo, solidão e fome.

As recordações mais significativas da infância de Joana são, em sua maioria, negativas e referem-se basicamente às agressões: “*eu não tenho assim uma coisa que seja significativa, nada assim de legal, porque eu não tive infância*”. Apesar disso, o exercício que ela faz no presente é de não se lembrar dos fatos passados para não piorar o sofrimento: “*eu tento não dar tanta importância, eu tento não falar*”.

Os sentimentos decorrentes das agressões pelas quais passou fazia com que ela se sentisse “*péssima*”, porém não demonstrava a ninguém e, por vezes, nem a ela mesma, porque não chorava nem em público e nem sozinha. Voluntariamente ou não, a estratégia utilizada por Joana foi guardar todo sofrimento e canalizá-lo na rebeldia: “*eu sempre fui muito de tentar esconder a minha raiva, o meu choro, eu nunca fui muito de chorar na frente das pessoas e às vezes até nem por trás, eu ficava com aquilo sempre guardado e eu era muito rebelde*”.

No que se refere às **redes de apoio e às estratégias de enfrentamento**, Joana não sentia necessidade de falar com alguém e nunca cogitou ter apoio profissional ou de pessoas fora da sua casa, porque “*achava que era coisa de mãe*” e o que ela queria de fato era viver em um lugar pacífico sem tanto sofrimento: “*acho que a vontade era que aquilo cessasse, que ela virasse uma pessoa diferente, que ela nunca foi, tipo a mãe dos amiguinhos que não fazia a mesma coisa com os filhos*”. Apesar de não problematizar tanto as violências, ela acreditava que existia “*algum lugar que não tivesse a quantidade de brigas, de humilhações*”, mas não sabe ao certo que tipo de apoio teria sido importante na época para ajudá-la a lidar com a violência: “*eu não sabia procurar ajuda, porque psicólogo não é pra pobre*”.

Já na fase adulta, a estratégia utilizada por Joana foi definir perfis de pessoas que poderiam compreendê-la, para então poder falar dos seus sentimentos. Assim, quando conhece

pessoas que passaram por situações parecidas, na posição de vítima ou de agressor, ela consegue verbalizar e contar a sua história. A reflexão sobre as formas de educar os filhos ocorreu muito tempo depois, quando Joana se tornou mãe e ingressou na faculdade, quando reformulou as ideias sobre violência, reconstruiu os padrões de criação e percebeu que a mãe ainda repete o velho estilo parental agressivo.

Joana identifica que o convívio diário com a violência gerou **repercussões** negativas na sua saúde mental, nas relações profissionais e interpessoais e também no exercício da maternidade. Quanto a este último aspecto, Joana identifica um viés positivo, porque consegue identificar os “erros” da mãe e tenta não repeti-los, pois esforça-se para tornar uma mãe muito diferente da sua, uma mãe que conversa muito mais do que agride. De todos os atos de violência que sofreu, as agressões verbais foram as que Joana mais reproduziu: “*com minha filha eu falo muito palavrão sem querer, mas eu tô diminuindo*”.

Por muito tempo, Joana reproduziu a violência física, algo que não pratica mais: “*antes eu quebrava todo mundo na porrada, não sei se é porque eu estava muito bêbada, se eu não gostasse ou se ela fizesse algo que eu não quisesse, o pau quebrava*”. Entretanto, Joana gosta de falar palavras de “baixo calão”: “*eu falo e descarrega ali naquela palavra ruim, pelo menos não agrido ninguém fisicamente*”. Nas relações interpessoais e profissionais, entende que ainda precisa trabalhar algumas questões, mas tenta não humilhar as pessoas e buscar formas mais respeitadas de tratamento. Joana também procura aconselhar mães que praticam algum tipo de violência contra seus filhos.

No que se refere à relação atual entre Joana e sua genitora, ela afirma que não há mais pancadas ou surras, até pela idade e condição física que Joana possui, mas ainda é uma relação violenta direta e indiretamente. Joana considera que ainda sofre violência emocional quando a mãe a impede de comer, arguindo que ela não trabalha. Além disso, a mãe pratica agressões verbais contra ela e agressões físicas e verbais contra a filha de Joana. A falta de parceiro

também é alvo de críticas da mãe, que alega que Joana sempre dependerá de alguém para lhe sustentar e nunca vai se casar: *“ela pensa que, por ela pagar o aluguel, eu dependo dela”*.

A relação entre mãe e filha está mais pacífica no presente, porém é *“cansativa”*, pois foi desgastada ao longo de muitos anos, sendo necessárias paciência e resiliência por parte de Joana para lidar com o passado e com as novas agressões. Quando sua mãe diz que ela não tem o que fazer da vida, Joana finge que não entende a pergunta e dá respostas vazias e por vezes ininteligíveis para evitar atritos: *“eu saí daqui pra deitar na rua; estava deitadinha dormindo; fui pra faculdade dormir”*.

Durante a entrevista, Joana pensou sobre os fatos que envolvem a mãe, sobre o que poderia ter sido diferente, sobre o apoio que poderia ter tido, mas não conseguiu encontrar respostas: *“eu penso nisso, mas eu não consigo encontrar uma resposta, porque eu gosto da minha mãe”*. As agressões físicas e as humilhações que sofreu, o ferro quente no corpo, os xingamentos, o desprezo e a frieza da mãe, são fatores que construíram a Joana de hoje, uma pessoa com depressão, ansiedade e transtorno de comportamento, mas não foram capazes de aniquilar os sentimentos: *“eu tenho raiva, eu brigo, ela é a maior causadora dos meus transtornos mentais, mas é uma pessoa que eu amo”*.

Atualmente, Joana não faz acompanhamento psicológico, mas acredita precisar fazê-lo: *“por enquanto, não tô fazendo, tô fingindo que tô controlando e tô fingindo que acredito”*. A experiência de contar a sua história lhe trouxe emoções positivas e negativas e gerou sensação de tranquilidade, pelo menos aparente: *“Eu sei que, às vezes, a gente precisa falar de uma coisa que a gente não gosta, mas eu tô da mesma forma que eu cheguei, não fez mal, mas também não fez bem, eu só vou ver isso daqui a duas horas”*.

Sara

Sara é uma jovem de 23 anos que acaba de ingressar na Universidade. Ela é uma pessoa *“introvertida, introspectiva e extremamente planejadora”*, de *“reações emocionais, mas que*

usa a racionalidade como mecanismo de defesa”. Para compensar o fato de ser uma pessoa “*muito emocional*”, Sara tenta ver o mundo de forma “*racional e com muito cientificismo*”. Na infância ela era “*muito explosiva e não gostava de falar com as pessoas*”. Para Sara, **violência emocional** é uma ação por meio da qual “*você altera a forma de pensar de uma pessoa sobre ela mesma, constantemente, por problemas seus*”.

Desde quando nasceu, até os 8 anos, Sara morou com o pai, a mãe e o irmão mais novo, também filho do casal. O ambiente de casa era “*ótimo, extremamente pacífico*”. A sua mãe era muito empática, “*a pessoa mais amorosa do mundo*” e seu pai também estava sempre muito bem. A serenidade e a tranquilidade encontradas em casa foram muito importantes para a manutenção da estabilidade emocional dos filhos.

A mãe de Sara faleceu quando ela tinha 8 anos, devido a uma infecção generalizada repentina, “*foi tipo uma pneumonia que acabou se espalhando pelo corpo inteiro e eu não esperava por aquilo, nem meu irmão*”. Dois anos após a morte da mãe, seu pai se casou novamente com uma mulher aproximadamente 15 anos mais nova que, assim como toda a família, também frequentava a Igreja Evangélica. Sobre a união, Sara sempre se posicionou no sentido de que “*eu tenho 23 anos e nunca na minha vida eu ia casar com um viúvo e duas crianças*”.

Após o casamento, Sara começou a sentir um “*clima estranho*”, pois percebia que ela e seu irmão estavam sendo excluídos pelo casal em virtude das vontades da madrasta, que queria a atenção do pai das crianças apenas para si: “*ela fazia a cabeça do meu pai ‘a gente se casou agora é o nosso tempo’*”. Enquanto o pai e a madrasta foram casados, a família se mudou doze vezes de casa e duas vezes de país, tendo os irmãos morado com a avó durante alguns períodos.

Os anos em que viveu com a madrasta foram os piores anos da vida de Sara e ela crê que também foram tempos difíceis para o irmão e para o pai, porquanto a madrasta desfez a afetividade que sempre existiu entre eles. A madrasta “*extremamente calculista e*

manipuladora” implementou regras, que deveriam ser cumpridas por todos, sobretudo pelas crianças, mas se preocupava em fazer com que seus atos fossem percebidos pelo pai e pela comunidade religiosa como *“pura generosidade”*: *“então ela fazia com que tudo que era horrível soasse maravilhoso, porque estava consertando as crianças”*.

As **vivências de violência** de Sara tiveram início com a confecção de um mural com todas as regras que as crianças deveriam seguir, a fim de ser estabelecida a ordem na casa por meio de recompensa, *“igual a super Nanny, mas uma Super Nanny vezes 10”*. Sara não compreendia, entretanto, o porquê daquilo, afinal, *“a gente nem era tão ruim assim, a gente era criança e a gente tinha perdido a mãe, só isso”*. Se conseguissem um determinado número de pontos, poderiam ganhar algo desejado: *“a gente poderia pedir, por exemplo, o que a gente gostava no almoço”*. Mesmo sabendo que algo estava errado, Sara não sabia como reagir, então acabava se submetendo às novas ordens. Constantemente, Sara era obrigada a fazer algo que não gostava, como beber refrigerante, *“para eu me acostumar a gostar, para eu ir a uma festa e não ser mal-educada por estar pedindo água”*. Para Sara, os transtornos diários eram péssimos e soam estranhos quando ela conta, mas eram tratados com naturalidade na época, *“porque era tudo muito sutil”*.

O segundo passo foi fazer uma reforma para erguer uma parede com porta e separar a casa em dois ambientes a fim de demarcar o lugar em que *“eles ficavam e o lugar que a gente ficava”*. Feita a colocação da porta, que ficava quase sempre fechada, *“a gente tinha o nosso quarto do lado da copa e da cozinha e eles tinham quarto do lado da sala”*. A separação de ambientes trouxe muita insegurança para Sara, que se sentia desprotegida durante a noite: *“eu tinha medo do escuro, mas eu não podia ficar com medo e bater na porta, eu tinha que ficar sozinha”*.

As atividades domésticas ficavam a cargo de Sara, apesar de a família ter contratado uma profissional, mas a madrasta *“fazia a cabeça da empregada, que ela não precisava fazer*

nada, porque tudo era eu e meu irmão que a gente fazia". Assim, Sara acordava por volta das 7 horas e fazia a faxina e *"nem sobrava tempo para fazer dever de casa"*. No entanto, os fatos eram distorcidos quando chegavam ao conhecimento do pai: *"tudo sempre era culpa nossa, a gente sempre fazia alguma coisa errada, sempre a gente tinha que ficar de castigo"*.

A madrasta também praticava violência emocional com o pai de Sara, manipulando-o e humilhando-o pela condição de ter perdido a esposa: *"começava a rir da cara dele do nada e começava a debochar da cara dele porque ele tinha perdido a esposa, 'você perdeu a sua mulher, bem feito, se fodeu', ela falava"*. Além disso, Sara conta que a madrasta também provocava brigas constantes, que causavam mal-estar a toda família: *"toda hora tinha alguma briga com meu pai"*.

Não satisfeita com o mural, em um determinado momento, quando Sara tinha aproximadamente 11 anos, sua madrasta elaborou uma nova regra, que determinava que os irmãos deveriam chamá-la de mãe *"e chamávamos, não tínhamos escolhas"*. Na mesma época, Sara pensava: *"não tem vida pior que a minha, a minha vida é horrível"*.

A madrasta também influenciou nos estudos de Sara, trocando-a de escola por considerar que a anterior era *"de gente rica"* e que ela ficaria *"metida"* se continuasse a estudar naquele estabelecimento de ensino. No ensino fundamental, Sara foi diagnosticada com mutismo seletivo², transtorno psicológico que durou até o 6º ano. Em casa, Sara se comunicava normalmente, mas não falava com ninguém no ambiente escolar: *"tinham que reformular as perguntas para ser de 'sim ou não' para eu poder balançar a cabeça"*. Aos colegas de Sara faltava empatia, na medida em que a pressionavam para que falasse: *"pegavam os meus materiais falando que elas não iam devolver até eu falar e, mesmo assim, eu não falava"*.

Com o tempo, Sara fez algumas amigas na escola e essas amigas frequentavam a sua casa, momentos em que a madrasta deixava de ser a *"super Nany vezes 10 para ser uma pessoa*

² Mutismo seletivo (DSM-IV) ou Mutismo eletivo (CID 10) é um transtorno psicológico caracterizado pela recusa em falar em situações específicas.

super legal, que deixava eu fazer tudo, até convencia o meu pai a deixar eu sair para os lugares com minhas amigas". Assim, a percepção das amigas não condizia com o que Sara contava para elas, sendo considerada por elas como ingrata, afinal, a madrasta, nas palavras das amigas, era *"tão legal"*. Sara avalia que a ex-madrasta tinha transtorno de humor, *"ela podia ser muito má quando ela queria me colocar para baixo e depois ela ficava muito legal, fora do normal, quando ela queria que eu apreciasse ela"*

As ações da madrasta também afetavam Sara de forma indireta, porque atingiam as memórias da sua mãe: *"tudo que era relacionado à minha mãe e à memória da minha mãe era destruído, apagado ou distorcido de forma negativa"*. Se algum conhecido fizesse comentários positivos sobre a pessoa que a mãe de Sara era, imediatamente a madrasta intervinha, distorcia os fatos e falava mal dela. A semelhança entre as aparências físicas de Sara e da mãe sempre foi evidente, oportunidade que a madrasta aproveitava para não deixar que Sara se cuidasse justamente com o intuito de criticar a aparência física da enteada. *"Eu sempre me senti muito mal com as minhas roupas, como eu era fisicamente e ela piorava a situação sempre"*.

Os fiéis da Igreja diziam muito apreciar a conduta da ex-madrasta diante da morte da mãe das crianças e elogiavam a união da família: *"como a gente conseguiu construir uma coisa tão boa com uma coisa que não era, que foi a morte da minha mãe"*. Mas, para Sara, tratava-se de mais um caso de manipulação, pois a madrasta sempre *"dava um jeito de soar como se ela fosse a salvadora, a boa"*.

Sara se sentia muito explorada e vigiada durante os anos em que morou com a ex-madrasta, *"como se eu tivesse no nível lá embaixo e quisessem que eu chegasse no nível lá em cima, mas eu nunca era o suficiente"*. Ela sentia que precisava ser explorada em qualquer circunstância e que jamais alcançaria o desejado pela ex-madrasta: *"quando, por exemplo, eu limpei todas as prateleiras, sempre teve alguma coisa que eu fiz de errado"*. Mas, apesar de a situação lhe parecer muito estranha e dela se sentir desconfortável, a rotina naturalizou toda

aquela violência emocional. Segundo Sara, as **motivações das agressões** estariam relacionadas aos “*motivos químicos*” cerebrais da madrasta nas suas tomadas de decisões.

No que se refere às **redes de apoio e estratégias de enfrentamento** da violência, na maioria das vezes, Sara não compartilhava as angústias “*eu fazia as coisas, eu sempre fui uma pessoa muito passiva, eu sempre tive muito medo de autoridade quando era dessa idade*”, obedecendo às regras sem contestar: “*eu remoía tudo na cabeça*”. Sara buscava apoio na avó materna, que “*batia de frente e ligava*” para a casa de Sara solicitando esclarecimentos. Porém, a ex-madrasta acabou impedindo o pouco: “*então era uma guerra fria em que eu e meu irmão a gente não podia muito falar*”.

O apoio paterno não foi possível porque pai e filha não conversavam sobre o sofrimento decorrente das constantes práticas “*extremamente pesadas*” de violência emocional da ex-madrasta, porque “*a gente achava que ela fazia a cabeça dele e que ele não estava do nosso lado*”. Ela se recorda da única ocasião em que puderam se aproximar nesse sentido e, mesmo que sutilmente, compartilharam dificuldades e angústias: “*teve uma vez que ele estava chorando e eu fiquei do lado dele e ele nunca esqueceu disso, mas foi a única vez que a gente teve qualquer contato com os problemas que ele tinha com ela e os problemas que a gente teve*”.

Sara recorda que “*ficava muito triste constantemente, eu estava muito, muito, muito, muito triste em 2013, foi um ano em que eu fiquei mais triste na minha vida, porque eu segurei tudo por dentro, por muito tempo*”, então não se dedicava mais aos estudos e começou a escrever no caderno “*umas coisas muito obscuras*”. Em decorrência do novo comportamento, o pai decidiu levar Sara ao psiquiatra, “*mas aí eu acho que já era tarde demais*”. Sara não relatou as violências psicológicas sofridas à profissional, porque, como era menor de idade, a psiquiatra conversava com o pai e com a ex-madrasta, contexto que poderia se tornar motivo

de novas agressões. Como tratamento, foram prescritos remédios antidepressivos cujos efeitos colaterais Sara se recorda terem sido ruins e não se lembra se houve processo positivo.

Sara teve pouco apoio para lidar com a violência emocional, que sofreu durante os anos em que conviveu com a ex-madrasta e entende que *“não tem uma pessoa que eu me lembre ‘ah, essa pessoa, gostaria que ela tivesse me apoiado’, não! Eu sempre fui uma pessoa muito comigo mesma, não assim sozinha, mas sempre que eu tenho que lidar com problema, eu tenho que lidar comigo mesma, tudo tem que vir do interno”*.

Quando Sara tinha 15 anos, o seu avô paterno faleceu e ela foi morar com a avó mais uma vez: *“e a gente amava morar com minha avó, porque isso significava estar longe da casa, longe dos dois, porque era terrível, era péssimo”*. Segundo a ex-madrasta, era uma forma de fazer companhia para a avó, mas Sara afirma ter sido *“mais um momento que ela teve a oportunidade de empurrar a gente para lá”*. Quando Sara completou 16 anos, a ex-madrasta e o seu pai se separaram, mas ainda permaneceu algum vínculo entre eles, em razão do bebê do casal, que nasceu antes da separação.

Atualmente, Sara não tem remorso da ex-madrasta e não deseja a ela nada de ruim *“porque ela é mãe do meu irmãozinho”*; a relação das duas hoje é de distanciamento e Sara espera que ela não pratique violência emocional com mais ninguém, sobretudo com seu irmão. Sua avó materna reprova essa conduta, *“como assim você perdoa?”*, *“como assim você não lembra do que ela fez?”*. Mas guardar mágoa significaria *“se rebaixar ao mesmo nível dela”*.

No que se refere às **repercussões**, as vivências de violência emocional foram significativas para Sara e repercutiram na formação de quem é ela hoje, afetando diretamente na construção da sua autoestima, principalmente em relação os aspectos físicos, mas ela considera ter superado essa questão. *“Hoje em dia não tem tanto mais efeito, porque eu já apaguei a maioria desses efeitos, todas essas coisas estão em outro mundo agora, como se elas estivessem em outro universo paralelo”*.

No momento, Sara não faz acompanhamento psicológico e acredita que não precisa: *“talvez no futuro eu precise por alguma coisa específica, mas agora não”*. Sara acredita que a sua história lhe proporcionou crescimento pessoal: *“é muito difícil você saber como eu superei isso e como isso pode ajudar outras pessoas a superar. Porque características da minha personalidade, do meu pensamento, de lugares que eu estudei, de coisas que eu aprendi, todas elas juntas foram causando quem eu sou hoje depois do que aconteceu.”*

Marcele

Marcele é casada e tem dois filhos, uma menina de 6 anos e um menino de 1 ano. Ela fazia faculdade de Fonoaudiologia, mas não concluiu o curso porque ficou grávida, quando então passou a cuidar dos filhos e da casa. Há pouco tempo, decidiu iniciar a atividade de gestão de mídias sociais a fim de conciliar trabalho e maternidade. Marcelle é *“muito da fé e pouco da religião”*, mas frequenta a Igreja Luterana com o marido.

Para Marcelle, **violência emocional** é *“crescer no meio de um monte de violências e crescer com várias paredes em volta de você, é um conjunto de violências por estereótipos que colocam na gente, coisas que falam para gente, por limites que colocam na sua vida, ou por falta de limites”*, que geram consequências como sofrimento e decepção. Mas ela entende que a percepção da violência depende de quem sofre, porque quem nasce em ambiente violento, *“já está acostumado a sofrer então nem tudo parece ser violência”*.

Durante a infância e a adolescência, Marcelle morou com os pais e com o irmão mais velho e considera ter tido uma *“vida muito doida”*, por ter vindo *“de uma família muito conturbada e muito esquisita”*. A mãe de Marcelle teve os filhos quando ainda era adolescente e sofreu violência emocional dos próprios pais, de outras pessoas da família, e do marido e *“ela passou isso muito para a gente”*. O pai de Marcelle era *“muito violento, muito bêbado, muito irresponsável, e muito molecão”*.

Marcele se lembra das **vivências de violência** desde a primeira infância, com 5, 6 anos de idade: *“eu cresci no meio da violência ali e mais tarde passei por violências sexuais, violência de apanhar mesmo do meu irmão, da minha mãe, da família, dos tios, das pessoas da rua. Eu sofri muito a violência durante a vida inteira”*. A motivação das agressões que Marcelle sofreu reside na *“falta de responsabilidade, falta de cuidado e falta de instrução”* dos agressores, principalmente dos pais, pessoas que, na sua visão, não nasceram para exercerem a parentalidade.

Marcele sofreu violência física e emocional da mãe, que fazia com que ela se sentisse culpada, incapaz e mentirosa: *“eu apanhei muito a vida inteira dela e ela me humilhava”*. Na infância, a mãe de Marcelle costumava culpabilizá-la pelos problemas que aconteciam em casa, mas Marcelle se sentia culpada frequentemente nas mais diversas circunstâncias: *“eu sempre fui muito culpada das coisas, ela falava com a gente que ela não ia embora de casa por culpa nossa; quando o meu pai batia nela, ela se sustentava colocando a culpa na gente para não sair do relacionamento abusivo dela”*. Sendo assim, quando se deparava com situações nas quais emergia o comentário de quem seria o culpado, Marcelle se questionava acerca da sua responsabilidade: *“você é culpada, você é culpada, você é culpada disso”*, como no dia em que roubaram algo da professora e *“eu fiquei me perguntando se eu tinha roubado aquilo, mas eu tinha saído de lá bem antes do roubo acontecer”*. Além disso, constantemente Marcelle era taxada pela mãe como mentirosa e *“até hoje eu tenho medo de entrar numa loja e olhar muito bem as coisas sem as pessoas acharem que eu estou roubando”*.

Marcele acredita que a sua mãe foi omissa em relação aos deveres de educação: *“na posição de mãe, eu vejo que faltou instrução na minha vida, faltou papel do responsável ali falando ‘olha esse caminho aqui é mais fácil para você, se você for ali você vai se arrepender’”*. Não existia diálogo entre mãe e filha, porque *“minha mãe nunca me deu espaço para conversar com ela sobre o que acontecia comigo”*, de maneira que, até mesmo nas situações em que

Marcele era vítima, não se sentia à vontade para contar à sua mãe, pois sabia que seria culpabilizada de alguma maneira: *“o meu pai me abusou sexualmente, vários tios me abusaram sexualmente, amigos dela, e eu nunca tive a oportunidade de falar com ela porque, se algum dia eu falasse, eu ia sair como errada e ela ia me obrigar a pedir desculpas, a falar que eu estava mentindo”*.

Marcele também vivenciou agressões físicas promovidas pelo irmão, que foi ensinado pelo pai a bater na irmã como *“ele batia na minha mãe”*. As agressões tinham a conivência da mãe, que culpava Marcelle pelos atos do irmão. A pior memória que ela tem nesse sentido refere-se ao dia em o seu irmão lhe bateu em demasia a ponto de quebrar um guarda-roupa nas suas costas, situação extrema que levou Marcelle a fazer Boletim de Ocorrência contra ele na Delegacia. Entretanto, a conduta da mãe não foi de protegê-la, mas sim de obrigá-la a pedir desculpas para o irmão: *“quando eu voltei da delegacia, a minha mãe me fez ajoelhar para pedir desculpa para ele, porque eu estava errada em denunciar o meu irmão e eu falei que eu não ia pedir desculpa e ela pegou o ferro quente e encostou e falou assim ‘se você não pedir desculpas para ele agora, eu vou queimar o seu rosto’”*. Todas as vezes que Marcelle se recorda desta cena, sente *“o calor do ferro passando”*. Ela não compreendia porque apanhava do irmão e, sobretudo, porque a própria mãe reprovou a sua conduta de ir à delegacia: *“porque em que momento da vida a gente sustenta uma razão nisso? Se é errado o homem bater na mulher, se sofrer violência é errado, porque eu não pude ir à delegacia?”*.

O pai não era violento antes de Marcelle entrar na adolescência; era rude com o filho homem e carinhoso, afetuoso e protetor com Marcelle: *“ele trabalhava próximo de casa e ficava mais tempo comigo, então me levava na sorveteria, me levava no restaurante, me levava para passear”*, de maneira que dele há menos lembranças ruins da infância. Na adolescência, entretanto, Marcelle sofreu violência sexual do pai, *“não o abuso em si, ele não abusou de mim, mas ele fazia cenas que hoje eu caracterizo aquilo como abuso, porque eu estudei sobre, mas*

na época eu não entendia”, mas ela não se sentiu à vontade para relatar mais detalhes dessa violência.

Durante a separação dos pais, quando tinha por volta de 11 anos, Marcele sofreu agressões emocionais, que acredita terem sido atos de alienação parental. O pai não aceitou o fim do relacionamento, então *“fingia que estava morrendo”* e atribuía a culpa das doenças que simulava à mãe de Marcele *“e isso me deixou muito frustrada a adolescência inteira”*. Além disso, tentou induzir a filha a contar à mãe que ele mataria todos os membros da família: *“ele guardava dinheiro num lugar, que eu pegava sempre que eu precisava, e ele guardou balas de revólver com o nome da minha mãe, o meu nome, o nome do meu irmão e o nome dele”*. Mesmo com as tentativas do pai, foi inevitável a separação do casal, ocasião em que *“achei que finalmente eu ia parar de apanhar do meu irmão, aí fui embora da casa do meu irmão, tive o meu primeiro namorado, que é o pai da minha filha, e saí do relacionamento com outra violência; eu sofria violência emocional da família dele e ele acabou me batendo também”*.

Marcele tem algumas boas recordações do seu passado, mas procura não se lembrar da infância, porque, na maioria das vezes, lhe vem à mente as lembranças negativas: *“as coisas ruins tendem a ser lembradas mais, né?”*. As brigas recorrentes dos pais lhe marcaram muito, fazendo-a sonhar e se lembrar disso constantemente: *“a gente recebia muita gente em casa para fazer churrasco, almoço de domingo era sempre lá em casa, e, do nada, eles começavam a brigar e eu sempre achava que a minha vida ia desmoronar naquele momento”*. As brigas repentinas dos pais causaram sensação de instabilidade em Marcele, porque se *“estava tudo bem, desmoronava, e eu sou instável até hoje porque eu acho que nesse ‘está tudo muito bom’, a desgraça está para acontecer”*.

Em se tratando de **rede de apoio e estratégias de enfrentamento**, à época das agressões, Marcele não teve suporte emocional, mas considera que teria sido importante: *“se tivesse alguém que me sustentasse ali, emocionalmente, com certeza eu seria mais forte hoje”*.

Entretanto, desconhecia qualquer tipo de apoio profissional, “*na época eu nem sabia que tinha*”, como também não procurou ajuda de familiares e amigos. Marcele sentia muita raiva por vivenciar violência do pai, da mãe e dos familiares e “*até hoje eu tenho picos de raiva. Picos de raiva. A raiva sobe assim, eu sentia raiva. Raiva*”.

A forma que encontrou, de lidar com a situação, foi por meio da agressividade e da rebeldia: “*eu fiquei agressiva igualzinha a eles; eu brigava na escola, eu matava aula na escola, eu me envolvi com homens muito mais velhos, tudo que eles não gostariam, só não me envolvi com droga, mas todo o resto eu fazia para sair dessa história e para me vingar, pra pagar aquilo*”.

Somente adulta contou a uma tia alguns eventos violentos pelos quais passou: “*essa tia é uma figura materna para mim, ela sempre cuidou de mim, a vida inteira, e ela chorou muito no telefone quando eu contei para ela. Ela falou comigo que me admirava muito, a minha força e como eu estava bem hoje, porque ela não acreditava que eu ficaria*”. Marcele pediu à tia que não contasse a sua história para nenhum outro parente, pois sabia que a família, “*machista e esquisita*”, criaria muitos problemas.

Na adolescência, Marcele foi acolhida pela mesma tia, àquela época não relatava-lhe as violências que sofria, porque se sentia um pouco humilhada “por estar dependendo de outras pessoas” fora do seu núcleo parental. Ela não praticava violência emocional constante contra Marcele, mas eventualmente dizia: “*você está aqui porque sou muito boa, porque eu te dou casa e você tem que ser a melhor pessoa do mundo para estar merecendo*”. Ainda assim, Marcele acredita que foi a única pessoa que lhe ofereceu ajuda, mas gostaria de ter tido “*apoio psicológico de alguém para falar assim: ‘olha, você não é uma pessoa ruim, você não é mentirosa, você não é o que as pessoas te rotulam’, porque eu acreditava naquilo*”.

As vivências de violência de Marcele causaram **repercussões** na construção da sua autoimagem e em diversos aspectos da sua vida adulta. Ela considera que se tornou uma pessoa

insegura, que não acredita em si: *“a gente fica uma pessoa com medo, a gente começa a fazer as coisas que a gente não consegue terminar, a gente nunca sabe o que quer da vida”*. Por outro lado, as vivências anteriores influenciaram positivamente a relação que ela está conseguindo manter com os filhos e com o marido.

Na visão de Marcele, a maior repercussão que as vivências violentas ocasionou foi *“fazer diferente com os meus filhos”* e tentar criar um ambiente oposto ao que viveu em casa: *“estou melhorando a cada dia”*. Marcele tenta ser *“uma mãe boa”*, aberta à discussão, sempre disposta a conversar com os filhos por meio da linguagem adequada para a idade deles. A história de Marcele também repercutiu na relação conjugal, uma vez que o casal evita brigas na presença dos filhos e tem um combinado de *“evitar, ao máximo, brigas dentro de casa”*.

Marcele se preocupa muito com a integridade da filha mais velha e toma alguns cuidados para que ela não sofra violência sexual. Em relação ao convívio entre os irmãos, Marcele toma *“muito cuidado para que o meu filho respeite muito a irmã dele e as mulheres”*, por considerar que a relação que teve com seu irmão *“repercutiu muito na minha vida, meu irmão mais velho sempre foi muito o dono da situação, o dono da casa, que podia fazer tudo, que podia bater”*. Dessa forma, a filha mais velha tem que ser para o irmão mais novo *“a figura de maior respeito da vida dele, tem que ser, ele tem que respeitar ela”*.

São diárias as preocupações de Marcele para com os filhos e é grande o esforço que ela faz para tornar harmoniosa a convivência no lar, na medida em que decidiu não manter uma conduta violenta com eles. Por vezes, entretanto, acaba repetindo com a filha mais velha alguns atos que sua mãe fazia: *“quando eu tô nervosa eu grito com ela, já bati nela algumas vezes e toda vez que acontece de eu perder o controle, de eu gritar com ela, de eu ser violenta com ela, eu sofro demais”*.

No que tange à vida profissional, Marcele ainda não conseguiu se *“encontrar profissionalmente”* e sente-se muito frustrada por não ter concluído os 5 cursos superiores que

começou, porque “*nunca me encontro*”. Antes de decidir qual seria sua profissão, duvidava da sua capacidade: “*nossa, esse curso é legal, mas eu não vou conseguir*”. Ela considera que “*basta começar a dar certo e eu começo a ter medo e recuo, porque eu nunca consigo me sustentar*”, comportamento advindo “*dessas violências*” que sofreu. Marcele acatava todas as sugestões das pessoas no que se referia ao seu futuro profissional, bem como em relação aos estereótipos que lhe atribuíam: “*o que eu mais sinto dessa vida minha doida, onde eu nunca tinha suporte emocional, é que eu virei uma esponja. Tudo que qualquer pessoa fale sobre mim me dói muito, entendeu? Me dói muito*”. Ela tenta romper com a ideia de que é “*uma fracassada que nunca vai conseguir*” realizar seus sonhos, mas ainda sente que tem necessidade de que as pessoas validem suas ideias: “*eu não consigo pegar só a minha opinião, isso não me sustenta*”.

Atualmente, Marcele não se relaciona com o pai e com o irmão e procura manter-se distante deles: “*do meu pai eu tenho nojo e o meu irmão nunca mudou, cada dia está pior, então, por mais que eu não guarde mágoas dele, eu não consigo ter um relacionamento com ele, porque não dá*”. Ela reestabeleceu os vínculos com a família paterna, inclusive convidou todos os parentes para seu casamento, mas não se reconciliou com o pai: “*ele veio aqui perto de eu casar e eu fiquei péssima de pensar que ele teria que participar do meu casamento e graças a Deus que ele foi embora antes*”.

Por outro lado, Marcele estreitou os vínculos com a mãe: “*o que é que eu fiz com ela? Eu dei amor*”. Marcele compreendeu “*o lado dela, a vida dela*”, compreendeu que as **motivações das agressões** podem estar relacionadas ao fato de que “*ela foi criada com madrasta e 21 irmãos*” e que “*deve ter sofrido violência sexual e todo tipo de violência*”, de modo que procura prestar-lhe assistência: “*sou para ela o que eu queria que ela fosse para mim há um tempo. Então, em vez de ficar brigando e de me distanciar, eu tento trazer ela para mim, para também ela não ficar se frustrando tanto com o meu irmão*”. Marcele procura recuperar o tempo perdido: “*eu dou amor, eu falo para ela que eu amo ela, eu abraço ela, coisa que a gente*

nunca fez, se abraçar, se falar". Apesar de não ter mais contato com o irmão, Marcele é muito presente na vida da filha dele: *"eu cuido dela, compro material escolar, eu intercedo muito por ela"*.

Ao final da entrevista, Marcele relatou que sofreu muita violência durante a vida, *"é vida inteira apanhando demais, então, quando a gente se acha na estabilidade emocional, que é o que eu vivo hoje e Graças a Deus, eu tenho um marido que me respeita, uma família, base familiar, que é uma coisa que eu nunca tive, a gente começa a olhar ao redor ali e fala assim 'olha como é que é vida foi difícil, né?'"*. Atualmente ela não faz acompanhamento psicológico profissional, mas pretende fazê-lo em breve, quando tiver condições financeiras, porque entende que acabaram as dificuldades do convívio diário com a violência, mas há marcas na sua vida. Ela considera que precisa trabalhar algumas questões ligadas ao seu modo de ser como mãe: *"com certeza, eu acho, não, eu tenho certeza, tenho consciência de que eu preciso da terapia, inclusive para que eu consiga maternar"*.

Marcele declarou que a experiência de contar os detalhes das violências que sofreu foi positiva: *"sempre quando converso com alguém sobre essas coisas onde eu possa falar, eu me sinto leve e sinto que abre portas. Eu saio mais forte"*. Ela crê que seria de muita valia se houvesse grupos nos quais as pessoas pudessem compartilhar as violências sofridas, porque *"pessoas que passaram por coisas parecidas"* poderiam se ajudar mutuamente, porque esta seria a única forma de *"tirar proveito daquele momento, daquele sofrimento"* do passado.

Jéssica

Jéssica é uma psicóloga de 27 anos, que vive com sua companheira, é umbandista e tem uma boa relação com a família. Para ela, **violência emocional** é uma forma de oprimir, violentar e deixar outra pessoa *"sem ação"*, uma forma de *"te diminui[r] de alguma maneira enquanto pessoa, algo que faz você se sentir inferior, que faz você se sentir preso de alguma forma"*. A diferença entre as violências física e emocional está na visibilidade, pois a *"física é*

muito mais visível e a violência emocional é muitas vezes uma coisa que nem a gente que passa percebe”.

Jéssica morou com o pai, a mãe e a irmã mais velha até os 2 anos de idade, quando seus pais se separaram, ocasião em que passou a residir apenas com a mãe e a irmã. Quando tinha por volta de 8 anos, a mãe de Jéssica obrigou a irmã a morar com o pai porque *“ela era terrível, saía para namorar e me levava”*. Durante esse tempo, o pai era presente na vida de Jéssica, tendo passado, os dois, momentos juntos que ficaram registrados em fotos guardadas até hoje. Entretanto, *“quando minha irmã resolve voltar a morar com a minha mãe, meu pai sumiu de vez”*. Jéssica considera que não sofreu com a ruptura do contato paterno, porque sempre foi *“uma criança muito forte, nunca fui de demonstrar muitas coisas”*.

Na época da separação, a mãe de Jéssica era estagiária e estudante, *“não tinha nada, nada, nada”*, quando a família passou por dificuldades *“de não ter o que comer em casa”*. Todavia, a mãe de Jéssica, que *“sempre foi muito determinada”*, decidiu que passaria num concurso público: *“ela estudava muito, trabalhava o dia todo e estudava à noite, eu lembro de ver a minha mãe estudando. Até o dia que ela passou no concurso da polícia, que foi quando a nossa vida passou da água para o vinho”*. As vivências de violência de Jéssica perduraram por 12 anos e mudaram de teor ao longo do tempo.

O início das **vivências de violência** de Jéssica se deu com o surto psicótico da mãe, que ficou internada e teve diagnóstico de transtorno de bipolaridade. Na ocasião, a mãe de Jéssica expulsou um vizinho, que havia pedido para usar o banheiro da sua casa, por considerar que ele havia colocado drogas dentro do vaso sanitário, e em seguida passou a agredir a irmã de Jéssica. Percebendo o descontrole da mãe, as irmãs chamaram a polícia e *“minha mãe subiu na viatura e ficou pulando em cima do carro, foi uma coisa muito doida”*. Após o surto, a mãe de Jéssica ficou internada numa clínica, mas interrompeu o tratamento após a alta médica *“e*

isso só foi piorando a cada dia e eu acho que esse processo de adoecimento dela chegou para mim e para minha irmã de uma forma direta”.

Antes mesmo de o surto acontecer, Jéssica já havia percebido *“alguma coisa estranha”* no comportamento da mãe, que *“tinha uma paranoia muito grande”*. A mãe de Jéssica falava abertamente que as filhas eram *“pessoas horríveis”* e acreditava que elas sempre estavam *“armando situações”*, nas mais variadas versões, por isso se valia de precauções como, por exemplo, trancar o próprio quarto para que Jéssica não roubasse seus pertences. Além disso, os amigos de Jéssica não podiam frequentar a casa da família, *“porque a minha mãe achava que eles poderiam fazer alguma coisa lá, por causa dessa paranoia dela”*.

Quando Jéssica tinha 13 anos, a sua mãe começou a desconfiar que ela era lésbica, época em que a violência começou a ter conteúdo homofóbico. Desde os 13 anos, ela era questionada sobre a possibilidade de ser *“sapatão”*, momentos em que a mãe de Jéssica falava *“coisas absurdas”*, no sentido de que preferia que a filha *“fosse puta e drogada, do que sapatão, e que se ela descobrisse que eu estava namorando uma menina, eu não ia mais ser filha dela”*.

Jéssica considera que o último período da faculdade, quando ela tinha 24 anos, foi a época mais difícil da relação com a mãe, que estava muito doente *“e foi quando ela me expulsou de casa”*. A expulsão não teve uma razão explícita, foi *“por causa de nada”*; segundo Jéssica, o desgaste da relação e a constante desconfiança da sua orientação sexual fizeram com que a sua mãe tomasse esta atitude.

Expulsa de casa, Jéssica teve apoio da irmã, que sempre esteve ao seu lado, e da avó, quando então a mãe de Jéssica também *“cortou relações”* com as duas e com todos os familiares, ficando *“um ano de extremo isolamento e ninguém tinha contato com ela”*. O isolamento teve fim, quando a mãe de Jéssica reconheceu que precisava de ajuda profissional, oportunidade em que começou a fazer terapia *“e começa a ficar outra pessoa”*, menos agressiva e mais sociável.

No que tange às **motivações das agressões**, Jéssica nunca questionou a mãe diretamente, mas elenca quatro possibilidades, apesar de achar que nenhuma delas seja suficiente. Jéssica considera muito difícil uma pessoa admitir que cometeu algum ato de violência, sobretudo contra os descendentes, *“ela fala que nunca encostou o dedo em mim, então eu não sei em que medida ela tem consciência do que fez”*.

A primeira possível motivação reside no processo de adoecimento mental da mãe, que teve início dentro do trabalho da polícia civil e alcançou as relações interpessoais: *“essa paranoia dela, essa mania de perseguição, tudo isso tem a ver com a função que ela exercia, então ela tratava a gente como criminosos em potencial”*. A segunda possível motivação refere-se ao *“trauma muito grande”* que a mãe de Jéssica adquiriu da relação com o ex-marido, situação potencializada pelo fato de Jéssica ser muito parecida com o pai, aos olhos da mãe.

A terceira possibilidade baseia-se na *“homofobia pura e simplesmente”*: *“ela ia muito mais em cima da minha irmã, mas depois dessa coisa da homofobia, ela foi mais em cima de mim e isso é muito claro*. Uma quarta possibilidade relaciona-se à ligação espiritual muito forte com a mãe *“eu não sei se é uma coisa de outra vida que ela tem comigo”*.

No que tange aos sentimentos vivenciados nas situações de violência, Jéssica elenca duas sensações, que foram marcantes na época: a de se *“sentir sem saída”* e *“culpada”*. Sem saída porque a mãe era a única pessoa responsável por ela, *“eu não tinha para onde correr, eu não tenho pai, então a única pessoa com quem eu podia contar era minha mãe, sempre foi ela para tudo”*. E culpada por ter nascido: *“eu me questionava muito se eu realmente fazia mal para minha mãe”*.

Quanto às **redes de apoio de estratégias de enfrentamento**, Jéssica pondera que não lidou com a situação e que simplesmente passou por elas: *“eu me fechei muito, não falava com ninguém”*. A avó e a irmã de Jéssica conheciam os acontecimentos, mas não sabiam como ela se sentia exatamente, *“porque eu nunca fui uma pessoa de me abrir”*. Apesar de não ter

“desabafado” com ninguém, “*eu sentia muita falta de apoio de outras pessoas da minha família, inclusive, porque, apesar de estarem sempre ali, eu não podia me abrir totalmente, eu terminava os meus relacionamentos e sofria igual uma desgraçada e não podia demonstrar dentro de casa que eu estava sofrendo. Sentia falta das pessoas disponíveis para escutar, para saber*”. Apenas recentemente os amigos de Jéssica souberam dos problemas pelos quais ela passou com a mãe, uma vez que ela só se abriu quando conseguiu falar sobre a situação de uma maneira mais tranquila.

O silêncio, então, foi a forma encontrada por Jéssica de encarar a violência sofrida, tendo passado por momentos de depressão: “*quando era adolescente eu pensei em me matar milhões de vezes, isso é uma coisa que sempre estava comigo, para mim era um sofrimento, porque eu não via saída e a única solução era que eu me matasse*”. Além disso, Jéssica sentia muito medo da mãe, que sempre teve porte de arma: “*eu tinha medo da minha mãe a qualquer momento dela chegar e matar e depois se matar, porque ela falava isso algumas vezes, que ela queria se matar*”. Os sentimentos de Jéssica, então, se transformaram ao longo da sua experiência de violência: “*teve uma fase que eu fiquei muito deprimida, que eu pensava muito em me matar, teve uma fase que eu sentia muito medo, teve uma fase da adolescência que eu era extremamente agressiva com outras pessoas*”.

Jéssica não procurou apoio profissional na época e considera ter “*começado a melhorar*” quando começou a “*enxergar isso de outro jeito*” e o curso de Psicologia a ajudou a “*refletir e a perceber o que é violência e que aquilo tinha consequência*”. Ela entendeu que os fatos vividos foram “*homofobia e que aquilo gerava consequências também sobre a minha própria personalidade*”. A entrada na Universidade também proporcionou que Jéssica confiasse mais nos amigos e, mais tarde, na família. O desenvolvimento da espiritualidade também contribuiu para que superasse a situação, sobretudo “*no momento em que eu não estava falando com a minha mãe*”.

Há aproximadamente dois anos, Jéssica faz terapia, mas considera que na época teria sido importante se tivesse apoio psicológico profissional: *“eu lembro que alguns amigos da escola iam ao psicólogo, então eu sabia que existia. Isso passou pela minha cabeça algumas vezes, de procurar esse tipo de ajuda, principalmente depois de adulto, depois que entrei na Universidade”*.

Jéssica compreendeu que o que ela sofria se tratava de violência quando passou a perceber que era agressiva nos relacionamentos e que tinha sentimentos que tornavam-na deprimida. Dessa forma, buscou acompanhamento profissional, que a possibilitou compreender as **repercussões** que, segundo ela, são muitas. Jéssica sempre se questionou se ela era uma pessoa ruim e se realmente queria fazer o mal às outras pessoas, além disso, o sentimento de culpa e de não aceitação por conta da homofobia foram presentes durante muito tempo na sua vida.

Nas relações interpessoais, os primeiros relacionamentos foram marcados por agressividade, carência e controle: *“eu exigia muito das minhas namoradas coisas que elas não tinham que suprir de maneira nenhuma e eu queria controlar todos os passos das minhas namoradas e não aceitava que elas fizessem nada sem mim”*. Ela entende que repetiu a agressividade da mãe e que praticava violência emocional nos primeiros relacionamentos, mas *“hoje já superei isso totalmente”*.

Jéssica se percebe muito passiva diante do convívio social e de tomadas de posições em razão do lugar de *“pessoa passiva que sofre violência”*, que ocupou durante a sua adolescência: *“me colocaram nesse lugar, na verdade, eu não tive muito escolha”*. Ela reconhece a dificuldade de se colocar nas situações, de tomar determinadas decisões e também de conseguir estabelecer critérios de tomar essas decisões.

As angústias decorrentes da violência, e suas repercussões na vida adulta, fazem com que Jéssica perceba de pronto qualquer discriminação contra si. Ela considera que consegue

perceber quando está em alguma situação de violência, sobretudo homofobia. Além disso, também aconselha suas amigas que estão em relacionamentos abusivos.

A reconciliação com a mãe começou aos poucos, até chegar à relação “*super tranquila*”, porém “*superficial*”, “*complicada*” e “*meio estranha*” que mantêm no momento. Elas se encontram sempre, mas Jéssica não considera que haja parceria entre as duas. Faltam o diálogo, o companheirismo e a cumplicidade que há entre a mãe e a irmã. Jéssica pondera que a relação com a mãe “*é boa, é okay*”, porque não sabe ao certo o que é esperado na íntima relação entre mãe e filha. “*Hoje é uma coisa superficial por conta de tudo isso que aconteceu, porque foi metade da minha vida eu sofrendo, passando por esse tipo de situação com a minha mãe, então não é do nada que as coisas vão, mas eu vejo que as coisas estão se resolvendo*”.

Atualmente, o relacionamento afetivo de Jéssica é visto com naturalidade pela família e a mãe de Jéssica, que já aceita o relacionamento da filha, “*adora minha companheira e a gente convive muito bem*”. A aceitação se deu gradativamente, mas sem um diálogo, “*a gente passou por cima e ninguém mais fala sobre isso*”.

Jéssica considera fundamental o acompanhamento psicológico que vem fazendo, porquanto acredita ser “*impossível uma pessoa passar ilesa por vivências de violência*”. Para ela, certamente há pessoas que superam facilmente e lidam de forma tranquila com isso, mas “*inevitavelmente, uma marca ou outra fica*”, de maneira que a terapia se mostra necessária.

Se antes ela não se abria para ninguém e sofria em silêncio cada agressão, hoje ela já consegue falar sobre as vivências sem que isso seja um sofrimento muito grande. Mesmo considerando difícil, Jéssica crê que relatar a sua história de vida foi bom e importante, “*porque uma coisa é quando eu falo para minha psicóloga, é outra relação, é outra intervenção que ela vai ter, e eu acabo contando umas coisas muito picadas. É muito raro eu sentar e contar essa história do início ao fim como eu te contei*”.

Após a experiência da entrevista, sentiu que passaria o resto do dia pensando na sua história, que ficaria “*com isso muito na cabeça, com isso muito presente, inevitavelmente*”. Segundo ela, falar sobre a experiência, sobretudo em relação à “*questão homofóbica*”, é “*um elemento fundamental*” porque sua história se confunde com a dos seus amigos gays e amigas lésbicas, na medida que são vidas marcadas por “*muita violência, violência invisibilizada, a gente não tem muitos espaços, a gente não pode falar sobre isso, principalmente quando se é mulher*”. Para Jéssica, ser lésbica é um peso na sua vida, que “*marcou e me marca até hoje*”, assim, “*é um privilégio poder falar sobre isso e eu me sinto bem de poder falar*”.

Beatriz

Beatriz é uma estudante universitária de 19 anos, que atua ativamente nos movimentos sociais em defesa da juventude negra. Ela é filha única e sempre foi mais próxima da mãe, “*sempre fomos nós duas*”, apesar de já ter convivido com o pai durante a infância, mas considera que “*ele nunca participou efetivamente*”, até mesmo durante o casamento dos pais. Ao contrário da mãe, que é evangélica, Beatriz se identifica mais com o Candomblé, apesar de não participar dos cultos.

Segundo Beatriz, violência não se resume a agressão física e pode atingir as pessoas de diferentes formas. A **violência emocional** é praticada por meio de “*pressão, atitudes e palavras*”: compreende as ações de uma pessoa contra outra, o que se diz a uma pessoa e também o discurso direcionado a terceiros que maculem a integridade da pessoa sobre a qual se fala. A violência emocional relaciona-se à questão de como o agressor vê e trata os sentimentos do agredido, seja de forma particular ou pública: “*às vezes, até a forma como ela coloca, como ela trata você em relação às outras pessoas*”.

Alguns “*períodos bons*” foram marcantes na vida de Beatriz, como a aprendizagem da leitura e a construção das relações de amizade. A infância e a adolescência foram épocas de “*vontade de querer sempre estar fazendo coisas novas, de vivacidade*”. Ela sempre se

empenhou muito na escola e gostava de estudar: *“sempre passava de ano certinho, com notas boas”*. Em contrapartida, *“os momentos ruins foram essas agressões”* contra a mãe e contra si, as **vivências de violência**: *“uma vez a gente foi sair e eu lembro que na volta ele tinha batido na minha mãe na rua mesmo, foi horrível, dói muito lembrar”*.

O pai de Beatriz, *“uma pessoa muito difícil de lidar”*, praticava violência física e psicológica contra a filha recorrentemente: *“ele nunca abusou de mim sexualmente, mas fazia diversos abusos psicológicos, às vezes bater, de descontar em você quando você tinha dificuldade em alguma coisa, as palavras que usava, palavras muito pesadas, pejorativas, a forma como você via ele fazer com sua mãe. Ele falava coisas, como chamar a criança, de dizer que era vagabunda, de chamar a criança de sonsa”*. Beatriz considera difícil falar da sua história na primeira pessoa e usa a terceira pessoa e a expressão *“criança”* para falar de si, quando sofria as agressões.

O pai de Beatriz também batia na esposa e a agredia com palavras, *“chamava ela de cachorra, de imprestável, de vagabunda, dizia que ela não valia nada porque ela era empregada doméstica”*. Este era o ambiente em que vivia Beatriz, dos 3 anos até aproximadamente os 10 anos, quando, então, os pais se separaram. Dessa forma, Beatriz sofreu fisicamente e psicologicamente tanto pela violência que lhe era praticada diretamente, quanto psicologicamente pelo tratamento violento que era direcionado à mãe. Quanto aos atos de violência praticados pela mãe, Beatriz recorda que já apanhou *“uma ou outra vez, mas não era agressão física pesada e nunca chegou a fazer esse tipo de coisa e violência emocional também não”*. A única situação ruim que ocorria na infância era a obrigação que a mãe lhe impunha de frequentar a Igreja Evangélica, mas aos 16 anos *“eu já falava para ela o que eu realmente queria e ela aceitava e ela dizia ‘então o caminho você segue’”*.

As lembranças do pai no dia a dia estão relacionadas à chegada do trabalho, quando ela solicitava-lhe ajuda no dever de casa e ele se recusava a ajudá-la; nesses momentos Beatriz

também queria sair para passear e o pai negava, xingando-a. O xingamento era costumeiro quando ficavam juntos em casa e ele costumava fazê-lo diante das situações de “fracasso” da filha, *“quando eu não conseguia fazer uma coisa que ele pedia, tipo pegar uma água”*, mas também quando ela estava triste e chorava ou pedia algo. *“Era nas questões mínimas, às vezes eu não precisava fazer muito, mas ele descontava tudo em mim”*.

Inicialmente, Beatriz imaginava que o tratamento do pai era uma forma de educação, *“que ele fazia isso porque gostava de mim”*, sobretudo *“quando não eram coisas muito pesadas, eu pensava que ele estava fazendo isso para me ajudar”*. Posteriormente, Beatriz entendeu que a **motivação das agressões**, atos que pareciam educação, residiam nas questões emocionais do pai e no próprio tratamento que ele teve na infância: *“esse ensinamento que os pais dão para os filhos desde cedo, que infelizmente eles carregam essas marcas e descontam nos filhos deles”*. Beatriz se sentia, então, uma válvula de expiação do próprio pai: *“o pai deveria bater muito nele, sempre teve essa criação de bater muito nos filhos e os filhos acabam achando que essa é a forma certa de educar e desconta nos outros filhos. No caso dele era bem pesado, bem pesado mesmo”*.

No que se refere às **redes de apoio e estratégias de enfrentamento**, na primeira infância, Beatriz costumava contar à mãe e à tia as atitudes do pai, mas de certa forma acreditava que tinha culpa. Conforme foi crescendo, começou a perceber as agressões que o pai fazia contra a mãe e passou a ter medo de sofrer o mesmo, *“até por causa do tom de ameaça que ele tinha”*. Nas ocasiões em que comentou com a tia sobre as agressões que sofria do pai, a mãe de Beatriz ficava sabendo prontamente: *“minha tia falava com minha mãe e os dois brigavam e ele batia nela e eu me sentia mal, então, eu passava a não falar porque, se eu falasse, ele ia descontar nela. E ele falava que ela estava estragando o que ele estava educando. Então, quando minha mãe me perguntava eu falava ‘não, está tudo bem’”*.

Os sentimentos diante das situações diárias de violência eram de rejeição, mal-estar e culpa: *“culpada porque eu pensava que tinha algum problema comigo, por eu não conseguir fazer as coisas, era um problema que tinha comigo ou com a minha mãe”*. Tratava-se de um sentimento ruim, que lhe impunha sensação de fracasso, *“nossa, não consigo fazer isso”* ou *“ele não me ama”*. À medida que Beatriz crescia, percebia que, na verdade tinha um *“sentimento de culpa e impotência”* e não necessariamente culpa pelo que seu pai lhe fazia.

A partir do momento em que Beatriz entendeu que a culpa era do pai, começou a lidar com as agressões e os sentimentos de uma maneira diferente, *“não digo madura, mas realista, quando eu fui crescendo, eu fui me afastando e já não falava mais tanto com as outras pessoas pelo medo do que ele poderia fazer comigo, mas também eu via que aquilo não era certo, que não era eu que estava errada”*. Na maioria das vezes, então, Beatriz não falava nada, escondia as agressões e os sentimentos, porque, se falasse, se sentiria pior.

Triste e impotente, Beatriz encontrava no choro solitário uma *“válvula de escape”* às agressões: *“eu não conseguia chorar na frente dele porque, se eu chorasse na frente dele, ele ia falar mais ainda, então às vezes eu subia e ficava no meu quarto chorando”*, além disso, *“por uma questão de amor paterno”* Beatriz omitia as informações porque tinha receio de que fizessem algo contra o pai, salvo quando ele exagerava, xingava e batia demais, sem motivos. Ela também escrevia para si mesma e fazia desenhos *“para fazer desabafos desses problemas”*.

Beatriz gostaria de ter tido apoio dos amigos para enfrentar a fase de violência pela qual passou, mas não costumava exteriorizar os sentimentos, que evoluíram a relação com o pai: *“são coisas que a gente não conversa muito sobre isso, mas eu gostaria sim de falar isso para as outras pessoas”*. Ademais, nunca procurou apoio profissional.

Apesar de não saber dos detalhes das violências que a filha sofria, a mãe de Beatriz percebia o seu sofrimento *“e isso foi o que impulsionou ela a sair de casa e entrar com processo judicial contra ele, quando eu tinha 10 anos”*. A Justiça estabeleceu um Mandado Protetivo que

impedia o pai de Beatriz a se aproximar da mulher e da filha, uma vez que *“se ele fazia com ela, poderia também fazer comigo”*. A separação também foi judicial, tendo fim, então, a vivência de violência que durou 7 anos. Contra o pai de Beatriz também havia outros processos criminais, como tráfico de drogas, porte ilegal de arma de fogo, o que posteriormente renderia a ele condenação à prisão.

Atualmente, Beatriz não tem contato nem notícias do pai, que está preso. A violência cessou, mas as repercussões ainda persistem, e Beatriz vem tentando superá-las, a seu modo. As agressões diárias do pai contra si e contra a mãe macularam o que ela considera seu *“núcleo emocional”* e deixaram marcas e *“até hoje eu carrego essas marcas comigo”*.

Segundo Beatriz, foram episódios que trouxeram *“algum tipo de influência”*, **repercussões** na sua vida. Hoje ela tem dificuldade de confiar nas pessoas e, conseqüentemente, de cultivar relacionamentos interpessoais. Beatriz não se sente confortável na presença de outros homens e tem dificuldade de *“entrar num relacionamento”* afetivo porque não confia na figura masculina: *“por mais que não pareça, porque muitas vezes eu falo com todo mundo, eu não consigo colocar homens na minha vida e confiar”*.

Brigas e discussões também incomodam muito Beatriz, que se sente mal ao participar delas e presenciar casais brigando na rua: *“sinto como se eu estivesse sentindo a dor do outro, como se estivesse relembrando tudo que eu passei”*. Dessa forma, por não se sentir bem nessas discussões e repudiar todo tipo de violência *“deixo passar, muitas vezes eu levo muitas coisas, porque eu não gosto de brigar, principalmente briga física e certas coisas que a pessoa fala, são coisas que me atingem de uma maneira muito fácil e não consigo achar palavras para rebater o outro”*. Eventualmente, Beatriz levanta a voz, mas não é comum: *“eu sofri tanto isso, que eu repudio quem fala muito alto perto de mim, falar muito alto e ficar nervoso”*.

No que se refere às repercussões da violência que interferiram na autoestima de Beatriz, se antes ela se sentia feia e não tinha apoio, hoje se percebe de outra forma e já identifica

“outras possibilidades de corpo, possibilidades de estética”, superação possibilitada pelo contato com as *“tantas pessoas que conheci, então hoje eu não tenho mais tanto esse problema, essa angústia, só que por muitas vezes eu tinha, já hoje não”*. Beatriz pondera que a sua concentração pode ter sido afetada pelos episódios contínuos de violência que sofreu: *“eu não consigo manter atenção em uma coisa só, nunca consigo manter atenção em algo e sempre estou me cobrando muito”*.

Em meio às autocobranças e obrigações, Beatriz raramente respeita seu tempo e se sente muito mal quando não consegue realizar os projetos que estabeleceu. Em verdade, as atribuições diárias e o grande número de projetos e atividades são derivados de uma pessoa que raramente descansa e que *“gosta muito de fazer várias coisas para suprir alguma tristeza que eu estou sentindo no momento; essa tristeza pode ser desde alguma discussão que eu tive com alguém ou até mesmo coisas de mim mesma, de olhar para mim e não sentir algo legal e querer fazer várias coisas para manter minha cabeça ocupada”*.

Beatriz conhece pessoas que já sofreram violência emocional no contexto familiar, mas que não publicizaram-na: *“na maioria das vezes, quando você sofre, você não fala com o outro, principalmente quando é dentro da sua casa”*. Segundo ela, é difícil ajudar e orientar pessoas que *“só têm aquela casa para ficar”*.

O contato mais próximo que Beatriz tem com quem já passou por situação de violência emocional é com uma amiga vítima dos pais por ser gorda e bissexual. Beatriz já tentou ajudar a amiga nos momentos das agressões, mas *“travava e não conseguia falar, não conseguia levantar a voz”*, porque o agressor *“levantava voz comigo e às vezes eu não tenho palavras para debater com ele”*. Assim, a maneira que Beatriz encontrou de dar suporte emocional à amiga foi oferecendo companhia e abrigo: *“várias vezes ela já foi dormir lá em casa, para ‘você descansar sua mente’, então tentei impedir de alguma forma”*.

No geral, atualmente, Beatriz se sente bem, mas não da forma como gostaria de estar, sentindo por vezes um pouco de melancolia. Ela costuma se sentir mal subitamente, por motivos desconhecidos e oscilar entre o triste e o alegre com facilidade: *“uma hora eu tô mega simpática e outra hora eu sinto uma coisa que eu não sei explicar e já estou virada, não quero conversar com ninguém; da pessoa pensar que eu sou uma pessoa grossa e, do nada, também fico simpática novamente e eu não entendo porque e eu também sou uma pessoa meio fechada”*.

A oportunidade de contar os episódios de violência que sofreu na infância foi muito proveitosa, uma vez que Beatriz pôde falar certas informações que nunca havia exposto, pois não teve rede de apoio nem acompanhamento psicológico no passado, mas este último está nos seus planos para um futuro próximo. Ela aceitou o dia de acolhimento psicológico e disse que *“fez bem também relatar isso sabendo que poderá ajudar outras pessoas; por mais que tenha sido uma coisa muito ruim, foi bom poder ver o lado bom de estar aqui e poder relatar isso”*. A experiência de narrar a sua história de vida foi *“como se eu tivesse tirando certo peso das minhas costas, que já estava sentindo há bastante tempo”*.

Daniela

Daniela é servidora pública e doula, tem 38 anos, casada e tem duas filhas. Ela se considera *“uma pessoa tranquila, alegre, gente boa, de boas”*, apesar da tensão advinda com a maternidade, estado que a deixou *“um pouco mais tensa, mais preocupada e menos relaxada”*.

Segundo Daniela, todo mundo já passou por algum tipo de violência no contexto familiar, sobretudo quem viveu nos anos 80. *“Inconscientemente a gente acaba sempre praticando ou sofrendo”*, inclusive ela, que acredita que há mais *“episódios macabros”* para falar, na posição de quem sofreu, do que na posição de quem praticou. Na percepção de Daniela, **violência emocional** é uma violência que fere os sentimentos de uma pessoa, maculando-a na honra ou colocando-a para baixo. *“Você diminui a pessoa e atrapalha ela de crescer e mexe com a autoestima”*.

Daniela é a penúltima filha entre 6 irmãos, tendo morado com eles e com os pais até os 3 anos de idade, época em que o irmão mais novo nasceu e os pais se separaram. A partir de então, Daniela passou a coabitar apenas com a mãe e com os irmãos, fazendo visitas quinzenais ao pai até a adolescência, quando então o contato entre os dois diminuiu.

As lembranças positivas da infância de Daniela são da escola, do programa da Xuxa e de muita brincadeira de rua. A *“sonequinha depois do almoço”* também é uma recordação muito significativa, porque representava não só o descanso após a aula, mas um momento em que mãe e filhos teciam a união maternal. Na adolescência, as recordações positivas referem-se às relações interpessoais que ela mantinha com as pessoas da *“turma, minha galera”*.

No que tange aos eventos da infância que deixaram lembranças ruins, a recordação *“mais traumatizante”* refere-se ao dia em que Daniela foi impedida de comer salada de frutas porque havia esquecido a sua fruta. Segundo ela, *“naquela época era assim, era como se as crianças fossem miniadultos, não tinha essa coisa de ‘ah, nossa é uma criança, vai causar um trauma’, tudo era traumatizante mesmo”*. Na mesma seara, Daniela recorda das surras que recebia da mãe por causa do irmão, dos ciúmes que ela sentia do namorado da mãe e da Alienação Parental que sofreu do pai em decorrência do divórcio.

Apesar de não serem as recordações mais significativas da sua vida, os atos de Alienação Parental praticados pelo pai são os que Daniela considera terem sido as **vivências de violência** emocional da infância e que têm relevância. Tratam-se das *“questões dos meus pais entre eles e eu no meio e que ele fazia isso através de mim, para machucar”*.

Com a separação dos genitores, Daniela fazia visitas quinzenais ao pai, que usava palavras de baixo calão para se referir à ex-esposa e também criava histórias para que ela ficasse sabendo. *“Quando eu chegava lá ele ficava metendo o pau na minha mãe porque ela tinha arranjado outros namorados e estava vivendo a vida dela e ele falava que ela era piranha”*. O

pai passava para a filha a ideia de que a mãe, parte mais forte da relação, abandonou-o, parte mais fraca.

As **motivações** dele residiam no “*orgulho ferido*”. A intenção do pai era falar mal da ex-esposa para que Daniela tomasse “*o partido dele na separação, para ficar mais ao lado dele, e eu percebo essa dinâmica de pais separados, de colocar o filho no meio só pra ver; quem faz isso é quem tava mais magoado, chateado e sofrendo, no caso é meu pai, porque quem pediu a separação foi minha mãe*”.

Daniela nunca teve o intuito de unir novamente os pais, entretanto nutria raiva, chateava-se um pouco com a mãe e, querendo atingi-la de alguma forma, repetia as palavras que ouvia do pai durante as visitas. Para ela, “*a culpa parecia ser da minha mãe. Eu sabia que tinha alguma coisa que eu falava que atingia, mas eu sabia que eu ia machucar ela quando eu falava para ela o que ele falou, eu sabia que incomodava ela. Era meio que filho de pais separados que fica jogando*”.

Diante de toda situação, a mãe de Daniela silenciava-se: “*ela ficou de boa, só mandou um recadinho*”. No trajeto para a casa do pai, Daniela leu o bilhete enviado pela mãe, que dizia o seguinte: “*pare com isso, senão ela não vai voltar mais porque, quando ela chega aqui, ela fica xingando igual você faz*”. Daniela considera que o bilhete surtiu efeito; não extinguiu, mas diminuiu a quantidade de agressões do pai, e que também serviu para que ela própria parasse de reproduzir as ofensas.

Em se tratando dos sentimentos decorrentes da Alienação Parental, Daniela nutria tristeza, raiva e vergonha, mas sabia que amava a mãe: “*eu me sentia mal, porque eu gostava da minha mãe e eu não queria que meu pai falasse aquilo dela, mas ele falava que ela tinha um monte de namorado, que era piranha, e eu carregava isso como uma verdade, porque ela tinha namorado mesmo, então, quando ele falava aquilo, eu ficava com vergonha dela. Eu pensava ‘eu não tenho que gostar da minha mãe’, mas eu gostava*”.

Os sentimentos negativos se intensificavam na casa do pai, mas passavam conforme ela voltava pra casa e passava alguns dias longe dele: *“eu voltava para casa da minha mãe mais carregada; na verdade, eu chegava lá, falava e esquecia, porque durante a semana eu convivía com a minha mãe mesmo, ela que cuidava de mim, me mandava para escola e eu não lembrava”*.

Em termos de **redes de apoio de estratégias de enfrentamento**, os episódios de Alienação Parental *“passaram”* pela sua vida *“sem muita problematização”* e Daniela considera que a mãe geriu toda a situação: *“eu comecei a entender que ele fazia aquilo porque, na verdade, ele estava puto porque eles tinham se separado, mas eu não lidava com isso não, foi minha mãe que lidou com isso, foi ela que falou o que tinha que acontecer”*.

À época dos acontecimentos, Daniela nunca falou sobre o que sentia, *“na verdade, eu nunca pensei que isso seria violência, eu nunca problematizei muito na época, mas hoje eu acho que isso foi uma violência”*. A falta de convivência diária e o pouco contato com o pai contribuíram para que a experiência não tenha sido mais penosa: *“fica aquela situação de violência na cabeça da criança, sem saber o que fazer, mas eu não falei com ninguém sobre isso porque já não tinha contato com papai”*. Para ela, pior seria se tivesse aproximação grande com o pai e adoração por ele, quando, então, estariam envolvidas sensações como decepção e remorso.

Sobre a convivência com o pai após a separação, Daniela considera que *“a minha convivência com meu pai era de 15 em 15 dias e também me irritava um pouco porque ele bebia e depois que meu pai parou de beber, ele também ficou surdo e era um problema falar com ele, ele era surdo, a comunicação era tensa e ele era muito teimoso. Velho e teimoso”*. Ao contrário do pai, a mãe de Daniela é seu porto seguro, conforme cultivado na infância: *“quem estava ali todo dia era minha mãe, até hoje ela fica com as meninas para eu ir trabalhar, se minha mãe não existisse eu estava ferrada, como eu ia fazer sem ela para me ajudar?”*.

A família de Daniela sabia dos atos que hoje ela nomeia de Alienação Parental, mas não interveio “*porque naquela época era normal e até hoje isso acontece muito*”. Ela também não teve acompanhamento psicológico porque “*nos anos 80 ninguém procurava ajuda, era a criança que se virasse e lidasse com isso*”. Não obstante, Daniela acredita que teria sido bom ter tido acompanhamento psicológico, mas “*não sabia que existia igual hoje que, se a gente tem um problema com a criança, a gente vai ao psicólogo*”.

Quando tinha por volta de 11 anos, Daniela compreendeu que a mãe havia se separado do pai em virtude da dependência química que ele tinha com o álcool, situação que também atrapalhava a convivência entre pai e filha. Um pouco mais tarde, Daniela não mais visitaria o pai com tanta frequência: “*ela [a mãe] não aguentava aquilo e nem eu queria mais ir para lá porque ele bebia*”. Atualmente, Daniela e o pai se encontram uma ou duas vezes por mês e ela sempre procura levar as filhas nesses encontros, mas os dois não têm “*muito relacionamento*”.

Apesar da história que viveram juntos, Daniela não sente mágoa nem raiva do pai. “*Quando ele pede alguma coisa, aniversário, dia dos pais, às vezes em que ele me liga querendo um dinheirinho eu dou. É a vida*”. Ademais, ela costuma refletir sobre como será encarar o dia da morte do pai: “*a gente vai enterrar ele, vai sentir o fato de perder um pai, mas não fico pensando ‘Meu Deus, é muito triste’*”.

Além da violência emocional praticada pelo pai, Daniela passou por episódios de violência física por parte da mãe, “*mas essa violência física não me incomoda, não tenho necessidade de falar, eram umas chineladinhas*”. A atitude da mãe, que a incomodava, referia-se à diferença do tratamento destinado a ela e ao irmão mais novo, que nasceu quando ela tinha 3 anos: “*a minha mãe me cobrava mais do que cobrava do meu irmão menor*”.

Daniela sentia que a mãe lhe culpava pelas adversidades com o irmão mais novo e lhe impunha mais severidade no tratamento na comparação com ele, o que impulsionou a modificar a dinâmica de tratamento na criação das filhas, que passam por situação semelhante.

A história que Daniela decidiu contar quando teve conhecimento da pesquisa sobre violência emocional trata dos atos de Alienação Parental, que sofreu do pai na época da separação. Porém, quando questionada acerca das **repercussões** das vivências de violência na sua vida, Daniela não relatou situações nas quais a Alienação Parental tenha interferido, mas sim, identificou consequências advindas das ações da mãe.

Nessa seara, duas são as vertentes de repercussão da história de vida de Daniela na criação das próprias filhas, a saber, a prática de alguns atos de violência física, bem como a diferença de tratamento em razão da idade delas. Daniela identifica a “*problematização*” como fator crucial para compreender os fatos, identificar os atos de violência e não repeti-los: “*é o caso da minha mãe, que reproduziu o que a mãe dela fazia. Lógico que não deve ter sido no mesmo grau, porque ela tomou umas surras bem dadas, daquelas boas, na gente não era, era só tapa e uma chineladinha de vez em quando*”.

Daniela já repetiu o comportamento da mãe e bateu na filha mais velha algumas vezes, mas acredita que esse padrão pode ser evitável e que a ruptura pode estar relacionada à formação dos pais e também a “*se colocar no lugar do outro*”. Quanto à diferença de tratamento, quando ficou grávida pela segunda vez, Daniela levou a filha mais velha ao psicólogo. Ela aponta que foi importante o acompanhamento, mas pondera que teria sido melhor se ela tivesse aprendido a lidar com a questão dos ciúmes enquanto ainda era criança.

Daniela conhece muitas pessoas que vivenciaram a violência emocional, sobretudo as da sua geração e considera que, atualmente, “*as coisas são melhores, porém, muitos dos problemas que as pessoas têm enfrentado são reflexo da falta de habilidade com esses mesmos problemas, tem pessoas que não sabem lidar com isso*”. Daniela já fez acompanhamento psicológico, “*eu já chegava chorando*” e gostaria de retomá-lo, pois considera que “*todo mundo deveria fazer terapia*”.

Raquel

Raquel é uma psicóloga, que trabalha com crianças, adolescentes e idosos, vive em união estável, *“uma união amorosa homoafetiva”*. Hoje ela não tem religião, mas foi *“criada dentro da perspectiva da Igreja Católica”*.

Para Raquel, violência é qualquer tipo de agressão, verbal ou física e a **violência emocional** está no limite das duas; *“é um tipo de tortura emocional”* que diminui uma pessoa e prejudica seu desenvolvimento: *“você sempre pensa naquilo e acaba influenciando outras partes da vida, como eu vejo que aconteceu comigo”*.

As **vivências de violência** de Raquel ocorreram durante a infância e a adolescência, épocas marcadas pela relação que ela tinha com o peso e com a aparência. Foi *“muito traumático”* vivenciar os conflitos que envolviam controle do que ela poderia ou não comer, mesmo não sendo *“uma criança tão gorda”*, e que também exigiam que ela reproduzisse os padrões de beleza impostos socialmente. A violência física ocorreu até os 12 anos, advinda da rigidez da educação que seus pais lhe impunham; havia preocupação excessiva da mãe no sentido de que a filha fosse muito educada: *“e era uma violência tão forte, que chegava até o momento de perder controle do esfíncter, de fazer xixi e cocô depois de episódios de disciplina”*.

Não obstante, Raquel também sofreu violência emocional constante desde os 7 anos, até um pouco mais dos 12 anos, quando os episódios passaram a ser esporádicos. Nessa seara, a mãe estabelecia padrões de beleza, que envolviam pele, cabelo e corpo magro, uma vez que se preocupava excessivamente com a beleza, tendo feito, inclusive *“uma cirurgia plástica dessas transformadoras; e ela se divorciou do meu pai logo depois. E ela começou a ficar muito louca e ter muitos namorados”*.

As exigências não eram apenas afirmativas, no sentido de que Raquel deveria ser de um modo determinado, as ações também negavam e diminuía expressamente todas as suas características físicas, além de condicionarem o amor das pessoas à beleza que Raquel

supostamente não tinha: “*ela me colocava na frente do espelho, e me dizia ‘nossa, olha como você é feia, nunca ninguém vai te amar se você for assim, ninguém vai te querer, nenhum homem vai querer casar com você’ e eu fui crescendo com uma autoestima muito baixa*”. As agressões também ocorriam por motivos pessoais da mãe de Raquel, momentos em que “*ela retornava essa coisa da gordura*”.

Raquel sempre se sentia triste e mal diante de tanta exigência estética: “*nunca fui magra e minha mãe é uma mulher muito bonita, magra, loira; dentro dos padrões estabelecidos de beleza; ela é uma pessoa considerada bonita, mas eu nunca estive perto desse padrão que ela sempre falava que para eu ser bonita; eu tinha que ter cabelo liso, magra, muito educada e tinha que ser coisas que claramente eu não era*”.

A mãe de Raquel costumava publicizar, nas reuniões familiares, que a filha estava muito gorda e que não poderia, por isso, comer bolo. Dessa forma, a violência, legitimada pela mãe, passou a ser praticada por diversos parentes, que não hesitavam em dizer que Raquel tinha o rosto muito bonito apesar do peso e que ela deveria emagrecer. Na visão de Raquel, as pessoas “*achavam que estavam fazendo uma coisa boa, me disciplinando, me ensinando a viver. Eu me lembro da minha vó, que falou que eu parecia uma bola, que eu era muito gorda e eu não podia comer porque eu era muito gorda, era uma coisa compartilhada*”.

Para Raquel, as **motivações das agressões** da mãe residiam na “*falta de conhecimento da vida*”, porque “*ela era uma pessoa muito simples e apesar de ter feito faculdade, eu não acho que ela tenha evoluído do ponto de vista técnico*”. A mãe de Raquel cultivava ideias “*arcaicas*” da maternidade e de “*como ser mulher*”, sempre sem “*reflexão sobre aquilo; era aquilo o que estava na mídia, o que ela segue, então, acho que ela queria fazer até com boa intenção, mas de boa intenção, o inferno tá cheio*”.

Mesmo convicta de que sofreu agressão, Raquel acredita que a mãe não considera que tenha praticado qualquer tipo de violência, uma vez que essa era a forma de educação ensinada

na família: *“tinha episódios dela dizer que ela também era assim, ‘mas aí sua avó me disse; aí eu me tornei o que eu sou hoje, eu me tornei uma pessoa bonita, por que sua avó também disse isso para mim; eu sei que é duro, mas eu acho importante que você ouça de mim, que não seja de outras pessoas’”*.

Enquanto moraram juntas, Raquel e a mãe sempre brigaram: *“tínhamos muitos problemas. Na adolescência, quando eu tinha uns 20, 21 era um problema, sempre foi; a gente não se dava bem, e quando a gente brigava vinha à tona várias coisas dessa situação de violência”*. A relação das duas melhorou quando Raquel saiu de casa e foi residir com a companheira, aos 22 anos, *“uma coisa muito natural porque eu já passava lá a maior parte do tempo”*.

Naquela ocasião, *“ela teve muita dificuldade quando eu falei que eu tinha uma relação homoafetiva, porque também não se encaixava no perfil dela, que era um perfil diferente, que era casar com um homem rico, uma coisa bem esquisita, que não era o meu caso”*. Todavia, a aceitação veio posteriormente, e hoje em dia as três se relacionam bem, na medida do possível, ressaltando Raquel, que a mãe sempre pergunta pela companheira da filha.

Mantendo uma relação *“morna”* com a mãe, sem intimidade e muito afeto, Raquel se sente aliviada de poder ter seu espaço e ficar, por exemplo, 3 dias sem falar com ela. Nesses casos, a mãe *“liga puta da vida dizendo que eu não a amo, mas eu nunca tive um enfrentamento de dizer ‘não mesmo’”*. Dessa forma, se a mãe morresse hoje, *“eu ia chorar, mas eu ia continuar a vida”*. Em suma, *“não é uma relação boa, que eu fico com saudade da minha mãe”*, trata-se de uma relação muito distante, na qual não se discutiu os conflitos cercados de violência do passado.

O pai de Raquel, por sua vez, nunca praticou violência contra a filha, mas *“era superconivente, porque ele também sofria violência da parte dela”*. A mãe de Raquel *“dizia que ele não era homem o suficiente, que ele não era inteligente o suficiente e ele era muito*

acuado”. Nesse ambiente, Raquel se questionava muito por que ele não impedia os ataques violentos da mãe, *“até porque ele também sofria”*.

Raquel e o pai partilhavam dos *“mesmos sintomas”*: pessoas que querem agradar muito, que têm uma autoestima muito baixa e que acham que nunca vão conseguir ficar com ninguém. A relação dos dois é superficial, *“uma relação bem longe”*, na qual se falam *“semanalmente, mas é como com a minha mãe, uma coisa bem reservada”*.

A maior **repercussão** do histórico de violência na vida de Raquel foi o desenvolvimento de uma autoestima muito baixa e ter sempre necessidade de agradar as pessoas. Segundo ela, se sua vida fosse um filme, teria como título a frase: *“se você não se destacar pela beleza, então tem que se destacar pela inteligência”*. São muitos os certificados e diplomas que ela coleciona, uma vez que sempre teve desempenho muito acima da média, o que também lhe gerava *“muito estresse”*: *“eu já coloquei minha saúde à prova e várias coisas por conta disso, para querer agradar o outro, perdendo o meu tempo pensando nisso, e essa marca de querer sempre um desempenho muito destacado para compensar a feiura”*.

Raquel sente que perde muito tempo da sua vida pensando na roupa que deveria usar em determinadas ocasiões, preocupando-se em demasia se as pessoas consideram-na gorda, seja ministrando palestra ou apresentando trabalho, sobretudo se estiverem presentes pessoas que Raquel admira: *“estão me achando gorda? Inteligente o suficiente? Competente o suficiente? Eu acho que tudo gira em torno do peso porque, quando eu penso em mim feliz, eu penso em mim magra”*.

Raquel nunca reproduziu violência emocional na relação com outras pessoas e entende que esse comportamento adveio da convivência com a mãe: *“o modo como eu acabei vivenciando a violência, é como se minha mãe fosse Alfa, protagonista, e todas as outras pessoas estivessem ali na peça dela, e eu aprendi a ser essa pessoa de segundo plano, eu não pratico essas situações, eu não reproduzo, porque eu sou essa pessoa de segundo plano; eu*

nunca vou querer que alguém fique com raiva de mim, eu tenho necessidade de agradar o tempo inteiro”.

De outra parte, Raquel também não se sente confortável quando presencia alguém sofrendo atos de violência emocional e tenta intervir, principalmente nos casos relacionados à estética. Raquel já conseguiu imprimir mais empatia na forma como a família da companheira trata uma das crianças: antes falavam abertamente que a criança não poderia comer doce porque era diabética e hoje já entendem que as palavras “*podem influenciar muito quem ela vai ser no futuro*”. Todavia, Raquel ressalta que “*se as pessoas fossem muito agressivas, eu não ia ter conseguido, não sei lidar com pessoas muito agressivas*”.

A ex-chefe de Raquel é uma dessas pessoas muito agressivas, que praticavam costumeiramente violência emocional contra os subordinados do trabalho, em virtude de gordofobia e homofobia, no caso de Raquel, mas também de racismo e machismo em outros casos. Nos episódios de violência, a ex-chefe dizia à Raquel, “*igual minha mãe falava*”, que o mercado não aceita gordos e que ela jamais poderia ser gestora porque não se encaixava no perfil de pessoa bem-sucedida, que deveria ser magra, hétero e bonita, mas que havia como “*esconder*” essas características, bastando Raquel omitir que não era hétero, emagrecer, fazer escova no cabelo e se maquiar. “*E eu me lembro de sempre sair chorando da sala dela*”.

No que se refere às **redes de apoio e estratégias de enfrentamento**, Raquel considera que sua história familiar é marcada por muita solidão. Por ser filha única e neta única, tinha como válvula de escape as novelas mexicanas. Dessa forma, Raquel entende que as redes de apoio dela eram “*Marimar, Maria Mercedes, A Usurpadora e Paola*”, pois tinha aquilo como companhia.

Raquel não conversava com ninguém sobre o que vivia e até hoje a questão da violência emocional é guardada em segredo por se tratar de um assunto delicado, “*então não falo com qualquer pessoa e, por isso, eu acabo não teorizando, não refletindo, e sempre fica*

uma mágoa para mim”. Houve oportunidades em que Raquel tentou conversar “*com algumas pessoas que também eras gordinhas e que podiam passar por isso*”, mas elas também preferiam o silêncio, mesmo em se tratando de diálogo com quem “*se denuncia como quem sofreu*”. A exposição da experiência de violência emocional “*é comparável com o abuso sexual: você não sai por aí falando que sofreu abuso sexual, você fica como agente perdedor e eu não queria ter uma imagem de perdedor*”.

No círculo de amigas de Raquel, muitas pessoas aderiram ao novo pensamento das revistas tipo Capricho dos anos 2000; bastava “*usar a roupa adequada*”, que a pessoa gorda ficaria “*de boa com isso*” e, conseqüentemente, não sofreria. Para Raquel, entretanto, estar acima do peso e não se considerar bonita sempre foi sinônimo de sofrimento, “*porque eu não achava que poderia existir isso de você ser gorda e conseguir ser feliz; não era uma possibilidade na cabeça da minha mãe e ela conseguiu incutir isso em mim, na época que ‘você, pra ser feliz, precisa ser magra’*”.

Raquel “*ficava extremamente mal*” com as agressões e com o fato de não conseguir se encaixar nos padrões, e também passava por episódios de desespero por não encontrar respostas para solucionar os problemas estéticos postos pela mãe, pela família e pelas pessoas como a sua ex-chefe. Sendo assim, Raquel fez “*várias dietas: da lua, do Sol, da fotossíntese, mas nunca tinha resolvido aquilo, e até hoje não resolvi*”. Mais tarde, já adulta, sem conseguir emagrecer, Raquel resolveu que faria cirurgia: “*lipo nas costas, uma lipo no abdômen, mexer nos seios*”.

Raquel começou a fazer acompanhamento psicológico e considera que foi um processo que a ajudou a resolver algumas questões. Após reelaborar os conflitos pessoais a partir dos elementos advindos da terapia, Raquel conseguiu compartilhá-los com algumas pessoas, tendo surgido “*uma rede de apoio social*” até então inexistente, quando também conheceu a sua companheira. A terapia auxiliou Raquel na desconstrução da ideia que cultivou até os 20 anos, de que “*só pessoas magras são felizes*”, que lhe causavam “*crenças disfuncionais acerca do*

meu corpo do meu peso”. Assim, voltou a frequentar a praia e conseguiu pedir demissão do emprego no qual sofria violência emocional. A formação em Psicologia e o acompanhamento psicológico ajudaram Raquel a entender que, por mais que ela saiba que o tamanho “36 não traz felicidade cognitivamente, mas afetivamente ainda traz”.

Raquel considera que a gordofobia “*é uma violência que eu vou sofrendo sempre, mas eu também sei que o meu repertório comportamental para enfrentar pessoas que fazem esse tipo de violência não é o melhor, por mais que eu esteja fazendo terapia há 6 anos, eu tenho muita dificuldade em falar sobre isso. Se você fizesse uma gordofobia comigo, eu acho que eu só ia ficar com raiva e eu ia embora; eu não ia falar*”. A experiência de relatar a sua história foi diferente do que Raquel imaginou “*eu achei que eu fosse ficar triste de vivenciar isso, de revivenciar e de falar, mas eu não fiquei; eu fiquei tranquila*”.

Adriana

Adriana tem 36 anos, é casada e está grávida. Ela é formada e tem mestrado, e atualmente trabalha no seu próprio Ateliê. Até os 17 anos, Adriana residiu com o irmão e a irmã mais novos, com a mãe biológica e com seu pai adotivo, o “*pai que me criou*”, ambos da Igreja Evangélica, não tendo nenhum tipo de relação com o pai biológico. Ela se considera “*bem impaciente e intolerante*”, entretanto não pratica violência com ninguém, muito em razão do Kardecismo, doutrina na qual buscou a tolerância que lhe faltou na vida.

Para Adriana, **violência emocional** é uma violência que humilha e menospreza uma pessoa, “*não é nem fazer pouco caso, é anular, diminuir e fazer a pessoa por menos*”. Trata-se da “*arma que uma pessoa tem para atingir, que não deixa marcas visíveis, porque hoje você não pode bater*”.

Adriana acredita que os pais da atualidade educam os filhos diferentemente do que acontecia no passado, quando a violência física era mais acentuada e não se podia questionar as tomadas de decisões dos genitores. Ela, por exemplo, sofreu agressões físicas da mãe e do

irmão, bem como violência emocional dos pais, sendo a mãe a principal precursora dos atos de violência física: *“ela me batia na frente de quem estivesse. Eu perdi vários óculos de grau porque, onde eu estivesse, ela virava a mão e aparelho móvel já quebrou dentro da minha boca”*.

O pai, por sua vez, nunca bateu em Adriana, mas *“em contrapartida, ele falava ‘cuide da sua vida, porque da minha família cuidado eu’*. Ele sempre falava: *‘meu filho, minha família’*”, fazendo com que Adriana não se sentisse parte da família por não ser filha biológica dele.

A inflexibilidade religiosa da família não tolerava qualquer tipo de transgressão aos costumes morais da Igreja, caso contrário, ocorria violência. A verdade e a obediência aos pais eram valores muito pregados na casa de Adriana, em virtude das exigências religiosas às quais eram submetidos, perfazendo, dessa forma, as **motivações das agressões** por parte da mãe.

As **vivências de violência** física e emocional, que Adriana sofreu *“desde muito nova”*, marcaram-na significativamente, *“e eu dou mais valor a elas do que as que tiveram algo de bom”*. Adriana se recorda do episódio violento que sofreu, aos 9 anos, no carro da família. Estavam no trânsito voltando de um hotel, quando a mãe de Adriana perguntou se ela havia estudado, tendo Adriana dito que sim, e a empregada dito que não, dessa forma, *“mamãe colocou a empregada no banco de trás e me colocou na frente e foi me batendo até em casa para eu poder parar de mentir”*. Mesmo chegando em casa *“com a cara toda arrebatada, roxa, de ficar saindo sangue no canto da boca”*, Adriana não foi levada ao hospital, porque a mãe costumava tratar as sequelas das agressões na residência da família.

A intolerância religiosa também impediu que Adriana desenvolvesse livremente as relações interpessoais, inclusive com os primos que professavam outra fé. A mãe de Adriana dizia sistematicamente que ela era especial, diferente e *“de Deus*. Segundo a mãe, Adriana *“não era igual as outras meninas sujas e imundas que servem ao inimigo”*, pois ela *“servia a Deus, que só podia ser amiga de pessoas da Igreja”*. Obrigações secundárias também surgiram dessa

inflexibilidade, como o uso de saia longa, que posteriormente passou a ser do agrado de Adriana.

Adriana recorda de um episódio marcante de violência que sofreu da sua mãe, pelo uso de uma saia longa específica, a saia da empregada doméstica da família, cuja religião era de matriz africana. *“Então tinha um varal lá em casa com uma saia longa toda remendada, cheia de retalho, toda colorida e eu achei aquilo lindo; era da empregada e ela deixou eu experimentar e minha mãe me bateu tanto, eu não sabia porque eu estava apanhando, eu só ouvi ela gritar ‘vou tirar essa imundice que tá dentro de você, que tá em cima de você, agora você está contaminada, olha para você’. Ela estava tipo me exorcizando”*.

Os relacionamentos afetivos eram reprimidos e vigiados de muito perto, mesmo que ainda não se tratassem de namoros propriamente ditos. Aos 14 anos, Adriana teve um *“namorado de conversar, só namoro de telefone e de mãos dadas”*, que foi descoberto pelos pais, quando eles, então, fizeram uma reunião familiar para *“conversar e me falaram sobre prostituição, sobre gravidez, sobre filhos e sexo antes do casamento”*. Não obstante, Adriana por vezes namorava e teve seu primeiro relacionamento sexual por volta dos 17 anos, situação que levantou suspeitas dentro da comunidade religiosa.

O pastor da Igreja perguntou à mãe de Adriana acerca da virgindade da filha, fazendo surgir dúvidas na família, que decidiu levar Adriana ao ginecologista para comprovação da virgindade, quando, então, ela revelou que não era mais virgem. Com a notícia, Adriana sofreu violência física e *“extrema violência emocional”* da mãe ao informar à Igreja que Adriana não era virgem, enquanto deveria ter preservado a sua intimidade: *“o que ela deveria ter feito e essa coisa de empoderamento feminino, feminismo, ‘você que respeita minha filha; isso é privacidade dela; vocês, por favor, respeitem; vocês estão questionando, vocês não são dignos da nossa presença”*. A descoberta da perda da virgindade de Adriana abalou a comunidade religiosa e mitigou a participação da família em algumas atividades: *“a minha vida na Igreja*

tinha acabado; o pastor tirou o diaconato do meu pai; eu era do grupo de louvor, não podia mais; o meu ex-marido também era do grupo de louvor, saiu do grupo de louvor”.

Como consequência da perda da virgindade, Adriana foi obrigada pelos pais a casar, entretanto, a união teve que ser realizada *“no cerimonial porque Igreja nenhuma me deixou casar porque eu não era mais virgem”*. Após 6 meses de casamento, Adriana começou a sofrer violência doméstica do marido diariamente e, ao comunicar os pais, e solicitar algum tipo de intervenção, *“meus pais me disseram que, enquanto eu fosse propriedade do meu marido, eles não tomariam partido”*. Após 2 anos e meio de violência doméstica, Adriana decidiu se separar, *“na verdade você não pode separar; você separou, você está condenada na igreja evangélica, mas não dava para ficar casada, eu apanhava quase todo dia”*.

Em se tratando de **redes de apoio e estratégias de enfrentamento**, o cenário de violência fez Adriana se sentir impotente: *“eu não podia fazer nada; eu não tinha força para revidar e se eu revidasse eu estaria batendo na minha mãe, como que eu ia revidar minha mãe? E ainda ouvindo aquilo que, se não honrar pai e mãe, eu estou no pecado e no pecado eu vou pro inferno”*. A impotência gerava, então, frustração, porque ela gostaria de sentar e conversar com a mãe, de saber o porquê da negativa ou da obrigação de se fazer algo, mas o diálogo não se fazia presente na residência de Adriana. A estratégia de Adriana era de questionar as decisões dos pais e tentar conversar com eles, mas, em vez de diálogo, na maior parte do tempo, os pais de Adriana ofendiam-na.

Adriana não considerou ter tido rede de apoio porque as pessoas com quem convivia geralmente conheciam a sua mãe, então, não considerava que poderia se expor em demasia. Dessa forma, costumava contar sobre os episódios de violências para algumas amigas de infância e posteriormente, para seu atual marido.

Os atos de intolerância que viveu ocasionaram algumas **repercussões** na vida de Adriana, sobretudo no que se refere aos dogmas da Igreja. Ela buscou *“um lugar que me falasse*

de amor de Deus, que não fosse o um Deus tirano, vingativo e narcisista”, tornando-se então Kardecista. No mesmo sentido, Adriana avalia que visualiza o passado e tenta não repetir com as pessoas a violência, a intolerância e a falta de diálogo, inclusive com as crianças da sua família.

Atualmente, Adriana mantém relações com a família, mas entende que há limitações. A sensação de frustração permanece, *“por vontade de falar, de conversar, mas eu não tenho oportunidade”*, porque o diálogo continua inviabilizado. Antes a mãe gritava e batia em Adriana e hoje *“tem outra estratégia muito boa, ela começa a ter ataque do coração”*, situações em que o pai de Adriana diz que a mãe está morrendo por culpa dela: *“eu tento conversar, mas ela começa a falar ‘eu estou morrendo’”*.

Adriana avalia que representa para a mãe *“tudo aquilo que ela precisou deixar de ser quando ela engravidou de mim”* e a relação com o pai envolvia a sensação de *“não pertencimento”*, mas com o passar do tempo, a relação melhorou. O relacionamento com o irmão *“está esclarecido”* apesar de não ser *“a melhor relação”*: *“nunca esperei o pedido de perdão, eu não acho que eu sou tão importante, que alguém tem que me pedir perdão, não espero, mas somos irmãos e eu o amo, não vou deixar de amar”*. Adriana e a irmã não se falam há 3 anos e a relação das duas é permeada por mal-entendidos. Esse distanciamento é autoproteção: *“não vou deixar ninguém me maltratar mais”*.

Adriana fez acompanhamento psicológico e acredita que a melhoria das relações com os familiares adveio do processo de terapia pelo qual passou, que também a auxiliou na reelaboração dos fatos para que ela pudesse falar sobre eles *“de forma muito leve hoje”*.

O aceite em participar da pesquisa se deu porque Adriana quis expor algumas nuances familiares não comumente discutidas, uma vez que *“tem coisas que as famílias escondem”*. Ela tem a convicção de que *“poderia ter sido muito pior”* e agradece muito a Deus porque *“o que eu passei não se compara ao que muita criança passou: violência sexual”*. Narrar a sua história

foi positivo, pois *“falar me faz bem, falar me liberta. Estou me sentindo muito bem. Estou precisando me libertar de todo sentimento nocivo de dentro de mim”*.

Jorge

Jorge é estudante universitário, católico e tem 24 anos. Ele se considera uma pessoa descontraída, que gosta muito de estar com os amigos, de praticar esportes, de música e de viajar. Jorge mora sozinho, porém perto dos familiares. Ele foi criado pela tia e pelos avós, apesar de ter morado com a mãe, que tinha uma jornada intensa de trabalho. Quando criança, jogava futebol profissional e trocava *“de escola cada vez que eu ia para um lugar diferente”*. Jorge conhece o pai e teve contato mais frequente com ele até os 5 anos, *“mas nada muito próximo”*, contatos estes que foram marcados por violência emocional, por se tratarem de *“coisas mais pesadas”*.

Para Jorge, **violência emocional** é uma situação violenta advinda da atitude de pessoas próximas que *“mexe bastante no seu emocional”* a ponto de *“atrapalhar sua vivência com sua família, com seus amigos e tudo mais”*. Esse tipo de violência influencia no pensamento do agredido, magoa e conseqüentemente o atrapalha em certas situações de sua vida.

As **vivências de violência** de Jorge *“acarretaram em várias dificuldades no âmbito familiar”*, relacionadas ao afastamento do pai e do abuso sexual, que sofreu de uma pessoa que ele considerava ser da família. Posteriormente, as dificuldades pessoais foram intensificadas pelo processo de adoecimento psicológico da mãe.

Jorge morou com os pais e os irmãos até os 2 anos de idade, quando os genitores se separaram: *“ele era alcoólatra, chegava em casa e batia no meu irmão, na minha mãe”*. A conduta do pai sempre foi permeada por violência e *“há pouco tempo, até descobri que a minha irmã foi fruto de um estupro dele contra minha mãe”*.

Um tempo após a separação, quando Jorge tinha aproximadamente 5 anos, as crianças passavam os finais de semana sob a responsabilidade do pai, entretanto, os irmãos ficavam

“trancados sozinhos e ele nunca estava por perto”. O pai se ausentava, ingeria bebida alcoólica e não se preocupava em saber se as crianças estavam bem: *“não sabia se a gente tinha comido, se tinha bebido água, se tinha tomado banho; era um vizinho que passava alguma coisa por debaixo do portão para nós”*.

Os irmãos de Jorge não gostavam de sair com o pai nos fins de semana; o irmão porque sofreu muitas agressões físicas dele e a irmã porque absorvia as informações negativas que falavam sobre o pai. Jorge, entretanto, apesar dos episódios em que ficava trancado, de ter presenciado as agressões contra o irmão e de ouvir as informações de cunho negativo, queria se aproximar do pai: *“porque quando ele estava com a gente, ele dizia que gostava muito de nós e, apesar de tudo, eu ainda gostava bastante dele e, quando chegavam os finais de semana, eu não entendia porque a minha família não gostava que eu ficasse com ele”*. Hoje ele considera que sofreu abandono, um tipo de violência emocional, porque o pai *“sumia”* por alguns períodos e não mandava *“nenhum cartão, uma resposta”*.

Posteriormente, Jorge descobriu por meio de uma conversa entre a mãe e a tia que, além das agressões e do descaso para com os filhos, seu pai tentou uma prática criminosa grave: *“quando eu era mais novo, ele tentou me vender, tentou me trocar por dois apartamentos, um carro e uma quantia em dinheiro”*. Além desse episódio, o pai de Jorge tentou *“sequestrar”* os filhos a fim de *“levar para outro estado, para depois sumir com a gente e tentar pedir dinheiro ou pensão para minha família”*.

A família de Jorge impediu que o pai levasse as crianças nos fins de semana, quando então *“ele se afastou e parou de nos procurar; e eu fiquei dos 5 aos 12 anos sem vê-lo”*. Desde então, Jorge teve apenas 3 contatos com o pai, aos 12, 15 e 19 anos, sempre num mesmo contexto: *“como eu jogava futebol, recebi uma proposta para jogar no Vasco, e aí foi que ele voltou. Ele achou que poderia ganhar alguma coisa comigo”*. Todavia, Jorge não imaginava, na época, as reais intenções do pai, porque *“eu só queria vê-lo, ficar com ele”*, vindo

posteriormente a entender que as **motivações** dos seus atos residiam no interesse em auferir vantagem sobre o filho, “*dizendo que queria ser meu empresário, que queria viajar comigo para conhecer as coisas*”.

Jorge considera que o abandono, os “*sumiços*”, e a falta de cuidado do pai são formas de violência emocional, mas não julga que as tentativas de agenciamento tenham sido um tipo de violência. Todavia, “*eu ficava muito chateado, porque eu percebi que o contexto se repetia várias vezes e que minha família tinha razão, então, eu ficava cada vez mais chateado com ele*”.

A mãe e a tia de Jorge sempre foram sua **rede de apoio**, “*sempre contei tudo para minha mãe e sempre fomos muito próximos e o pouco tempo que a gente tinha junto, a gente conversava bastante*”. As reações da mãe eram sempre positivas no sentido de acolher o filho e dar conselhos no tocante a qualquer assunto, exceto ao que se relacionava ao pai de Jorge. Nesses casos, ela “*não entendia porque eu ainda pensava nele, sabendo tudo que ele havia feito, todas as coisas ruins, então, ela nunca conseguiu me dar suporte sobre esse assunto*”. Jorge sentia a falta do pai, chorava porque queria se aproximar dele, mas a mãe “*mudava de assunto e tentava sair deles*”, não tendo apoio para enfrentar a situação de violência pela qual passava, uma vez que “*nunca teve alguém para conversar exatamente sobre essas situações*”.

Mesmo sem agenciamento do pai, Jorge aceitou convites para jogar fora da sua cidade. Numa ocasião, ficou sob a responsabilidade de um conhecido próximo da família, que exercia a função paterna. Este conhecido “*prometeu mundos e fundos, questões de futebol, e tentou se aproximar de mim conversando e me explicando como as coisas eram; então eu confiei muito nele e deixei ele se aproximar de mim, mas ele acabou abusando sexualmente de mim*”. Jorge recorda ter ficado “*sem chão*” e fugiu da situação: “*eu disse que eu iria em casa passar uns dias e não voltei mais*”.

Ao voltar para casa, Jorge decidiu não comentar sobre o abuso, *“porque eu não sabia como falar e como conversar e acabou ficando por isso mesmo, eu não sabia o que eles iam estar pensando de mim, era uma coisa estranha, diferente”*. Ademais, Jorge ponderou que o fato poderia envolver a polícia, já que se tratava de crime, situação que ele não gostaria de enfrentar para não estender seu sofrimento. Dessa forma, a **estratégia** utilizada por ele foi a de tentar *“seguir em frente”*: *“botei a cabeça no lugar, comecei a estudar, fiz vestibular, fui tentando levar a vida com a minha família”*. Mesmo desenvolvendo as atividades comuns de pessoas da sua idade, Jorge despertava inquietações na família porque *“ficava retraído, ficava no canto”*, todavia, nunca teve coragem de contar para eles o que havia acontecido, assim como nunca contou para ninguém, mas entende que *“seria importante ter tido apoio de alguém na época”*.

Desde 2015, Jorge frequenta um grupo de apoio destinado a amparar crianças e famílias que sofrem violência e foi nesse grupo que ele também sentiu que poderia ser útil, o que conseqüentemente amenizou seu sofrimento. Ele considera que o grupo de apoio foi um dos únicos lugares de convívio social dos quais não se afastou, em razão das questões emocionais que envolviam o abandono do pai e o abuso sexual: *“mesmo no momento em que eu me afastei dos meus amigos, e da minha família, lá era um lugar onde eu sempre ia, um lugar bem legal de estar e ajudar as pessoas que passaram por situações parecidas”*.

Jorge acredita que as vivências com o pai e o abuso sexual tenham ocasionado **repercussões** nos âmbitos afetivos da sua vida, muito em virtude do genitor nunca ter tentado *“estruturar um tipo de laço afetivo, de conversar sobre as coisas da vida, como as coisas estão”*. Conseqüentemente, isso afetou os relacionamentos interpessoais de Jorge, que gosta de socializar, mas não se permite aproximação com as pessoas: *“eu socializo com todo mundo com bastante facilidade, converso, trato com carinho, mas de intimidade eu me afasto; quando as pessoas começam a ficar próximas de mim, eu me afasto”*.

Por vezes, Jorge se distancia dos amigos de infância por períodos de 5 ou 6 meses, como forma de autoproteção: “*eu tento não me apegar, para não me apegar demais, para não me expor, e para não passar por esse tipo de coisa novamente*”. Jorge tem namorada e se sente bem ao lado dela, mas afirma que ela não compreende a situação da sua vida porque “*ela não sabe de tudo que aconteceu, eu não contei nada, nem metade, nem um terço da história*”. De toda sorte, Jorge tenta fazer o namoro dar certo.

A relação atual com o pai é inexistente. Há pouco tempo, Jorge tentou se reaproximar dele por meio de um vizinho, ocasião em que foi oferecida nova oportunidade de agenciamento e, desde então, pai e filho não se falam: “*conversamos e tentamos nos entender, ele me tratou bem, mas logo em seguida ele voltou com os mesmos assuntos de sempre, de tentar me levar para jogar, queria que eu largasse a faculdade para viajar com ele, porque ele já tinha uns contatos de times de fora*”.

Aos 19 anos, já tendo superado, a seu modo, a questão do abuso sexual, Jorge passou por outros problemas familiares que, somados às dificuldades de relacionamento com o pai, fizeram-no passar por uma nova fase de transtornos. Ele precisou cuidar da saúde mental da mãe, que apresentou problemas psicológicos, inclusive com necessidade de internação hospitalar. Após sair do hospital, a mãe de Jorge sofreu um estupro do namorado, mas “*queria se aproximar cada vez mais dele, não sei o que aconteceu, eu não sei porque ela quis tanto se aproximar dele, mesmo ele tendo feito esse mal para ela. Passou mais ou menos uns dois meses e ela pegou as coisas dela e foi embora para ficar com ele*”. Desde então, Jorge e a mãe não mantêm contato.

Dessa forma, Jorge conclui que ele e a mãe estão na mesma situação: “*ela não conseguia entender o porquê de eu me aproximar do meu pai, e eu não consigo entender, de forma alguma e como ela pôde querer ficar com um cara que fez esse mal para ela e isso me abalou bastante*”. Jorge passou por um período de isolamento, não falava com as pessoas,

trancou a faculdade e abandonou o emprego. Passado um tempo, após muitos convites para retornar ao emprego, voltou a trabalhar, retomou os estudos na Universidade e voltou a socializar com as pessoas. Para além do relacionamento com o pai, a situação enfrentada com a mãe também gerou questionamentos: *“eu não estava conseguindo compreender porque as coisas num momento estão de um jeito, e, de repente, tudo desmorona, as pessoas que estão próximas de você e você pensa que isso não vai mudar, principalmente com a sua mãe”*.

Jorge se considera uma pessoa calma que controla as emoções, mas se torna impulsivo e deixa de controlá-las diante de episódios de violência, por tentar impedir que aconteçam. Ele nunca teve *“coragem”* de iniciar acompanhamento psicológico, mas já pensou em fazê-lo, *“principalmente nos momentos em que eu ficava mais retraído”*, mas pensa em iniciar a terapia porque *“hoje em dia eu acredito que é mais como se eu tivesse colocado isso debaixo de um pano e tento seguir em frente”*.

A experiência de relatar a sua história trouxe a Jorge um pouco de angústia, *“por voltar com certas lembranças, mas nada muito pesado”*. No presente, ele se concentra em não pensar nas situações ruins pelas quais passou: *“tento pensar que a minha vida só depende de mim, que eu posso transformá-la no que eu quiser, posso correr atrás dos meus sonhos e estudar ou trabalhar, e fazer o que eu devo fazer e só depende de mim, não preciso de ninguém”*.

Bento

Bento é um empresário, casado, de 37 anos. Ele se considera uma pessoa ansiosa, animada e que gosta de *“fazer um monte de coisas”*. Bento avalia a sua vida como *“muito boa, muito confortável, com muita segurança, com benefícios”*, uma vez que tem *“acesso a muitas coisas boas”*. Ele foi criado no catolicismo, mas não tem religião.

Para Bento, **violência emocional** advém da agressão física ou psicológica, como a pressão psicológica, que uma pessoa pratica contra outra, marcando-a negativamente e gerando *“impactos no psicológico de quem sofre ou sente essa violência”*. Trata-se de uma violência

que pode não ser *“perpetrada conscientemente, mas que é sentida como violência pela outra parte”*.

Bento sofreu violência emocional no contexto familiar, *“uma situação que me vem à mente muito facilmente quando eu penso nesse tipo de violência”*. Naquele cenário, Bento e a irmã foram inseridos *“de forma inadequada”* pelos pais na resolução dos conflitos conjugais que surgiram no processo de *“deterioração do casamento”* e que ficaram mais evidentes após a separação: *“a gente foi atingido por essas disputas, e por essas brigas, que aconteceram dentro de casa com e até sem eles por perto; geralmente sem eles por perto, porque eles não brigavam na nossa presença, mas por trás era um inferno”*. Ele sente que foi violentado emocionalmente por ser vulnerável àquele tipo de violência, vulnerabilidade que hoje não se repetiria.

Até os 19 anos, Bento morou com os pais e a irmã e recorda que o ambiente que propiciou as **vivências de violência** teve início quando ele tinha, aproximadamente, 15 anos, sendo que aos 16 anos, já sofria essa violência *“fortemente”*, mas *“só foi bem depois que eu percebi isso”*. Antes da separação, apenas a mãe de Bento praticava violência emocional: *“nos jogava contra meu pai para que isso despertasse nele uma postura que não levasse à separação de fato”*. As críticas ao marido na presença dos filhos eram constantes, *“ela o criticava até falando que ele era brocha”*. Bento, entretanto, se questionava acerca da necessidade de saber dos detalhes e dos problemas do relacionamento dos pais, situação que *“machucava muito, me fazia muito mal esse tipo de postura dela”*. Depois da separação, quando Bento tinha 19 anos, o cenário de violência foi ampliado, *“porque o meu pai entrou também fazendo o movimento que a mamãe já fazia, de usar os filhos para mandar recado e de criticar”*.

Bento sentia que os pais pressionavam os filhos para que dessem razão a um ou ao outro cônjuge: *“nós éramos envolvidos muito fortemente nas resoluções das questões que não tínhamos nenhuma responsabilidade sobre nada, mas era posto de uma maneira muito*

apelativa de ajudar a convencer a mãe ou pai a fazer tal coisa". Os filhos eram obrigados a refletir sobre a divisão dos bens, levando em consideração o sofrimento que cada genitor passava, ou seja, quanto maior o sofrimento, mais bens lhes seriam devidos e o *"jogo de manipulações"* era no sentido de provar para os filhos o quanto se estava sofrendo, uma vez que cada um dos pais pensava sofrer mais que o outro.

Para além da disputa do patrimônio, aos filhos também foi delegado decidir sobre a guarda e outros assuntos: *"eu acho que eles não foram para a justiça, mas os debates de 'quem ia ficar responsável por quem, e isso implica o quê' foi amplamente discutido"*. Ficou deliberado, dessa forma, que a mãe ficaria com a guarda e que o pai seria responsável pela maioria das despesas financeiras.

Em alguns momentos, Bento deixava explícito que não gostaria de *"passar recado"*: *"eu deixava claro que era uma coisa sofrida e difícil, até porque, quando eu passava recado de um, o outro reagia falando alguma coisa de volta"*. Todavia, a sinceridade não era suficiente para evitar as cobranças, pelo contrário, acarretava mais brigas porque os pais passavam a insistir no comportamento anterior: *"eles cobravam, imploravam, minha mãe chorava desesperadamente"*. Nesses episódios, Bento sentia muito *"esse apelo dramático que eu acho que era real de fato"* e acabava sofrendo também.

Bento acredita não ter sido adequado o jogo de manipulações que sofreu, porém *"esses elementos fazem sentido e ajudam explicar o que eu entendo que era uma violência emocional"*. Ele não julga os pais porque afinal fizeram *"aquilo que sabiam fazer"*, uma vez que *"são muito pouco escolarizados, sempre trabalharam muito, então nunca tiveram muita informação de como cuidar disso e eles também são muito ligados à igreja, muito fechada, uma ideia muito dogmática em relação à família e ao milagre"*. Assim sendo, é difícil para Bento criticar os pais, mesmo discordando da postura deles, uma vez que não se considera *"uma vítima"*, pois sempre foi *"uma criança muito cuidada e amada"*.

Bento pondera que as **motivações** da prática de violência emocional por parte da mãe relacionam-se ao tipo de união que os dois mantinham desde a sua infância, “*uma relação muito colada*” na qual “*ela contava comigo mais do que como um filho*”. O pai de Bento sempre trabalhou muito e a mãe dava mais assistência aos filhos porque ficava em casa: “*então eu era muito próximo a ela, mas, com o tempo, eu fui vendo que ela estava usando a gente*”. Além disso, Bento entende que a educação rígida e religiosa da mãe, e o pouco estudo, contribuíram para que ela não tivesse informação para ir ao psicólogo, bem como impediu que ela falasse sobre tais questões com os amigos ou outros parentes.

A **estratégia** utilizada pelos irmãos foi a de se ausentarem do ambiente familiar: “*eu e minha irmã, assim que pudemos, fugimos, cada um no seu tempo*”. Bento julga que a sua “*fuga*” não foi consciente, não tendo mudado de cidade com o intuito explícito de “*vou ficar aqui para fugir*”. Entretanto, sabia que “*não queria ficar lá, mas eu sei que foi uma fuga, mas que depois foi ótimo, eu adorei essa distância deles, porque eu virei quem eu sou sem eles*”. Na época da separação, Bento se mudou para outra cidade, mas regressava regularmente à casa dos pais, situação que diminuiu gradativamente até culminar no seu desaparecimento total durante alguns anos: “*eles me esqueceram durante uns dois ou três anos e eu fiz a minha vida, mas até hoje eu ainda me ressinto da minha irmã ter ficado sozinha no meio do furacão*”.

Em contrapartida, a irmã de Bento “*fugiu de casa*” tempos depois da separação, tendo presenciado mais situações angustiantes e desagradáveis das quais Bento se culpa. A forma encontrada por Bento de se redimir foi manter até hoje, com a irmã, uma relação de proteção: “*procuro resolver as coisas para ela, tudo que eu posso, resolvo para ela; tudo que envolva algum desconforto aborrecimento para ela e eu procuro fazer de um jeito de poupá-la*”, sempre “*considerando aquele contexto dela ter ficado sem lá sem mim*”.

Bento considera que teria sido “*super importante*” ter tido suporte, principalmente apoio psicológico à época dos acontecimentos, profissional e de outras pessoas também. Mas

ele sabe que não podia esperar esse tipo de suporte da família, pois são *“pessoas com muito pouca informação, que saíram do campo e foram para a cidade, e nunca tiveram formação e informação”*. Além disso, os pais também não ofereceram acompanhamento com profissional, porque *“passaram muito aperto de dinheiro e nunca iam pagar um psicólogo, eu fui pagar com meu dinheiro”*.

Dessa forma, 10 anos após a separação dos pais, aos 29 anos, Bento começou a fazer terapia e *“já fiz uns quatro ou cinco anos de terapia e essa questão envolvendo os meus pais é uma questão super importante, é uma questão com mais fatores, que foram decisivos na minha vida”*. Ele entende que a terapia foi *“fundamental, fantástico”* para auxiliá-lo na resolução dos problemas advindos do contexto de violência emocional: *“eu fiz bastante terapia, chorei muito, mas ainda dá para chorar bastante, ainda é uma situação muito marcante”*. Bento considera que o contexto de violência deixou a sua vida *“dramaticamente marcada”* uma vez que a *“situação ainda persiste”*, porém a terapia tornou-o *“mais instrumentalizado para colocar limites”* nos pais.

Em termos de **repercussões**, os atos de violência emocional, além de afetarem o relacionamento com os pais, apresentam-se em dois aspectos da vida de Bento; o primeiro refere-se ao seu desenvolvimento profissional e o segundo, às relações interpessoais. Para Bento, se a separação houvesse ocorrido *“de maneira menos imatura”*, tudo teria sido diferente: *“eu estaria fora, fazendo coisas muito grandes na minha cabeça, entende?”*, como as atividades acadêmicas que ele iniciou em 2007 e precisou *“abrir mão”* para cuidar da família após uma ligação da mãe *“com aquela voz chorando, com aquela voz de ‘não dou conta, preciso de você’* para sair de *“uma depressão fortíssima”*. Dessa forma, ele ponderou: *“o que é que vai valer da minha vida, fazer tudo isso que eu quero fazer, se não consigo resolver dentro da minha casa?”*.

Nos relacionamentos interpessoais, Bento cultivava uma excessiva preocupação *“de não repetir aquilo que eu vivi, o que eu acho que foi ruim”*. Ele se considera uma pessoa que cuida

e que promove muito cuidado para com as outras, o que *“certamente vem também de uma preocupação que eu tenho muito grande de não agredir, de cuidar, de ter relações cuidadosas com as pessoas”*. Nos relacionamentos que teve com algumas mulheres, Bento julga que desempenhou mais uma vez o papel de pessoa passiva que sofre violência: *“acho que tive relações com mulheres abusivas sobre mim, porque eu acabei repetindo a relação com a minha mãe e a pessoa montou em mim”*.

Atualmente, é distinto o relacionamento que Bento mantém com cada um dos pais. O vínculo de Bento com o pai ainda apresenta alguns *“mal resolvidos”*, mas é uma *“relação boa”*. Trata-se de uma relação que se fortaleceu após a separação, *“logo foi melhorando”*, sobretudo após a terapia, quando passou a impor limites aos pais.

Com a mãe, entretanto, Bento considera que mantém uma *“relação péssima”*. As brigas e as cobranças exemplificam o convívio de Bento com mãe, *“porque ela ainda não saiu daquele contexto de 19 anos atrás, porque ela não encontrou bons profissionais para fazer um bom tratamento”*. Entretanto, Bento entende que parte do sofrimento da mãe também advém das *“escolhas que ela fez objetivamente na cabeça dela; deve fazer algum sentido pra ela, mas ela poderia ter agido de outra forma e ter tentado levar a vida de uma outra forma, tocar dali para frente”*. Assim, a ausência de melhora da saúde mental da mãe *“gera uma relação péssima minha com ela, quando a gente se encontra”*.

Bento relata que, após ter iniciado a terapia, ficou mais de um ano sem manter nenhum tipo de contato com a mãe, *“o que foi muito bom para minha vida, foi um momento muito feliz onde eu fiz muita coisa boa, mas depois, até por essa coisa de querer cuidar, fico tentando encontrar uma forma de lidar com ela e ajudá-la, ela já é uma idosa”*. Entretanto, mesmo querendo ajudar a mãe e compreendendo seus sofrimentos, ele acredita que não são *“saudáveis”* os elementos que circundam a relação dos dois: *“ela ainda abusa muito de mim; ela ainda exige*

que eu faça coisas desnecessárias, mas que são da vontade dela; ela entende que eu sou funcionário dela, um escravo”.

Bento hoje consegue impor mais limites à mãe e se afasta quando entende necessário, porque se incomoda com as situações impostas por ela. Entretanto se considera sempre “disponível”, “mas isso para ela ainda é pouco; é tudo muita briga, ela quer determinar as coisas; ela quer mais, do jeito que ela quer, na hora que ela quer. No fundo, eu acho que, muito do que ela quer, é afeto, é atenção. Minha mãe não resolveu na cabeça dela a separação do marido, e, depois, a relação com os filhos também ficou uma coisa muito mal resolvida”.

Bento julgou “positiva” a experiência de relatar a sua história, apesar de considerar “sempre chato falar disso, eu já falei muito na terapia”. Ele objetiva que seu relato possa ajudar outras pessoas que passaram por situações semelhantes a lidarem com os problemas advindos da violência.

Flávia

Flávia tem 28 anos, é casada, tem dois filhos, e está grávida do terceiro. Ela cursou Biologia até o 5º período, e hoje se arrepende de não ter se esforçado para concluir o curso, “mas a minha sanidade mental na época já não estava muito boa”. Atualmente ela é “mãe em tempo integral” e por vezes se pretere em razão dos filhos. Ela pretende cursar Pedagogia, assim que o filho mais novo nascer e completar 2 anos. Flávia acredita em Deus e foi criada “dentro do catolicismo, da religião cristã, mas depois eu vi que aquilo não era muito para mim”.

Segundo Flávia, “**violência emocional** é qualquer coisa que você faça, diga ou pratique no dia a dia ou não faça, que deixa outra pessoa mal e que prejudica emocionalmente alguém”. Ela acredita que mesmo os detalhes, “uma coisinha à toa”, “podem se tornar uma coisa muito maior”, uma vez que estão em jogo os sentimentos e a interpretação da pessoa que sofre a violência.

Flávia sofreu violência emocional, física e sexual no contexto familiar e, atualmente, na nova configuração de família, que construiu com marido, também pratica contra os filhos atos que considera violência emocional: *“hoje eu pratico porque o histórico de violência, o padrão vai se repetindo e até conseguir quebrar ou começar a quebrar é muito difícil”*. Para Flávia, entretanto, a intensidade da violência contra seus filhos é bem menor do que a que ela sofria: *“acabo praticando algumas coisas até que light com meus filhos; não sei se existe violência light, mas é light em relação ao que eu passei”*.

Ela percebeu que havia sofrido violência na infância somente na fase adulta, quando ficou grávida da primeira filha, momento em que *“estourou tudo na minha cabeça, de todas as coisas que a gente passou na infância”*. As **vivências de violência**, que Flávia sofreu de diversos membros da família, levaram-na a crer que não havia *“nada na vida de bom”*. Flávia é de uma cidade do interior, e teve 7 irmãos, sendo que 2 morreram. Segundo ela, o ambiente familiar sempre foi muito violento: *“o pessoal lá de casa precisa muito de apoio psicológico, até para falar eles são violentos; eles falam e não querem saber se aquilo magoa. Não é saudável, simplesmente falam, como se fosse uma coisa mais normal e mais comum do mundo. Eles não sabem conversar, só conversar, eles só sabem ofender e falar mal das pessoas, são preconceituosos e essas coisas me incomodam”*.

As memórias de violência de Flávia datam dos 4 anos, quando um dos irmãos a abusou sexualmente até que ela completasse 8 anos *“e o que eu lembro é de uma penetração forçada”*. Após o primeiro episódio dessa violência, Flávia perdeu a vontade de fazer as coisas que as outras crianças faziam: *“depois disso eu perdi muito a minha inocência, aquela coisa de criança, de brincar, e eu era uma criança muito anêmica”*. Naquela ocasião, ninguém interveio ou comentou sobre o assunto.

A mãe de Flávia *“vivia sobrecarregada”*, porque tinha muitos filhos para cuidar, além dos afazeres domésticos *“e o meu pai nunca foi presente em casa para nada”*. Até os 6 anos, a

mãe de Flávia era o seu “*alicerce*”, até descobrir que a mãe mentia para poder controlar as ações dos filhos à distância, uma vez que a família morava na zona rural e as crianças se deslocavam sozinhas para a escola: “*falava do homem do saco; ela falava que não podia sair da estrada, senão alguém ia me sequestrar e ia fazer coisa ruim, o que não era totalmente mentira*”. A mãe de Flávia falava que, se as crianças não fossem direto para a escola, apareceria um boi “*e hoje eu tenho pavor de boi, toda semana tem um dia que eu sonho que tô correndo do boi*”.

As **motivações** dos atos de violência por parte da mãe relacionam-se à sua sobrecarga e à falta de “*diálogo sincero*” também presente nas relações entre as outras gerações da família. Flávia desenvolveu sua autonomia precocemente e passou a resolver os próprios problemas sozinha: “*com nove anos eu que marcava consulta sozinha, eu ia fazer exame sozinha e fazer todas as coisas que eu precisava fazer para mim*”. Segundo ela, quem acompanhava o seu rendimento escolar era o irmão que a abusou sexualmente, situação que lhe deixava ainda mais chateada, afinal gostaria que a mãe participasse mais da sua vida. Mais tarde, Flávia passou no vestibular, saiu de casa e foi morar em uma República Estudantil, “*tudo por minha conta mesmo*”.

A permissividade da mãe deixava Flávia “*muito pra baixo*” e lhe causou “*muitos abalos emocionais, principalmente durante a adolescência*”. Não se tratava apenas de uma mãe que deixava a filha fazer as coisas, mas de uma mãe que “*nem se importava*”: “*às vezes minhas amigas falavam que se chegassem 21 horas em casa a mãe ia ficar muito brava, já a minha mãe não, se eu saísse de casa e chegasse dois dias depois, não ia ter diferença*”. O que Flávia acredita mais reproduzir com os filhos, refere-se aos “*gritos histéricos*”, que fazem as crianças “*tremem de medo*”, cuja intenção é de interromper alguma atividade inconveniente ou perigosa da criança.

O pai de Flávia sempre foi muito violento com os filhos e não costumava dialogar com eles, “*eu quase não conversava com meu pai*”. O episódio mais marcante que envolve o pai, e

que Flávia ainda não conseguiu superar, refere-se ao dia em que ele praticou violência física com uma de suas irmãs: *“eu me lembro dele correndo atrás da minha irmã com arame farpado para bater nela e nesse dia eu desejei que ele morresse”*. As lembranças mais positivas que Flávia tem do pai relacionam-se aos momentos em que ele contava história de terror para os filhos, enquanto a mãe se ausentava para estudar: *“eu gostava porque naquele momento, era todo mundo junto e ele contando história”*.

Os irmãos mais velhos de Flávia também praticavam violência emocional contra ela, faziam-na *“de gato e sapato”*. As humilhações versavam acerca da sua aparência física, no sentido de que seus membros superiores e inferiores eram muito grandes, de forma que ela não havia *“evoluído de macaco para ser humano”*. Ela, por sua vez, também praticava violência emocional contra o irmão mais novo.

Mesmo tendo em vista todo seu histórico, Flávia nunca percebeu que sofria violência, assim não costumava relatar as experiências que sofria dos pais, porque achava que se tratava de educação parental. No mesmo sentido, também não contou para ninguém o abuso sexual que sofreu do irmão: *“eu só fui me lembrar de sentir essas coisas quando era adulta e não tive coragem de falar nada, que foi quando eu contei para o meu marido e ele ficou chocado e foi aí que tive noção das coisas, foi o gatilho”*.

Flávia identifica algumas **repercussões** das vivências de violência na sua vida hoje; algumas ligadas à sua personalidade e outras ligadas aos padrões de comportamento que reproduz. No que se refere à personalidade, Flávia sempre foi uma pessoa preocupada em agradar as outras para ser aceita socialmente: *“eu sempre fiz qualquer coisa que me pedissem, independentemente se isso ia me fazer bem ou não; eu aceitava porque eu achava que a vontade que eu vou satisfazer era mais importante do que a minha própria vontade”*. Ela nunca teve *“voz ativa”* e quando agia à sua maneira, *“começavam as críticas”* da família.

Durante muito tempo, faltou a Flávia uma “*identificação de vida para a gente ir criando a própria personalidade*”, situação que fazia com que ela se visse apenas como uma estudante: “*então fui pulando de casa em casa até descobrir o que eu gosto de fazer, quem eu sou, e eu estou na busca do que eu sou ainda, mas hoje eu vejo que eu gosto de ser mãe*”. Entretanto, Flávia se sente “*um nada*” porque, ao passo que se identifica como mãe, já reproduziu a violência que sofreu e, às vezes, nada faz para “*quebrar o padrão*” violento. Apesar disso, ela já estudou bastante sobre “*comunicação não violenta*” e se incomoda de praticar atos violentos contra os filhos.

Flávia já reproduziu tanto violência física quanto violência emocional contra os filhos. Ela costumava bater na filha mais velha com tapas e ameaçá-la com o chinelo. Além disso, quando está muito cansada, costuma ameaçá-los, mas se arrepende e pede desculpas “*e às vezes me cansa mais ainda do que se eu não tivesse falado*”. Nos momentos de irritação, acaba “*nomeado, rotulando a criança*” e interferindo na construção da identidade das crianças. Com o nascimento do filho do meio, Flávia passou a estudar sobre a “*disciplina positiva*” e a procurar alternativas de educação, diminuindo conseqüentemente a intensidade e a periodicidade dos atos que considera violência.

Além da manutenção do padrão de violência, Flávia atribui ao cansaço diário a **motivação** das práticas que considera violência. O fato de não ter rede de apoio acentua a vontade de falar agressivamente com os filhos: “*às vezes eu penso ‘vou falar isso mesmo, eu não tenho ajuda de ninguém, vou falar mesmo’ e acabo falando*”.

Atualmente, no que concerne aos vínculos afetivos familiares, no geral Flávia se relaciona bem com a família; ela tem mais intimidade com a irmã que acabou de ter filho e com o irmão mais novo. A única relação “*muito difícil*” é com o irmão mais velho que a estuprou. A relação com a mãe “*está mais tranquila*” e Flávia acredita ter superado a fase de revolta, em virtude de a mãe ter se calado diante do estupro: “*mas também não fico falando muitas coisas*

para ela, falo mais como estão os meus filhos. O pai sempre foi fechado e Flávia continua sem muito contato com ele: “na verdade a gente até conversa quando eu ligo para lá, porque ele que atende o telefone a gente fica falando sobre coisas rotineiras como o tempo”.

Flávia percebe que a violência ainda é praticada na sua família, mas seus pais não praticam nenhum tipo de violência contra os netos e até impedem que se pratique, mas os irmãos violentam fisicamente e emocionalmente os respectivos filhos. Nos finais de semana, quando presencia atos violentos de qualquer tipo dos irmãos contra os sobrinhos, Flávia interfere e pede que a violência cesse.

Atualmente, Flávia encontra **apoio** na amiga que tem um blog sobre maternidade “*e eu converso com ela sempre sobre todas as coisas que eu sinto e a gente fala de procurar um psicólogo*”. Por vezes, Flávia procura suporte da mãe, mesmo com todos os atritos que já aconteceram entre as duas: “*eu não conto as coisas para ela não, às vezes só choro e pronto, mesmo assim já melhora*”.

A experiência de relatar a história de vida foi positiva, “*o fardo fica mais leve*”. Desde quando passou a conversar sobre as violências que sofreu, Flávia deixou de sentir culpa: “*eu fiquei muitos anos me culpando; até 23 anos, eu me culpava totalmente por todas as situações que eu tinha vivido e foi lendo que eu descobri que não, que eu não sou culpada pelas coisas que aconteceram comigo, e daí eu tento ajudar os outros*”.

Ela pretende que seu relato consiga auxiliar outras pessoas que sofreram violência a superarem o ocorrido e, para além disso, espera que ela mesma reelabore a própria história a fim de “*melhorar dentro da própria casa, para os meus filhos, para meu marido*”. Mesmo se sentindo leve após os relatos, Flávia acredita que precisa de acompanhamento psicológico com profissional porque “*a gente conversa muito sobre isso, mas, mesmo hoje, ainda tem dias que vem a culpa toda e eu fico pensando aquelas coisas, passo o dia inteiro na ‘vibe’ de refletir sobre o passado e tentar sair daquela lama*”.

Natália

Natália tem 29 anos, é psicóloga e “*católica praticante*”. Ela tem 5 irmãos, mora com os pais e com o irmão mais velho, mas convive com os sobrinhos, que moram próximos da sua casa: “*a gente acaba acompanhando um pouco o crescimento e desenvolvimento deles como se morassem na mesma casa*”.

Segundo Natália, “*violência emocional é um ato ou a palavra, que não chega a ser contato físico, mas que tem consequências similares e que faz com que a pessoa se sinta agredida e violentada talvez da mesma forma como numa agressão física*”. Para ela, esse tipo de violência pode se consumir por meio de palavras agressivas, xingamentos e humilhações.

Natália e a família moraram na zona rural durante toda sua infância e parte da sua adolescência. Naquela época, Natália não se recorda de ter sofrido violência exagerada: “*na minha família acontecia, mas a gente encarava as coisas de uma forma um pouco diferente*”. Segundo ela, quando os pais batiam nos filhos “*parecia que pesava menos do que hoje, talvez pelo conhecimento que a gente tem hoje das consequências que isso traz*”.

As **vivências de violência** abrangem a física e a emocional; os episódios de violência física foram poucos, “*umas duas vezes que minha mãe me deu uma chinelada*”, mas não geraram grandes repercussões do ponto de vista de Natália, ao contrário da violência emocional, que ocorre desde a infância até os dias de hoje.

Ela se considera uma pessoa quieta e tímida, “*nunca fui de falar, hoje em dia falo muito porque a minha profissão exige*”, características que eram interpretadas pela mãe negativamente: “*ela dizia ‘você é muito sonsa, nossa, onde você vai parar desse jeito?’*”. A mãe de Natália implorava para que ela fosse “*mais esperta*”, senão o futuro da filha seria “*terrível*”: “*se você continuar assim o que vai ser de você?*”. As falas depreciativas também advinham dos irmãos mais velhos, que insistiam para que Natália se expressasse com mais facilidade: “*quando eu era criança, era muito forte essa questão do falar*”. Além disso, eles

careciam de paciência nas situações cotidianas: *“eles falavam ‘anda logo, você é muito lerda’ e nas brincadeiras, ‘você é muito sonsa, não vai brincar’ e eu tenho problema de visão que ninguém sabia que eu tinha”*.

As críticas da mãe e dos irmãos, que incomodavam Natália, sobre o tempo dispensado para a realização de atividades são consideradas por ela, hoje, como *“atos de violência”* que ocorreram em razão da *“falta de entendimento”* das consequências desses atos na vida de quem os sofre. Para Natália, a mãe mantém a mesma conduta de não avaliar as consequências dos atos, ao dizer, por exemplo, que a casa onde moram não é de propriedade de Natália: *“ela fala ‘essa casa aqui é minha; você não tem nada aqui; aqui em casa eu que decido as coisas, você só mora aqui’”*.

Quanto ao pai, Natália não se recorda de ter sofrido nenhum tipo de agressão e considera que ele era ausente do cotidiano para prover o sustento da família: *“ele nunca foi um pai nem de brigar muito; quando ele brigava era uma vez só, porque a gente tinha muito medo e eu não tenho muitas lembranças, porque a posição dele sempre foi mais ou menos essa”*.

As **repercussões** advindas da violência emocional que Natália passou na infância estão relacionadas à sua autoestima, na medida em que sofreu durante muito tempo por acreditar no que ouvia sobre si: *“diziam que eu não tinha capacidade; que eu era lenta e por muito tempo eu acreditei nisso de verdade”*. A formação profissional ajudou-a a compreender que *“aquilo não era verdade”*, uma vez que se tratavam de *“pessoas que não tinham noção do que estavam falando”*.

Natália procurou acompanhamento psicológico quando começou o curso de graduação, mas não se recorda de ter exposto as vivências de violência pelas quais passou na infância: *“não ficava falando da violência; fazendo papel de vítima de violência, porque eu não entendia que era algo que me afetava”*. Atualmente ela considera que conseguiu resolver sozinha as questões que envolveram os episódios de violência.

A repercussão positiva advinda dessa experiência refere-se à sua melhor capacidade de atuação profissional com crianças e adolescentes que vivenciaram as mesmas situações: *“e você consegue se colocar no lugar do outro com mais facilidade quando você tem uma ideia do que a pessoa tem, está vivenciando”*. Na família, Natália também tenta intervir quando presencia agressões verbais ou físicas: *“se você pode mostrar para uma pessoa que tem alternativa, já é alguma coisa e toda minha trajetória contribuiu para que eu pensasse dessa forma, de buscar outras alternativas e como a gente pode tentar ajudar outras pessoas”*.

A intervenção diante de atos de violência na família advém da sua experiência como pessoa passiva e também como pessoa ativa, que já praticou violência emocional no contexto familiar. Aos 17 anos, Natália tinha uma rotina intensa e cansativa; pela manhã ia à escola e à tarde gerenciava a loja da irmã, além de cuidar do sobrinho das 12 horas às 20 horas. As memórias da prática de atos de violência emocional residem na convivência com o sobrinho, época em que *“eu cuidava dele e não tinha muito entendimento das coisas que eu tenho hoje e ele, por ser também criado por muitas pessoas diferentes, tinha uns comportamentos muito difíceis de lidar, ele era uma criança, como a gente costuma dizer, pirracenta, aquela criança que grita”*.

Além de puxar o sobrinho pelo braço na volta da escola, Natália gritava e brigava, dizendo que não aguentava mais ficar com o sobrinho, porque ele *“infernizava a vida”* dela e frisava que ele era uma criança ruim: *“e ele chegava a chorar porque eu ficava muito nervosa com ele gritando e as pessoas na rua ficavam olhando. Às vezes eu chorava de nervoso e brigava com ele e já cheguei a bater com tapa e chinelo”*.

Natália procurou a mãe e a irmã em diversas ocasiões como apoio para *“desabafar”* sobre os desafios de cuidar do sobrinho e a conversa era sempre no sentido de como aquela situação a incomodava, *“mas o que me incomodava mais não era nem o fato de cometer a violência, mas o estresse que eu sentia de ter que cuidar do meu sobrinho”*. Natália relata que,

quando falava com alguém sobre o ocorrido, não falava “*poxa, bati nele*” e sim “*poxa, não aguento mais*”. Não havia aprovação da conduta agressiva de Natália, mas, em contrapartida, também não havia reprovação explícita, “*até porque eu fui criada numa família que comumente usava a violência para corrigir, apesar de que eu não posso falar que apanhava todos os dias, mas os meus irmãos mais velhos apanhavam bastante*”.

À época dos acontecimentos, Natália partilhava a mesma visão da família, no sentido de desconhecer que a violência poderia afetar o desenvolvimento da criança “*a curto ou longo prazo, naquele momento ou futuramente*”. Ela considera que era muito nova na época e que “*estava no meu direito, estava no meu limite*”, não sabendo, portanto, que poderia procurar **apoio** em decorrência daquela situação: “*eu gostaria de ter tido ajuda, não necessariamente ajuda, mas uma orientação de como que aquilo é ruim para ele e para mim também porque eu acho que isso gera muita culpa*”. Ela recorda que, mesmo desconhecendo as consequências que os atos de violência podem produzir na criança, sentia-se “*mal por bater e gritar, porque você sabe que aquilo não é bom*”.

Natália considera que as **motivações das suas agressões** estavam relacionadas ao “*descontrole*”: “*porque na raiva você procura extravasar, você tem que colocar isso para fora, com palavras às vezes mais duras, às vezes com ações mesmo*”. Mesmo quando se trata de “*crianças difíceis*”, o adulto teria o papel de orientá-las: “*ou você, enquanto adulto, vai se colocar na mesma posição da criança que não se controla, que não sabe controlar as emoções, que não sabe exatamente o que está fazendo?*”.

Atualmente, a relação com o sobrinho é muito boa, mas acredita haver “*um resquício de uma culpa*”, situação que faz com que ela se empenhasse a “*estar presente com meu sobrinho e ter relação legal com ele*”; “*ele brinca e fala que eu sou a tia preferida dele*”. Natália relata ao sobrinho o histórico de violência que vivenciaram, para evitar que ele seja agressivo com outras pessoas, porque ela sabe que a violência pode repercutir negativamente no

desenvolvimento das pessoas. No trabalho, Natália também relembra a sua história com o sobrinho para realizar as intervenções nas famílias, *“porque muitas vezes a pessoa não enxerga que praticou violência”*.

A experiência de contar a sua história fez com que Natália se sentisse *“um pouco mal, porque não é algo que me orgulho, que eu gosto de lembrar”*. Ao final da entrevista ela se sentiu *“um pouco melhor”* e avaliou que deveria expor as suas vivências porque poderia contribuir positivamente para que outras pessoas possam superar o próprio sofrimento: *“vale a pena a gente mexer um pouquinho com a coisa que a gente não quer para quem sabe o resultado disso ajudar outras pessoas”*.

Discussão

Elaborada a partir dos casos individuais anteriormente apresentados, a narrativa única que será apresentada a seguir reúne a percepção do grupo de entrevistados acerca dos eixos temáticos, que foram categorizados em unidades de significado. Serão apresentados o **conceito de violência emocional**, as **vivências de violência**, as **motivações**, as **redes de apoio e estratégias de enfrentamento**, as **repercussões da violência** e a **experiência da participação no estudo**.

À medida que os eixos temáticos forem sendo introduzidos, será analisado o sistema familiar de acordo com a Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner através dos quatro núcleos inter-relacionados, a saber, Processo, Pessoa, Contexto e Tempo. Dessa forma, também identificaremos os fatores de risco e de proteção comuns aos microssistemas familiares objetos de estudo, bem como os estilos parentais desempenhados pelas famílias reportadas pelos participantes.

Conceito de Violência Emocional

A violência é contextual, logo, não há como se determinar de antemão o conceito fechado e a lista de comportamentos violentos, pois conceituações e definições taxativas

impediriam a identificação de atos de violência emocional fora dessa enumeração. É importante evidenciar que atitudes despropositadas podem macular o indivíduo que a suporta, porque pode ser sentida como violência, levando-se sempre em consideração a interpretação da pessoa que considera sofrer violência. Entretanto, pode-se apresentar um conceito amplo não taxativo, construído com base nos relatos das experiências dos indivíduos do estudo.

A violência emocional advém de comportamentos como agressão física, pressão psicológica, tortura psicológica, indiferença, abandono emocional, palavras agressivas, xingamentos, construção de estereótipos ou outras atitudes que também humilhem, oprimam, menosprezem e interfiram na autoestima e no desenvolvimento do agredido. Trata-se de ações e omissões que alteram a forma do agredido ver o mundo e de pensar sobre si, sentindo-se inferior, preso, incapaz, fracassado ou culpado, além de impactar nas vivências com familiares, amigos e companheiros (as). A compreensão da VE pode ocorrer tempos após seu sofrimento porque, diferentemente da violência física, não deixa marcas visíveis e o ambiente familiar violento acoberta essa percepção.

Os participantes conceituaram a VE tanto do ponto de vista do ato praticado, quanto no que tange das repercussões que os atos podem causar. Num primeiro sentido, o conceito formulado coaduna-se aos conceitos existentes na literatura, como, por exemplo, o conceito de que violência contra crianças e adolescentes seja todo ato ou omissão cometido por genitores, familiares, outras pessoas e instituições, capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico às vítimas. Nesse sentido, a VE seria uma falha no poder-dever de cuidado e proteção do adulto e da sociedade para com a criança, bem como é o retrato da coisificação da infância (Minayo, 2001).

Do ponto de vista das repercussões, a violência emocional se mostrou toda aquela passível de gerar danos emocionais, não necessariamente estritamente vinculada aos aspectos psíquicos da vítima. Estão incluídos os maus-tratos, comumente chamados de psicológicos, a

violência verbal, os atos de negligência e também a agressão física ou sexual, conforme classificação de Henriques, Merçon-Vargas & Rosa (2021).

Vivências de violência

De uma forma geral, foi identificado, no microsistema família, vários fatores de risco como violência doméstica interparental, práticas educativas de punição, sobrecarga da mãe nos afazeres domésticos e de educação dos filhos, estilo parental negligente e autoritário dos pais, alcoolismo por parte de alguns genitores e ausência paterna. No macrosistema, identificamos a naturalização da violência como forma de educação dos filhos e a transmissão geracional da violência.

Percebeu-se que a violência emocional comumente coaduna-se à prática de outros tipos de violência, principalmente a física e, em menor grau, a sexual, pelo mesmo agressor ou por pessoas próximas. Raramente a violência emocional é praticada isoladamente. Episódios de violências físicas leves como chineladas não foram considerados violência propriamente dita. A idade de início das vivências variou, mas a maioria apontou para primeira infância, entre 3 e 7 anos. Em média, o final dessas vivências data de 12 anos, podendo se estender mais um pouco ou permanecer até o início da vida adulta, quando, em alguns casos, podem ocorrer novas relações abusivas.

Os genitores foram identificados como principais polos ativos da violência emocional, tendo a mãe papel de destaque em relação ao pai. As mães tiveram participação na maioria dos casos de violência, praticando violência emocional – isoladamente ou combinada com violência física. Identifica-se, entretanto, que, entre os casos de violência física perpetrada pela genitora, metade se referia às chineladas.

A forma de comunicação familiar era pautada pela violência; os participantes relataram ter vivenciado agressões físicas, sexuais e emocionais. Foram consideradas agressões emocionais: agressão verbal, humilhação, bem como as consequências de outras violências, que

geram abalos emocionais, a exemplo de agressões físicas que causam consequências no emocional do agredido. No mesmo sentido, foram consideradas agressões emocionais: abandono, omissão, homofobia, gordofobia, alienação parental, ambiente conflituoso, falta de paciência e de afeto.

Os participantes eram impedidos de procurar autoridades policiais ou serviços médicos para denunciarem as violências e cuidarem das marcas visíveis das agressões, que eram tratadas em casa. No que tange à violência sexual, os participantes que relataram tê-la sofrido, apontaram como agressores amigos da família, tios, irmão e pai. Diversos tipos de abuso nesse sentido foram relatados.

À época dos acontecimentos, os participantes disseram ter vivenciado sentimentos como tristeza e angústia, além disso, sentiam-se também culpados, frustrados, impotentes e fracassados, porque sofriam as agressões da parte de quem amavam e recorrentemente se questionavam se a recíproca era verdadeira. Alguns participantes disseram ter tido pensamentos suicidas.

Alguns participantes não compreendiam, na época, que os atos vivenciados eram violência. Primeiramente porque havia um conjunto de violências praticadas e a violência emocional passava despercebida, pela sua própria condição de invisibilidade. E segundo porque, ainda que mais evidentes, alguns atos eram considerados formas de educação parental. Os participantes, como sujeitos biopsicossociais que são, precisam do micro e do macrossistema, não só para vivenciar as situações, mas também para reconhecê-las e significá-las. Dessa forma, a coleta de dados tempos depois das vivências de violência se mostraram imprescindíveis para permitir que os participantes pudessem elaborar o evento traumático e reconhecer que se tratou de violência, bem como para evitar que se revitimisassem ao contar sobre suas histórias recentes de sofrimento.

Metade dos participantes disse ter sofrido algum tipo de violência da figura masculina do pai na infância ou adolescência: a violência emocional foi vivenciada pela maioria, sendo que em 1 caso foi combinada com violência física e em outro caso, com violência sexual. A violência mais praticada pelos pais foi a emocional, raramente combinada a outros tipos de violência. Frisa-se que alguns participantes disseram que os pais nunca haviam batido neles.

Alguns participantes consideraram a figura do pai como ausente na família e todos os participantes relataram distanciamento dele, seja durante toda vida, durante a infância/adolescência ou somente na época dos episódios de violência. Foi relatado que a maioria dos pais era omissa na criação dos filhos, quando as mães desempenhavam as atividades do lar e de educação. Alguns pais foram considerados silentes diante das situações de violência vivenciados pelos filhos, sendo que, em alguns casos, esses homens também eram alvos de violência emocional por parte das esposas. A alguns pais também foi atribuído o envolvimento com álcool. Do ponto de vista macrossistêmico, identifica-se o machismo como presente em algumas famílias, sobretudo aquelas que sobrecarregam a mãe com as funções de educação dos filhos e com as tarefas domésticas.

Percebeu-se uma diferença entre os estilos parentais desempenhados pelas mães e pelos pais; as mães eram mais autoritárias e os pais eram mais permissivos (negligentes ou indulgentes), havendo, entretanto, perfis de mães também negligentes. Essa percepção confirma a teoria de que os pais tendem a desempenhar práticas parentais mais permissivas (Winsler, Madigan & Aquilino, 2005) e de tratarem os filhos de forma prática (Russell et al. 1998), apesar de não termos encontrado o contraponto da afetividade apontado pelos autores em relação às mães, em todos os casos relatados.

As mães eram autoritárias e rígidas e impunham altos níveis de exigências, com regras fechadas, sem a participação dos filhos. As violências praticadas visavam à obediência através do respeito à autoridade e à ordem; também não valorizavam o diálogo, assim como descrito

por Baumrind (1966). Este estilo, como confirmaremos adiante nas repercussões, é passível de ocasionar problemas psicológicos na criança; estaríamos falando na ausência de relações positivas, na produção de disfunções e não de competências em razão dos processos proximais inversos (Merçon-Vargas, Lima, Rosa & Tudge, 2020).

Vale frisar que os dados apontaram que o estilo parental negligente das mães também foi capaz de gerar repercussões negativas no desenvolvimento dos filhos, uma vez que parecem se preocupar apenas com as suas próprias questões, seus interesses (Glasgow, Dornbusch, Troyler, Steinberg & Ritter, 1997), ignorando as demandas dos filhos. Elas não necessariamente praticaram violência física direta contra os filhos, assim como as mães autoritárias, mas deram indícios de descaso e abandono, o que foi considerado uma violência emocional pelos participantes, que fizeram este tipo de relato.

No que se refere aos pais, percebemos um misto de indulgência e de negligência; enquanto alguns preferiam o contato prático com os filhos, sem estabelecer regras, mas com afeto, outros não eram afetivos e demonstravam pouco envolvimento com a tarefa de socialização da criança, deixando tudo a cargo da mãe.

Além dos genitores, outros membros da família ou próximos a ela foram apontados como autores de atos violentos. A violência emocional foi praticada por irmãos, avó e madrinha e a violência física foi comumente praticada por irmãos, pessoas da rua e também por madrinha. Na violência sexual, foram agressores os tios, amigos próximos da família e irmão. Percebeu-se compartilhamento da violência entre os membros da família e anuência tácita de alguns agressores, principalmente quando eram as mães, no sentido de que os demais familiares estavam autorizados a praticar agressão física ou emocional. Quando questionados pelos filhos sobre a violência praticada por irmãos, os pais não intervinham.

O ambiente familiar foi considerado violento e conflituoso, quando os participantes ponderaram que a família precisaria de apoio psicológico. Esse ambiente conflituoso foi

considerado forma de violência emocional no que se refere às agressões de todos os tipos (físicas, psicológicas e sexuais) direcionadas a outros membros da família. A falta de diálogo e de esforço dos pais para dialogar com os filhos, bem como a falta de tempo para com os filhos contribuiu para o afastamento entre as partes.

As informações referentes ao ambiente conflituoso e a falta de diálogo propiciaram a prática das agressões diretas relatadas pelos participantes. Em se tratando do núcleo contexto, nesse caso específico, do microsistema família, as relações familiares deveriam ser pautadas pela reciprocidade, afeto e equilíbrio de poder, para que as famílias se desenvolvessem como uma unidade funcional com certo grau de equilíbrio (Bronfenbrenner, 1996). Ademais, uma comunicação baseada na violência prejudicou o ambiente e o desenvolvimento de alguns participantes, uma vez que isso está relacionado ao tipo de relacionamento entre os pais, naquele microsistema.

Em se tratando de processos proximais, a falta de diálogo e de tempo para com os filhos (ausência de processos proximais) pode ter sido um fator de produção de disfunções, tanto que muito se relatou acerca das inseguranças e outras repercussões da violência. Os participantes não se sentiam ouvidos, a casa não era um local seguro, eles não tinham com quem conversar e nem tinham apoio sobre as situações importantes ou corriqueiras das suas vidas: qual decisão tomar? Qual curso superior escolher? Eu sou mesmo gorda e feia? Como agir quando rirem de mim? Como suscitado por Bronfenbrenner e Evans (2000), a disponibilidade dos pais para ouvir e interagir com os filhos, e a frequência e duração dessa atividade, são importantes para a produção de competências, o que não se configurou nos casos analisados.

Os relatos dos participantes sobre o sofrimento de violência emocional em conjunto com outras formas de violência também se coadunam aos estudos na área, uma vez que crianças e adolescentes são frequentemente expostos a múltiplas formas de vitimização na família (Finkelhor et al., 2007). Os agressores mais apontados também foram os mesmos já apontados

pela literatura, qual sejam, genitores, responsáveis e coabitantes (Silva et al., 2017; Costa et al., 2015; Rocha & Moraes, 2011; Greenfield & Marks, 2009; Nunes & Sales, 2016; Lourenço et al., 2013).

As violências emocionais relatadas pelos participantes, praticadas por meio de ações ou omissões, também já foram identificadas, a saber, violência interpaparental (Shen et al., 2016), negligência (Magalhães et al., 2017; Calheiros, 2006; Malta et al., 2016), desvalorização/xingamentos, humilhação (Silva et al., 2017), abandono (Costa et al., 2015), ameaça, desdém, isolamento ou rejeição (Shen et al., 2016), falta de afeto (Lírio et al., 2018), falta de diálogo (Greenfield & Marks, 2009), cárcere privado (Lírio et al., 2018), atos antissociais ou delitivos (Melançon & Gagné, 2011) e ameaça de morte (Costa et al., 2015).

Motivações da violência

As motivações do cometimento de violência foram relatadas pelos participantes como pertencentes a diversas ordens. Entre elas estão repetição de padrão comportamental violento, sobrecarga emocional, falta de suporte, intolerância e problemas conjugais e financeiros.

O histórico dos agressores foi considerado, ao se identificar que as motivações dos atos de violência estão relacionadas ao padrão de comportamento violento, um mecanismo de se educar os jovens e, também de tratamento genérico dispensado a eles. As violências física e emocional eram auxiliares no controle dos filhos, suporte no castigo e na punição. Ações que hoje são percebidas como violência física e emocional, nas gerações anteriores, eram sinônimo de educação, pois segundo os participantes, seus pais sofreram muita agressão física e/ou emocional dos pais deles. Entretanto, a cada geração, os atos de violência praticados contra as crianças e adolescentes tendem a ser mais brandos, com menor intensidade e/ou periodicidade.

A falta de diálogo também foi apontada como oriunda das relações entre pais e filhos de gerações anteriores da família, o que evidencia o caráter transgeracional da violência,

repetição das violências, uma vez que não se discute/problematiza as questões entre pais e filhos.

Sobrecarga emocional e física dos pais e dos cuidadores, excesso de atividades e falta de suporte de outras pessoas também foram apontados como causa da prática de violência emocional, no contexto familiar. Pouco estudo e instrução dos pais também foram apontados como causa da prática de violência. Os agressores muitas vezes não têm amigos para conversar ou desconhecem apoio profissional, pelo que se mostra ausente rede de apoio no auxílio da gestão de suas questões pessoais.

Nesse sentido, a sobrecarga da mãe em virtude da ausência dos pais nos deveres de educação dos filhos acaba por intensificar o tempo de convivência da mãe com os descendentes, aumentando entre eles a proximidade física e concedendo às mães o manejo das decisões cotidianas (Rocha & Moraes, 2011). Conseqüentemente, esse maior tempo de permanência pode ocasionar na aplicação de punições e de práticas parentais violentas, também em virtude da transmissão geracional de estilos parentais, que parece passar de mães para filhas, como se verá adiante.

A educação religiosa da família também acentua a naturalização da violência e a repetição do padrão violento de comportamento, cenário que dificulta o agressor de procurar ajuda profissional, de amigos ou de parentes. Dessa forma, a vivência com o agredido torna-se uma das únicas relações interpessoais do agressor, sobretudo no que concerne às relações filiais. A inflexibilidade religiosa da família foi apontada como motivo direto da prática de violências físicas e emocionais, por não ser tolerado qualquer tipo de transgressão aos costumes morais.

Os participantes também elencaram a homofobia e a gordofobia como causas da prática de violência emocional contra os filhos. O tratamento dispensado aos filhos fora do padrão social imposto pela família é, evidentemente, diferenciado. As mães que praticaram violência emocional viram frustradas as projeções dos próprios desejos nos filhos e tiveram

dificuldade em lidar com a situação. Os participantes também relataram se sentirem um fardo na vida das mães agressoras, de forma que, se eles não existissem, as mães não precisariam passar por problemas advindos de uma maternidade pouco ou nada desejada.

O ambiente familiar conflituoso proporciona o cometimento de violência emocional dos pais em relação aos filhos e foi apontado como gerador dessa violência. Problemas conjugais como a separação dos pais também foi mencionada como motivo da prática de violência emocional, casos em que um dos cônjuges (ou ambos) se utiliza dos filhos para evitar a separação ou mediá-la, praticando, em alguns casos, Alienação Parental. Algumas motivações de ordem pessoal e social também foram indicadas como capazes de impulsionar a prática de violências, como o alcoolismo e a insuficiência de recursos financeiros.

Redes de apoio e estratégias de enfrentamento

Os participantes não consideraram ter tido rede de apoio quando das vivências de violência. Alguns comentavam de forma genérica sobre o que sofriam com amigos e parentes, omitindo os detalhes e a periodicidade e cada um lidou com os problemas de maneira peculiar, sendo que o choro solitário e o silêncio foram amplamente vivenciados por eles, também em razão da solidão que já acompanhava alguns à época dos acontecimentos.

A maioria não sabia o que fazer e para quem contar, por medo e vergonha das experiências. Em muitos casos, o assunto só foi compartilhado com outras pessoas na fase adulta, em outros, o segredo ainda persiste, por se tratar de assunto delicado, uma vez que a exposição da experiência de violência emocional poderia colocá-los numa posição de perdedores.

O distanciamento do núcleo familiar conflituoso foi uma estratégia utilizada por alguns participantes, à medida que disseram não ter suportado compartilhar o mesmo ambiente por muito tempo. Alguns se ausentavam de casa, ao máximo, e outros preferiram morar em outro local.

Outros participantes relataram que a forma encontrada para lidar com as agressões foi manter comportamentos agressivos, como autoproteção. Também houve quem optou por trabalhar voluntariamente em grupos de apoio a pessoas em situação de violência. Escritos e desenhos também foram mencionados, assim como dietas e telenovelas. Alguns participantes disseram que não lidaram com as vivências de violência, em razão da invisibilidade da violência emocional e do entendimento de que a violência física era um mecanismo de educação, quando essas questões simplesmente passaram pelas suas vidas.

Avós, tias e outros parentes foram indicados como pessoas às quais alguns participantes recorriam quando do sofrimento de agressões, mas não foram apontados como sendo uma rede de apoio propriamente dita, uma vez que a maioria nunca se sentiu amparado para conversar sobre os episódios de violência. Percebeu-se que se tratava mais de um acolhimento momentâneo e esporádico, porquanto conheciam alguns acontecimentos, mas não sabiam de fato dos detalhes e como se sentiam exatamente os agredidos. Alguns participantes sentiam falta da disponibilidade das pessoas da família. A figura paterna, considerada silente diante dos episódios de violência, não foi considerada como apoio em nenhum caso do estudo, mesmo quando não eram apontados como agressores.

O curso de graduação foi apontado como fator de reflexão para alguns participantes, quando eles puderam amadurecer algumas ideias. O ambiente da Universidade proporcionou mais confiança nos amigos e na família, bem como o surgimento de novas redes de apoio. Amigos só foram considerados rede de apoio na adultez e, ainda assim, os participantes disseram avaliar para quem poderiam contar suas histórias, geralmente pessoas que passaram por situações parecidas.

Em se tratando de apoio psicológico profissional, apenas 1 participante relatou ter sido levada ao psiquiatra na infância ou adolescência; quanto aos demais, ou desconheciam apoio profissional ou não quiseram iniciá-lo. Além do mais, famílias foram consideradas sem

informação para tal encaminhamento. Entretanto, a maioria considerou que teria sido importante o processo de terapia. Na idade adulta, alguns fizeram terapia, outros gostariam de fazer e outros disseram ter resistência. As pessoas que tiveram acompanhamento psicológico posteriormente às agressões acreditam que a melhoria das relações com os familiares adveio desse processo, quando ficaram mais instrumentalizados para superar os fatos e resolver conflitos pessoais, alguns ainda persistentes.

O aspecto protetivo da família foi afetado quando da vivência de violência por parte de crianças e adolescentes, questionando-se, assim, este papel da família. Entretanto, também foi identificada uma precária participação da rede afetiva, constituída pela família, pela família extensiva e amigos como o principal mecanismo de proteção de que dispuseram (Rosa & Lira, 2012).

De forma geral, os participantes não dispuseram de rede de apoio e a família também não incentivava (em alguns casos até tolhia) esse apoio social e afetivo, aumentando o risco de se praticar ainda mais a violência naquele microssistema, bem como sua frequência. Na maioria dos casos, não houve troca com outros sistemas, assim como descrito por De Antoni e Koller (2010) em estudo de caso semelhante em que a família praticava agressões físicas.

No que se refere aos mesossistemas igreja, escola e bares/restaurantes e ao exossistema, trabalho dos pais, estes eram os únicos microssistemas que tinham acesso à maioria dos participantes. Especificamente em relação à igreja, os participantes que a frequentavam, frisaram que ela servia menos como rede de apoio social e mais como figura de manutenção de poder e status das suas famílias. Ainda, as autoridades reforçavam dogmas baseados em preconceito e intolerância. Nas escolas, alguns participantes também relatavam novas vivências de violência, não se configurando um fator de proteção, mas de risco.

Percebemos que a falta de interações com outras pessoas e outros contextos se configurou como risco, sobretudo quando analisamos a qualidade das relações entre os

membros da família (em muitos casos, com ausência de afetividade e reciprocidade) e entre outras pessoas de outros contextos (que eram praticamente inexistentes). Ou seja, outros ambientes não conseguiram funcionar como fator de proteção aos participantes (Bronfenbrenner, 1991).

Mesmo nas famílias cujas condições financeiras foram consideradas privilegiadas pelos participantes, não houve rede de apoio suficiente, via suporte emocional adequado. Primeiro porque os próprios pais praticavam violência e legitimavam essa prática por outros membros da família e segundo porque não havia encaminhamento aos serviços profissionais de suporte emocional. Então, do ponto de vista socioeconômico, os praticantes das violências (maioria mães), na maior parte dos casos se mostraram autoritários e controladores, aplicando aos filhos técnicas coercitivas de reafirmação de poder, não havendo diferença conforme a classe social, segundo já indicado por Baumrind (1967).

Repercussões

A partir dos relatos das vivências, identifica-se que o histórico de violências interferiu diretamente no desenvolvimento dos participantes, tanto na infância quanto na adolescência e também na vida adulta. As repercussões apontadas por eles estão relacionadas principalmente à reprodução da violência, além de outros segmentos, como a construção da autoestima. Identificou-se baixa autoestima, necessidade de agradar outras pessoas, construção de autoimagem negativa, insegurança, agressividade, depressão, ideação suicida, impactos no rendimento escolar e no âmbito profissional.

Consequências semelhantes foram observadas pela literatura atual sobre o tema, e referem-se a: ansiedade, depressão, problemas psicossomáticos, transtorno de estresse pós-traumático, insegurança, autoimagem negativa, medo e vergonha (Benavente et al., 2012; Fonseca et al., 2017; Lírio et al., 2018; Pouliot-Lapointe et al., 2014; Turner et al., 2012; Zarling

et al., 2013). Tais distúrbios, sobretudo a depressão, costumam ocorrer na adolescência, fase de mudanças físicas, psicológicas, socioculturais e cognitivas (Arrom Suhurt et al., 2015).

Em se tratando de **autoestima**, os **estereótipos** construídos pelos agressores foram motivos de sofrimento pelas vítimas, porque acreditavam no que ouviam sobre eles mesmos. A insegurança adveio do processo violento pelo qual passaram, uma vez que não conseguem sustentar a própria opinião. Os projetos pessoais de alguns também foram colocados de lado na primeira dificuldade por medo do fracasso, devido à absorção das interferências dos agressores. Quanto aos aspectos estéticos, foi relatado uma autopercepção negativa de certas participantes, que se sentiam feias não só porque isso era dito pelos agressores, mas também por uma construção da própria imagem. Atualmente elas disseram tentar desconstruir tal ideia, por considerarem outras possibilidades de corpo.

A **falta de voz ativa** e a preocupação em agradar as pessoas nas mais diversas circunstâncias igualmente foram apontadas como repercussões. A aceitação social foi identificada como uma meta a ser alcançada, mesmo quando resultava em prejuízo para si. Autocobrança e necessidade de desempenho foram apontadas como repercussões advindas do histórico de agressões, assim como o excesso de informações e atividades, que podem estar relacionados à manutenção da mente ocupada para não pensar nos problemas gerados pela violência.

A **culpa**, além de presente na vida dos participantes à época dos acontecimentos, também se manifestou como repercussão na vida adulta de alguns deles, interferindo nas suas relações interpessoais. As pessoas que relataram sentirem-se culpadas constantemente na vida adulta são as mesmas que já reproduziram violência nos filhos ou em crianças da família. Estas questões podem estar relacionadas à atribuição de culpa a eles indiscriminadamente na infância, o que possivelmente lhes causou esse sentimento, levando-os a desenvolver a constante

sensação de insegurança de que sempre fazem algo errado ou não fazem o suficiente (Keiski et al., 2018). Oscilação de humor por motivos desconhecidos do mesmo modo foi mencionado.

O **desenvolvimento profissional e escolar** dos participantes foi influenciado pelas vivências de violência de diferentes formas. Os participantes que sofreram violência sexual, combinada com violência física e/ou emocional, tiveram dificuldade, ou ainda têm, na vida acadêmica ou no trabalho. Alguns participantes desistiram de planos, em alguns casos para cuidar do agressor. Certas mulheres desistiram das escolhas profissionais e duas delas abandonaram o curso superior. Todas as mães disseram que pretendem conciliar trabalho e/ou estudos com a maternidade e algumas tiveram que, em algum momento, abdicar da vida profissional em prol dos filhos.

Esses achados estão de acordo com o proposto por Ceconelo, De Antoni e Koller (2003), no sentido de que, famílias consideradas fator de risco pela presença de violência, tendem a desencadear nas crianças e nos adolescentes algumas disfunções. Fracasso acadêmico, dificuldades em relacionamentos interpessoais, uso de drogas, além de impulsividade, agressividade, transtornos de humor, doença mental e física e deficiência física são alguns exemplos.

Outros estudos também já demonstraram como o desempenho escolar foi afetado pelas vivências de violência (Carneiro et al., 2017; Fry et al., 2016; Jiménez & Bernal, 2014; Magalhães et al., 2017; Mariño et al., 2009; Santos et al., 2018; Sherr et al., 2016). Na mesma direção, pessoas que sofriam violência emocional, em casa, também apresentavam mais chances de sofrer *bullying* na escola. (Lucas et al., 2016). Esta situação é um exemplo da revitimização a que estão sujeitos os participantes, do ponto de vista que a experiência de violência na infância e na adolescência tornou-se um fator de risco para se tornarem vítimas ou perpetradores de violência (Lange et al., 2016), o que pode explicar os novos relacionamentos abusivos a que foram submetidos.

No que se refere à **reprodução da violência**, analisada aqui a partir a partir dos núcleos Tempo e Contexto, todos os participantes, que tinham filhos, disseram já ter praticado contra eles violência emocional e/ou física. Entre os que não tinham filhos, um reproduziu violência emocional e física contra criança da família e um praticou violência emocional contra companheira. Também foram recorrentes, entretanto, relatos de sofrimento, culpa e arrependimento após a reprodução da violência; falas como quebrar o padrão violento e fazer diferente com os filhos se fizeram presentes. Quem sofreu violência sexual disse ser esta uma grande preocupação com os filhos.

Assim como De Antoni e Koller (2010), identificamos a presença de violências, no nosso caso, emocionais e físicas, no microssistema familiar, que são passadas de geração a geração, ou seja, identificamos a repetição do modelo parental aprendido. Pais que sofreram violência na infância ou que foram criados de forma muito severa tendem a aplicar nos filhos a mesma forma de educação e ainda a praticar a violência intrafamiliar (De Antoni, Teodoro & Koller, 2009).

Segundo Cecconello, De Antoni e Koller, (2003), trata-se de um processo de modelação que faz com que haja a repetição do modelo parental. Este processo, cujo conceito foi desenvolvido por Bandura (1997), refere-se a uma forma de aprendizado a partir da observação do comportamento do outro e, conseqüentemente, reflete na representação do comportamento, no armazenamento na memória e na sua reprodução posterior quando de uma experiência semelhante.

Entretanto, a tentativa de quebra de padrão violento manifestada por algumas mães participantes do nosso estudo, que sofreram violência anteriormente, pode ser considerada um fator de proteção em relação aos seus filhos (Belsky, 1993). Esse fator de proteção pode se dar via acesso a informações científicas sobre como educar os filhos (Weber, 2005) – a exemplo

da disciplina positiva, conforme relatado por elas – e a procura de serviços especializados, como psicólogos (Biasoli-Alves, Caldana & Silva, 1997).

A partir do núcleo tempo observou-se a transgeracionalidade da violência, evidenciada no padrão de comunicação e educação familiar que se repete na história daquela família. Os processos proximais foram fortemente influenciados pelo tempo e pela história familiar, ainda que a violência tenha sido questionada e problematizada no que se refere à sua reprodução.

As mães foram mais autoritárias e os pais, mais permissivos e, em se tratando da transmissão intergeracional da violência, identificamos que o estilo parental que se perpetuou no tempo foi o da mãe. As práticas violentas de coerção, como agressões físicas e emocionais, foram passadas de mães para filhas, na maior parte dos casos.

A revitimização na idade adulta por parceiro íntimo (Solanke, 2018), ou por pessoas do trabalho, encontra relação com as violências sofridas na infância ou adolescência (Thoresen et al., 2015), o que pode explicar novas agressões a que os participantes foram submetidos. Entre eles, quatro entraram em outras relações abusivas e sofreram agressões emocionais de colegas de trabalho e/ou físicas de companheiros e companheiras, após saírem do contexto violento das suas famílias de origem. Esses últimos se sentiam potencialmente aptos a sofrer violência, mesmo após a superação do passado, além de se verem como incapazes de praticar qualquer tipo de violência.

Os processos proximais são o coração, a força motriz do desenvolvimento, podendo influenciar todo o curso de vida (Bronfenbrenner & Evans, 2000), inclusive na qualidade dos processos proximais daquela pessoa que sofreu violência. Percebemos essa influência se manifestando, basicamente, de duas formas distintas: de um lado, participantes que reproduzem a violência contra seus descendentes e em outras relações interpessoais e, de outro, participantes que são colocados novamente na posição de pessoa passiva que sofre violência.

A literatura existente também já revelou que o sofrimento de violência pode ocasionar agressividade na infância (Lange et al., 2016; Neppl et al., 2017; Turner et al., 2012; Zarling et al., 2013). É como se eles aprendessem a se comunicar como os pais e passassem a reproduzir esse padrão de violência presente há várias gerações (Costa et al., 2017; Jiménez & Bernal, 2014). Entende-se que a vivência constante de violência emocional pode alterar a organização e o funcionamento dos sistemas emocionais e a capacidade de lidar com o sofrimento relacionado aos conflitos, ocasionando problemas no desenvolvimento cognitivo e de comportamento em geral (Haber & Toro, 2009; Mariño et al., 2009; Melançon & Gagné, 2011; Salum et al., 2016; Zarling et al., 2013).

Na idade adulta, alguns participantes continuaram expressando a agressividade, que é uma das principais repercussões da violência nesta faixa etária (Edwards et al., 2014; Lange et al., 2016). Isso pode explicar a reprodução da violência tanto nos filhos quanto em parceiros (as) (Neppl et al., 2017).

O padrão da violência não interrompido pode influenciar as relações interpessoais do adulto, levando-o a aplicar nos filhos o modelo de educação/coerção recebido pelos pais e a manter um relacionamento conjugal abusivo (Lírio et al., 2018; Neppl et al., 2017; Urdániga-Giraldo et al., 2013). Além de não se sentirem seguros em relação aos seus pais, os participantes também se sentiam inseguros nas suas individualidades, fatores que podem influenciar a educação dos próprios filhos (Keiski et al., 2018; Neppl et al., 2017; Yaghoubi-Doust, 2013). Os relatos dos participantes confirmam alguns achados de estudos que sugerem que, quem sofreu um tipo de violência na infância, tem maior probabilidade de praticar este mesmo tipo contra seus próprios filhos (Rikić et al., 2017; Ten Have et al., 2014). Identificamos que esta ideia se aplicou aos atos de violência emocional e física, não se aplicando aos casos que sofreram violência sexual.

Ansiedade e depressão também foram relatadas na fase adulta pelos participantes e podem estar relacionadas aos atos de violência progressos (Paquette et al., 2017; Thoresen et al., 2015). O distanciamento dos pais e a falta de diálogo permanente, mesmo após os episódios de violência, já identificados pela literatura (Gámez-Guadix & Calvete, 2012; Lírio et al., 2018; Keiski et al., 2018; Weber, 2017), são uns dos exemplos de relacionamentos disfuncionais com os genitores, que podem perdurar por toda a vida, em razão da vivência de violência emocional.

Alguns participantes apontaram a ideia de **suicídio** como a única alternativa à época dos acontecimentos, a única saída possível, diante de tamanho sofrimento emocional. Nesse sentido, a literatura já mostrou que a ideação suicida está associada a uma combinação de fatores ocorridos na infância e/ou adolescência, como abuso físico, negligência, violência familiar, instabilidade residencial, abuso sexual, maus-tratos psicológicos e violência na comunidade (Thompson et al., 2012).

A relação do agredido com o agressor, no momento da entrevista, variou segundo alguns quesitos; quando a mãe é a agressora e pratica tanto violência física quanto emocional, as filhas tendem a se reaproximar delas. Também há uma tendência de reaproximação com o pai quando se trata de participante do sexo masculino. Identificou-se corte definitivo das filhas com os genitores que praticaram violência emocional combinada com violência sexual ou com violência física.

A reaproximação das filhas com as mães pode ser compreendida pela interação entre tempo e os processos proximais, pois, apesar de as mães terem sido apontadas como as principais agressoras, eram elas que assumiam mais responsabilidades tanto domésticas quanto de criação dos filhos; eram as mães que cuidavam dos filhos diariamente e acompanhavam a vida escolar e interpessoal das crianças, o que pode ter possibilitado o fortalecimento desses processos proximais posteriormente.

As repercussões relatadas são, em resumo, fruto da interação entre os participantes e suas famílias. Agressividade, inflexibilidade, pouca disponibilidade para interação e uso abusivo de bebidas alcoólicas, contribuíram não só para o distanciamento entre os membros (Justino & Nascimento, 2020), mas também para a construção de processos proximais inversos. Em alguns casos, mesmo vitimizados pelos membros da família, os participantes demonstraram algum grau ou desejo de proximidade com os agressores, pois ainda nutriam o sentimento, desde a infância, de construir uma família feliz. Isso ocorreu, talvez, pela idealização do que significa família, microssistema permeado por relações de afeto, reciprocidade e afinidade, configuração segundo a perspectiva bioecológica (Bronfenbrenner, 1996). Entretanto, a preservação desse vínculo durante a infância pode ser considerada um fator de risco, pois os processos proximais em questão eram baseados em violência e não apresentavam qualquer indício de mudança.

Os processos proximais inversos repercutiram diferentemente, conforme as relações sinérgicas entre os processos, contextos e pessoas participantes do estudo, mas funcionaram conforme proposto por Merçon-Vargas, Lima, Rosa & Tudge (2020). Em ambientes favoráveis, identificamos a diminuição de competências e, em ambientes desfavoráveis, o aumento de disfunções.

Os ambientes desfavoráveis foram aqueles com privação e desorganizados e os ambientes favoráveis com mais recursos e mais estáveis. Tendo em vista a possibilidade de um mesmo ambiente pode ser desfavorável em alguns aspectos e favorável em outros, para a classificação, também observamos as condições socioeconômicas e as possibilidades de acesso a bens, serviços, condições de acesso à escolarização dos participantes e apoio familiar. Consideramos como ambientes favoráveis, os contextos de Beatriz, Daniela, Adriana, Sara, Jéssica, Jorge, Bento e Raquel. Os desfavoráveis foram os contextos de Joana, Marcele, Natália e Flávia.

Entre os participantes que pertenceram a **ambientes desfavoráveis**, percebemos que os processos proximais inversos potencializaram disfunções, principalmente, em relação à autoestima e ao âmbito profissional. Em alguns casos, infere-se que os processos em questão instalaram a própria disfunção, uma vez que o relacionamento agressivo moldou toda construção da autopercepção dos participantes.

Identificamos aumento de disfunção nos relatos relacionados à insegurança, frustração e crença nos estereótipos atribuídos por terceiros (agressores ou não), geralmente relacionados a falas e ações que frisavam a incapacidade dos participantes da pesquisa se tornarem pessoas de sucesso. Houve, outrossim, aumento de disfunção no desempenho escolar, que foi impactado negativamente, por haver insegurança, falta de incentivo e negligência dos pais, o que contribuiu para o adiamento ou abandono da escola ou do trabalho. Identificamos problemas no rendimento escolar, envolvimento em brigas, prática e sofrimento de *bullying*.

Na vida adulta, os relatos eram no sentido de que os participantes não se encontravam profissionalmente; mesmo aqueles que iniciaram curso superior, abandonavam-no e, quando prosseguiam, tinham problemas de relacionamento no emprego. Transitavam entre trabalhos, intercalando demissões e abandonos, o que só aumentava o nível de frustração e a manutenção da sensação de insegurança e de incapacidade de realizar os próprios projetos de vida. Entre esses projetos estão a conclusão do curso superior, evitar praticar agressões no ambiente de trabalho e consecução de um emprego melhor, uma vez que pareciam trabalhar com “o que aparecia”, não com o que realmente queriam.

A maternidade também foi afetada, sendo que a reprodução da violência contra os filhos foi uma consequência saliente; todas eram ou já foram violentas em algum momento e diziam ter a sensação de “perder a cabeça” e descontrole emocional. De outra parte, também identificamos participantes que se consideravam pessoas passivas que sofrem violência nos

relacionamentos conjugais. Mesmo aquelas que haviam reproduzido violência nos filhos, sofreram violência nos relacionamentos amorosos.

Em relação aos participantes que pertenceram a ambientes **favoráveis**, a principal consequência dos processos proximais inversos está na diminuição das competências no que se refere aos relacionamentos interpessoais. Como se a segurança desestabilizada influenciasse os relacionamentos amorosos, colocando os participantes em posição de pessoas passivas que sofrem violência ou de pessoas agressivas que praticam violência contra companheiro ou companheira. Alguns relataram ter dificuldade de confiar nos parceiros, sofrendo novamente violência ou então praticando violência contra parceiros ou parceiras. Em se tratando de autoestima, algumas mulheres se consideravam feias e desconfortáveis com seu corpo, por terem sofrido violência emocional nesse sentido, sendo que algumas disseram já ter ressignificado tal questão.

Em relação à vida profissional, não foi relatada instabilidade no momento da entrevista. A diminuição de competências está relacionada à demora em concluir o curso superior, a problemas de desenvolvimento escolar, que foi prejudicado, a desistência ou adiamento dos projetos profissionais. Tais exemplos, entretanto, são memórias relatadas que estavam parcial ou totalmente superadas, uma vez que todos estavam trabalhando ou estudando. Diferentemente, os participantes advindos de ambientes desfavoráveis disseram não ter se encontrado no emprego ou profissão. Esses dados sugerem que as consequências de diminuição de competências são mais passíveis de recuperação quando comparadas às consequências advindas do aumento da disfunção.

Entre os participantes advindos de ambientes favoráveis, identificamos alguns cuja principal influência dos processos proximais inversos na vida adulta foi o desgaste do relacionamento com o agressor. Dessa forma, os demais âmbitos de suas vidas seguiram seu

curso e eles puderam ressignificar os fatos, alguns inclusive com ajuda profissional de psicólogo particular.

Em termos gerais, pôde-se observar alguns impactos dos processos proximais inversos, quando a falta de segurança dentro da própria família pode ter afetado o desenvolvimento dos participantes (núcleo pessoa), uma vez que a qualidade dos processos proximais entre seus membros se mostrou afetada pela violência.

As experiências dos participantes versaram sobre violência doméstica interparental, práticas educativas de punição, sobrecarga da mãe nos afazeres domésticos e de educação dos filhos, estilo parental negligente e autoritário dos pais, alcoolismo por parte de alguns genitores e ausência paterna, violências físicas, sexuais e emocionais em geral. Entre as violências emocionais estão: abandono, omissão, homofobia, gordofobia, alienação parental, ambiente conflituoso, falta de paciência e de afeto (microsistema), bem como a naturalização da violência como forma de educação dos filhos e a transmissão geracional da violência (macrossistema).

Genericamente, identificamos processos proximais baseados em violência. Em termos de efetividade, identificamos reciprocidade (Bronfenbrenner, 1991), ainda que negativa, em todas as relações, apesar da ausência de equilíbrio de poder ao longo do tempo.

Os processos proximais ensejam engajamento positivo das partes, no sentido de manterem a relação, por ser percebida por elas como positiva. Nas relações violentas, há a formação de outro tipo de processo proximal, o inverso, que ainda merece mais estudos na área, por se tratar de novo construto. No tocante à reciprocidade, percebemos que ela se fez presente, mesmo que atrelada à negatividade da relação, ou seja, diante da violência, uma parte a praticou e a outra não se opôs, por razões várias, desde o impedimento pelo próprio agressor ou pela ausência de redes de apoio para o enfrentamento da violência.

Os processos proximais inversos interferiram na aquisição e no desenvolvimento de conhecimentos, habilidades ou na capacidade de condução do comportamento dos participantes, restando prejudicadas as dimensões intelectual, física e socioemocional (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Identificamos a presença de disfunções, dificuldades dos participantes de manter o controle e a integração do comportamento por meio de situações e diferentes domínios do desenvolvimento. Percebemos baixa autoestima, insegurança, culpa, autopercepção negativa, falta de voz ativa, problemas no trabalho/escola e a reprodução da violência.

As figuras do pai e da mãe são de fundamental importância para a construção da identidade no contexto familiar (Bronfenbrenner, 1996). As agressões dentro do contexto familiar prejudicaram a estabilidade do microsistema família e fizeram com que as vítimas vivenciassem sentimentos de humilhação e se sentissem como se “valessem menos” (Bronfenbrenner, 1996). Nessa seara, os processos proximais inversos podem ter resultado em vínculos enfraquecidos entre os membros da família. Do ponto de vista do macrosistema, percebemos que a violência parece ser um fenômeno naturalizado pelas famílias, uma aceitação cultural das punições físicas e emocionais.

Espera-se que ocorram, no microsistema familiar, processos proximais – interações contínuas, recíprocas e significativas – consideradas motores do desenvolvimento, especialmente entre os filhos e os cuidadores principais ou figuras que exercem os papéis parentais. Entretanto, deve-se levar em consideração que nem sempre a expectativa de acolhimento, cuidado e proteção se efetiva, sobretudo quando a violência permeia as relações (Justino e Nascimento, 2020).

Os fatores compreendidos no núcleo pessoa ou “eu ecológico” estão relacionados às características biopsicossociais e a Teoria Bioecológica, enquanto sistema, pôde auxiliar na compreensão de como as características individuais dos participantes, que vivenciaram

violência, estão interrelacionadas aos processos proximais (Koller e De Antoni, 2004). Considerando que as características das pessoas em interação podem “dar o tom” dos processos proximais, a agressividade dos agentes da violência pode ter interferido nos relacionamentos, funcionando como estímulo a ocorrência de processos proximais inversos. A violência pode, então, potencializar disfunções e diminuir competências, gerando consequências negativas para o desenvolvimento durante todo o curso de vida.

Experiência da entrevista

A maioria dos participantes disse que foi proveitoso relatar as vivências de violência, porque falar ajuda na reelaboração dos fatos. A experiência, no geral, foi considerada positiva e, em alguns casos, foi a primeira oportunidade que tiveram de expor os episódios de violência sofrida e/ou praticada, sobretudo em razão da ausência de rede de apoio e de acompanhamento psicológico do passado. Mesmo os participantes que tiveram acompanhamento profissional consideraram proveitoso poder contar toda sua história.

Foi oferecido acolhimento profissional, em razão da entrevista, para todos os participantes, quando 2 aceitaram e 1 disse que gostaria, mas que não dispunha de tempo. Os demais participantes recusaram o acolhimento, alguns porque já faziam acompanhamento profissional, uns porque apresentaram resistência quanto ao contato com psicólogo e outros disseram que não havia necessidade, uma vez que a entrevista não havia lhes feito mal. O acolhimento com psicólogo foi idealizado para se oferecer suporte àquelas pessoas que não se sentiram bem após entrevista, entretanto, as pessoas que o aceitaram disseram ter se sentido bem, pelo que se infere que, em verdade, essas pessoas gostariam de acompanhamento psicológico. Em virtude dessa realidade, posteriormente foi enviado para todos os participantes uma lista com locais de atendimento psicológico gratuito na Grande Vitória.

De maneira geral, os participantes se consideram porta-vozes das vítimas de uma violência invisibilizada, porque expuseram o que as famílias escondem. Os participantes

aparentaram crer na missão de expor as vivências de violência, que sofreram, para ajudar outras pessoas.

Conclusão

Com este estudo, pudemos analisar alguns aspectos das famílias segundo o modelo PPCT, compreendendo a violência e as vivências familiares de uma forma sistêmica. Foram analisadas as nuances do eu ecológico (pessoa), das relações interpessoais dentro do microsistema família (processos proximais), estilos parentais, bem como a transmissão do padrão violento que perpassa as gerações (tempo) e alguns fatores ligados ao macrossistema e mesosistema (contexto), como o machismo estrutural e a falta de apoio social.

Percebemos a importância das relações intrafamiliares e como as experiências vividas na infância e na adolescência pelos participantes, naquele contexto, influenciaram seus desenvolvimentos ao longo do ciclo de vida. Foram identificados processos proximais inversos, ou seja, os relacionamentos entre pais/cuidadores se deram de forma negligente, abusiva e violenta, permeados pela construção de estereótipos, humilhações e conflitos intrafamiliares. As práticas educativas das famílias passadas de geração a geração eram baseadas em ameaças e punições. Além disso, percebemos a privação social, ou seja, a ausência de mobilidade entre os contextos ecológicos, bem como a falta de rede de apoio. Com efeito, diante da análise das relações, identificamos o contexto família como um fator de risco e não de proteção.

Entre os participantes que pertenceram a ambientes desfavoráveis, percebemos que os processos proximais inversos potencializaram disfunções, principalmente, em relação à autoestima e ao âmbito profissional e escolar. Em relação aos participantes que pertenceram a ambientes favoráveis, a principal consequência está na diminuição das competências nos relacionamentos interpessoais, no que se refere ao sofrimento ou à prática de violência. Os participantes advindos de ambientes desfavoráveis disseram não ter se encontrado no emprego ou profissão, enquanto que, entre os participantes que pertenceram a ambientes favoráveis,

todos estavam trabalhando ou estudando e, em alguns casos, identificamos apenas desistência ou adiamento dos projetos profissionais. Esses dados sugerem que as consequências de diminuição de competências são mais passíveis de recuperação quando comparadas às consequências advindas do aumento da disfunção.

Em termos gerais, pôde-se observar alguns impactos dos processos proximais inversos, quando a falta de segurança dentro da própria família pode ter afetado o desenvolvimento dos participantes (núcleo pessoa), uma vez que a qualidade dos processos proximais entre seus membros se mostrou afetada pela violência.

De maneira geral, para os participantes, violência emocional são agressões advindas de problemas pessoais, conjugais e também do histórico de agressões do próprio agressor, que não consegue ressignificar seu passado. As histórias de vida dos participantes foram marcadas por violência emocional e, em quase a totalidade dos casos, por outros tipos, como violência física e sexual. Os genitores foram apontados como os principais agressores, seguidos de coabitantes, familiares e amigos da família, que praticaram tais agressões em razão da repetição de padrão comportamental violento, sobrecarga emocional, falta de suporte, intolerância e problemas conjugais e socioeconômicos.

Os participantes não tiveram rede de apoio quando das vivências de violência e, em muitos casos, o assunto só foi levado a um profissional ou compartilhado com outras pessoas na fase adulta. A maioria dos participantes relatou que o histórico de violências interferiu diretamente na construção da sua autoestima, na carreira, e no constante desenvolvimento do sentimento de culpa. Também foi relatada a reprodução da violência em relações interpessoais, em filhos e em parceiros íntimos. Relatar as histórias de vida foi considerado muito importante pelos participantes, que se consideraram porta-vozes das vítimas de uma violência invisibilizada.

A condição de invisibilidade da violência emocional sugere que o passar do tempo e a ressignificação dos eventos traumáticos foram de crucial importância para o reconhecimento das práticas parentais como violência de fato. Inere-se, com isso, que os efeitos dos processos proximais inversos precisam do decurso do tempo para serem reconhecidos como negativos ao desenvolvimento pelas pessoas que os vivenciaram, sobretudo por se tratar de um fenômeno negligenciado e silenciado na sociedade, como a violência contra crianças e adolescentes.

Considerações Finais

Neste trabalho, investigamos as vivências da violência emocional intrafamiliar contra crianças e adolescentes, suas repercussões e as diferentes expressões da violência contra a população infanto-juvenil. Para este fim, realizamos três estudos com objetivos específicos e métodos adequados a cada pesquisa, o que possibilitou diversificar os pontos de vista sobre o mesmo fenômeno.

De forma geral, conclui-se que existem variadas percepções do que seja violência e as múltiplas significações da violência devem ser analisadas a partir dos diferentes contextos, tanto macro – histórico, social – quanto micro – família –. A compreensão da violência se mostrou, pois, contextual e intergeracional; trata-se de uma forma de comunicação familiar naturalizada, de educação dos filhos a partir de medidas punitivas e coercivas, por meio de castigos e agressões físicas e emocionais. Identificamos que a prática da violência e a sua reprodução são potencializadas pela aceitação social da violência como inerente às organizações familiares, sobretudo no que se refere à violência emocional, que não deixa marcas e se manifesta de formas muito sutis.

O estudo 1 identificou as repercussões na infância, na adolescência e na vida adulta da violência emocional intrafamiliar vivenciada no período infanto-juvenil, e descrita em artigos publicados entre 2009 e 2019, por meio de uma revisão sistemática de literatura. Identificamos a violência como um fenômeno compartilhado por diferentes populações e que está envolto por um pacto de silêncio, principal responsável por poucos diagnósticos e reduzidos números de notificações. Os efeitos da violência contra crianças e adolescentes se mostraram difíceis de se mensurar, se pensados fora de um contexto dinâmico e em desenvolvimento, mas a pluralidade de contextos em que os dados analisados foram coletados permite que se aponte que a violência

está inserida nas mais diversas culturas, sendo uma forma de comunicação familiar passada de geração a geração.

A violência emocional, especificamente, associada ou não a outras formas de violência, se mostrou como um fator de risco para o desenvolvimento, uma vez que pode ocasionar prejuízos cognitivo-comportamentais e interferir nos relacionamentos interpessoais ao longo do ciclo de vida. Na infância e na adolescência, as principais repercussões listadas pela literatura foram os sintomas internalizantes, como ansiedade, depressão, problemas psicossomáticos, transtorno de estresse pós-traumático, insegurança, autoimagem negativa, medo e vergonha. Na idade adulta, as principais consequências foram os sintomas externalizantes, como conduta agressiva, reprodução da violência nos filhos e em parceiros.

O Estudo 2 realizou um retrato panorâmico quantitativo sobre as vivências de violência física, emocional e sexual durante a infância e a adolescência entre estudantes universitários. Os resultados apontam um contexto familiar permeado pelas mais variadas formas de violência, cujos mesmos atos foram considerados violentos por uns e não violentos por outros participantes da pesquisa. Os participantes relatam experiências de violência física e emocional pelas vias da ação e da omissão, como chineladas, tapas, surras, beliscões, empurrões, ameaças, desvalorização, xingamentos, desdém, terror psicológico, humilhação, chantagens. No que tange à violência sexual, foram relatados encenações, gestos obscenos e relação sexual forçada.

No que se refere aos agentes, os três maiores perpetradores das violências físicas e emocionais, encontrados nesta investigação, foram a mãe, o pai e os irmãos, tendo a mãe um papel de destaque. Chamou-nos atenção, ainda, a dissonância entre o número de participantes que disseram nunca ter sofrido violência, ao serem perguntados se buscaram ajuda e se denunciaram o agressor, com a frequência dos indicadores de violência, ou seja, mais pessoas relataram ter sofrido atos de violência do que as que consideraram efetivamente ter sofrido violência. Os atos de violência como os relatados neste estudo foram considerados mecanismos

de educação que tendem a se repetir ao longo das gerações, impulsionados pelo comportamento dos filhos e praticados por pais cansados ou estressados.

A experiência de violência se mostrou, portanto, contextual, variando-se o seu conceito a depender do contexto em que se fala. Assim, os participantes podem considerar genericamente determinados atos como violentos, mas podem não ter considerado os beliscões ou as chineladas que experimentaram como violência. Por outro lado, mesmo que considerassem esses atos como violência, ao se depararem com perguntas acerca de apoio psicológico e denúncia, pode ser que não tenham considerado os fatos vivenciados como graves a ponto de necessitarem de apoio ou de denúncia. Ainda, é possível que não tenham associado à figura do agente – que na maioria das vezes era um genitor – como um agressor de fato.

O dado anterior torna-se importante e pode ser analisado conjuntamente com a percepção dos participantes do estudo 3, que se identificaram, de antemão, como tendo vivenciado violência na infância/adolescência, uma vez que este era o pré-requisito para participação na pesquisa. Isso pode explicar o baixo número de registro da violência e a perpetuação ainda maior do fenômeno se considerarmos (a) a parcela das pessoas que sofreram algum tipo de violência no estudo 2 e que não consideraram aqueles atos violência propriamente dita, como as chineladas, (b) aqueles que acham que a violência é mesmo passada de geração em geração e (c) aqueles que tem sintomas externalizantes e reproduzem os atos de violência.

O estudo 3 buscou conhecer as trajetórias de vida marcadas pela violência emocional intrafamiliar, por meio das percepções e vivências de sujeitos, que praticaram e sofreram este tipo de violência. Tratou-se de um estudo exploratório e descritivo que entrevistou 12 pessoas, 10 do sexo feminino e 2 do sexo masculino, com idades entre 18 e 38 anos. Optou-se pela entrevista narrativa com roteiro semiestruturado e pelo método fenomenológico de sistematização de dados.

Primeiramente foram montadas as estruturas individuais de cada entrevista e, ao final, foi desenvolvida uma narrativa única que reuniu a percepção do grupo acerca dos eixos temáticos categorizados em unidades de significado. Foram identificadas as seguintes unidades de significado: conceito de violência emocional, vivências de violência, motivações do cometimento de violência, redes de apoio e estratégias de enfrentamento, repercussões da violência e experiência da participação no estudo. Todo o processo de construção das estruturas foi baseado nas histórias de vida.

Com este estudo, analisamos alguns aspectos das famílias segundo o modelo PPCT, compreendendo a violência e as vivências familiares de uma forma sistêmica. Foram analisadas as nuances do eu ecológico (pessoa), das relações interpessoais dentro do microsistema família (processos proximais), estilos parentais, bem como a transmissão do padrão violento que perpassa as gerações (tempo) e alguns fatores ligados ao macrossistema e mesosistema (contexto), como o machismo estrutural e a falta de apoio social.

Percebemos a importância das relações intrafamiliares e como as experiências vividas na infância e na adolescência pelos participantes, naquele contexto, influenciaram seus desenvolvimentos ao longo do curso de vida. Foram identificados processos proximais inversos, ou seja, os relacionamentos entre pais/cuidadores se deram de formas negligentes, abusivas e violenta, permeada pela construção de estereótipos, humilhações e conflitos intrafamiliares. Como consequência, percebemos que esses processos proximais potencializaram disfunções, principalmente, em relação à autoestima e ao âmbito profissional e escolar entre os participantes que pertenceram a ambientes desfavoráveis. Em relação aos participantes que pertenceram a ambientes favoráveis, a principal consequência está na diminuição das competências nos relacionamentos interpessoais, no que se refere ao sofrimento ou à prática de violência.

As práticas educativas das famílias passadas de geração a geração eram baseadas em ameaças e punições. Além disso, percebemos a privação social, ou seja, a ausência de mobilidade entre os contextos ecológicos, bem como a falta de rede de apoio. Dessa maneira, diante da análise das relações, identificamos o contexto família como um fator de risco e não de proteção.

Para os participantes, violência emocional são agressões advindas de problemas pessoais, conjugais e também do histórico de agressões do próprio agressor, que não consegue ressignificar seu passado. As histórias de vida dos participantes foram marcadas por violência emocional e, em quase a totalidade dos casos, por outros tipos, como violência física e sexual. Assim como no estudo 2, a violência emocional esteve correlacionada às outras duas formas de violência, ou seja, em ambos os estudos, observamos que os participantes que relataram ter vivenciado algum tipo de violência com maior frequência também relataram ter vivenciado os outros tipos de violência com maior frequência, sobretudo a física.

Assim como na nossa revisão de literatura, os genitores foram apontados como os principais agressores, seguidos de coabitantes, familiares e amigos da família. As motivações das práticas violentas relacionam-se à repetição de padrão comportamental violento, sobrecarga emocional, falta de suporte, intolerância e problemas conjugais e socioeconômicos. Todos os estudos apontaram humilhação, desvalorizações, xingamentos e violência interparental (ambiente conflituoso) como as mais prevalentes formas de violência emocional.

Tanto no estudo 2 quanto no estudo 3, alguns atos foram considerados “mais violentos” do que outros. No estudo 2, mais pessoas relataram ter sofrido atos de violência do que consideraram efetivamente ter sofrido violência. Alguns participantes do estudo 2 ponderaram que atos leves como tapas e chineladas são importantes no processo de educação dos filhos, estando em consonância com os participantes do estudo 3, que não consideraram como violência as “chineladinhas” recebidas, principalmente das mães.

Em geral, os participantes não consideraram ter tido rede de apoio quando das vivências de violência e, em muitos casos, o assunto só foi levado a um profissional ou compartilhado com outras pessoas na fase adulta. Esse dado corrobora o baixo número de participantes do estudo 2, que declararam ter buscado apoio (psicólogos e psiquiatras na maioria dos casos). Dessa forma, podemos concluir que as amarras da instituição privada também contribuem para a invisibilidade da violência emocional. Quem dá sentido às violências são os próprios sujeitos que as vivenciam, assim, caso não denunciem, as consequências são tratadas como inerentes à vida privada, um problema de saúde individual que, se muito, são levadas ao psicólogo na adultez.

A maioria dos participantes relatou que o histórico de violências interferiu diretamente na construção da sua autoestima, na carreira, e no constante desenvolvimento do sentimento de culpa. Também foi relatada a reprodução da violência em relações interpessoais, em filhos e em parceiros íntimos.

Esses dados reforçam os achados do estudo 1, no sentido de crianças e adolescentes parecem mais reter e internalizar os sintomas, enquanto que os adultos tendem a externalizar condutas agressivas. As principais repercussões da violência na infância e na adolescência identificados pelo estudo 1 foram sintomas internalizantes, problemas cognitivo-comportamentais e impactos no rendimento escolar, questões também trazidas pelos participantes que narraram suas histórias de vida; diziam chorar sozinhos e se sentirem tristes e abandonados, além de culpados e envergonhados pelo sofrimento da violência. Já na idade adulta, o estudo 1 apontou a prevalência de sintomas externalizantes e sintomas internalizantes, assim como o estudo 3, que revelou uma grande parcela de participantes que reproduziram violência contra seus descendentes e parceiros íntimos, assim como colegas do trabalho.

Relatar as histórias de vida foi considerado muito importante pelos participantes, que se consideraram porta-vozes das vítimas de uma violência invisibilizada. Analisando essa

condição de invisibilidade, entendemos que o passar do tempo e a ressignificação do evento traumático foram de crucial importância para o reconhecimento de vivências violentas como violência de fato. A partir disso, inferimos que os efeitos dos processos proximais inversos precisam do decurso do tempo para serem reconhecidos como negativos ao desenvolvimento, por parte das pessoas que os vivenciaram, sobretudo por se tratar de um fenômeno naturalizado na nossa sociedade, como a violência contra crianças e adolescentes.

Almejamos que esta tese forneça amparo científico que possibilite resultados desenvolvimentais menos disfuncionais, onde os processos proximais dos membros da família propiciem habilidades nas interações da criança e do adolescente, que se tornarão cada vez mais ativos no seu próprio desenvolvimento. É esperado que essas informações possam contribuir para o enfrentamento da violência e para as implementações de intervenções quando necessárias, a fim de minimizar os efeitos negativos das vivências pregressas, com o fortalecimento da rede de proteção à criança e ao adolescente, que estão inseridos em sentido amplo, no contexto social brasileiro, e, em sentido estrito, nas suas comunidades, organizações familiares e relacionamentos interpessoais.

Referências Bibliográficas

- Abramovay, M., Castro, M. G., Pinheiro, L. de C., & Lima, F. de S. (2002). *Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina*. Brasília: UNESCO, BID.
- Abranches, C. D. de, & Assis, S. G. de. (2011). A (in)visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(5), 843–854. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011000500003>
- Abranches, C. D. de, Assis, S. G. de, & Pires, T. de O. (2013). Violência psicológica e contexto familiar de adolescentes usuários de serviços ambulatoriais em um hospital pediátrico público terciário. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(10), 2995–3006.
- Alfaro, A. C. (2019). Violencia en niños, niñas y adolescentes. *Revista Cubana de Medicina General Integral*, 34(4). <http://www.revmgi.sld.cu/index.php/mgi/article/view/475>
- Arrom Suhurt, C. H., Fresco Arrom, M. del P., Samudio, M., Arrom Suhurt, C. M., Arce Ramírez, A. C., Arrom, M. A., Capurro, M., & Vargas Peña, V. (2015). Caracterización de pacientes en edad pediátrica, testigos de violencia doméstica. *Memorias del Instituto de Investigaciones en Ciencias de la Salud*, 13(3), 45–50. [https://doi.org/10.18004/Mem.iics/1812-9528/2015.013\(03\)45-050](https://doi.org/10.18004/Mem.iics/1812-9528/2015.013(03)45-050)
- Assis, S. G.; A., J. Q.; Santos, N. C.; *et al.* (2004). Violência e representação social na adolescência no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v.16, p.43–51.
- Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. de A. (1988). *Pele de asno não é só história: Um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família*. São Paulo: Roca.
- Bandura, A., Ross, D., & Ross, S. A. (1961). Transmission of aggression through imitation of aggressive models. In: C. D. Green, *Classics in the history of psychology*.
- Bauer, M. & Gaskell, G. (2015). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Editora Vozes.

- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development*, 37, 887-907.
- Baumrind, D. (1967). Child care practices anteceding three patterns of preschool behavior. *Genetic psychology monographs*, 75, 43-88.
- Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology Monograph*, 4 (1, Pt.2).
- Belsky, J. (1980). Child maltreatment: An ecological integration. *American Psychologist*, 35, 320-335.
- Benavente, R., Justo, J., & Veríssimo, M. (2012). Os efeitos dos maus-tratos e da negligência sobre as representações da vinculação em crianças de idade pré-escolar. *Análise Psicológica*, 27(1), 21–31. <https://doi.org/10.14417/ap.40>
- Biasoli-Alves, Z. M. M., Caldana, R. H. L., & Silva, M. H. G. F. D. da. (1997). Práticas de educação da criança na família: A emergência do saber técnico-científico. *Journal of Human Growth and Development*, 7(1), Article 1. <https://doi.org/10.7322/jhgd.38384>
- Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- Brasil. *Decreto-Lei 2.848 (Código Penal), de 7 de dezembro de 1940*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm.
- Brasil, *Lei 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), de 16 de julho de 1990*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm.
- Brasil, *Lei 12.318, de 26 de agosto de 2010*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm
- Brito, R. C.; Koller, S. H. (1999). Desenvolvimento Humano e Redes de Apoio Social e Afetivo. In: Carvalho AM org. *O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Bronfenbrenner, U. (1991). What do families do? *Family Affairs*, 4 (1/2), 1-6.

Bronfenbrenner, U. (1995). Developmental ecology through space and time: A future perspective. In: Moen, P., Elder Jr, G.H.; Luscher, K. (Ed.) *Examining lives in context: Perspectives on ecology of human development*. Washington, DC.: *American Psychological Association*, p. 619-647.

Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1979).

Bronfenbrenner, U., & Morris. P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: theoretical models of human development* (Vol.1, pp.993-1027). New York: John Wiley & Sons.

Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, 32, 513-531.

Bronfenbrenner, U., & Evans, G. W. (2000). Developmental science in the 21st century: Emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. *Social Development*, 9(1), 115-125.

Bronfenbrenner, U. (2002). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. São Paulo: Artmed. (Original publicado em 1996)

Bronfenbrenner, U. (2004). *Making human beings human: Bioecological perspectives on human developmental*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Bronfenbrenner, U. (2001/2005). The bioecological theory of human development. In: U. Bronfenbrenner (Ed.), *Making humanbeings human: Bioecological perspectives on human development* (pp. 03-15). Thousand Oaks, CA: Sage.

Bronfenbrenner, U., & Morris, P. (2006). The bioecological model of human development. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development* (pp. 793-828). New York: John Wiley & Sons.

- Bullington, J. & Karlsson, G. (1984). Introduction to Phenomenological psychological research. *Scandinavian Journal of Psychology*, 25, 51-63.
- Caballero, M. A., Ramos, L., González, C., & Saltijeral, M. T. (2010). Family violence and risk of substance use among Mexican adolescents. *Child Abuse & Neglect*, 34(8), 576–584. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2010.02.001>
- Calheiros, M. M. A. (2006). *A construção social do mau trato e negligência parental: do senso comum ao conhecimento científico*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian
- Carneiro, J. B., Gomes, N. P., Estrela, F. M., Santana, J. D. de, Mota, R. S., & Erdmann, A. L. (2017). Violência conjugal: Repercussões para mulheres e filhas(os). *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 21(4), 1–7.
- Cecconello, A. M., De Antoni, C., & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em estudo*, 8, 45-54.
- Costa, A. B., & Zoltowski, A. P. C. (2014). Como escrever um artigo de revisão sistemática. Em: Koller, S. H., Couto, M. C. P. P. & Hohendorff, J. V. *Manual de produção científica*. (pp. 55-70). Porto Alegre: Penso.
- Costa, T. A. da, Figueiredo, I. G. A., Oliveira, A. S. S. de, & Galiza, F. T. de. (2015). Perfil da violência doméstica contra crianças e adolescentes. *Revista de Enfermagem da UFPI*, 4(4), 56–62. <https://doi.org/10.26694/reufpi.v4i4.4413>
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: an integrative model. *Psychological Bulletin*, 113 (3), 487-496.
- De Mause L. (1975). *The history of childhood*. New York: Harper Torchbooks.
- De Antoni, C.; Medeiros, F.; Hoppe, M. W. & Koller, S. H. (1999). Uma família em situação de risco: resiliência e vulnerabilidade. *Interfaces: Revista de Psicologia*, 2, 81-85

- De Antoni, C. D. & Koller, S. H. (2010). Uma família fisicamente violenta: Uma visão pela teoria bioecológica do desenvolvimento humano. *Temas em Psicologia*, Vol. 18, no 1, 17 – 30.
- De Antoni, C., Teodoro, M., & Koller, S. (2009). Coesão e hierarquia em famílias fisicamente abusivas. *Universitas Psychologica*, 8(2), 399-411.
- Day, V. P., Telles, L. E. de B., Zoratto, P. H., Azambuja, M. R. F. de, Machado, D. A., Silveira, M. B., Debiaggi, M., Reis, M. da G., Cardoso, R. G., & Blank, P. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 25(suppl 1), 9–21. <https://doi.org/10.1590/S0101-81082003000400003>
- Deslandes S. F. (1994). Atenção a criança e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. *Cad Saúde Pública*; 10 (Suplemento) 1: 177-87
- Dias, G. C. Costa, M. C. O. & Musse, J. O. (2018). Violação sexual de crianças e adolescentes: perfil dos casos notificados nos conselhos tutelares em município de grande porte da Bahia. *Revista de Saúde Coletiva da UEFS* 8(1):23–29.
- Edwards, K. M., Dixon, K. J., Gidycz, C. A., & Desai, A. D. (2014). Family-of-origin violence and college men’s reports of intimate partner violence perpetration in adolescence and young adulthood: The role of maladaptive interpersonal patterns. *Psychology of Men & Masculinity*, 15(2), 234–240. <https://doi.org/10.1037/a0033031>
- Flick, U. (2008). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman.
- Finkelhor, D., Ormrod, R. K., & Turner, H. A. (2007). Poly-victimization: A neglected component in child victimization trauma. *Child Abuse & Neglect*, 31, 7–26.
- Fonseca, J. R., Maia, C., Melo, S., Rodrigues, L., & Cordeiro, M. (2017). Exposição a violência em relações de intimidade: A propósito de um caso clínico. *Nascer e Crescer*, 26(3), 182–184. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0872-07542017000300005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

- Fowler, P. J., Tompsett, C. J., Braciszewski, J. M., Jacques-Tiura, A. J., & Baltes, B. B. (2009). Community violence: A meta-analysis on the effect of exposure and mental health outcomes of children and adolescents. *Development and Psychopathology*, 21(1), 227–259. doi: [10.1017/S0954579409000145](https://doi.org/10.1017/S0954579409000145).
- Fry, D., Anderson, J., Hidalgo, R. J. T., Elizalde, A., Casey, T., Rodriguez, R., Martin, A., Oroz, C., Gamarra, J., Padilla, K., & Fang, X. (2016). Prevalence of violence in childhood and adolescence and the impact on educational outcomes: Evidence from the 2013 Peruvian national survey on social relations. *International Health*, 8(1), 44–52. <https://doi.org/10.1093/inthealth/ihv075>
- Gómez-Guadix, M., & Calvete, E. (2012). Violencia filio-parental y su asociación con la exposición a la violencia marital y la agresión de padres a hijos. *Psicothema*, 24(2), 277–283.
- Garbarino, J. & Eckenrode, J. (1997). *Understanding abusive families: Ecological approach to theory and practice*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Gil, A.C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Giorgi, A. (1989). Um enfoque fenomenológico-descritivo da Psicologia empírica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 4(1-2), 116-122.
- Glasgow, K. L., Dornsbusch, S. M., Troyer, L., Steinberg, L. & Ritter, P. L. (1997). Parenting styles, adolescents attributions, and educational outcomes in nine heterogeneous high schools. *Child Development*, 68, 507-529
- González-Pérez, G. J., Vega-López, M. G., Souza, E. R. de, & Pinto, L. W. (2017). Mortalidad por violencias y su impacto en la esperanza de vida: Una comparación entre México y Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 2797–2809. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.12172017>

- Greenfield, E. A., & Marks, N. F. (2009). Profiles of Physical and Psychological Violence in Childhood as a Risk Factor for Poorer Adult Health: Evidence From the 1995-2005 National Survey of Midlife in the United States. *Journal of Aging and Health, 21*(7), 943–966. <https://doi.org/10.1177/0898264309343905>
- Guerra VN. A. (1996). *Violência física doméstica contra crianças e adolescentes e a imprensa: do silêncio à comunicação* [tese doutorado]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica.
- Haber, M. G., & Toro, P. A. (2009). Parent-adolescent violence and later behavioral health problems among homeless and housed youth. *American Journal of Orthopsychiatry, 79*(3), 305–318. <https://doi.org/10.1037/a0017212>
- Hellmann, D. F., Stiller, A., Glaubitz, C., & Kliem, S. (2018). (Why) do victims become perpetrators? Intergenerational transmission of parental violence in a representative German sample. *Journal of Family Psychology, 32*(2), 282–288. <https://doi.org/10.1037/fam0000391>
- Henriques, C.G.P, Merçon-Vargas, E. A., & Rosa, E. (2021). Violência física, emocional e sexual intrafamiliar durante a infância e adolescência entre estudantes universitários. In: *Múltiplas facetas de la violencia en Latinoamérica*. Vitória: EDUFES
- Jiménez, M. D. L. V. M., & Bernal, A. O. (2014). Relación Entre El Clima Social Familiar Y Las Actitudes Juveniles Ante El Acoso Escolar. *International Journal of Developmental and Educational Psychology, 5*(1), 329–342. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=349851788037>
- Justino, Y. A. C., & Nascimento, C. R. R. (2020). Relação entre pai e filho adolescente em famílias que vivenciaram a violência conjugal. *Revista da SPAGESP, 21*(1), 92–109.

- Keiski, P., Flinck, A., Kaunonen, M., & Paavilainen, E. (2018). Childhood experiences of female family-violence perpetrators. *Perspect Psychiatr Care*, 54(2), 251–257. MEDLINE. <http://dx.doi.org/10.1111/ppc.12231>.
- Koller, S. H. & De Antoni, C. (2004). Violência intrafamiliar: Uma visão ecológica. In S. H. Koller (Org.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 293-310). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kwong, M. J., Bartholomew, K., Henderson, A. J. Z., & Trinke, S. J. (2003). The intergenerational transmission of relationship violence. *Journal of Family Psychology*, 17(3), 288–301. doi: [10.1037/0893-3200.17.3.288](https://doi.org/10.1037/0893-3200.17.3.288)
- Lange, C., Starker, A., von der Lippe, E., & Hölling, H. (2016). Psychische und körperliche Gewalterfahrungen in den vergangenen 12 Monaten in der Allgemeinbevölkerung. *Bundesgesundheitsblatt - Gesundheitsforschung - Gesundheitsschutz*, 59(1), 4–16. <https://doi.org/10.1007/s00103-015-2267-6>
- Lírio, J. G. dos S., Gomes, N. P., Paixão, G. P. do N., Pereira, Á., Magalhães, J. R. F., Cruz, M. A. da, & Sousa, A. R. de. (2018). Abuso intrafamiliar na infância de homens em processo hcriminal por violência conjugal. *Acta Paulista de Enfermagem*, 31(4), 423–429. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307057135012>
- Lourenço, L. M., Baptista, M. N., Senra, L. X., Almeida, A. A., Basílio, C., & Bhone, F. M. de C. (2013). Consequences of Exposure to Domestic Violence for Children: A Systematic Review of the Literature. *Paidéia*, 23(55), 263–271. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305429104014>.
- Lucas, S., Jernbro, C., Tindberg, Y., & Janson, S. (2016). Bully, bullied and abused. Associations between violence at home and bullying in childhood. *Scandinavian Journal of Public Health*, 44(1), 27–35. <https://doi.org/10.1177/1403494815610238>

- Macedo, D. M., Foschiera, L. N., Bordini, T. C. P. M., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2019). Revisão sistemática de estudos sobre registros de violência contra crianças e adolescentes no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(2), 487–496. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.34132016>.
- Maccoby, E. & Martin, J. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. Em E.M. Hetherington (Org.), *Handbook of child psychology*, v. 4. Socialization, personality, and social development (4ª ed., pp. 1-101). New York: Wiley.
- Magalhães, J. R. F. de, Gomes, N. P., Mota, R. S., Campos, L. M., Camargo, C. L. de, & Andrade, S. R. de. (2017). Violência intrafamiliar: Vivências e percepções de adolescentes. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 21(1), 1–7.
- Magalhães, J. R. F. de, Gomes, N. P., Campos, L. M., Camargo, C. L. de, Estrela, F. M., & Couto, T. M. (2017). Expressão da violência intrafamiliar: História oral de adolescentes. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 26(4). <https://doi.org/10.1590/0104-07072017001730016>.
- Maia, R. C., Nunes, T. G. R., Silva, L. I. da C., & Silva, K. M. da. (2017). Da Proteção ao Risco: Configurações da Violência Intrafamiliar na Juventude Paraense. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33(0). <https://doi.org/10.1590/0102.3772e33312>.
- Maia, J. M. D. & Williams, L.C. A. (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em Psicologia*, 13(2), 91-103.
- Malta, D. C., Mascarenhas, M. D. M., Silva, M. M. A. da, Carvalho, M. G. O. de, Barufaldi, L. A., Avanci, J. Q., & Bernal, R. T. I. (2016). A ocorrência de causas externas na infância em serviços de urgência: Aspectos epidemiológicos, Brasil, 2014. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(12), 3729–3744. http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63048571010_2.

- Maccoby, E. & Martin, J. (1983). Socialization in the context of the family: parent-child interaction. Em P. H. Mussen (Org. Série) & E. M. Hetherington (Org. Vol.), *Handbook of child psychology*: Vol. 4. Socialization, personality, and social development (4 a ed.)(pp. 1-101). New York: Wiley.
- Mariño, B. M. V., Roca, V. R., & García, C. M. (2009). Factores de riesgo asociados al maltrato infantil intrafamiliar en alumnos del seminternado “Roberto Rodríguez Sarmiento”. *MEDISAN*, 13(5). <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=368448455007>
- Masten, A. S. (2001). Ordinary magic: resilience processes in development. *American Psychologist*, 56 (3), 227-238.
- Masten, A. S., & Garmezy, N. (1985). Risk, vulnerability and protective factors in developmental psychopathology. In B. B. Lahey & A. E. Kazdin (Eds.), *Advances in clinical child psychology* (Vol. 8, pp.1-52). New York: Plenum Press.
- Melançon, C., & Gagné, M.-H. (2011). Father’s and mother’s psychological violence and adolescent behavioral adjustment. *Journal of Interpersonal Violence*, 26(5), 991–1011. <https://doi.org/10.1177/0886260510365863>
- Merçon-Vargas, E. A., Lima, R. F. F., Rosa, E. M., & Tudge, J. (2020). Processing Proximal Processes: What Bronfenbrenner Meant, What He Didn’t Mean, and What He Should Have Meant. *Journal of Family Theory & Review*, 12(3), 321–334. <https://doi.org/10.1111/jftr.12373>.
- Minayo, M. C. S. (2005). Violência: Um problema para a saúde dos brasileiros. In: *Ministério da Saúde, Impacto da violência na saúde dos brasileiros* (pp. 9-41). Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Minayo, M. C. S. (2001). Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 1(2), 91-102. <https://doi.org/10.1590/S1519-38292001000200002>

- Minayo MCS, Souza ER. (1999). É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Rev Cienc Saúde Coletiva*, 4: 7-32.
- Morrison, A. R. & Biehl, M. L. (2000). *A família ameaçada: violência doméstica nas Américas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Nascimento, D. B. do, Rosa, E. M., & Alencar, H. M. de. (2016). A relação entre o processo de construção do juízo moral em crianças e adolescentes e sua propensão a silenciar sobre eventuais abusos sexuais sofridos. *Ciênc. cogn*, 274–286.
- Neppl, T. K., Lohman, B. J., Senia, J. M., Kavanaugh, S. A., & Cui, M. (2017). Intergenerational continuity of psychological violence: Intimate partner relationships and harsh parenting. *Psychology of Violence*, No Pagination Specified-No Pagination Specified. <https://doi.org/10.1037/vio0000129>
- Nunes, A. J., & Sales, M. C. V. (2016). Violence against children in Brazilian scenery. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(3), 871–880. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63044605021>
- Paquette, G., Tourigny, M., Baril, K., Joly, J., & Séguin, M. (201708). Mauvais traitements subis dans l'enfance et problèmes de santé mentale à l'âge adulte: Une étude nationale conduite auprès des Québécoises. *Sante Ment Que*, 42. <http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-28792561>
- Poletto, M., & Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos: Promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25(3), 405–416. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000300009>
- Pouliot-Lapointe, J., Gagné, M.-H., Drapeau, S., & Saint-Jacques, M.-C. (2014). Conduites parentales psychologiquement violentes et problèmes de comportement des jeunes: Une étude bidirectionnelle. [Psychologically violent parenting and youth behavior problems: A bidirectional study.]. *Canadian Journal of Behavioural Science / Revue canadienne des sciences du comportement*, 46(2), 193–204. <https://doi.org/10.1037/a0030577>.

- Rates, S. M. M., Melo, E. M. de, Mascarenhas, M. D. M., & Malta, D. C. (2015). Violência infantil: Uma análise das notificações compulsórias, Brasil 2011. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(3), 655–655.
- Rikić, J., Beljan, P., Milošević, M., Miškulin, I., Miškulin, M., & Mujkić, A. (2017). Transgenerational Transmission of Violence among Parents of Preschool Children in Croatia. *Acta Clinica Croatica*, 56(3), 478–486.
<https://doi.org/10.20471/acc.2017.56.03.15>
- Rocha, P. C. X. da, & Moraes, C. L. (2011). Violência familiar contra a criança e perspectivas de intervenção do Programa Saúde da Família: A experiência do PMF/Niterói (RJ, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(7), 3285–3296. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000800028>
- Rosa, E. M. (2004). *Radiografia de um processo social: um estudo sobre o discurso jurídico a respeito da violência contra crianças*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Rosa, E. M., & Lira, M. O. de S. C. e. (2012). Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: Rede de apoio e superação. *Journal of Human Growth and Development*, 22(2), 246. <https://doi.org/10.7322/jhgd.44938>.
- Rosa, E. M., & Tudge, J. (2013). Urie Bronfenbrenner's Theory of Human Development: Its Evolution From Ecology to Bioecology. *Journal of Family Theory & Review*, 5(4), 243–258. <https://doi.org/10.1111/jftr.12022>.
- Rosa, E. M., & Tudge, J. R. H. (2016). Bioecological Theory. In D. Couchenour & J. K. Chrisman. *Contemporary early childhood education* (1a ed.). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Russell. A., Aloa. V., Feder., T., Glover, A., Miller, H. & Palmer, G. (1998). Sex-based differences in parenting styles in a sample with preschool children. *Australian journal of psychology*, 50, 89-99. <https://doi.org/10.1080/00049539808257539>

- Salum, G. A., DeSousa, D. A., Manfro, G. G., Pan, P. M., Gadelha, A., Brietzke, E., Miguel, E. C., Mari, J. J., Rosário, M. C. do, & Grassi-Oliveira, R. (2016). Measuring child maltreatment using multi-informant survey data: A higher-order confirmatory factor analysis. *Trends in Psychiatry and Psychotherapy*, 38(1), 23–32. <https://doi.org/10.1590/2237-6089-2015-0036>
- Sanchez, R. N. & Minayo, M. C. S. (2006) Violência contra Crianças e Adolescentes: Questão Histórica, Social e de Saúde. In C. Lima (Ed.). *Violência faz mal à saúde* (pp. 29-38). Brasília: Ministério da Saúde.
- Santos, R. M., Gomes, N. P., Mota, R. S., Gomes, N. P., Couto, T. M., & Araújo, G. S. de. (2018). Reprovação escolar e aspectos sociais e de saúde: estudo transversal com adolescentes. *Revista Baiana de Enfermagem* 32, (0). <https://doi.org/10.18471/rbe.v32.21827>
- Silva, P. A. da, Lunardi, V. L., Lunardi, G. L., Arejano, C. B., Ximenes, A. S., & Ribeiro, J. P. (2017). Violencia contra niños y adolescentes: Características de los casos reportados en un Centro de Referencia del Sur de Brasil. *Enfermería Global*, 16(2), 406–418. http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=365850359016_2.
- Sheikh, M. A., Abelsen, B., & Olsen, J. A. (2016). Clarifying Associations between Childhood Adversity, Social Support, Behavioral Factors, and Mental Health, Health, and Well-Being in Adulthood: A Population-Based Study. *Frontiers in Psychology*, 7, 727. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2016.00727>
- Shen, A. C.-T., Feng, J. Y., Feng, J.-Y., Wei, H.-S., Hsieh, Y.-P., Huang, S. C.-Y., & Hwa, H.-L. (2016). Who Gets Protection? A National Study of Multiple Victimization and Child Protection Among Taiwanese Children. *Journal of Interpersonal Violence*, 886260516670885. <https://doi.org/10.1177/0886260516670885>
- Sherr, L., Hensels, I. S., Skeen, S., Tomlinson, M., Roberts, K. J., & Macedo, A. (2016). Exposure to violence predicts poor educational outcomes in young children in South

Africa and Malawi. *International Health*, 8(1), 36–43.

<https://doi.org/10.1093/inthealth/ihv070>

Skinner, L., Gavidia-Payne, S., Brown, S., & Giallo, R. (2019). Mechanisms underlying exposure to partner violence and children's emotional-behavioral difficulties. *Journal of Family Psychology*, No Pagination Specified-No Pagination Specified.

<https://doi.org/10.1037/fam0000532>

Soares, E. M. R., Silva, N. L. L. da, Matos, M. A. S. de, Araújo, E. T. H., Silva, L. da S. R. da, & Lago, E. C. (2016). Perfil da violência sexual contra crianças e adolescentes. *Revista Interdisciplinar*, 9(1), 87–96.

Solanke, B. L. (2018). Does exposure to interparental violence increase women's risk of intimate partner violence? Evidence from Nigeria demographic and health survey. *BMC Int Health Hum Rights*, 18(1), 1–1. <http://dx.doi.org/10.1186/s12914-018-0143-9>

Stake. R. E. (2000). Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) *Handbook of qualitative research*. London: Sage.

Ten Have, M., de Graaf, R., van Weeghel, J., & van Dorsselaer, S. (2014). The association between common mental disorders and violence: To what extent is it influenced by prior victimization, negative life events and low levels of social support? *Psychological Medicine*, 44(7), 1485–1498. <https://doi.org/10.1017/S0033291713002262>

Thompson, R., Litrownik, A. J., Isbell, P., Everson, M. D., English, D. J., Dubowitz, H., Proctor, L. J., & Flaherty, E. G. (2012). Adverse experiences and suicidal ideation in adolescence: Exploring the link using the LONGSCAN samples. *Psychology of Violence*, 2(2), 211–225. <https://doi.org/10.1037/a0027107>

Thoresen, S., Myhre, M., Wentzel-Larsen, T., Aakvaag, H. F., & Hjemdal, O. K. (2015). Violence against children, later victimisation, and mental health: A cross-sectional

- study of the general Norwegian population. *European Journal of Psychotraumatology*, 6, 26259. <https://doi.org/10.3402/ejpt.v6.26259>.
- Tudge, J.(2008). A teoria de Urie Bronfenbrenner: Uma teoria contextualista? In L. Moreira & A. M. A. Carvalho (Eds.), *Família e educação: Olhares da psicologia* (pp. 01-13). São Paulo: Paulinas.
- Tudge, J. R. H., Mokrova, I., Hatfield, B. E., & Karnik, R. (2009). The uses and misuses of Bronfenbrenner's bioecological theory of human development. *Journal of Family Theory & Review*, 1(4), 198–210. <https://doi.org/10.1111/j.1756-2589.2009.00026.x>.
- Turner, H. A., Finkelhor, D., Ormrod, R., Hamby, S., Leeb, R. T., Mercy, J. A., & Holt, M. (2012). Family context, victimization, and child trauma symptoms: Variations in safe, stable, and nurturing relationships during early and middle childhood. *American Journal of Orthopsychiatry*, 82(2), 209–219. <https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.2012.01147.x>
- Trindade, Z. A.; Menandro, M. C. S. & I. F. Gianórdoli-Nascimento, I. F. (2007). Organização e Interpretação de Entrevistas: uma proposta de procedimento a partir da perspectiva fenomenológica. In: M. M. P. Rodrigues & P. R. M. Menandro (Orgs.), *Lógicas Metodológicas: trajetos de pesquisa em psicologia* (pp. 71-92). Vitória: GM Gráfica Editora.
- UNICEF. (2017). *A familiar face: violence in the lives of children and adolescents*. New York: United Nation's Children's Fund.
- Urdániga-Giraldo, J., Cortez-Vergara, C., Murga, H. V., & Saavedra-Castillo, J. (2013). Forma de crianza recibida por el agresor y su asociación con violencia hacia la pareja en tres ciudades de la selva peruana en el año 2004. *Revista de Neuro-Psiquiatría*, 76(3), 173–180. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=372036945007>

Weber, T. D. (2017). How Adolescent's Family Satisfaction and Attachment Quality Correlate in Cases of Domestic Violence. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 2(1), 145–155.

<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=349853220015>.

Winsler, A., Madigan, A. L. & Aquilino, S. A. (2005). Correspondence between maternal and paternal parenting styles in early childhood. *Early childhood research quarterly*, 20(1), 1-12. doi:10.1016/j.ecresq.2005.01.007.

World Health Organization (WHO), 2006. *Preventing child maltreatment: a guide to taking action and generating evidence*. Geneva: WHO.

https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43499/9241594365_eng.pdf

Yaghoubi-Doust, M. (2013). Reviewing the Association between the History of Parental Substance Abuse and the Rate of Child Abuse. *Addiction & Health*, 5(3–4), 126–133.

Yin, R. K. (2001) *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman.

Zarling, A. L., Taber-Thomas, S., Murray, A., Knuston, J. F., Lawrence, E., Valles, N.-L.,

DeGarmo, D. S., & Bank, L. (2013). Internalizing and externalizing symptoms in young children exposed to intimate partner violence: Examining intervening processes.

Journal of Family Psychology, 27(6), 945–955. <https://doi.org/10.1037/a0034804>

Zoltowski, A. P. C., Costa, A. B., Teixeira, M. A. P., & Koller, S. H. (2014). Qualidade metodológica das revisões sistemáticas em periódicos de psicologia brasileiros.

Psicologia: Teoria e Pesquisa, 30(1), 97–104. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722014000100012>

Tabela 1: Frequência (porcentagem e número de participantes) de cada indicador de violência física

	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
Chineladas	11,7% (70)	26% (156)	36,3% (218)	17,3% (104)	8,7% (52)
Tapas	16% (96)	23,5% (141)	36,2% (217)	18,3% (109)	6,2% (37)
Beliscões	31% (186)	25,3% (152)	28,7% (172)	11,8% (71)	3,2% (19)
Surras	46,3% (278)	18,5% (111)	20,8% (125)	9% (54)	5,3% (32)
Empurrões	48,7% (292)	20,2% (121)	22,3% (134)	6,5% (39)	2,3% (14)
Agarramentos/ sacudidas	49,2% (295)	19,8% (119)	21, 7% (130)	7,2% (43)	2,2% (13)
Surra com fio	66% (396)	14,2% (85)	10,8% (65)	5,5% (33)	3,5% (21)
Puxões de cabelo	62,8% (377)	19,5% (117)	12,2% (73)	3,7% (22)	1,8% (11)
Arremesso de objetos	64% (384)	19% (114)	11,8% (71)	3,7% (22)	1,5% (9)
Chutes ou socos/murros	69,2% (415)	15,3% (92)	11,5% (69)	2,2% (13)	1,8% (11)
Mordidas	88% (528)	7,5% (45)	3,8% (23)	0,5% (3)	0,2% (1)
Estrangulamento	94,7% (568)	3,3% (20)	1,5% (9)	0,3% (2)	0,2% (1)
Queimadura	96,2% (577)	3% (18)	0,5% (3)	0,2% (1)	0,2% (1)
Ferimento por arma de fogo	99,5% (597)	0,2% (1)	0,3% (2)	0	0

Tabela 2: Frequência (porcentagem e número de participantes) de cada indicador de violência emocional

	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
Ameaça de homem do saco, bicho papão, etc.	24,8% (149)	20,5% (123)	28,8% (173)	13,2% (79)	12,7% (76)
Desvalorização ou xingamentos	31% (186)	16,3% (98)	23,2% (139)	16,7% (100)	12,8% (77)
Ameaças	31,7% (190)	20% (120)	22,3% (123)	15,8% (95)	10,2% (61)
Desdém/isolamento/rejeição	45,8% (275)	15,2% (91)	16,8% (101)	12,5% (75)	9,7% (58)
Terror psicológico	49% (294)	13,3% (80)	15,8% (95)	12,2% (73)	9,7% (58)
Humilhação	50% (300)	15,3% (92)	17,2% (103)	9,7% (58)	7,8% (47)
Chantagem do tipo “você nunca mais vai me ver”	49,2% (295)	17,8% (107)	17% (102)	6,5% (39)	9,5% (57)
Discriminação de gênero ou orientação sexual	69,2% (415)	6,2% (37)	10,8% (65)	6,7% (40)	7,2% (43)
Abandono	69,7% (418)	11% (66)	9,5% (57)	5,2% (31)	4,7% (28)
Engajamento em atos antissociais	73,8% (443)	8,7% (52)	8,2% (49)	5,7% (34)	3,7 (22)
Discriminação racial	81,5% (489)	4,7% (28)	7% (42)	3,8% (23)	3% (18)
Impedimento de conviver com um dos pais	85% (510)	4,8% (29)	4,7% (28)	2,3% (14)	3,2% (19)
Impedimento de conviver com outra pessoa da família	83,3% (500)	6,5% (39)	5,3% (32)	2,7% (16)	2,2% (13)
Ameaça de morte	89,3% (536)	6,8% (41)	2,3% (14)	0,5% (3)	1% (6)

Tabela 3: Frequência (porcentagem e número de participantes) de cada indicador de violência sexual

	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
Insinuações, gestos ou encenações	76,3% (458)	9,3% (56)	10,3% (62)	2,7% (16)	1,3% (8)
Toques em partes íntimas	77% (462)	10,7% (64)	8,3% (50)	2,3% (14)	1,7% (10)
Coação para tocar em partes íntimas	85,3% (512)	7,2% (43)	4,8% (29)	1,5% (9)	1,2% (7)
Relação sexual forçada	93,3% (560)	3,5% (21)	1,8% (11)	0,7% (4)	0,7% (4)
Introdução de objetos no corpo	96,5% (579)	1,8% (11)	1,3% (8)	0,2% (1)	0,2% (1)

Tabela 4: Correlação entre violência física, emocional, sexual, idade e renda

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Idade	–								
2. Renda	0,16**	–							
3. Violência física	0,13**	-0,14**	–						
4. Violência emocional	0,09*	-0,15**	0,62**	–					
5. Violência sexual	0,083*	-0,10*	0,33**	0,33**	–				
6. Violência é uma forma de educar	-0,63	0,03	-0,04	-0,20**	-0,10*	–			
7. Agressor estava cansado/estressado	-0,002	0,03	0,03	0,02	-0,02	0,26**	–		
8. Comportamento ruim da vítima	0,03	0,03	-0,05	-0,16**	-0,03	0,38**	0,21**	–	
9. Faltou diálogo	-0,05	-0,02	0,08*	0,14**	0,07	0,01	0,24**	-0,16**	–

Nota. * $p < 0,05$, ** $p < 0,01$

Apêndice A



UFES

Universidade Federal do Espírito Santo
Centro de Ciências Humanas e Naturais
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Informações ao Participante

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa intitulada: **Narrativas de violência emocional na infância no contexto familiar: histórias contadas sob diferentes perspectivas**”, sob a responsabilidade de Catarina Gordiano Paes Henriques.

O estudo se destina a conhecer o panorama das violências vivenciadas no contexto familiar pelos alunos da Universidade Federal do Espírito Santo e também a compreender a percepção dos alunos sobre a experiência pessoal de violência familiar na infância. A importância do estudo está em compreender como a violência emocional é compreendida e vivenciada. Obteremos informações que poderão auxiliar profissionais que lidam com assuntos vividos por você a elaborar estratégias para a abordagem da questão, além de possibilitar maior conhecimento sobre as vivências de violência da nossa comunidade acadêmica para uma possível intervenção. Além disso, como benefício, você poderá escrever sobre temas que talvez nunca tenha tido oportunidade e, com isso, poderá reelaborar questões mal resolvidas sobre possíveis violências sofridas que te prejudiquem até hoje e, sobretudo, poderá entrar em contato com a pesquisadora para participar de outra etapa da pesquisa na qual você poderá falar livremente sobre as informações escritas, caso você deseje. Além disso, poderá ser encaminhado a atendimento psicológico caso considere necessário.

Os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: produção de artigos para publicação em revistas científicas e contribuições que permitam avanços teóricos e metodológicos para os estudos sobre a violência na infância.

O estudo será feito da seguinte maneira: após a leitura deste termo, caso concorde em participar, deverá clicar em “concordo”, então você responderá a um questionário online que terá a duração média de 5 (cinco) minutos com 20 (vinte) questões: 18 do tipo sim/não ou de múltipla escolha e 2 questões dissertativas. Não haverá resposta certa ou errada, apenas queremos saber da sua vivência sobre o tema da pesquisa. Ao final das respostas, você terá acesso a este termo de consentimento em formato disponível para impressão já assinado e rubricado pela pesquisadora.

Participação na Pesquisa

Você participará deste estudo, por sua própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. A pesquisa não envolve remuneração, mas a você será garantido o ressarcimento com eventual despesa com a participação. Também está garantido o direito de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, não devendo ser exigido renúncia a esse direito, de acordo com o item IV.4.c da Res. CNS 466/12. Sua colaboração se fará de forma anônima. Se você concordar em participar desta pesquisa, deverá clicar em “concordo”, para, assim, responder às perguntas; mas se não quiser participar, deverá clicar em “não concordo”.

A qualquer momento, você poderá se recusar a continuar participando do questionário sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo. E sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo, e a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.

A sua participação poderá envolver riscos mínimos, como os seguintes: insegurança quanto a melhor resposta a ser fornecida; conflitos entre o que pensa e o que imagina que deve ser respondido; desconforto por ser perguntado sobre assuntos que podem lhe gerar certo constrangimento. Caso tenha dificuldade em responder as questões, você poderá realizar um intervalo ou a interrupção total das respostas, como preferir. Caso sinta necessidade, você será encaminhado ao atendimento psicológico no Núcleo de Psicologia Aplicada da Universidade Federal do Espírito Santo.

Dúvidas e Esclarecimentos

As pesquisadoras responsáveis por esta pesquisa são Catarina Gordiano Paes Henriques (Doutoranda em Psicologia da UFES/cel.: (27) 99246-6338) e a Prof^a Dr.^a Edinete Maria Rosa (pertencente ao quadro de professores da UFES). Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos através do telefone 4009-2501.

Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFES que deverá ser contatado em caso de denúncias e/ou intercorrências na pesquisa, localizado à Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário/Goiabeiras, Sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN/UFES, Bairro: Goiabeiras, CEP 29.075-910, Cidade: Vitória/ ES. Telefone: 3145-9820, e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com. O CEP tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais. Seu horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h.

Após estes esclarecimentos e após receber as informações sobre a pesquisa com o título **“Narrativas de violência emocional na infância no contexto familiar: histórias contadas sob diferentes perspectivas”** e sobre meus direitos abaixo:

A garantia de receber informações a qualquer dúvida relacionada com a pesquisa;

A liberdade de deixar de participar da pesquisa a qualquer momento;

A segurança de não ser identificado, mantendo o anonimato das informações e a garantia de que estas serão mantidas e utilizadas somente para fins de pesquisa;

O conhecimento que não receberei qualquer incentivo financeiro pela minha participação na pesquisa;

A segurança de que não terei nenhum prejuízo ou punição, de qualquer natureza, por participar ou não desta pesquisa.

Eu, _____, tenho ciência do exposto e manifesto, livremente, meu desejo em participar da pesquisa.

Vitória, ES, ____ de _____ de _____.

Participante

Catarina Gordiano Paes Henriques

Apêndice B



UFES

Universidade Federal do Espírito Santo
 Centro de Ciências Humanas e Naturais
 Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Informações ao Participante

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa intitulada: **Narrativas de violência emocional na infância no contexto familiar: histórias contadas sob diferentes perspectivas**”, sob a responsabilidade de Catarina Gordiano Paes Henriques.

O estudo se destina a investigar a violência emocional no contexto familiar, a partir de narrativas de histórias de vida de pessoas que tenham passado pela experiência dessa violência, ou seja, buscamos histórias de pessoas que possam ter praticado essa violência contra crianças ou sofrido violência emocional na infância, ambos no contexto familiar. A importância do estudo está em compreender como a violência emocional é compreendida e vivenciada pelos diferentes membros da família. Além disso, como benefício, você poderá falar sobre temas que talvez nunca tenha tido oportunidade e, com isso, poderá reelaborar questões mal resolvidas sobre possíveis violências sofridas que te prejudiquem até hoje e, sobretudo, poderá ser encaminhado a atendimento psicológico caso considere necessário para acompanhamento com profissional. Quanto aos benefícios a médio e longo prazos, estão relacionados aos dados da pesquisa, que poderão subsidiar programas e projetos de atendimento às vítimas de violência.

Os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: produção de artigos para publicação em revistas científicas e contribuições que permitam avanços teóricos e metodológicos para os estudos sobre a violência na infância.

O estudo será feito da seguinte maneira: com realização de entrevista gravada no lugar onde você se sentir mais à vontade para falar, de forma individual, e com duração média de aproximadamente 50 minutos. Você poderá contar histórias que tratem sobre uma possível violência emocional que você tenha vivenciado dentro da sua família. Também não haverá resposta certa ou errada, apenas queremos saber da sua vivência sobre o tema da pesquisa.

Participação na Pesquisa

Você participará deste estudo, por sua própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa, a qual não envolve remuneração, mas a você será garantido o ressarcimento com eventual despesa para participação na pesquisa. Também está garantido o direito de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, não devendo ser exigido renúncia a esse direito, de acordo com o item IV.4.c da Res. CNS 466/12.

Sua colaboração se fará de forma anônima, incluindo entrevista concedida ao pesquisador a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. Este TCLE será redigido em duas vias, que serão assinadas e rubricadas em todas as páginas por você e pelo pesquisador, sendo que uma delas será entregue você. Sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

A qualquer momento, você poderá se recusar a continuar participando do estudo e, também, poderá retirar este seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo. Além da garantia de retirada do seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, também será garantido a você o ressarcimento com eventual despesa para participação na pesquisa, como também a indenização em caso de dano dela decorrente.

As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo, e a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.

A sua participação poderá envolver riscos mínimos, como os seguintes: insegurança quanto a melhor resposta a ser fornecida; conflitos entre o que pensa e o que imagina que deve ser respondido; desconforto por ser perguntado sobre assuntos que podem lhe gerar certo desconforto ou constrangimento. Assim, será realizado um intervalo ou a interrupção total da entrevista ou pergunta será pulada, como você preferir. Caso seja necessário, você será encaminhado ao atendimento psicológico no Núcleo de Psicologia Aplicada da Universidade Federal do Espírito Santo.

Dúvidas e Esclarecimentos

As pesquisadoras responsáveis por esta pesquisa são Catarina Gordiano Paes Henriques (Doutoranda em Psicologia da UFES/cel.: (27) 99246-6338) e a Prof^a Dr.^a Edinete Maria Rosa (pertencente ao quadro de professores da UFES). Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos através do telefone 4009-2501.

Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFES que deverá ser contatado em caso de denúncias e/ou intercorrências na pesquisa, localizado à Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário/Goiabeiras, Sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN/UFES, Bairro: Goiabeiras, CEP 29.075-910, Cidade: Vitória/ ES. Telefone: 3145-9820, e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com. O CEP tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais. Seu horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h.

Após estes esclarecimentos e após receber as informações sobre a pesquisa com o título **“Narrativas de violência emocional na infância no contexto familiar: histórias contadas sob diferentes perspectivas”** e sobre meus direitos abaixo:

A garantia de receber informações a qualquer dúvida relacionada com a pesquisa;

A liberdade de deixar de participar da pesquisa a qualquer momento;

A segurança de não ser identificado, mantendo o anonimato das informações e a garantia de que estas serão mantidas e utilizadas somente para fins de pesquisa;

O conhecimento que não receberei qualquer incentivo financeiro pela minha participação na pesquisa;

A segurança de que não terei nenhum prejuízo ou punição, de qualquer natureza, por participar ou não desta pesquisa.

Eu, _____, tenho ciência do exposto e manifesto, livremente, meu desejo em participar da pesquisa.

Vitória, ES, ____ de _____ de _____.

Participante

Catarina Gordiano Paes Henriques

Apêndice C

Esboço do questionário online

1. Gênero:
2. Idade:
3. Você é aluno de () Graduação () Pós graduação () Mestrado () Doutorado
4. De qual centro?

1	CAr	
2	CCAE	
3	CCE	
4	CCENS	
5	CCHN	
6	CCJE	
7	CCS	
8	CE	
9	CEFD	
10	CT	
11	Ceunes	

5. Raça/cor/etnia

- () negra
 () parda
 () indígena
 () amarela
 () asiática
 () branca

6. Qual a sua renda familiar?

- () De R\$ 998,00 a R\$ 2.994,00
 () De R\$ 2.995,00 a R\$ 5.998,00
 () De R\$ 5.999 a R\$ 8.982,00
 () De R\$ 8.983,00 a R\$ 11.976,00
 () Acima de R\$ 11.976,00

7. Violência física pode ser definida como qualquer ato que cause ou tente causar danos físicos ou lesões por meio de força física, armas e objetos. Você, quando criança ou adolescente, vivenciou algum ato abaixo dentro da sua família? Com qual frequência?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____
 Nunca Raramente Às vezes Frequentemente Sempre

Empurrões
Beliscões
Tapas
Chutes ou socos/murros
Puxões de Cabelo
Agarramentos/Sacudidas
Surras
Chineladas
Surra com fio de telefone ou vara
Queimadura

Arremesso de objetos
Ferimento por arma de fogo
Estrangulamento
Mordidas

8. Quem fez isso com você?

Parece que aqui seriam todas Sim/Não

pai
mãe
madrasta
padrasto
irmãos
avós
Tios/primos
babá
outros

9. Indique o quanto você concorda com as afirmações que completam a seguinte frase: "As pessoas sofrem essas violências porque..."

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____

Discordo totalmente

Concordo totalmente

...se trata de uma forma de educar crianças que tende a se repetir ao longo das gerações"
...quem praticou estava estressado ou cansado"
... o comportamento delas estava ruim e ela merecia"
... faltou diálogo"

10. Indique o quanto você concorda com as afirmações abaixo:

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____

Discordo totalmente

Concordo totalmente

Chineladas e beliscões não são violência
Atos leves como tapas e chineladas são importantes no processo de educação dos filhos
Eu apanhei quando criança e nunca morri
Pretendo reproduzir nos meus filhos a educação que recebi dos meus pais
Violência é inevitável, o problema está no excesso
Vou fazer diferente com meus filhos no que tange à educação
Uma conversa pode ser melhor que castigo físico

11. Violência emocional são ações ou omissões, palavras ou gestos que causam danos ao desenvolvimento e autoestima do agredido. Você, quando criança ou adolescente, vivenciou algum ato abaixo dentro da sua família? Com qual frequência?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____
 Nunca Raramente Às vezes Frequentemente Sempre

Ameaças
Desvalorização/xingamentos
Desdém/isolamento/rejeição
abandono
terror psicológico
humilhação
ameaça de morte
impedimento de conviver com um dos pais
impedimento de conviver com outra pessoa da família
engajamento em atos antissociais
Ameaça de homem do saco, bicho papão, lobo mau, polícia
discriminação racial
discriminação de gênero ou orientação sexual
chantagem do tipo “nunca mais você vai me ver”

12. Quem fez isso com você?

Parece que aqui seriam todas Sim/Não

pai
mãe
madrasta
padrasto
irmãos
avós
Tios/primos
babá
outros

13. Alienação parental é um tipo de violência emocional; uma interferência negativa que um dos genitores ou responsáveis que etrapalham os vínculos e a convivência da criança/adolescente com o outro genitor. Você, quando criança ou adolescente, vivenciou algum ato abaixo dentro da sua família? Com qual frequência?

1 2 3 4 5
 Nunca Raramente Às vezes Frequentemente Sempre

campanha de desprestígio
injúrias
discurso de ódio
impedimento de comunicação telefônica
falsa denúncia de abuso sexual na Justiça
mudança de escola/endereço sem avisar
atribuição de culpa da separação
mentiras sobre traição
dizer que não gostava ou não se importava com você
outros

14. Quem interferiu negativamente no seu convívio com o outro genitor?

Parece que aqui seriam todas Sim/Não

meu pai
minha mãe

minha madrasta
meu padrasto
meus avós

15. À época dos fatos, você considerou isso uma violência? () Sim () Não

16. Atualmente você considera violência? () Sim () Não

17. Violência sexual pode ser definida como todo ato sexual forçado ou indesejado, insinuações sexuais indesejadas, ou o uso da sexualidade de uma pessoa por meio da coerção. Nesta categoria, podemos incluir abuso sexual, estupro, assédio sexual, importunação sexual etc. Você, quando criança ou adolescente, vivenciou algum ato abaixo dentro da sua família? Com qual frequência?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____
 Nunca Raramente Às vezes Frequentemente Sempre

Insinuações/gestos/encenações
Toques nas suas partes íntimas
Introdução de objetos no seu corpo
Relação sexual forçada
Coação para que você tocasse nas partes íntimas do agressor ou de outra pessoa

18. Quem praticou esses atos?

Parece que aqui seriam todas Sim/Não

meu pai
minha mãe
meu padrasto
minha madrasta
meus irmãos
meus tios ou primos
meus vizinhos
amigos da minha família

19. Em relação a TODAS as perguntas deste questionário, você buscou algum tipo de ajuda ou apoio?

Parece que aqui seriam todas Sim/Não

para violência física
para violência emocional
para violência sexual

20. Se sim, de quem?

Parece que aqui seriam todas Sim/Não

Pai
Mãe
Irmãos
Avós

Tios/primos
Amigos
Professores
Psicólogos
Psiquiatras
Médicos
Serviço Social

21. Em algum caso, você denunciou o agressor?

() Sim () Não

22. Para quem responder não:

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____

Discordo totalmente

Concordo totalmente

porque eu tive medo
porque ele me ameaçou
porque eu não tinha provas
porque não ia dar em nada
porque eu simplesmente não quis

Agora gostaríamos de saber sobre a sua experiência na Universidade Federal do Espírito Santo

23. O que você mais teme que aconteça com você dentro da UFES?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____

Discordo totalmente

Concordo totalmente

Violência física
Violência sexual
Violência emocional
Estelionato
Roubo
Furto
Danos a seu patrimônio (carro, bike, computador)
Problemas ocasionados por usuários de drogas

24. Você já sofreu algum tipo de violência no ambiente universitário? Com qual frequência?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____
 Nunca Raramente Às vezes Frequentemente Sempre

Violência física de colega
Violência física de companheiro (a) da UFES
Violência física de professor(a)
Violência física de funcionário(a)
Violência física de terceiros dentro da UFES
Violência emocional de colega
Violência emocional de companheiro (a) da UFES

Violência emocional de professor (a)
Violência emocional de funcionário(a)
Violência emocional de terceiros dentro da UFES
Violência sexual de colega
Violência sexual de companheiro(a) da UFES
Violência sexual de professor(a)
Violência sexual de funcionário(a)
Violência sexual de terceiros dentro da UFES

25. Caso tenha vivenciado violência dentro da UFES: Você se sentiu amparado pela Universidade?

() Sim () Não

26. Você denunciou o agressor?

() Sim () Não

27. Para quem responder não:

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____
Discordo totalmente Concordo totalmente

o, porque eu tive medo
o, porque ele me ameaçou
o, porque eu não tinha provas
o, porque não ia dar em nada
o, porque eu simplesmente não quis

28. Caso não tenha sofrido nenhuma violência na UFES: Você considera que a UFES te dará algum suporte caso aconteça com você algumas das situações citadas?

() Sim () Não

29. Você acha que é papel da Universidade zelar pela segurança emocional dos seus alunos?

() Sim () Não

30. Você conhece algum serviço de apoio psicológico/emocional direcionado aos alunos da UFES?

() Sim () Não

31. Alguma pergunta deste questionário que você está respondendo te causou algum tipo de sofrimento a ponto de você precisar de atendimento psicológico? () Sim () Não

Caso a resposta tenha sido sim, você pode entrar em contato por email (catarinagordiano@gmail.com) ou por telefone (27-992466338) para que nós possamos te encaminhar a atendimento psicológico.

32. Você gostaria de falar alguma coisa a mais sobre as perguntas feitas ou sobre outra coisa acerca do assunto que não te foi perguntado? Este é um espaço livre para você escrever:

Apêndice D

Participantes que sofreram violência emocional

Rapport

Fale um pouco sobre você, o que você faz.

Importante: estado civil, filhos, profissão, religião, se frequenta Igreja.

Para você, o que é violência emocional?

Passado

- 1) Você acha que sofreu violência emocional na sua família quando criança? Por quê?
- 2) Você pode me relatar quais os atos que você sofria?
 - a. quem fazia isso
 - b. idade
 - c. se não falar, quais atos exatamente
 - d. por que você acha que ela fazia?
- 3) Como você se sentia?
- 4) E como lidou com isso?
- 5) Você falou com alguém sobre isso? Como reagiu essa pessoa?
- 6) Você procurou apoio? Qual tipo de apoio? Qual foi o resultado?
- 7) Você gostaria de ter tido algum tipo de apoio?
- 8) Que tipo de apoio você gostaria de ter tido pra lidar com a violência que você sofreu?
- 9) Agora, pensando em toda sua infância, quais são as recordações mais significativas da sua vida?
- 10) Esses atos praticados estão entre os mais significativos?

Sobre o presente

- 11) Você já me falou do seu passado, da sua história. Eu queria saber agora se o que você me falou tem alguma repercussão na sua vida hoje
 - a. filhos
 - b. marido/esposa
 - c. trabalho
 - d. pessoa que cometeu os atos. Como está sua relação com ela?
 - e. já se pegou repetindo os atos com alguém?
 - f. Tenta evitar que outras pessoas façam o mesmo?
- 12) Você conhece outras pessoas que passaram pela mesma situação que você passou?
- 13) Você conhece alguma lei que protege pessoas nessa situação?
 - a. E grupos de apoio?
 - b. Você foi à Justiça ou pensou em ir?
- 14) Hoje você tem acompanhamento psicológico?
 - a. Você considera que precisa?
- 15) Tem alguma coisa que você gostaria de falar que eu não te perguntei?
- 16) Como você está se sentindo agora depois de me contar a sua história?
 - a. Acha que precisa de um dia de acolhimento com psicólogo?

Apêndice E

Participantes que praticaram violência emocional

Rapport

Fale um pouco sobre você, o que você faz.

Importante: estado civil, filhos, profissão, religião, se frequenta Igreja.

Para você, o que é violência emocional?

Passado

- 1) Você acha que praticou violência emocional na sua família com alguma criança? Por quê?
- 2) Você pode me relatar quais os atos que você praticava?
 - a. Contra quem
 - b. idade
 - c. se não falar, quais atos exatamente
 - d. como as pessoas da sua família reagem?
 - e. Por que você acha que fazia isso?
- 3) Você falou com alguém sobre isso? Como essa pessoa reagiu?
- 4) Você procurou apoio? Qual tipo de apoio? Qual foi o resultado?
- 5) Você gostaria de ter tido algum tipo de apoio?
- 6) Que tipo de apoio você gostaria de ter tido pra lidar com a violência que você praticou?
- 7) Pensando também na sua infância, quais são as recordações mais significativas da sua vida?
- 8) Quando você era criança, passou por situações semelhantes às que você praticou?

Presente

- 9) Você já me falou do seu passado, da sua história. Eu queria saber agora se o que você me falou tem alguma repercussão na sua vida hoje.
 - a. filhos
 - b. marido/esposa
 - c. trabalho
 - d. pessoa que cometeu os atos. Como está sua relação com ela?
 - e. já se pegou repetindo os atos com alguém?
 - f. Tenta evitar que outras pessoas façam o mesmo?
- 10) Você conhece outras pessoas que passaram pela mesma situação que você passou?
- 11) Você conhece alguma lei que protege pessoas nessa situação?
 - a. E grupos de apoio?
 - b. Você foi à Justiça ou pensou em ir?
- 12) Hoje você tem acompanhamento psicológico?
 - a. Você considera que precisa?
- 13) Tem alguma coisa que você gostaria de falar que eu não te perguntei?
- 14) Como você está se sentindo agora depois de me contar a sua história?
 - a. Acha que precisa de um dia de acolhimento com psicólogo?